UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES

FABIANA BEZERRA NOGUEIRA

Dèyè mòn, gen mòn:

Imigração Haitiana no Brasil – Relatos do Vivido

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E
OUTRAS LEGITIMIDADES

FABIANA BEZERRA NOGUEIRA

Dèyè mòn, gen mòn:

Imigração Haitiana no Brasil – Relatos do Vivido

Dissertação apresentada ao Programa Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Cidadania, Direitos e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Nd	<p>Nogueira, Fabiana Bezerra Dèyè mòn, gen mòn: Imigração Haitiana no Brasil - Relatos do Vivido / Fabiana Bezerra Nogueira ; orientador Zilda Márcia Gricoli Iokoi. - São Paulo, 2017. 208 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.</p> <p>1. Imigração haitiana. 2. História oral. 3. Haiti. I. Iokoi, Zilda Márcia Gricoli, orient. II. Título.</p>
----	--

À Rulx André Alcinéus,
por me mostrar que atrás das montanhas, há mais montanhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à Clarens Chery, Fedo Bacourt, Geneviève Cherubin, Jean Yvener Edouard, Joel Aurilien, Johanne Bernard Latouche, Johane Plancher, Josaphat Desbas, Josué Jean Daniel Etienne, Louis Charles, Rossert Mervelus, Marie Rose-Laure Jeanty, Prosmano Ferdinand, Vito Pharius e Yvener Guillaume por confiarem a mim as suas histórias de vida e pelas amizades construídas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi, por todo o trabalho realizado e, acima de tudo, pelo exemplo que é para os seus alunos e por me ensinar que o trabalho acadêmico deve ser acompanhado de ações que busquem a transformação social.

Aos meus pais, Rita e Evangelista, pelo amor e valores que sempre cultivaram, aos meus irmãos, Marcos, Giovana, Rosana e Cristiano, e minha prima Raynnara, por me incentivarem e me fornecerem amparo e suporte sempre que necessário.

Agradeço ao meu querido amigo Rulx André Alcinéus, que me apresentou o Haiti e o povo haitiano mais de perto e que se manteve ao meu lado em todo esse processo com cuidado, carinho e atenção.

Aos amigos que estão sempre comigo, partilhando os sabores e dessabores da vida: Adriano Martins, Cátia Senne, Cindi Andrade, Cristiane Anjos, Dayane Karla, Edgar Correa, Eunice Martins, Estáquio Ornelas, Flávia Urzua, Jarino Martins, Laura Mollo, Lucineide Ferreira, Paulo Martins, Priscila Xavier, Quéfren Moura, Raphael Novaes, Raul Lemos, Rodrigo Silva, Silvia Tavares, Sueli Ferreira, Tatiana Esteves, Thais Ferreira, Thaís Reis, Vagner Silva e Vanessa Domingues e Vanessa Donato. Obrigada pela sensibilidade, preocupação e cuidado, principalmente nessa etapa final.

Um agradecimento especial a Teresa Cristina Teles, pela parceria na realização das entrevistas e pela amizade que ultrapassa os muros da universidade. E a Viviani Alves, amiga de tanto tempo e de tanta história, pela revisão cuidadosa do trabalho.

Aos meus colegas do Diversitas, Carlos Frankiw, Cássia Oliveira, Cleiton Corrêa, Fábio Nunes e Luiz Seixas, pela generosidade e conhecimento partilhado.

Aos padres da Congregação do Espírito Santo do Haiti, agradeço pela acolhida e por toda a estrutura oferecida na minha estadia em Porto Príncipe.

A todos da Missão Paz, em especial ao Padre Paolo Parise, por toda disponibilidade, simpatia e ajuda durante a pesquisa e pelo belo trabalho realizado em prol dos imigrantes na cidade de São Paulo.

Aos professores Dra. Cláudia Moraes e Dr. Joseph Handerson, pela colaboração no Exame de Qualificação e pelas ajudas fornecidas em diversos momentos. Ao Prof. Dr. Franck Seguy *da Faculté des Sciences Humaines da Université d'Etat d'Haiti*, pelas conversas e sugestões.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

*Partir. Meu coração estalava de
generosidades enfáticas.
Partir... eu voltaria liso e jovem ao este país
meu e diria a este país cujo limo entra na
composição da minha carne: “Andei por
muito tempo errante e volto para a hediondez
desertada das vossas chagas”.*
[...]

*E ao voltar diria a mim mesmo:
“E sobretudo meu corpo assim como minha
alma, livrai-vos de cruzar os braços na
atitude estéril do espectador, porque a vida
não é um espetáculo, um mar de dores não é
um prosclênio e um homem que grita não é
um urso que dança...”*

*(Aimé Césaire - Cahier d'un retour au pays
natal)*

RESUMO

Desde 2010 o Brasil se tornou o destino para muitos haitianos, marcando uma novidade no território circulatório desse povo que tem uma longa tradição migratória. Realizando uma rota transnacional, chegam ao Brasil pela fronteira norte, principalmente, nas cidades de Tabatinga, no estado do Amazonas, Assis Brasil e Brasileia, ambas no estado do Acre. Em pouco tempo o fluxo migratório de haitianos no Brasil ganhou força e obrigou as autoridades brasileiras a revisitar a legislação migratória do país. Recebidos com estranheza pela sociedade brasileira, os haitianos constantemente são vítimas de racismo e xenofobia, revelando-se elementos dificultadores de sua inserção na sociedade brasileira. O presente trabalho é o resultado de pesquisa realizada, considerando os sujeitos desse fenômeno migratório. Por meio da História Oral, foram registradas histórias de vida daqueles que vivenciaram o processo do deslocamento em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Através das narrativas, dialogando com a literatura especializada, buscou-se discutir as problemáticas da imigração haitiana, desde o seu lugar de origem, com as suas particularidades, até a complexidade da viagem, do acolhimento legal e social.

Palavras-chave: Haiti. imigração haitiana. história oral. inserção social.

ABSTRACT

Since 2010, Brazil has become the destination for many Haitians. This is a novelty in the circulatory territory of this people that has a long migratory tradition. By a transnational route, they arrive in Brazil along the northern border, mainly in the cities of Tabatinga, in Amazonas state, Assis Brasil and Brasileia, both in the state of Acre. In a short time, the migratory flow of Haitians in Brazil gained strength and forced the Brazilian authorities to revisit the migratory legislation of the country. Received with strangeness by Brazilian society, Haitians are constantly victims of racism and xenophobia, elements that hinder their social insertion. The present work is the result of a research carried out considering the subjects of this migratory phenomenon. Through Oral History, the life stories of those who experienced the process of displacement looking for better living conditions for themselves and their families were recorded. Through the narratives, in dialogue with the specialized literature, this work discusses the problems of Haitians immigration, from their place of origin, with its particularities, to the complexity of their journey and legal and social reception.

Keywords: Haiti, Haitian immigration, oral history, social insertion.

RÉSUMÉ

Le Brésil est devenu, depuis 2010, la destination pour de nombreux haïtiens; marquant ainsi une nouveauté dans le territoire circulatoire de ce peuple ayant une longue tradition migratoire. Faisant un itinéraire transnational, ils arrivent au Brésil par la frontière nord, principalement dans les villes de Tabatinga, dans l'État de l'Amazonie; Assis Brasil et Brasileia, toutes deux dans l'État d'Acre. En très peu de temps, le flux migratoire des haïtiens au Brésil a augmenté considérablement et, de ce fait, a contraint les autorités brésiliennes à revoir la législation migratoire du pays. Reçus avec étrangeté par la société brésilienne, les haïtiens sont constamment victimes de racisme et de xénophobie, révélant ainsi certains éléments qui entravent leur insertion dans la société brésilienne. Le présent travail est le fruit de recherches menées à partir des sujets de ce phénomène migratoire. Grâce à l'histoire orale, ce sont des témoignages de vie de ceux qui ont vécu le processus de déplacement à la recherche de meilleures conditions de vie pour eux-mêmes et pour leurs familles que nous avons enregistrés. À travers les récits, en dialoguant avec la littérature spécialisée, nous avons cherché à discuter les problématiques de l'immigration haïtienne, depuis son point de départ; avec ses particularités, jusqu'à la complexité du voyage, de l'accueil légal et social.

Mots-clés: Haïti, immigration haïtienne, histoire orale, insertion sociale.

REZIME

Depi 2010, Brezil tounen peyi kote anpil Ayisyen ale. Se you nouvot nan teritwa sikilatwa pèp Ayisyen an ki gen you gro tradisyon migratwa. Yo pase pa you wout transnasyonal pou yo rive Brezil nan zòn nò frontyè a, patikilyèman nan vil Tabatinga nan Eta Amazoni; Assis Brasil ak Brasileia nan Eta Akre. Sa pat pran anpil tan pou te konstate ke te gen anpil anpil Ayisyen ki tap rive nan peyi Brezil. Poutèt sa, otorite peyi Brezil yo te kòm oblije fè you ti pase men nan lwa migratwa peyi a. Sosyete Brezilyèn nan pat twò alèz pou te akeyi Ayisyen yo. Anpil fwa, Ayisyen yo soufri anpil ak rasis ak zenofobi ki demontre kijan sa difisil pou ensèsyon sosyal yo nan sosyete brezilyèn lan. Travay sa, se rezilta you seri de ankèt ke nou te mennen ak aktè ki angaje nan fenomèn migratwa sa a. Pa lanremiz istwa oral, se tout istwa lavi moun sa yo ki te viv tout pwosesis depasman pou al chache lavi miyò pou yo menm ak pou fanmiy yo. Nan chak istwa ki rakonte, an dyalòg avèk literati espesyalize, nou chache diskite tout problematik imigrasyon ayisyèn lan, depi nan peyi kote sa kòmanse a, avèk tout patikilarite yo, pou rive nan keksyon vwayaj la, akèy legal ak sosyal la.

Mo Kle: Ayiti, Imigrasyon ayisyèn, Istwa oral, Insèsyon sosyal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações básicas sobre os colaboradores.....	29
Tabela 2: rotas realizadas pelos colaboradores.....	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Trajetos percorridos nas rotas mais comum realizadas pelos migrantes haitiano com destino ao Brasil.....	113
Mapa 2: Localização de Tabatinga (AM).....	114
Mapa 3: Localização de Brasileia (AC).....	114

LISTA DAS IMAGENS

Citadelle Laferrière - Fortaleza construída entre 1805 e 1820 por Henri Christophe.....	54
Ruínas do Palácio Sans-Souci – Haiti. Residência de Henri Christophe.....	55
Templo Vodou – Haiti.....	55
Rua de Porto Príncipe – Haiti.....	82
Feira Livre – Haiti.....	82
Pinturas <i>Naïf</i> à venda nas ruas de Porto Príncipe – Haiti.....	87
Passaporte de um dos colaboradores com carimbos dos países por onde passou.....	120
Passaporte de um dos colaboradores com o Registro Permanente emitido pelo Ministério da Justiça.....	121
Formulário informativo distribuído pelo BVAC-OIM.....	131
Festa da Bandeira Haitiana na Missão Paz.....	145
Tenda de comida haitiana no Fórum Social Mundial das Migrações – São Paulo.....	146
Seminário "Fronteiras em movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido - os Haitianos em São Paulo.....	146
Joel Aurilien em cena do Espetáculo Teatral “Cidade Vodou” do Teatro de Narradores.....	147
Apresentação de músicos haitianos em evento cultural.....	148
Aulas de português com alunas haitianas no CEU Campo Limpo.....	148
Obra do haitiano Pierre Ronel, adquirida em <i>Port-au-Prince</i> em 2013.....	171

Grafite na Avenida 23 de Maio, na cidade de São Paulo.....182

Imagens em um muro no bairro do Glicério, região central de São Paulo.....187

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIHB	Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTPS	Carteira de Trabalho e de Previdência Social
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> – Agência Central de Inteligência
BVAC	<i>Centre de réception des demandes de visas pour le Brésil em Haïti</i>
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
COMIGRAR	Conferência Nacional de Migrações e Refúgio
CEP	Conselho Eleitoral Provisório
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
DGA	Direção Geral Administrativa
DGEC	Direção Geral de Educação e Cultura (DGEC)
CONARE	Estatuto do Refugiado e criou o Conselho Nacional de Refugiados
FEI	Faculdade de Engenharia Industrial
FAMESP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
MIF	Força Interina Multinacional
FAB	Forças Armadas Brasileiras

GRIST	Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto
<i>IOM</i>	<i>International Organization for Migration</i>
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MSTC	Movimento dos Sem Teto do Centro
MASP	Museu de Arte de São Paulo
Diversitas	Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos
NEHO	Núcleo de Estudos em História Oral
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONGs	Organizações não governamentais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
RN	Resolução Normativa
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
USIH	União Social dos Imigrantes Haitianos

UASD	Universidade Autônoma de Santo Domingo
UNILA	Universidade da Integração Latino-Americana
UTESA	Universidade de Tecnológica de Santiago
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas/SP
UNINOVE	Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. <i>Caminhos da pesquisa.....</i>	<i>23</i>
1.2. <i>Os colaboradores.....</i>	<i>29</i>
2. HAITI.....	35
2.1. <i>Fomos os primeiros a sermos livres.....</i>	<i>42</i>
2.2. <i>Conquistamos a independência com as nossas forças, mas tivemos que pagar caro.....</i>	<i>50</i>
2.3. <i>Somos um povo de paz, mas sempre tivemos que lutar.....</i>	<i>56</i>
2.4. <i>Ditadura Duvalier, um tempo terrível.....</i>	<i>61</i>
2.5. <i>Conhece Aristide? Bem educado, foi padre e é um criminoso.....</i>	<i>65</i>
2.6. <i>Depois do terremoto ficou ainda mais difícil.....</i>	<i>72</i>
2.7. <i>Sabíamos que o Brasil recebia haitianos.....</i>	<i>79</i>
2.8. <i>Hoje o meu país está entregue.....</i>	<i>83</i>
3. BRASIL.....	88
3.1. <i>Dei o dinheiro para ele, ele me trouxe as passagens e eu viajei.....</i>	<i>106</i>
3.2. <i>Bem-vindo, brasileiro!.....</i>	<i>115</i>
3.3. <i>Nos mandaram fazer o pedido de refúgio.....</i>	<i>122</i>
3.4. <i>Logo percebemos que era uma escravidão moderna.....</i>	<i>132</i>
3.5. <i>...os que se parecem se juntam.....</i>	<i>139</i>
4. SER HAITIANO NO BRASIL.....	149
4.1. <i>Filha, sempre corra atrás do que você quiser, dos seus sonhos.....</i>	<i>165</i>
4.2. <i>O Haiti não é respeitado.....</i>	<i>172</i>
4.3. <i>O racismo é muito grande aqui!.....</i>	<i>178</i>
4.4. <i>Ser imigrante para mim é ser limitado.....</i>	<i>183</i>
4.5. <i>Eu quero voltar para o Haiti, sempre!.....</i>	<i>188</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196

1. INTRODUÇÃO

Isso ficou particularmente evidente para mim durante minha permanência no Haiti, ao me ver em contato cotidiano com algo que poderíamos chamar de real maravilhoso. Pisava eu uma terra onde milhares de homens ansiosos por liberdade acreditaram nos poderes licantrópicos de Mackandal, a ponto de que essa fé coletiva produziu um milagre no dia de sua execução. Já conhecia a história prodigiosa de Bouckman, o iniciado jamaicano. Havia estado na Cidadela La Ferrière, obra sem antecedentes arquitetônicos, unicamente anunciada pelas Prisões Imaginárias de Piranese. Havia respirado a atmosfera criada por Henri Christophe, monarca de incrível obstinação, muito mais surpreendente que todos os reis cruéis inventados pelos surrealistas, muito afeitos a tiranias imaginárias, embora não padecidas. A cada passo encontrava o real maravilhoso.

(Alejo Carpentier, Prólogo do livro O reino deste mundo)

O escritor cubano, Alejo Carpentier, visitou o Haiti em 1943 e “depois de sentir o nada irreal sortilégio das terras do Haiti” (CARPENTIER, 2009, p.8), inaugurou o real maravilhoso (ou realismo mágico), como uma possibilidade literária de olhar e descrever a realidade americana.

Carpentier, no livro o Reino deste mundo, narra os fatos ocorridos na ilha de *Saint Domingue*, do período pré-revolucionário até o surgimento da nação negra governada pelo primeiro monarca coroadado no Novo Mundo, deixando “que o maravilhoso flua livremente de uma realidade estritamente seguida em todos os seus detalhes” (CARPENTIER, 2009, p.11). O mágico que Carpentier descreve ao percorrer as ruas do Haiti também foi percebido e alcançado quando ali estive, em 2013. Além da destruição deixada pelo terremoto, ocorrido em 2010, ainda tão evidente naquele momento, o sentimento de grandeza de um país tão fisicamente pequeno e de um povo com raízes tão profundas no seu ser haitiano, foi marcante e despertou o desejo de conhecer mais sobre esse lugar e o seu povo.

2013 era também o momento em que a imigração haitiana no Brasil ganhava força e, constantemente, era pautada na mídia. Quando essas notícias ousavam a ir mais longe do que o tema imigração e falavam sobre o país, sempre mostravam um Haiti muito diferente daquele que conheci, sendo sempre negativado e diminuído. E, conseqüentemente, o imigrante haitiano, inicialmente retratado por essa mídia como uma vítima que precisava de amparo, logo se transformou em invasor e agente perigoso para a nossa sociedade.

Não podendo ser tratado como único motivo, mas como fator importante, o terremoto que atingiu o país em 12 de janeiro de 2010 deixando um rastro de morte e destruição, marca um novo fluxo migratório para esse povo que tem o deslocamento como forte característica. Embora o Brasil não faça fronteira com o Haiti e não tenha sido um receptor tradicional na intensa história de migração haitiana, foi incorporado no seu roteiro migratório, formado, principalmente, pela República Dominicana, Estados Unidos, Canadá, França e o seu departamento ultramarino Guiana Francesa e ainda algumas ilhas caribenhas (Bahamas, Guadalupe, Martinica).

Inicialmente pouco expressiva, a presença haitiana no Brasil, logo cresceu, chamando a atenção das autoridades brasileiras e exigindo novas políticas que atendessem as necessidades levantadas por centenas de migrantes que passaram a chegar todos os dias ao país, em alguns períodos. O bom momento econômico brasileiro na década, a presença das Forças Armadas Brasileiras (FAB) na missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e propagandas e recrutamentos realizados por empresas brasileiras, estão entre as motivações de o Brasil tornar-se atrativo aos haitianos e uma alternativa na busca de melhores condições de vida, através de oportunidade de trabalho e estudos.

Seguindo um percurso longo e perigoso, que envolve uma rede de contrabandistas presentes em diversos países, milhares de haitianos partiram do Haiti ou da República Dominicana, numa rota transnacional, até alcançarem a Tríplice Fronteira Norte (Brasil-Colômbia- Peru) e entrarem no Brasil. As cidades de Brasileia (AC) e Tabatinga (AM) foram os dois principais pontos de entrada e acolhimento, onde as autoridades brasileiras precisaram oferecer respostas imediatas, para uma situação que a legislação nacional vigente não alcançava.

Assim, a chegada de haitianos ao Brasil provocou questionamentos sobre a ausência de instrumentos legais para lidar com problemas de acolhida de imigrantes em situações de vulnerabilidade e indocumentados, colocando em xeque uma política migratória atrasada e que não contempla a universalidade do ser humano, em constante deslocamento. A criação de um

visto especial, inédito no Brasil, possibilitou a emissão de documentos, como CPF (Cadastro de Pessoa Física) e Carteira de Trabalho, dando aos recém-chegados a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, mas não resolveu todas as questões.

O despreparo não é só do Estado. Constantemente, temos notícias de casos de xenofobia e racismo contra os haitianos, percebidos também, nos discursos elaborados pela grande mídia, que reforça o desconhecimento real sobre o Haiti e os haitianos e reafirmam a ideia de barbárie fortemente divulgada.

Assim, o principal objetivo desta pesquisa é lançar um olhar investigativo sobre a migração haitiana para o Brasil, considerando aqueles que migraram após o terremoto de 2010, visando identificar os pontos de reconstrução da vida individual, familiar e social e as problemáticas do processo migratório reconhecidas por eles. Como também, as suas motivações na escolha do Brasil como espaço para essa reconstrução.

Embora muito se tenha falado, nos últimos anos, da presença de imigrantes haitianos no Brasil, poucos se lançam a olhar quem são esses haitianos, quais os seus anseios e perspectivas. O que deixaram para trás ao partirem para terras ainda desconhecidas por eles. Mais do que “números” são pessoas portadoras de uma história pessoal e social. É preciso ouvi-los na tentativa de compreender a dinâmica sociocultural e econômica, que os fazem partir rumo ao desconhecido.

Diante do Haiti e do povo haitiano que conheci brevemente e de todo o arcabouço que se construía em torno da imigração haitiana no Brasil, principalmente pela mídia, surgiu o interesse pelo tema e o desejo de compreender os efeitos desse fenômeno migratório, considerando as experiências individuais e o ponto de vista dos próprios agentes. Pois, como afirma Paiva,

a mobilidade humana no tempo não se resume apenas às determinações estruturais mais amplas. Por vezes (e muitas vezes) ela é resposta a questões e problemas que estão no cotidiano, na subjetividade, nos sonhos e utopias dos indivíduos e dos grupos sociais que optam pelo deslocamento. (PAIVA, 2013, p. 9-10)

Assim, o autor aponta a importância de buscar o equilíbrio na análise sobre os fluxos migratórios, considerando aspectos macroestruturais, mas também a subjetividade dos sujeitos envolvidos no fenômeno migratório. Embora, o desastre natural ocorrido no Haiti fosse apontado como a razão da migração, as motivações pessoais são diversas. E o melhor caminho

para alcançar esse equilíbrio é a história oral, como método e “campo aberto à produção do conhecimento sobre diferenças” (MEHY; RIBEIRO, 2011, p. 28). Através da história oral, especificamente a história oral de vida, é possível apreender a particularidade do fenômeno migratório, valorizando as histórias individuais dos imigrantes, através de sua oralidade, o que permite repensar e significar o passado a partir do presente e estabelecer espaços capazes de dar sentido e explicações aos atos sociais das pessoas. “É na entrevista que o pesquisador encontra o ‘outro’, sujeito dono de sua história retratada com lógica própria e submetida às circunstâncias da entrevista” (MEHY; RIBEIRO, 2011, p. 22).

Explorando as possibilidades da história oral, pode-se dar voz aos que são sistematicamente silenciados, e assim trazer à tona experiências diferentes do vivido na sociedade, principalmente dos grupos subalternizados. É uma forma de buscar a descolonização intelectual e produzir conhecimento que não reproduza a hierarquização e desqualificação de saberes. Como também combater a “ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2010, p. 30), à qual tantos grupos sociais foram condenados. Como afirma Iokoi

Ao recuperar a experiência humana, o processo de sistematização da narrativa assume a forma de uma síntese dialética entre dois ou mais pólos ativos da reflexão e da conceituação, não mais entre ego conhescente e um outro passivo, mais entre dois sujeitos que refletem juntos sobre as experiências e sobre a visão que cada um tem do outro. A história e a experiência histórica dos sujeitos relacionadas por estruturas de poder e, neste caso, pela colonialidade do poder, ao suplantarem a dimensão dos sujeitos de conhecimento constituem nova modalidade de sujeitos a conhecer ou a compreender. Assim, a tradição oral não é apenas fonte, ela mesma é produção de conhecimento. O contador é equivalente ao cineasta social, ao filósofo, ou ao crítico social. (IOKOI, 2008)

Assim, a História Oral se apresenta como aporte metodológico e teórico importante para os estudos migratórios, como um espaço de reconstrução das trajetórias individuais e coletivas, numa perspectiva que traz o sujeito para uma relação dialética entre saberes que se complementam e produzem um novo conhecimento, sem que o saber acadêmico se sobreponha ao saber tradicional.

Como método, utilizei os procedimentos desenvolvidos no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO), da Universidade de São Paulo (USP), que se baseia nas obras do historiador José Carlos Sebe Meihy. Segundo esse modo, a entrevista possui três etapas: pré-entrevista; entrevista e pós-entrevista.

A primeira etapa corresponde aos primeiros contatos, apresentação do projeto e esclarecimento da importância da colaboração e os métodos de gravação a ser utilizados (gravação de áudio ou audiovisual). Alguns imigrantes não aceitaram a gravação, sempre se dispondo a conversar, mas não querendo formalizar. Na segunda etapa é realizada a entrevista de fato. Na pós-entrevista, realizamos a transcrição, que é o processo pelo qual o registro oral é passado para o escrito literalmente; depois é feita a textualização, onde as perguntas são retiradas e fundidas à narrativa, dando um caráter mais fluido ao texto.

Como última etapa, vem a transcrição que é a elaboração final do texto dando-lhe caráter narrativo, onde “é mais importante o compromisso com as ideias e não apenas com as palavras” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 110). Neste processo estão envolvidos três importantes fundamentos: a colaboração, a mediação e a devolução. Sendo a colaboração a relação estabelecida pelo pesquisador e o entrevistado, em que esse último colabora com a pesquisa. Por sua vez, o pesquisador exerce a função de mediador, articulando as perguntas e organizando o texto. Já a devolução consiste na entrega do texto final para que ocorra a validação por parte do colaborador, configurando na etapa de finalização de todo o processo de interação entre esse e o pesquisador.

Assim, pretendo acrescentar aos temas já estudados, outras perspectivas em relação à migração haitiana no Brasil, as dos próprios sujeitos, não como objeto de pesquisa, mas como colaboradores.

1.1. Caminhos da pesquisa

O primeiro contato direto que estabeleci com os imigrantes haitianos foi através da Missão Paz¹ em São Paulo, onde passei a acompanhar os eventos, observar as atividades cotidianas e procurei estabelecer os primeiros diálogos, que possibilitassem a realização das entrevistas. Senti forte resistência por parte dos imigrantes haitianos para conceder entrevistas, nesse e em outros contextos nos quais os encontrei. Sempre fui recebida com gentileza, porém, com a desconfiança de que eu fosse jornalista, o que levou a diversas negações para a concessão de entrevistas, principalmente gravadas. Muitas pessoas nos relataram fatos em que se sentiram prejudicadas por reportagens, fossem por informações passadas de forma errônea ou pela maneira preconceituosa como foram tratados.

Na ocasião (primeiro semestre de 2015), imagens feitas pelo fotógrafo Ronny José dos Santos, que ilustraram uma reportagem publicada nos jornais Agora e Folha de S. Paulo² sobre uma nova leva de imigrantes que havia chegado à São Paulo, causou indignação entre os haitianos. Tratava-se de um momento em que a cidade vivia um dos picos de chegada de imigrantes enviados do Acre de forma desordenada e a entidade ficou sobrecarregada e sem condições de acomodar bem a todos que chegavam. Uma das imagens mostrava um rapaz haitiano tomando banho de forma improvisada nas dependências da Missão Paz³. A captação e publicação de tal imagem, sem autorização do envolvido, foram consideradas atos de desrespeito aos direitos humanos do fotografado e de toda a comunidade haitiana, levando diversas entidades a emitirem notas de repúdio, inclusive a Missão Paz onde as imagens foram captadas⁴. Isso reforçou nos imigrantes haitianos a desconfiança em relação aos agentes da mídia brasileira. Muitas vezes quando eu os procurava para conversar na Missão Paz ou nos

¹ Criada em 1939 pela Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeo, conhecidos como Scalabrianos, a Missão Paz está situada no bairro do Glicério, região central da cidade de São Paulo e atua junto aos migrantes, imigrantes e refugiados oferecendo acolhimento e assistência em diversos campos.

² <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/35084-nova-leva-de-haitianos-em-sao-paulo#foto-513148> acesso em 24/10/2015

³ Em outubro de 2015 a fotografia em questão recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos na categoria fotografia: http://www.premiovladimirherzog.org.br/busca-resultado-ano-integra.asp?cd_trabalho=566,

⁴ http://www.missaospaz.org/single-post/2015/05/20/Nota-de-Rep%C3%BAdio-ao-jornalismo-sensacionalista?fb_action_ids=1009703659042529&fb_action_types=og.comments acesso em 24/10/2015

arredores, onde haitianos já estabeleciam comércios e pontos de encontros, me perguntavam se eu era jornalista e narravam o episódio envolvendo essa fotografia.

Percebemos então, que o caminho precisava ser realizado de forma diferente. Em primeiro lugar, utilizando as palavras do intelectual haitiano Jean Casimir, era “preciso dar as costas à historiografia e à epistemologia tradicionais e investigar países como o Haiti, a partir dos postulados dos haitianos e não com os do Ocidente cristão” (CASIMIR, 2012, p. 2). Fez-se necessário mergulhar no universo haitiano, visitar sua história, sua cultura, crenças e realidade social, de preferência através dos pensadores locais. Para isso foi importante a leitura de obras do sociólogo haitiano, Laënnec Hurbon, dentre outros intelectuais, também haitianos, como Jean Casimir e Michel-Rolph Trouillot.

No livro “O Deus da Resistência Negra: o vodu haitiano” (1987), Hurbon debruça-se sobre o seu país e o seu povo em busca das causas do pessimismo haitiano em suas raízes mais profundas, ou seja, a degradação social, como também analisa as formas usadas pelo catolicismo para combater o vodu, negando o direito de existência de um povo em sua essência.

Em outra obra, “*Comprendre Haïti – Essai sur l’Etat, la nation, la culture*” (1986), Hurbon apresenta uma série de ensaios que representam, segundo o autor, uma tentativa de articulação entre religião, cultura e política no Caribe, buscando desvendar a questão da natureza do Estado, em sua gênese, sua racionalidade e o seu modo de entrada na sociedade haitiana, sendo esse o problema central em cada um dos temas e tempos estudados pelo autor, tanto no plano prático, como teórico. No campo dos estudos migratórios haitianos, Jean-Claude Icart na obra *Négriers d’eux mêmes – Essai sur les boat people haïtiens en Floride*, apresenta um panorama histórico dos principais movimentos migratórios haitianos.

Outros autores haitianos importantes para o encaminhamento da nossa pesquisa foram o antropólogo Joseph Handerson e o sociólogo Franck Seguy, não só pela leitura de seus textos, mas pelas conversas que foram possíveis de estabelecer. Handerson, atualmente professor da Universidade Federal do Amapá, dedicou-se em seu doutorado ao estudo das dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa (2015). Realizando um intenso trabalho de campo com o contingente haitiano que entrou no Brasil pela tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) e aqueles que foram para o Suriname e para a Guiana Francesa no período de 2010 a 2013, Handerson apresenta as lógicas e os circuitos da

mobilidade haitiana, como também trabalha o termo *Diaspora*, nos seus sentidos sociais que qualificam pessoas, objetos, casas, dinheiro e ações.

Já Seguy, professor da *Faculté des Sciences Humaines da Université d'Etat d'Haiti*, traz um panorama da formação social haitiana no contexto do Haiti pós-terremoto de 2010 na perspectiva das relações entre a Comunidade Internacional e o projeto de reconstrução do país, na qual o autor defende a existência de aparatos coloniais.

Ainda sobre o Haiti, estudiosos brasileiros como Omar Ribeiro Thomaz e Ricardo Seitenfus, ofereceram importantes contribuições, através das suas análises políticas, sociais e culturais do Estado do Haiti e do povo haitiano, especialmente do contexto pós-terremoto de 2010. Eliesse Scaramal nos conduziu ao campo da migração haitiana, principalmente no Caribe e nos Estados Unidos. No livro “Haiti: fenomenologia de uma barbárie” (2006), Scaramal investiga as razões da abjeção ao migrante haitiano, como também os constantes fenômenos de repatriação desses indivíduos, como consequência dessa abjeção, cuja essência encontra-se do construto de barbárie.

Sobre a imigração haitiana no Brasil, por ser um fenômeno recente e em curso, temos nos apoiado em matérias veiculadas em canais midiáticos, artigos e estudos que foram recentemente desenvolvidos em diversas universidades do país. E também, em estudos desenvolvidos pelos órgãos governamentais e instituições civis.

É importante ressaltar a minha visita ao Haiti. Em janeiro de 2016, viajei até *Port-au-Prince*, capital do Haiti, onde tive a oportunidade de observar os trâmites de emissão de vistos para os haitianos que desejam vir para o Brasil. Estabeleci contatos importantes com agentes desse processo, como o embaixador do Brasil no Haiti, Sr. Fernando de Mello Vidal. Foi possível vivenciar de perto a dinâmica da cidade, a efervescência política e social. Também visitei a casa e conversei parentes de imigrantes haitianos e com brasileiros que atuam na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e em Organizações não governamentais (ONGs).

Um conhecimento mais amplo sobre o Haiti possibilitou maior engajamento com os imigrantes e o estabelecimento de relações de confiança. Falar de um lugar, uma comida típica, conhecer o fato histórico e até mesmo um cumprimento em *creóle*, quebra uma barreira inicial e abre espaço para o diálogo. Como afirma o romancista haitiano, Dany Laferrière, “o haitiano

pode negar um prato de comida, mas não uma boa conversa” (LAFERRIÈRE, 2011), ainda mais quando essa conversa é sobre o seu lugar de origem e a sua história. E foi em tom de conversa que as entrevistas foram realizadas.

As realizações das entrevistas se deram em conjunto com o Projeto *Fronteiras em movimento: Deslocamento e outras dimensões do vivido – os haitianos em São Paulo*, sob a coordenação da Prof. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2016. O projeto, focado no fluxo de imigrantes haitianos que chegaram à cidade de São Paulo após o terremoto de 2010, buscou, através das histórias de vida colhidas, conhecer o perfil desses imigrantes, a trajetória realizada desde a saída do Haiti até a chegada ao Brasil, a vivência e integração com as cidades, os sonhos e expectativas futuras. Assim, muitas entrevistas foram realizadas em parceria com Teresa Cristina Teles, pesquisadora do projeto.

Com todos os colaboradores, foram realizadas diversas conversas antes da entrevista, propriamente dita, estabelecendo vínculo de confiança e amizade. Algumas delas, mantemos contato posterior, frequentei a casa e conheci a família e amigos. Participando de eventos e inserindo-me em organizações, fui conhecendo algumas pessoas, e como uma rede, uma levava a outra. Outras pessoas conheci de forma inusitada e, com o apoio das redes sociais, mantivemos contatos. Além das entrevistas com os imigrantes, também foram realizadas entrevistas com agentes com importantes envolvimento no fenômeno migratório, como o Padre Paolo Parise, responsável pela Missão Paz.

Foram realizadas quinze entrevistas, entre 2014 e 2017, onde pedíamos para contar a sua história, falando da família, formação, migração, política e cultura, entre outros. Não utilizamos um roteiro fechado, deixando que falassem, mediando e interferindo para pedir esclarecimentos ou solicitar informações complementares. Realizamos as entrevistas em português, mas quando se fazia necessário recorriamos a outro idioma, como espanhol e francês.

Os relatos colhidos são muito ricos e apresentam diversas questões e problemáticas da imigração haitiana no Brasil, desde o local de origem, as motivações para a viagem, os caminhos realizados, até as dificuldades de integração à sociedade brasileira. Como também, os sonhos e planos individuais e coletivos e o desenvolvimento de territorialização. Temas como racismo, xenofobia e preconceito são recorrentes e tem marcado a vida dos haitianos no Brasil, surgindo como um dos problemas mais apontados.

Assim, o trabalho aqui apresentado é o resultado dessas muitas vozes que, de forma empírica, percebe o contexto em que estão inseridos apontando os pontos de convergência com uma análise mais ampla do fenômeno. Considerando os sujeitos envolvidos é possível buscar uma dimensão mais subjetiva das experiências vividas nos deslocamentos humanos, para além das perspectivas do Estado e da economia. Mas, tratando-se de uma história do “tempo presente” em movimento também é importante contextualizar as diversas faces dessa migração não deixando de inseri-las nos diálogos com os sujeitos.

Tendo como base, as contribuições de Abdelmalek Sayad, que percebe a migração como um fato social total, é preciso levar em conta os múltiplos aspectos que envolvem o fenômeno migratório, como as relações de gênero, as organizações familiares, as representações sociais, entre outros. Na sua obra “A imigração ou os paradoxos da alteridade”, Sayad, ao analisar a migração de argelinos na França, busca compreender a migração sob uma perspectiva dialética, abarcando as duas dimensões que a compõem – a emigração e a imigração. Assim Sayad afirma que “o imigrante antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante” (SAYAD, 1998, p. 18), e não é possível desconsiderar a integralidade de sua existência, mutilando-o “de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração” (SAYAD, 1998, p.16).

“*Dèyè mon, gen mon*⁵”, foi a resposta, *em créole*, que obtive ao perguntar para um amigo haitiano sobre a migração haitiana para o Brasil, no começo da pesquisa. Com esse ditado popular haitiano, ele quis dizer que o deslocamento haitiano é muito mais complexo do que parece. “Atrás das montanhas, tem mais montanhas”. Diante dessa complexidade, que se revelaram também nos relatos de vida, constitui a dissertação, trazendo, a cada capítulo, temas importantes para a compreensão do fluxo migratório, abordados pelos colaboradores, dialogando com a literatura e dados mais amplos. A dissertação é composta por três capítulos e cada um apresenta, em sua abertura, um relato na íntegra, escolhido por ser representativo dos temas abordados, que dialoga com trechos da fala dos demais colaboradores.

No primeiro capítulo, realizamos uma abordagem historiográfica do Haiti, partindo do relato de Jean Yvener Edouard. A história haitiana é pouco conhecida do público brasileiro e, como tema abordado por nossos colaboradores, como forma de representação de si mesmo, considero importante entender os processos de formação da nação haitiana até o contexto atual onde se inicia o fenômeno estudado. No segundo capítulo quem fala é Josué Jean Daniel Etienne, apontando para questões como o caminho percorrido, o acolhimento, legislação

⁵ Ditado popular haitiano que significa “atrás das montanhas, tem mais montanhas”.

migratória, inserção no mercado de trabalho e na sociedade. No terceiro capítulo, movida pelo relato de Marie Rose-Laure Jeanty, abordo questões mais subjetivas, entrando no universo do ser haitiano no Brasil, dialogando com os outros colaboradores, que destacam as problemáticas de ser mulher, ser negro, ser imigrante, dentro do conjunto do projeto migratório, que envolve os territórios circulatorios da imigração haitiana.

Muitos outros temas que envolvem a fenômeno migratório haitiano no Brasil não puderam ser abordados, pois dentro do limite do trabalho, é preciso fazer escolhas e essas foram guiadas pelos diálogos estabelecidos com os colaboradores. E assim que pretendo apresentar essa dissertação como o resultado de muitas vozes.

1.2. Os colaboradores

Apresento cada um dos nossos colaboradores, seguindo uma ordem cronológica das datas das entrevistas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Informações básicas sobre os colaboradores

NOME:	Data da Entrevista:	Idade*	Cidade de origem	Data de Chegada	Profissão
Josaphat Desbas	06/08/2014	28	Pétionville	2011	Estudante
Vito Pharius	26/09/2015	23	Gonaïves	2012	Técnico de mecânica
Johane Plancher	07/11/2015	27	Jean-Rabel	2012	Estudante
Geneviève Cherubin	11/11/2015	34	Port-au-Prince	07/2015	Professora
Joel Aurilien	02/12/2015	28	Port-au-Prince	2013	Administrador
Josué Jean Daniel Etienne	02/04/2016	26	Jean-Rabel	11/2011	Estudante
Clarens Chery	02/04/2016	24	Port-au-Prince	2013	Estudante
Fedo Bacourt	10/05/2016	43	Pestel	09/2013	Professor
Prosmano Ferdinand	04/06/2016	28	Cap Haïtien	2014	Cientista de desenvolvimento; Professor
Rossert Mervelus	06/06/2016	36	Cap Haïtien	2013	Pedagogo
Yvener Guillaume	18/06/2016	34	Cabaret	10/2013	Farmacêutico
Louis Charles (Maestro)	28/06/2016	38	Gonaïves	10/2013	Músico
Marie Rose-Laure Jeanty	29/06/2016	25	Delmas	02/2013	Estudante

Jean Yvener Edouard	15/04/2017	42	Petit Goâve	03/2014	Bibliotecário
Johanne Bernard Latouche	15/04/2017	32	Port-au-Prince	04/2014	Autônoma

*Idade na data da entrevista.

1. **Josaphat Desbas (28 anos)** – Cheguei ao Josaphat através de um colega e o nosso primeiro contato foi pelas Redes Sociais, posteriormente, fui encontrá-lo na Universidade Estadual de Campinas/SP (UNICAMP) onde ele estuda e realizamos uma primeira conversa pessoalmente, voltando em outro momento com a equipe do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos (Diversitas), da USP, para uma entrevista gravada. Josaphat veio para o Brasil em 2011 com uma bolsa de estudos e, desde então, mora em Campinas. É muito crítico a forma como a mídia brasileira trata o Haiti, exaltando a miséria e a violência, o que resulta nos preconceitos que sofre por ser haitiano e negro. Aluno de engenharia, ele pretende deixar o Brasil ao fim do curso.
2. **Vito Pharius, (23 anos)** – Conheci Vito através da Rede Social *Facebook*. Nos encontramos a primeira vez na Missão Paz, posteriormente, ele me acompanhou em visitas a estabelecimentos haitianos na região do Glicério. Vito veio para o Brasil em 2012, indocumentado, permaneceu em Tabatinga (AM) por seis meses, depois seguiu para Manaus e, de lá, por orientação da mãe juntou-se a irmã que chegara a São Paulo alguns meses antes. Vito fez alguns cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e conseguiu emprego, mas sonha em fazer faculdade e ser jornalista esportivo.
3. **Johane Plancher (27 anos)** – Conheci o irmão de Johane, através de um anúncio de aulas particulares de francês no *Facebook*, mas quando entrei em contato ele estava de mudança para o Paraná, pois havia sido selecionado para cursar Saúde Pública na Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA). Ele me apresentou a Johane antes de partir. Johane morava com uma senhora que conheceu na Igreja, trabalha e estava concluindo a graduação em Administração e Logística numa faculdade privada. Johane estudava pedagogia no Haiti quando acontece o terremoto, tendo ficado presa debaixo dos escombros da faculdade

por dois dias. Resolveu ir, com o irmão para a República Dominicana para estudar. Para ajudar nas despesas, faziam trabalhos esporádicos na área de turismo e foi onde conheceram um brasileiro que lhes ofereceu a oportunidade de virem para o Brasil. Pagaram e receberam vistos e passagens rumo a Brasília. De Brasília, mudou-se para o Rio Grande do Sul e depois para São Paulo.

4. ***Geneviève Cherubin (34 anos)*** – Conheci Geneviève numa reunião do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST), coletivo formado por imigrantes e refugiados de diversas nacionalidades. Desenvolvemos rodas de conversas com alunos de escolas públicas da zona sul de São Paulo, sobre migração e refúgio durante o segundo semestre de 2015. Geneviève veio para o Brasil depois de conseguir o visto humanitário no Equador. Além de atuar no coletivo, Geneviève trabalha na Organização não governamental Abraço Cultural, dando aula de francês. É divorciada e tem um filho, que mora com o pai nos Estados Unidos. Sonha em abrir uma escola no Haiti para crianças carentes.

5. ***Joel Aurilien (28 anos)*** – Joel é músico e a primeira vez que o vi foi em um evento promovido pelo GRIST, chamado Refúgio e Cultura. Ele participava de uma banda e sempre estava presente nos eventos. Realizamos algumas conversas pessoalmente e por telefone. A entrevista aconteceu no Centro de Acolhida para pessoas em situação de rua na Barra Funda, onde Joel trabalhava. Já tendo morado na República Dominicana, Joel entrou no Brasil pelo Acre e depois seguiu para São Paulo, onde continuou morando. Todo o seu tempo livre é dedicado à música e ao teatro. Tocou nas bandas Satélite Musique e Presidente, ambas de *kompá*⁶ e atuou na peça Cidade Vodú, idealizada e realizada pela companhia Teatro de Narradores. Planeja viver da sua arte e continuar viajando por outros países.

6. ***Josué Jean Daniel Etienne (26 anos)*** – Conheci Josué na formatura de Johane Plancher, os dois são primos, e depois o reencontrei na companhia de Geneviève. Josué estudava Medicina na República Dominicana, quando foi convencido a vir para o Brasil por um estadunidense. Sem saber, veio indocumentado, entrando pelo Acre. Lá foi contratado para trabalhar no interior de São Paulo numa condição que chamou de escravidão moderna. Depois se mudou para Taboão da Serra, onde viviam os primos. Enfrentadas as primeiras

⁶ Ritmo popular haitiano.

dificuldades, Josué se prepara para ser pastor de uma igreja neopentecostal e estuda Engenharia Civil.

7. **Clarens Chery (24 anos)** – Conheci Chery na União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), uma associação de haitianos que frequentei as reuniões e eventos. Chery entrou no Brasil pelo Acre e lá foi contratado para trabalhar no Rio Grande do Sul. Sentindo-se explorado pela empresa, pediu demissão e foi para Santa Catarina. Em Florianópolis conseguiu uma bolsa de estudos e concluiu o Ensino Médio numa escola privada, também conseguiu um estágio na Assembleia Legislativa do Estado. Logo começou uma militância e fundou a Associação *Kai panu*, uma associação de imigrantes em Florianópolis, com o objetivo de colaborar e auxiliar os imigrantes da cidade. Mudou-se para São Paulo. Estuda direito na Universidade Zumbi dos Palmares e trabalha como orientador de público no Museu de Arte de São Paulo (MASP).
8. **Fedo Bacourt (43 anos)** – Fedo é o fundador da USIH. Nos conhecemos na Missão Paz e ele me convidou para visitar a associação e passei a participar das reuniões. Fedo foi para República Dominicana depois do terremoto e ficou lá pouco mais de três anos. Resolveu vir para o Brasil, depois que uns amigos vieram. Foi para o Equador e lá solicitou o visto humanitário. Depois de dois meses viajou direto para São Paulo. Trabalhou na construção civil e viu na fundação de uma associação uma forma de ajudar os seus conterrâneos, com questões práticas como o idioma, mas também questões jurídicas, buscando apoio de entidades brasileiras. Fedo casou-se no Brasil com uma haitiana e tem duas filhas.
9. **Prosmano Ferdinand (28 anos)** – Conheci Prosmano na casa de Geneviève. Ele ficou curioso referente à universidade, pois o seu objetivo era fazer mestrado. Prosmano entrou no Brasil pelo Acre, depois veio para São Paulo onde tinha um conhecido. Diante da dificuldade de validar o diploma e ingressar na pós-graduação, Prosmano se dedicou ao trabalho e no aprendizado da língua portuguesa. Está aguardando a vinda da noiva que ficou no Haiti, mas não pretende ficar no Brasil, pois os salários são baixos e o real pouco valorizado frente ao dólar americano.
10. **Rossert Marvelus (36 anos)** – Rossert também frequenta as reuniões e atividades da USIH, onde eu o conheci. Rossert é professor e trabalhava numa escola privada no Haiti. Quando resolveu sair do país, foi primeiro para o Equador. Lá, sabendo que o Brasil estava aberto aos haitianos, decidiu vir para o Brasil, chegando em Tabatinga (AM), indo depois para

Manaus, onde trabalhou e fez cursos. Depois do fim do contrato não conseguiu novo trabalho e mudou-se para São Paulo. Está trabalhando, mas sente muito não poder exercer sua profissão e espera que um dia possa ter o seu diploma reconhecido, pois acredita que tem muito a oferecer ao povo brasileiro.

11. **Yvener Guillaume (34 anos)** – Conheci Yvener através de uma colega que trabalhava na Secretaria de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, ele havia sido eleito para o Conselho Participativo Municipal⁷. Yvener solicitou o visto ainda no Haiti e viajou para São Paulo, onde já morava o seu primo, que o auxiliou com moradia e trabalho. Yvener, que é farmacêutico, trabalhou como pintor e, logo depois, abriu uma empresa de prestação de serviços de pinturas, contratando alguns compatriotas. Contratado por uma empresa da construção civil foi enganado e não recebeu pelo trabalho, o que o obrigou a desistir da empresa. Como conselheiro procura defender as demandas dos imigrantes em São Paulo, considerando a militância, que já vem desde o Haiti, necessária para melhorar as condições de vida de todos.
12. **Louis Charles (38 anos)** – Conhecido como Maestro, Louis é músico e eu o conheci na Festa da Bandeira em maio de 2015, na Missão Paz. Já tendo morado na República Dominicana Louis veio para o Brasil depois de passar cinco meses no Equador, entrando pelo Acre. Sem dinheiro, solicitou ajuda da família que mora nos Estados Unidos para seguir viagem até São Paulo. Logo conseguiu trabalho e com os primeiros salários comprou um teclado e, junto com outros haitianos fundou a banda *Satelite Musique*. Tendo deixado a esposa e duas filhas na República Dominicana, Louis não podia se dedicar à música, pois precisava enviar dinheiro. Depois de um ano, trouxe a esposa e agora tenta juntar dinheiro para trazer as filhas. Tiveram mais uma filha e o seu desejo é reunir toda a família e construir uma vida melhor para todos aqui no Brasil.
13. **Marie Rose-Laure Jeanty (23 anos)** – Laure é secretária da USIH e muito ativa nos eventos, fóruns, etc. sobre migração. Mesmo já tendo uma proximidade, Laure demorou a aceitar relatar a sua história de vida. O convite a angustiava, mas esperei o momento em que ela se sentisse a vontade. Laure veio para o Brasil, saindo da República Dominicana onde cursava Medicina com o objetivo de continuar os seus estudos aqui, onde os seus

⁷ O Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e de representação da sociedade.

irmãos já morava. Não conseguindo ingressar na Universidade Laure voltou para o Haiti, mas a sua mãe não aceitou que voltasse sem alcançar os seus objetivos. Regressando ao Brasil, Laure se engajou na luta por melhorias das condições dos imigrantes, mas não desistiu de seu sonho de cursar medicina.

14. ***Jean Yvener Edouard (42 anos)*** – Conheci Edouard numa escola municipal no bairro de Campo Limpo em São Paulo, onde ele e a esposa procuravam matricular as duas filhas recém-chegadas do Haiti. Os dois apresentavam um misto de alegria e ansiedade, explicaram as dificuldades que tiveram para trazer as meninas para o Brasil e o quanto isso significava uma grande vitória. Ao mesmo tempo estavam preocupados com o ingresso das filhas na escola, sem nenhum preparo prévio e conhecimento da língua portuguesa. Propus-me a auxiliá-las com aulas de português e nas questões burocráticas da escola. Logo passei a frequentar a casa da família, pois constantemente me convidavam para almoços e jantares nos quais preparavam pratos da culinária haitiana. Edouard é bibliotecário e trabalhava numa escola no Haiti. Depois do terremoto trabalhou numa ONG até quando essa deixou o país e, estando numa situação difícil resolveu solicitar o visto e vir para o Brasil. Dias após a sua chegada a sua esposa também veio, deixando as filhas com conhecidos. Edouard conseguiu emprego numa fábrica de móveis, onde continua trabalhando. Batalharam muito para trazer as filhas e, agora sonha em comprar uma casa e sair do aluguel.

15. ***Johanne Bernard Latouche (32 anos)*** – Johanne é a esposa de Edouard. Quando a conheci, ela não continha o riso de felicidade por ter conseguido buscar as filhas no Haiti. Contou da angústia que viveu ao deixá-las para trás. Hoje em dia, constantemente me convida para ir a sua casa e prepara comidas haitianas. Mas, na época da pesquisa, sempre que eu falava que queria ouvir sua história, ela dizia que seu marido saberia falar melhor. Porém, no meio de uma conversa, ela começou a contar sobre sua vida no Haiti, então, pedi para gravar e ela aceitou. Johanne engravidou na adolescência, quando teve a sua primeira filha. Concluiu o ensino médio, mas não teve condições de ir para universidade. Depois conheceu Edouard, com quem se casou e teve a sua segunda filha. Desde que chegou ao Brasil, trabalha em um açougue na zona sul de São Paulo, onde também mora. Foi proprietária de um restaurante no Haiti e deseja abrir um aqui.

2. HAITI

Jean Yvener Edouard

...temos um sentimento de irmandade, Brasil e Haiti tem uma ligação

Meu nome é Jean Yvener Edouard, tenho 42 anos. Sou casado e tenho duas filhas, Leila de 13 anos (filha do primeiro casamento da minha mulher) e Roxane de oito anos. Nasci em Petit Goâve, cresci com a minha mãe e meus irmãos, pois meu pai morava nos Estados Unidos. Quando terminei meus estudos, mudei para Porto Príncipe para fazer faculdade, me formei em Biblioteconomia e Arquivologia. Depois voltei para a minha cidade e passei a trabalhar num instituto de inglês como professor, mas esse instituto foi destruído no terremoto.

Depois da tragédia, consegui emprego em uma ONG e trabalhei durante um ano, mas a situação do país estava bem difícil. Minha mulher abriu um restaurante, tentamos trabalhar como autônomos, mas acabamos “quebrando”. Muitos amigos e conhecidos estavam saindo do Haiti e eu decidi sair também.

Sabíamos que o Brasil recebia haitianos e começamos a tentar contato com a embaixada brasileira para tirar o visto. Era muito difícil conseguir entrevista porque tinha muita procura. Muitas pessoas passavam até 06 meses tentando uma ligação e nunca eram atendidas. Eu comecei a tentar e em alguns dias consegui atendimento. Reuni todos os documentos e depois de 20 dias eu já podia viajar. Cheguei em São Paulo no dia 29 de maio de 2014. Logo a minha esposa também conseguiu, ela deu muita sorte, já nas primeiras ligações foi atendida e ela veio também. Deixamos nossas filhas lá.

Eu não sabia nada sobre o Brasil, mas temos um sentimento de irmandade, Brasil e Haiti tem uma ligação. Não sei explicar qual, mas temos uma ligação. Eu conhecia muito do futebol, Brasil é nossa seleção. E era também quem estava nos acolhendo no momento em que necessitávamos, apesar de todos os problemas, o Brasil nos deu a mão.

Inicialmente, ficamos no centro de São Paulo, mas não estava bom. Encontrei um amigo e ele comentou sobre uma oportunidade de emprego no bairro do Campo Limpo, então fui atrás

e comecei a trabalhar numa empresa que fabrica móveis e estou até hoje. Tenho carteira assinada, cartão de saúde, tudo certo. A minha esposa, Johane, também conseguiu emprego. Alugamos uma casa e começamos a nos organizar para trazer nossas filhas. Foi muito difícil conseguir juntar dinheiro para trazê-las, porque tínhamos os nossos custos aqui e o que recebíamos era pouco para todas as nossas despesas. O aluguel muito caro e ainda tínhamos que mandar dinheiro para elas lá no Haiti, para comida, escola e as demais necessidades. Não sobrava muito para guardar e foi um período de sofrimento. Mas agora acabou.

Somos um povo de paz, mas sempre tivemos que lutar

Quero falar para você sobre o meu país. O Haiti foi a primeira nação negra do mundo, fomos os primeiros a sermos livres. Mas depois tivemos que pagar por essa liberdade, pois a França cobrou uma quantia muito alta pela nossa independência. É absurdo! Conquistamos a independência com as nossas forças, mas tivemos que pagar caro. A França nunca perdoou o Haiti por ter se libertado e nos colocou numa situação ruim. O Haiti era conhecido como a “*Perla de las Antilhas*”, isso significava que era uma joia valiosa. Em toda a nossa história, muitos outros países roubaram nossas riquezas. Os verdadeiros amigos do Haiti são o Brasil, agora, a Venezuela e Cuba. Se você for ver a história vai perceber o que estou falando. Hoje o meu país está entregue. Acredito que vivemos uma situação bem parecida com o tempo da ditadura Duvalier, um tempo terrível.

A minha região, Petit Goâve, foi muito importante na queda dos Duvalier, os camponeses se levantaram contra a ditadura, tenho isso nas minhas memórias de infância e de ter ouvido muito contar.

Somos um povo de paz, mas sempre tivemos que lutar. Os haitianos não causam muitos problemas e por isso não temos muito polícia. Para se ter uma ideia, são 15 mil policiais para 10 milhões de habitantes e é possível. Imagina isso aqui em São Paulo. Lá no Haiti tem lugar que não tem polícia e o povo se organiza.

A mídia estrangeira só mostra o pior do Haiti, a favela, criança sem roupa. A mídia estrangeira mente ao nosso respeito. Lá tem muitas pessoas pobres, mas a mídia resume o Haiti a isso. A minha cidade tem uma praia muito bonita, Cocoyer Beach, mas isso a mídia nunca vai mostrar. Não havia necessidade da presença da MINUSTAH. Os soldados brasileiros ainda

ajudam e não falo isso porque estou na sua presença. Mas os chilenos, uruguaios fizeram muitas coisas ruins para os haitianos. Em Le Cays, uma cidade do sul, temos notícias de estupros de meninos e meninas. A questão é que não é bom para a ONU que exista paz. Se o Haiti fica em paz, não precisa da existência da MINUSTAH e os soldados ganham muito bem para estarem lá, então sabe o que eles fazem? Deixam armas nas favelas. Eles armam os bandidos e aí temos problemas e eles não podem ir embora.

Hoje o Haiti vive muitos problemas. O presidente atual sofreu um atentado, ele não está sendo aceito. Não posso dizer que é o povo que não o aceita, pois o povo é manipulado. Os que estão brigando pelo poder são os que mantêm essa situação. O povo precisa de dinheiro, de comida e isso é oferecido. Não entendo bem como funciona tudo isso, mas não é uma luta muito consciente, falta consciência política no Haiti. O ex-presidente, Michel Martelly, era um cantor, não tinha competência para governar um país, ele foi muito incompetente. Ele é arrogante, somente isso, e para não sair do poder ele elegeu o presidente atual, Jovenel Moïse. E será a mesma coisa, não mudará nada no Haiti. Ele vai trabalhar para que o antigo presidente volte em 2022. Mas eu acho que ele não terminará o mandato, virá um golpe.

Conhece Aristides? Bem educado, foi padre e é um criminoso, pois se ele era presidente e permitiu que torturasse e matasse pessoas, ele é responsável por isso. Ele tinha sabedoria, mas não foi um bom presidente. O único presidente bom que o Haiti teve foi Leslie François Manigat, um grande intelectual e político. Mas só ficou quatro meses no poder, sofreu um golpe e foi extraditado para a Venezuela. O governo dos Estados Unidos queria ajudar ele a voltar, mas uma das condições era que ele assinasse um acordo. Ele não aceitou e disse que “o problema do Haiti se resolve pelos haitianos e não com vocês”. Já Aristides aceitou e seguiu os interesses dos Estados Unidos. O Haiti está a 45 minutos de Miami, se Manigat tivesse aceitado construir uma ponte seria muito interessante. Você não sabe, mas o Haiti ajudou os Estados Unidos a se tornar independente, pois os haitianos foram lutar na guerra. Também ajudamos Bolívar na sua luta pela independência da América.

Houve um período em que o Haiti ocupou a República Dominicana. Durante 21 anos a ilha foi o único país, sob o governo do presidente Boyer. É importante lembrar que Boyer não fez coisas boas também, pois fechou escolas, hospitais e abriu prisões. Foi isso que gerou uma verdadeira guerra fria que existe entre o Haiti e a República Dominicana, até hoje. Os dominicanos não gostam dos haitianos e se acham brancos. Se um haitiano que vive lá tiver uma boa condição financeira e estudos, eles dizem: “você é dominicano, não é haitiano”.

Ser haitiano não significa ser nada

Os brasileiros pensam que os haitianos que vem para cá são pobres, miseráveis. Mas é uma viagem que custa muito caro e se você é muito pobre não tem como vir. O Haiti está com muitos problemas e é por isso que saímos de lá. Depois do terremoto ficou ainda mais difícil de conseguir trabalho. Só se consegue emprego se tiver relação com alguém importante que faça indicação, não por competência.

Aqui no Brasil foi difícil me acostumar com a forma de como somos tratados. Muitos são preconceituosos, julgam pela aparência, pelo o que você veste. E você sendo haitiano, então. Outro dia fui ao mercado comprar margarina e o rapaz do caixa me perguntou se existe margarina no Haiti. Eu nem respondi. Essas pessoas não têm conhecimento, são limitadas. Acreditam que se você veio do Haiti você viveu e vai viver na miséria. Por isso quero que entendam o que é o Haiti. Ser haitiano não significa ser nada. Praticamente, todos os dias eu sofro algum tipo de preconceito, mas eu vou ter que acostumar.

E ainda tem a questão de ser negro. Um dia fui à Igreja, uma moça sentou no banco e me aproximei procurando lugar. Ela colocou a bíblia no assento para que eu não pudesse sentar ao lado dela. Isso foi numa igreja evangélica que frequentei aqui logo que cheguei. Passei por muitas situações ruins lá e hoje não vou mais. As pessoas diziam querer ajudar, mas me tratavam como se eu fosse nada. Não querem saber quem realmente eu sou. Eu estava numa situação difícil, mas não era preciso me humilhar. Eu tenho nome, tenho vida, tenho história, não sou o que as pessoas veem na televisão sobre o Haiti. Você sabe que no Haiti tem pobreza, mas não é só isso.

No Haiti eu frequentava a Igreja católica. Não sou praticante do vodu, mas o haitiano, mesmo que não seja adepto do vodu, ele tem conhecimento a respeito. O vodu é capaz de salvar e de matar. Se uma criança está doente por coisas espirituais e se chama uma *prêtesse*, ela cura essa criança, tira os espíritos. Mas essa mesma pessoa, pode ser chamada para fazer algo ruim. Tem *prêtesse* que só faz o bem, então o vodu não é só mal como pensam.

No dia antes do levante que levou à liberdade do Haiti, foi feito um ritual vodu, foi sacrificado um porco e no dia seguinte acabou a escravidão. Algumas pessoas dizem que o Haiti

conquistou a independência com uso do vodu e por não ser de Deus vai encontrar todas as dificuldades.

Existem muitos cientistas que vão ao Haiti fazer pesquisa sobre o vodu, como um médico que foi para aprender como tirar o espírito de uma pessoa, porque assim não precisa usar anestesia durante uma cirurgia. Pessoas do vodu pegam o espírito, acho que na Bahia também se faz isso. Alguém que morreu, na verdade não morreu. Seu espírito foi tirado de você e depois pode ser devolvido. É verdade, eles podem tirar o espírito. Muitos querem aprender, mas quem é do vodu não revela todos os segredos, porque os estrangeiros só vão ao Haiti pegar o que tem valor e levar embora.

Hoje minha família está toda aqui e quero uma vida melhor. Quero comprar uma casa própria e abrir um negócio. Sonho que as crianças cresçam bem e possam ir para a universidade, se tornarem mestres, doutoras. Que elas tenham uma condição melhor do que nós tivemos, na verdade elas já têm mais condições. Queremos ficar no Brasil e viver bem aqui. No futuro quero pedir troca de nacionalidade, me tornar brasileiro.

Aqui é melhor para viver e eu gosto do Brasil, mas o Haiti é meu país e eu tenho muito amor por ele. É como se o Haiti fosse minha mãe e o Brasil minha madrastra.

.....

Jean Yvener Edouard chegou ao Brasil em 2014, sucedido pela esposa, e no prazo de dois anos conseguiu reunir sua família. É mais um emigrado do Haiti em sua história marcada por fluxos migratórios. Ele deixou o país quatro anos após o terremoto em busca de oportunidade de trabalho, depois de ter fracassado em suas alternativas no país recém-atingido por tão grande desastre natural. Originário de *Petit-Goâve*, cidade localizada a cerca de 70 km da capital *Port-au-Prince*, Edouard viajou direto do Haiti ao Brasil munido de visto, diferentemente da maioria dos nossos colaboradores que realizaram travessias mais complexas.

O Brasil era para ele quase um completo desconhecido, mas diante das “portas abertas”, Edouard deixou o Haiti pela primeira vez, carregando na bagagem planos, sonhos, necessidades e urgências. Em pouco tempo, conseguiu se estabelecer e, mesmo não exercendo a sua profissão

de formação, sente-se satisfeito com o trabalho regularizado que lhe permite viver com dignidade.

Edouard prefere falar do seu país e fica evidente o quanto lhe faltam palavras do idioma português no seu vocabulário, para a narrativa orgulhosa de sua origem. “Quero falar do Haiti, quero dizer quem somos”, foram suas palavras antes de iniciarmos a nossa entrevista. Edouard, como tantos outros colaboradores, apresenta um incomodo diante do silenciamento da história do seu país e do seu povo. Ele procura demonstrar que “ser haitiano não significa ser nada”, apresentando-se não apenas como imigrante aqui, mas como emigrado de um outro lugar.

A narrativa de Edouard procura oferecer resposta àqueles que ele afirma não terem conhecimento de seu país e serem limitados. Ele fala à sociedade brasileira e deseja exprimir a sua insatisfação com os preconceitos sofridos cotidianamente por ser haitiano e por ser negro. Resgata de sua memória fatos e personagens e dialoga com a história não de forma linear, mas estabelecendo as conexões necessárias para se fazer entender.

Assim como ele, outros colaboradores ressaltam a importância e o vanguardismo da experiência haitiana. “Somos um grande povo, precisamos nos lembrar disso. Lembrar que fomos o primeiro país a se libertar e libertar os negros na América”, é o que afirma Geneviève Cherubin ao falar sobre o seu povo e a importância da história do seu país. Uma história que foi condenada ao silêncio e reescrita de forma a fazer do Haiti

[...] a ilha do medo, a morada de Phóbos (Foboj) e o locus privilegiado de sua disseminação. Esse mórbido filho de Ares é o signo que rege o Haiti desde que essa região se fez conhecida do Velho Mundo. Conceituado pelos europeus como o espaço de canibais pré-colombianos, mescla-se aos sortilégios africanos a partir do tráfico negreiro e alcança, ao final do século XX, a expressão contemporânea de excessos de despotismo e caos. (SCARAMAL, 2006, p. 11)

O importante antropólogo haitiano, Michel-Rolph Trouillot, na obra *Silencing the past: Power and Production of History* (TROUILLOT, 1995), voltando-se para a compreensão da atualidade do passado, chama a atenção para as ambiguidades da história, distinguindo-a como processo e como narrativa. O autor adverte que narrar a história é também fazê-la, pois a narrativa é um processo ativo de poder e a posição ocupada pelos sujeitos históricos define a escolha dos fatos a serem inscritos como história. Assim, embora diversas narrativas de um mesmo evento histórico possam ser produzidas, poucas terão grande alcance, enquanto outras serão brutalmente silenciadas. Isso fica evidente quando se trata da história do Haiti e do

silenciamento que sofre, “através de fórmulas que Trouillot identifica como ‘fórmulas de encobrimento’ e ‘fórmula de banalização’” (MARQUES, 2013).

Então, há uma omissão diante de fatos importantes da história do Haiti na composição da história mundial e até continental. Basta observarmos o lugar que ocupa a Revolução Haitiana nos livros e manuais de história que tratam das independências na América Latina. Normalmente está ausente ou, quando citada, aparece de maneira subalterna. Assim, constituiu-se uma versão da história haitiana que, hegemonicamente, deu o tom para as ações e o tratamento dispensado ao país que perduram até os dias atuais. O que prevalece no imaginário ocidental é a representação de lugar não civilizado, caótico, miserável e violento e de um povo ignorante, selvagem e supersticioso. Edouard responsabiliza a imprensa internacional por sustentar essa imagem, ao escolher representar o Haiti a partir dos seus problemas, negando aspectos de positividade.

A Revolução Haitiana constituiu um fato impensável pelo colonizador europeu, pois em nenhum país da América, os africanos escravizados foram tão longe na ruptura com a ordem estabelecida. E isso foi inaceitável. “A França nunca perdoou o Haiti por ter se libertado”, afirma Edouard. Esse evento fundador da nação haitiana repercute em toda a sua existência e em todas as gerações, de forma que é evocado a cada impasse da história como aspecto de mobilização e agregação do povo haitiano. É o ponto de partida e a razão da existência da nação haitiana, como ficam evidentes nas narrativas de nossos colaboradores.

2.1. *Fomos os primeiros a sermos livres*

Haiti já foi a ilha *Quisqueya*⁸ - antes de ser batizada por Cristóvão Colombo de *Hispaniola*, quando da sua chegada ao Novo Mundo, ao anexar a ilha ao reino espanhol, tomando seus habitantes sob a *proteção* do rei que representava. Assim, os espanhóis logo

[...] introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela destruição dos cultivos com objetivo de matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos. (JAMES, 2010, p. 19)

Não precisou de muito mais tempo para que o genocídio dessa população, composta por duas etnias – os *chemés* e os *tainos* - fosse completo na ilha. Antes que isso ocorresse, o padre dominicano Frei Bartolomé de Las Casas, recorreu ao rei espanhol, Carlos V, em favor dos nativos americanos apresentando a possibilidade de importar africanos para substituí-los na empresa colonial. Assim, a fim de salvar os índios “o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão” (JAMES, 2010, p. 20). Justificava-se a utilização dos negros como escravos em substituição à mão de obra nativa, com a afirmativa de que o nativo não se adaptava ao sistema de trabalho. Assim, os africanos escravizados representam o primeiro recrutamento de migrantes na história do Haiti (PATRICE, 2017). O rentável tráfico negreiro trouxe à América africanos de diversas etnias que, assim como os povos originários dessas terras, foram tratados como não humanos e considerados propriedades.

Inicialmente, os negros escravizados foram trabalhar nas minas auríferas, já em decadência. Logo depois, passaram para o trabalho na produção de cana-de-açúcar e criação de gado. Mas em meados do século XVI, a descoberta de ouro e prata no México e nos Andes e a ascensão de Cuba como centro da administração no Caribe, fizeram com que os espanhóis desativassem parcialmente a colonização na ilha, que se tornou um entreposto de abastecimento.

⁸ Forma pela qual os tainos denominavam a ilha, embora também fosse chamada Ayti (terras altas).

O abandono espanhol das suas possessões caribenhas durou aproximadamente dois séculos e abriu espaço para os interesses de outras metrópoles, como França, Grã-Bretanha e Holanda, que passaram a ocupar diversas ilhas. A ilha de Tortuga, distante nove quilômetros da costa norte de *Hispaniola*, já vinha sendo ocupada por aventureiros franceses desde 1629. Ingleses e holandeses também chegaram a Tortuga e, depois de certo tempo e acirradas disputas, prevaleceu o poderio francês. A proximidade facilitou o estabelecimento de uma base francesa na parte ocidental da ilha de *Hispaniola*, cerca de um terço dela, onde os franceses passaram a cultivar cacau, anil e algodão. Em 1697 a França obteve a concessão de posse da parte da ilha que ocupava, pelo Tratado de *Ryswick*⁹, passando a ser conhecido esse território como *Saint Domingue*.

Em pouco tempo, *Saint Domingue* se tornou a colônia francesa mais próspera. O comércio de açúcar com os Estados Unidos da América elevou a produção e a ilha passou a ser conhecida como “*La perla de las Antillas*”.

A partir do século XVIII, houve um crescente aumento na demanda por açúcar na Europa e, por conseguinte, por escravos nas colônias. A colônia de *Saint Domingue* beneficiou-se também do Tratado de Utrecht (1713-1714), que concedeu à Inglaterra trinta anos no monopólio do tráfico de escravos para as Índias Ocidentais [...] O aumento do tráfico de escravos nesse período foi vertiginoso: 180.000, de 1700 a 1760; 80.000, de 1760 a 1780; e, 200.000 escravos em apenas dez anos, de 1780 a 1790. A população de São Domingos, que era no ano de 1700 estimada em 13,5 mil passou a 500 mil habitantes noventa anos depois. (SCARAMAL, 2006, p.18)

Do ponto de vista social, *Saint Domingue* apresentava um arranjo complicado e conflitante. Segundo Scaramal, à época da Revolução Francesa, a população de *Saint Domingue* era formada por, aproximadamente, “500 mil negros, 40 mil mulatos e 36 mil brancos” (SCARAMAL, 2006, p.19). Apesar da maioria esmagadora da população ser composta por negros escravizados, havia ainda alguns negros libertos e um grupo considerável de mulatos, que recebiam tratamento diferenciado, mas que tinham direitos civis limitados. Assim, a população era um verdadeiro emaranhado de relações de “cores” e posições:

A descendência de brancos, pretos e mestiços tinha 128 divisões. O verdadeiro mulato era de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era um quadrarão, com 96 partes de branco e 32 partes de

⁹ Tratado assinado na cidade de Ryswick na Holanda, acabando com a guerra de coalizão dos Habsburgos.

preto. Mas o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu na proporção de 88 por 40, ou pelo branco e pela sacrata, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o *sang-melé*, com 127 partes brancas e uma negra, continuava sendo um homem de cor. (JAMES, 2010, p.49)

Havia, também, divisão entre os brancos em dois segmentos: *grands blancs*, formado por grandes fazendeiros, burocratas coloniais e profissionais liberais; e os *petits blancs*, que eram os pequenos lojistas e artesãos.

Os homens livres, de cor, muitos deles filhos de senhores brancos com escravas negras, gozavam de alguns privilégios e riquezas, mas eram desprezados pelos brancos, que buscavam sempre diminuir o acesso de mulatos a diversos setores sociais. Mas é inegável a importância econômica desse grupo, que estava inserido em todos os setores da economia das cidades.

A tensão entre brancos, mulatos e negros era constante. Muitos negros resistiram aos trabalhos forçados e a *marronage*¹⁰ crescia cada vez mais. Para controlar a imensa massa de escravos, os senhores atuavam de forma cruel, com castigos que desconsideravam qualquer traço de humanidade. Tal tratamento era justificado pela necessidade de segurança dos brancos. Em uma carta escrita ao ministro da França, o governador da Martinica dizia que “[...] a segurança dos brancos exigia que mantivéssemos os negros na mais profunda ignorância. Cheguei a ponto de acreditar firmemente que os negros deveriam ser tratados como animais” (Apud JAMES, 2010, p.31).

As dificuldades consistiam no fato de que, embora fossem apanhados como animais, transportados em cercados, atrelados para trabalhar ao lado de um cavalo ou de um burro, sendo ambos feridos pelo mesmo chicote, colocados em estábulos e deixados para morrer de fome, eles permaneciam, apesar de suas peles negras e dos seus cabelos encaracolados, quase irremediavelmente seres humanos; com a inteligência e os rancores dos seres humanos. Para amedrontá-los e torná-los dóceis era necessário um regime de calculada brutalidade e de terrorismo, e é isso o que explica o extraordinário espetáculo de proprietários despreocupados em preservar suas propriedades: tinham antes de cuidar da própria segurança. (JAMES, 2010, p. 26)

¹⁰ Movimento similar aos Quilombos no Brasil, a *marronage* sempre significou um perigo para a colônia. Em 1751 cerca de 3.000 marrons viviam nas montanhas e, constantemente, faziam incursões às fazendas para, além de pilhagem, converter outros escravos a se juntarem aos bandos (ver JAMES, 2010, p. 34-35).

James¹¹, apoiado no relato de muitos viajantes, narra diversas formas de crueldade e desumanidade às quais eram submetidos os escravizados em *Saint Domingue*, além do trabalho excessivo em condições sub-humanas, ainda recebiam castigos horrendos, legalizados pelo *Code Noir*¹².

Por volta de 1740, uma revolta de escravos, lideradas por um negro conhecido por *Ti Noel*, e outra levada a cabo por *Mackandal*¹³, figura lendária, em fins da década de 1750, inauguraram a efervescência que iria culminar com a Revolução Haitiana a partir de 1791.

Não fosse o comedimento necessário ao historiador, se pudesse ousar e aceitar a literatura como provocação, poder-se-ia dizer que essa resistência silenciosa rompera-se com o urro de um escravo mandinga, ao ter seu braço decepado na moenda de cana-de-açúcar. Pudesse continuar aceitando a provocação literária, tal historiador diria: mais que um urro, o que se ouvira em uma fazenda do Limbé, região setentrional de Saint Domingue, foi o bramido de revolta daquele que se tornaria o líder da primeira insurreição de escravos em Saint Domingue, François Mackandal. (SCARAMAL, 2006, p. 30).

A partir daí, diversas sublevações escravas eclodiram em *Saint Domingue*, tanto nas plantações como nas áreas urbanas, engrossando o caudal revolucionário dos escravos. Os anos e as revoltas foram extremamente violentos. O ódio ancestral, alimentado pela fé nas práticas mágicas do vodu¹⁴, levaram os negros a destruírem engenhos e cafezais, fazendo-se cumprir o que há tempos cantavam nas plantações: “Ê! Ê Bomba! Heu! Heu! Canga, bafio te! Canga, bafio te! Canga mouné de lé! Canga, do Ki la! Canga li!”¹⁵ (JAMES, 2000, p.32).

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, fervilhavam os acontecimentos na França revolucionária. Em 1794, foi proclamado o fim da escravidão nas possessões francesas ultramar, tendo sido antes, em 1789, proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o que não foi colocado em prática na colônia. Segundo Handerson

¹¹ A sua obra “Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos”, escrito em 1938 se tornou um clássico sobre a Revolução Haitiana.

¹² Código legislativo francês, sancionado por Luís XIV em 1865, que legalizava a escravidão nas colônias francesas, determinando o tratamento de seres humanos como propriedade, a marcação a ferro, a tortura, as mutilações e até o assassinato daqueles que questionassem a sua condição de existência dentro do sistema.

¹³ As narrativas historiográficas e literárias contam que, após ter o braço decepado, Mackandal foi redirecionado de seus afazeres, saindo do corte de cana para o cuidado do gado. A partir de então, tornou-se um marrom e reuniu em torno dele um grande grupo de escravos fugidos. Era um grande orador e a ele era atribuído poderes mágicos. Tinha planos de destruir a população branca de Saint Domingue e, para isso, utilizava métodos de envenenamentos. Foi capturado e queimado vivo.

¹⁴ Religião de origem africana praticada no Haiti.

¹⁵ “Juramos destruir os brancos e tudo o que possuem; que morramos se falharmos nessa promessa”.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão impressionou os colonos, provocou medo em parte deles. Os deputados colonos fizeram de tudo para proibir a promulgação do documento, com medo de uma possível revolta dos livres de cor e dos escravos. No final do século XVIII, os ideais da Revolução Francesa começam a se fundir pelo mundo: liberdade, igualdade e fraternidade. [...] O impulso revolucionário chegou à ilha de São Domingos trazido da França pelo escravo liberto Vicent Ogé, líder de um movimento armado contra os brancos. (HANDERSON, 2010, p. 44)

Os colonos negaram a aceitação do Direito Constitucional vindo da França e, negligenciavam inclusive o *Code Noir*, que previa alguns direitos e igualdade política entre colonos e negros libertos. Assim, Vicente Ogé inicia uma luta armada contra os brancos, em defesa dos direitos políticos e igualdade dos libertos de cor, mas logo é derrotado e morto. Para a maioria dos colonos era inaceitável que qualquer homem de cor, mesmo livre, fosse depositário de direitos. Por outro lado, os livres de cor se insurgiam, em diversas regiões da colônia, para fazer valer o que acreditavam ter direito, pela sua condição de homens livres, como agora garantia a nascente Constituição Francesa.

André Rigaud, um homem livre de cor que viria a se tornar um líder importante, mais tarde lembrou-se das palavras ditas pela autoridade francesa que foi enviada para reprimi-los: “Homens de cor [...] vocês nunca devem esperar atravessar a linha de demarcação que os separa dos brancos, seus pais e patronos. Voltem às suas obrigações [...]. Ofereço-lhes paz com uma mão e guerra com a outra”. (SCOTT; HEBRARD, 2015, p. 47-48)

Os livres de cor defendiam o seu direito a participação política e a viverem como brancos, mas não tocavam na questão da escravidão, até mesmo porque muitos deles eram proprietários de escravos. No entanto, muitas pessoas alforriadas, que trabalhavam no campo ou eram artesãs, defendiam a abolição imediata. Esses, comumente, possuíam laços sociais com indivíduos sujeitos à escravidão. Rogers afirma que não são raros os registros de casamento entre livres e escravos, como também de pessoas livres de cor mediando a alforria de escravos (ROGERS, 2003). Mas havia, ainda, uma constante tensão entre escravos negros e alforriados.

Os escravos libertos não cessavam de demonstrar por meio de palavras os seus ganhos e triunfos na vida, sustentando uma falsa e pretendida superioridade racial. Os negros libertos eram menos numerosos, mas sua pele era objeto de tal desprezo que um escravo mulato se considerava superior a um negro livre

e preferia morrer a ser um escravo negro. (FRANCO, 1954 apud SCARAMAL, 2006, p. 24)

No contexto das lutas que culminaram na independência do Haiti, é difícil compreender o papel de cada grupo, ou até mesmo, se é possível classificar os indivíduos em grupos sociais ou raciais. Scott e Hebrard trazem esclarecimentos que nos aproximam de uma maior clareza a respeito:

Durante esses anos, os termos usados para designar indivíduos eram complexos, refletindo processos sociais contínuos, e não categorias fixas. O respeito ou desrespeito implicado podia variar dependendo do esquema e do contexto. A tríade branco/mulato/negro, por exemplo, geralmente estigmatizava as duas últimas categorias [...] Os termos “europeu”, “americano”, “*créole*” (da terra) e “africano” podiam ser usados de maneiras diferentes para objetivos também diferentes e estes se sobrepunham em vez de duplicar os vários termos de cor. A distinção legal nascido livre/forro/escravo não se enquadrava facilmente à dicotomia mulato/negro, já que a condição legal e a cor designada vinham de esquemas de categorias diferentes. Finalmente o termo *affanchi* (alforriado), embora assinalando um estatuto de livre, podia ser intencionalmente desrespeitoso, lembrando publicamente que um indivíduo tinha sido escravo em um determinado momento. [...] Talvez não seja preciso dizer que na busca por compreender a dinâmica da Revolução Haitiana não podemos usar qualquer conjunto desses rótulos de modo isolado, como se pudessem, por eles próprios, denominar as facções relevantes e os grupos de autores. (SCOTT; HEBRARD, 2015, p. 48-49)

Apesar de todas as possíveis divisões, nas montanhas, longe dos ideais franceses e impregnados pelo desejo de liberdade, os *marrons*¹⁶ se preparavam para uma batalha que não poderia ter volta. Assim, a luta pela independência da metrópole francesa e pelo fim da escravidão, teve início em 1791 com a célebre cerimônia de *Bois-Caïman*¹⁷ conduzida por Boukman¹⁸, na qual vodu e revolta se uniram para combater os senhores brancos. Ao

¹⁶ O termo *marron* refere-se ao escravo fugido.

¹⁷ Em 14 de agosto de 1791 aconteceu a cerimônia de Bois Caïman, perto de Cap Français (atual Cap Haïtien), em terras da propriedade de Lenormand de Mezy. Trata-se de uma cerimônia vodu, em que Boukman (nascido na Jamaica) oficiava como *hougan* ou *papaloe* (sacerdote do vodu). No ritual, um porco é sacrificado e todos bebem o sangue do animal sacrificado (pacto de sangue) e fazem juramento de fidelidade à luta. Logo, plantações e usinas foram incendiadas: ao todo 200 de açúcar e 600 de café. Muitos brancos foram assassinados. Uma onda revolucionária percorreu o país. Boukman foi morto, o corpo queimado, a cabeça pendurada num poste na Praça de Armas de *Cap Français*, com a inscrição: “*Tête de Boukman, chef des révoltés*”.

¹⁸ Boukman era um alto sacerdote do Vodu. Como capataz de uma fazenda acompanhava os acontecimentos políticos entre brancos e mulatos e, preparava a revolta que visava o extermínio dos brancos e a tomada da colônia.

perceberem a ação dos escravos, muitos livres de cor se uniram a eles, aumentando o contingente em luta. “Foi em nome do vodou [...] que se levantou o fogo da negritude, do africanismo, tirando o Haiti do jugo pesado da escravidão”, afirma Clarens Chery ao fazer memória da importância do vodou na história de seu país e de seu povo.

Em 1793 os rebeldes conquistaram a abolição da escravidão, sendo estendida, no ano seguinte, a todas as colônias francesas. A partir de então, tiveram que enfrentar as tropas britânicas, que chegaram à ilha a fim de restabelecer a ordem colonial. Toussaint L'Ouverture¹⁹, que abandonou o importante cargo, para um escravo, de administrador dos bens vivos em uma fazenda e se juntou aos rebeldes, liderou o exército negro que derrotou militarmente os britânicos. Mas a luta não estava ganha e, em 1802, foi a vez de Napoleão Bonaparte investir para o restabelecimento da escravidão e do *Code Noir* em *Saint Domingue*. Em 1803, Toussaint foi capturado pelas tropas napoleônicas e foi levado para a França, morrendo na prisão. Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo que ascendeu a general nas tropas de Toussaint assumiu o comando e derrotou a “Armada Invencível” de Napoleão, declarando a independência do Haiti em 01 de janeiro de 1804. Sob a bandeira de “liberdade ou morte”, Dessalines deu o passo final para a ruptura, não só com a metrópole francesa e a escravidão, mas com a condição colonial.

Por toda a América eclodiam movimentos por independência política à luz dos ideais liberais. Nesses projetos de independência estavam presentes “as ideias de liberdade, de igualdade jurídica, da legitimidade da propriedade privada, da educação como remédio para os grandes males, da necessidade do império da lei, do progresso e da felicidade geral do povo”. (PRADO, 1987, p.12). Mas, na maioria deles, não se pensava em liberdade para os negros escravizados. Esses estavam fora do “ser de direitos”, do “ser humano”. Não eram entendidos como o “Indivíduo”, o “Homem” portador dos direitos, declarados na França, que se pretendiam universais. Para Dessalines, o projeto era diferente: liberdade estava ligada ao fim da escravidão e ao fim de todo o aparato colonial, inclusive os colonos. O ódio aos opressores franceses marcou a atuação de Dessalines. Dizia ele ao povo do Haiti:

Generais intrépidos, que insensíveis às próprias desgraças haveis restaurado a liberdade prodigando-lhe todo vosso sangue, saibam que nada haveis feito se não derdes às nações um exemplo terrível, mas justo, da vingança que deve exercer um povo orgulhoso de ter recobrado sua liberdade e zeloso de mantê-la; amedrontemos os que tentam nos arrebatá-la: comecemos pelos franceses.

¹⁹ Filho de um escravo que vinha de uma linhagem de chefes africanos, que desde a sua chegada se destacou e teve tratamento diferenciado do seu senhor, Toussaint teve como padrinho um velho negro chamado Pierre Baptiste, que lhe ensinou crioulo, francês, latim e geometria. Assim, Toussaint teve contato com obras dos principais pensadores ocidentais.

Que temam ao abordar nossas costas, se não pela lembrança das crueldades que eles exerceram, ao menos pela nossa terrível resolução de condenar à morte todo o francês que ouse pisar com seus pés sacrílegos no território da liberdade (PRADO, 1987, p. 14)

Dessalines batizou a nova nação de Haiti²⁰, renegando o nome francês. Fez cumprir a promessa de vingança e os gritos de “*Koupé tèt, bout Kay*”²¹ se espalhou por todo o território haitiano, dando início a uma grande matança e a expulsão dos brancos da primeira nação negra da América.

O sociólogo Jean-Claude Icart afirma que durante as lutas revolucionárias surgiram os primeiros emigrantes haitianos: os muitos escravos foram levados pelos colonos franceses para Cuba e Estados Unidos (ICARD, 1987). Porém, Handerson chama a atenção para a relevância da emigração dos descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e dos *mûlatres* proprietários de terras, que iam realizar os seus estudos na França, desde o final do século XVIII (HANDERSON, 2015).

²⁰ Haiti ou ayti significa “terras altas” na língua dos taínos, povo que habitava a região antes da chegada de Colombo.

²¹ “Cortem as cabeças, queimem as casas”

2.2. *Conquistamos a independência com as nossas forças, mas tivemos que pagar caro*

O país independente, praticamente destruído, não foi reconhecido pela antiga metrópole e nem pelos Estados Unidos, potência em ascensão. Na Europa as notícias da Revolução eram recebidas com descrença (TROUILLOT, 1995). Ao europeu parecia impossível que negros escravizados fossem capazes de conceber e levar a cabo um movimento de tamanho alcance e, muito menos, que pudessem vencer as tropas francesas. Já na América escravista, os relatos das violências cometidas pelos negros contra os brancos se espalharam rápido e o medo do contágio haitiano, levou os governos de Cuba e Estados Unidos a proibirem o desembarque de qualquer negro vindo da antiga *Saint Domingue*, embora muitos burlassem essa proibição arriscando a liberdade recém-conquistada. Em Cuba, por exemplo,

[...] um refugiado que chegasse afirmando ser livre em virtude das conquistas de Toussaint Louverture e da Revolução Haitiana, ou até mesmo graças aos decretos abolicionistas da Convenção Nacional Francesa arriscava-se a ser preso, deportado ou vendido como escravo” (SCOTT; HEBRARD, 2015, p. 76).

O Haiti inicia sua existência de país livre entrincheirado numa América escravista e racista, que não aceita sua existência e impõe embargo econômico, e o condena ao fracasso, por ser absolutamente impensável o rumo que podia tomar um país liderado por ex-escravos. Nesse contexto

Dessalines se proclamou Imperador e não queria continuar o sistema agroexportador, até porque ele havia mandado queimar todas as plantações. O seu desejo era romper radicalmente com tudo do sistema antigo, tudo o que era francês. Com a volta à economia de subsistência, o Haiti saiu do mercado mundial do açúcar. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional, pois já desde o período de colonização, o Haiti apresentava uma economia primária. (HANDERSON, 2010, p. 55)

Um dos primeiros atos de Dessalines como chefe de Estado foi encorajar o retorno dos imigrantes, chegando a oferecer pagamento aos barqueiros estadunidense que levassem haitianos de volta (ICARD, 1987, p.32). Mas, embora livre, a sombra do colonizador parecia

permanecer sobre o povo haitiano, na forma de estigma de sua inferioridade. Assim, o primeiro século pós-independência foi bastante conturbado. Já em 1806, Dessalines foi assassinado por um grupo de *mûlatres*, grandes proprietários de terra que estavam inseridos na produção em larga escala do período colonial e eram contrários aos projetos de reforma agrária e da implantação de uma cultura de subsistência determinada por Dessalines.

A partir daí o Haiti foi dividido em dois: ao norte, um reino conduzido pelo negro Henri Christophe e ao sul, uma república governada pelo mulato Alexandre Pétion. Revelando um forte antagonismo entre os livres de cor, chamados “*mulâtres*”, e os “*noirs*”, identificados como os descendentes dos antigos escravos. Como afirma Rogers “em toda a história da República do Haiti, a cor e eventualmente o fenótipo dos indivíduos são critérios fortes de diferenciação política, econômica e social” ²² (ROGERS, 2003, p. 84). Esse antagonismo entre norte e sul também se deu em relação à emigração. Enquanto Henri Christophe no norte proibia a saída de qualquer haitiano do país sem autorização, Alexandre Pétion no sul estimulava o voluntariado de haitianos nas lutas por liberdade da América Latina, dando o tom do que seria a política diplomática haitiana até o governo de François Duvalier (ICARD, 1987).

A guerra que se estabeleceu entre os dois lados do território representava também uma oposição ideológica e, com a vitória do sul, prevaleceu a ideia de que os *mûlatres* foram os verdadeiros vencedores da Revolução, que na ausência do branco mantiveram suas grandes propriedades, controle do comércio e enriqueceram às custas de uma maioria negra cada vez mais empobrecida. Os *mûlatres* se orgulhavam de nunca terem sido escravos e de serem descendentes dos brancos, julgando-se assim mais aptos para governar, já que antigos escravos não teriam legitimidade para ocupar os cargos de direção de uma nação civilizada. “Os chefes de Estados haitianos julgavam ser necessário mostrar que a primeira república negra que nascia estava à altura de todas as nações ditas civilizadas” (HURBON, 1987, p. 69) e, após a reunificação mantiveram os propósitos de aproximação com o ocidente civilizado, primeiramente fazendo-se reconhecer como nação.

Segundo Hurbon, o primeiro período de implantação do Estado do Haiti, entre 1804 e 1915, corresponde a uma longa tentativa dos governantes haitianos junto ao antigo colonizador de obter e consolidar o reconhecimento da independência. Para isso, fizeram de tudo para o Haiti se tornar um Estado dentro do modelo ocidental, trabalhando excessivamente para combater práticas que no ocidente eram associadas à barbárie e à ausência de civilização. Práticas essas que formavam a essência do *ser haitiano*. “Concretamente, o culto do vodu

²² Tradução própria da pesquisadora.

(herdado da África negra), a língua crioula (criada no âmbito da sociedade escravista), os costumes familiares (igualmente readaptação da África no Haiti)²³ (HURBON, 1986, p. 128), ou seja, tudo o que era obstáculo à inserção do país na universalidade humana, representada na cultura ocidental.

O vodu era considerado pela Igreja Católica, como exemplo de ignorância e de superstição de um povo atrasado e desrespeitoso a Deus com suas práticas demoníacas, portanto longe do ideal de civilização. Assim, os governantes passaram a tentar banir, ou pelo menos esconder, as práticas do vodu. Em 1860, o governo haitiano assinou uma concordata com o Vaticano pela qual tornava o catolicismo religião oficial do país. A partir daí, os voduístas tornam-se perseguidos, travando-se uma verdadeira guerra contra o vodu. A concordata colocava a Igreja Católica a serviço do Estado e da burguesia haitiana. “É nesse contexto histórico que podemos entender o sincretismo do vodu com o catolicismo. Nenhuma possibilidade de escolher sua religião era dada ao povo haitiano, que se via obrigado a adaptar-se à repressão” (HURBON, 1987, p. 70). Mesmo proibido, as práticas do vodu se mantêm, até mesmo entre a burguesia que dizia defender o seu fim. Assim como a língua *créole*²⁴, considerada idioma de analfabetos, em nenhum momento foi substituída pelo francês para a maior parte da população haitiana. Nesse ambiente, é perceptível a oposição entre uma elite, a minoria dominante, nas crenças; e do outro, uma maioria que vivia conforme o modelo anteriormente forjado nas montanhas pelos primeiros *marrons*, reinventando e reivindicando o direito de ser e crer, conforme os seus antepassados africanos.

Ao falar sobre religião, Edouard se diz não praticante do vodu, mas afirma que todo haitiano tem conhecimento a respeito. Ele narra os feitos do vodu e afirma a sua crença no que diz: “É verdade, eles podem tirar o espírito”. Ele considera os conhecimentos do vodu um valor haitiano que também é perseguido pelo estrangeiro. Segundo ele, quem vai ao Haiti procura pegar o que tem valor e levar embora. Lembra-nos ainda da importância do vodu nas lutas pela independência, mas também, da crença de algumas pessoas de que “o Haiti conquistou a independência com uso do vodu e, por não ser de Deus, encontra todas as dificuldades”. Isso vai ao encontro do que diz outra colaboradora, Johane Placher, que afirma que “o vodu é só maldade. É só coisa ruim, não traz nada para o país. Falam que a libertação da escravidão veio do vodu, então não fomos libertos porque esse negócio de vodu é condenação” e diz que como evangélica não “mexe” com o vodu por saber que representa o mal. Para Chery é evidente que o europeu demonizou a herança africana e em suas palavras “o vodu ajudou o haitiano porque

²³ Tradução própria da pesquisadora.

²⁴ Uma das línguas oficiais do Haiti, que surgiu de uma mistura do francês com dialetos africanos.

se o Haiti está onde está podemos agradecer ao vodu [...] todos nós temos o vodu e o batuque dentro de nós, mesmo que nós respeitemos o cristianismo”. Embora as opiniões sejam diversas, e até opostas, fica claro nas narrativas dos nossos colaboradores a importância do vodu na composição do ser haitiano. Assim como é importante ressaltar que o vodu, como religião dos revolucionários, sempre esteve atrelado às lutas sociais no Haiti, sendo um elemento político aglutinador forte e decisivo em diversos momentos de sua história.

Para reconhecer a independência do Haiti, a França cobrou uma alta indenização e Jean Pierre Boyer²⁵ “tentando superar o drama da rejeição da Europa imperialista à sua República Negra” (HANDERSON, 2010, p. 57) aceitou os termos do acordo proposto pelo antigo colonizador e, em 1825, a França reconheceu a independência do Haiti, mediante o pagamento de 150 milhões de francos²⁶. Para Edouard, um “absurdo! Conquistamos a independência com as nossas forças, mas tivemos que pagar caro. A França nunca perdoou o Haiti por ter se libertado e nos colocou numa situação ruim”. Edouard também enfatiza que sob o governo de Boyer, o Haiti ocupou a República Dominicana promovendo a unificação da ilha por 21 anos. Segundo ele, “isso gerou uma verdadeira guerra fria que existe entre o Haiti e a República Dominicana até hoje”.

Com os cofres vazios, o pagamento da primeira parcela da chamada “dívida da independência” foi cumprido com o empréstimo de bancos franceses. Assim o Haiti entrou numa dívida dupla, que condenará o seu povo, principalmente a população camponesa, sobre quem cairá o fardo dessa dívida²⁷, a décadas de exploração e pobreza.

Yvener Guillaume, refletindo sobre a história do seu país, afirma que havia razões para não deixar o Haiti seguir adiante:

Tanta maldade e crimes que a França cometeu com os africanos. Então deixar o Haiti crescer, vai servir como um exemplo e os africanos podem se levantar em outros lugares. Porque terá um exemplo a seguir. Desde 1804 o Haiti conseguiu a libertação e *mira* onde é que ele está! Então o Haiti sempre teve uma mão escondida para não deixa-lo crescer como que ele deveria.

Assim, o juramento proclamado por Jean-Jacques Dessalines e repetido a cada aniversário da independência – “Juramos perante todo o universo, à posteridade, a nós mesmos,

²⁵ Mulato que assumiu o comando do país após a reunificação do norte e sul em 1818. Prevalecerá no poder até 1843.

²⁶ Posteriormente, em 1838, esse valor foi reduzido para 90 milhões de francos, o que em 2003 correspondia a 22 bilhões de dólares, o equivalente a 44 vezes o orçamento do Haiti hoje. (Cf. SEGUY, 2014, p. 159)

²⁷ Em 1826 foi instituído o Código rural que instituiu um regime de semiescravidão, conhecido no Haiti como *caporalisme agraire*, obrigava o camponês a se manter preso e explorado nas grandes plantações.

de renunciar para sempre à França, e de morrer ao invés de viver sob sua dominação; de lutar até o último suspiro pela independência do nosso país” (DESSALINES Apud SEGUY, 2014, p. 138) – não fazia mais sentido após a assinatura do tratado pelo o qual a França reconheceu a independência do Haiti.

Citadelle Laferrière – Haiti. Fortaleza construída entre 1805 e 1820 por Henri Christophe – Haiti, 2013
(Créditos da própria pesquisadora)

Ruínas do Palácio Sans-Souci – Haiti. Residência de Henri Christophe – Haiti, 2013
(Créditos da própria pesquisadora)

Templo Vodou – Haiti, 2013. (Créditos da própria pesquisadora)

2.3. *Somos um povo de paz, mas sempre tivemos que lutar*

Nos anos que se seguiram, o Haiti não conheceu estabilidade política e social, estando em constantes conflitos que, em muito, eram causados pelas consequências da imensa dívida²⁸. As diversas mudanças de governo e constantes golpes reforçavam a ideia no estrangeiro da incapacidade dos negros de se autogovernarem e a necessidade de interferência. Crises recorrentes, em um país geograficamente tão próximo dos Estados Unidos da América, confirmariam as justificativas para intervenção e ocupação de natureza militar promovida pelo governo estadunidense e destinada a perdurar por quase 20 anos. Segundo Laënnec Hurbon, nesse período “o Haiti conheceu a mais terrível humilhação de sua história: a colonização americana” (HURBON, 1987, p. 70).

Os Estados Unidos, com o então presidente Theodor Roosevelt, viu aí a oportunidade que precisava para dar seguimento a sua investida no Caribe, que já estava em andamento com a intervenção em Cuba, Panamá e Honduras. No dia 28 de julho de 1915, os primeiros marinheiros estadunidenses desembarcam e iniciam a ocupação da ilha. Nas palavras de Galeano,

Lo primero que hicieron [os americanos] fue ocupar la aduana y la oficina de recaudación de impuestos. El ejército de ocupación retuvo el salario del presidente haitiano hasta que se resignó a firmar la liquidación del Banco de la Nación, que se convirtió en sucursal del CitiBank de Nueva York. El presidente y todos los demás negros tenían la entrada prohibida en los hoteles, restaurantes y clubes exclusivos del poder extranjero. Los ocupantes no se atrevieron a restablecer la esclavitud, pero impusieron el trabajo forzado para las obras publicas. (GALEANO, 2010b)

Em 1922, o *National City Bank of New York* “comprou a dívida, o que acabou com a preponderância francesa e consagrou definitivamente a preponderância estadunidense. Isto é, o resgate da dívida atrelou de vez o Haiti à dependência dos EUA”. (SEGUY, 2014, p. 172)

Ações dessa ocupação trouxeram consequências irreparáveis para o Estado e o povo haitiano. Do ponto de vista governamental, foi implantado um novo sistema e forma de governar nos moldes estadunidenses, inclusive, em 1918, uma nova constituição escrita por Roosevelt, anulava todas as leis haitianas que proibiam aos estrangeiros se tornarem

²⁸ Para arcar com o pagamento da dívida, constantemente, o governo haitiano aumentava a carga tributária sob a produção camponesa, gerando diversas revoltas e levante dessa população.

proprietários de terras no Haiti. Assim, o presidente Roosevelt afirmava que atrairia investidores estrangeiros que não iriam investir onde não pudessem ser proprietários (cf. SEGUY, 2014, p. 176). *Port-au-Prince* foi transformada em metrópole, com uma grande concentração dos aparatos administrativos e econômicos na capital, como também de educação e cultura, o que causou o aumento demográfico na cidade e a constituição de uma periferia sem nenhuma infraestrutura.

A ocupação americana no Haiti marcou o primeiro grande fluxo migratório internacional de haitianos, tendo como principais destinos Cuba e República Dominicana (também ocupada pelas forças armadas estadunidenses a partir de 1912). A política imposta pelos Estados Unidos no Haiti culminou na expropriação de terras de muitos camponeses, retirando deles as condições de sua subsistência e destruindo a própria base da economia haitiana (PATRICE, 2017), o que resultou num intenso êxodo rural e na migração internacional. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos agiam para expulsar os haitianos de suas terras, os acolhiam na sua crescente indústria açucareira no Caribe que sofria de escassez de mão de obra para trabalhar nas plantações em Cuba e na República Dominicana. Assim foram estabelecidas políticas que favoreceram o recrutamento de camponeses haitianos para atuar nessas plantações.

Estima-se que “30.000 a 40.000 haitianos, chamados *braceros*, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931” (HANDERSON, 2015, p. 69 apud WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2009). Icart afirma que, praticamente, o mesmo número de haitianos tomou o caminho da República Dominicana no mesmo período (ICART, 1987, p. 33). No fim dos anos 1920 a indústria açucareira apresentava problemas de superprodução, agravados pela Grande Depressão. Assim, em 1928 o governo cubano proibiu a entrada de novos haitianos e em 1933 ordenou a expulsão dos estrangeiros ilegais do país. Muitos haitianos foram caçados, espancados e até assassinados e muitos outros retornaram ao Haiti (ICART, 1987, p. 35). Na República Dominicana a expulsão dos haitianos se deu de forma ainda mais violenta, culminando com o massacre de cerca de 30.000 haitianos (HURBON, 1987, p.28), em 1937, ordenado pelo ditador Rafael Leonidas Trujillo, reafirmando a xenofobia que marcou a relação entre os dois países, profundamente piorada com a ocupação americana (ICART, 1987). Para Icart, “a história dessa emigração é uma longa série de abusos, repressão, humilhação e violação sistemática dos direitos mais elementares dos migrantes”²⁹ (ICART, 1987, p.35).

²⁹ Tradução da própria pesquisadora.

Durante a ocupação americana no Haiti, os invasores também buscaram reforçar a ideia de incapacidade dos negros de se autogovernarem (o que legitimava a ocupação), ao mesmo tempo em que formavam uma elite haitiana, acordada nos seus valores e aliada em detrimento da população camponesa, dita selvagem, num bem elaborado discurso de desumanização dos haitianos e de marginalização do vodu.

Para isso, com os *marines* estadunidenses, desembarcaram um contingente de viajantes, etnólogos e curiosos que pretendiam desvendar o exotismo desse lugar e desse povo, visto por eles como bárbaros. Esses, que mais tarde foram denominados pelos intelectuais haitianos como *detratores* do Haiti, seguindo os passos dos viajantes do século XIX, dedicaram-se a fortalecer a imagem de barbárie e até fizeram ressurgir a figura do cônsul britânico Sir Spencer Saint John.

O livro *Haiti or the Black Republic*, publicado pelo cônsul no ano de 1884, continha relatos que provocaram um frêmito de pavor e exasperação nos apreciadores de leituras exóticas. Ademais, por seu caráter oficioso, os relatos de Saint John tiveram influência nas atitudes de execração e violência de que se revestiu a intervenção estadunidense no país. (SCARAMAL, 2006, p. 58)

Assim como Saint John, muitos se dedicaram a “tecer a imagem do país como um *locus* da barbárie” (SCARAMAL, 2006, p.62), principalmente através da divulgação das práticas do vodu. Diversos viajantes descreveram rituais de sacrifícios de crianças e animais, de canibalismo, entre outros, como se tivessem sido testemunhas oculares, embora relatassem o que “ouviram dizer” e apresentavam o povo haitiano, principalmente os negros camponeses praticantes do vodu e que falavam a língua *créole*, como um povo que precisava ser civilizado. Isso reforça a afirmativa de Bárbara Fields de que “a ideia que um povo faz de outro, mesmo quando as diferenças entre eles estão incorporadas nas mais evidentes características físicas, é sempre mediada pelo contexto social em que ambos entram em contato” (FIELDS, 1982, p. 8) e nesse caso, apresentava-se um contexto de dominação, no qual a raça foi usada como um elemento definidor de posição.

Outras medidas como o desarmamento da população camponesa, a dissolução do exército, o estabelecimento de trabalho forçado (corveia) nas obras públicas, mobilizaram os ânimos autonomistas, antibranços e antimulatos, uma vez que

durante a ocupação americana no Haiti, esses últimos (os americanos) reforçaram o setor mulato da população que monopolizaram os cargos públicos das Universidades, dos serviços diplomáticos, do comércio exterior,

etc. A resistência organizou-se então sob os planos políticos e ideológicos. (HANDERSON, 2010, p. 58)

Assim, de 1916 a 1920, a revolta dos *Cacos*, na qual camponeses que foram duramente reprimidos pela ocupação, sob o comando de Charlemagne Peralte, semeou o terror entre a elite de *Port-au-Prince* e colocou em alerta os invasores. Durante todos esses anos da revolta, os *marines* estadunidenses, agiram de forma extremamente violenta, matando muitos desses camponeses, que não se intimidaram mesmo quando o seu líder foi capturado e crucificado sob a bandeira do Haiti. Mais uma vez os *marrons* haitianos se levantaram contra a opressão e durante todo o processo de resistência dos *Cacos* manifestou-se, mais uma vez a força do vodu, que reaparece na década de 1920 como parte de outra resistência, o movimento indigenista, fundado por J. P. Mars que

[...] conclama os haitianos a recusarem todo complexo de inferioridade por causa do vodu e a, pelo contrário, procurarem encontrar nele a sua originalidade. [...] Diante do racismo da ocupação americana, o vodu será considerado como expressão de “haitianidade”, algo que pode reconstituir a autonomia cultural perdida. Mas a escola indigenista³⁰ que nascera a sombra de J. P. Mars será caracterizada por certas ambiguidades. Desde a crise de 1946, que não chegou a ser uma revolução no país, proprietários de terra e pequenos burgueses negros agitaram a bandeira do nacionalismo por uma participação no poder econômico e político até então controlado pela burguesia mulata. O governo Duvalier, que se pretendia intérprete do movimento indigenista e apelava para as tradições africanas a fim de “salvar” o país, beneficiava apenas as classes médias. Sabe-se a que desastre o país foi conduzido e isso nos convida a não separar o problema cultural do povo haitiano da situação econômica e política das classes mais exploradas do país. (HURBON, 1987, p. 71-72)

A vanguarda artística e cultural do Haiti parecia ter despertado da alienação de querer ser o outro, para mergulhar na sua própria existência enquanto povo e na tradição cultural genuinamente haitiana. A obra de Jean Price-Mars, *Ainsi para l'Oncle*, traz a defesa da oralidade, do créole e do vodu e coloca o haitiano diante de si próprio a fim de que se reconheça no que até então, era negação. Em torno de Price-Mars se reuniram diversos intelectuais contrários à política racista e depreciativa dos invasores estadunidenses contra os negros haitianos e a forma como a elite mulata foi cúmplice dessa política. Assim, o movimento indigenista no Haiti ganha força e se prolonga no movimento negritude, cuja diferença “é a

³⁰ O termo indigenista aqui refere-se ao nativo. O movimento indigenista prolonga-se no movimento negritude que ganha força nas Antilhas e na Europa, definido como um movimento intelectual de reabilitação, de autoafirmação e de reivindicação das culturas negro-africanas e negro-americanas (ver: SCARAMAL, 2006, p.69).

inclusão da defesa do fator raça somado ao caráter marcadamente revanchista do segundo” (SCARAMAL, 2006, p. 69). Com o passar do tempo, o movimento de negritude ganhou diversos segmentos e outras leituras sobre a essência do ser negro e a sua participação nas transformações sociais.

2.4. *Ditadura Duvalier, um tempo terrível.*

Oriundo de um segmento do movimento negritude mais radical e com viés nacionalista, o médico François Duvalier, ascendeu ao poder, elegendo-se presidente democraticamente em 1957 na primeira eleição com voto universal que o Haiti conheceu. Para isso, contou com os principais *hougans* (sacerdotes do vodu) do país, declarando-se seguidor do vodu e com o discurso da devolução do poder aos negros, os reais promotores da liberdade no Haiti. Parte da historiografia que trata da ascensão de Duvalier explica a rápida chegada ao poder por sua estratégia bem montada e pelos grupos que articulou em torno de si.

Duvalier tinha um bom conhecimento da mentalidade dos camponeses e cidadãos. Esse conhecimento lhe possibilitara o correto aproveitamento do clima de instabilidade em que se encontrava o país, advindo dos movimentos insurrecionais de estudantes e das greves gerais (sobretudo a partir de 1946), da vacância no poder e do desgaste político, ao mesmo tempo sofrido e promovido pelos Estados Unidos após os dezenove anos de invasão militar no país. (SCARAMAL, 2006, p. 74)

Com um discurso bem articulado colocando-se ao lado da população negra e pobre contra a opressão dos políticos, militares e da elite mulata, Duvalier, que ficou conhecido como *Papa Doc*, ressuscitou os temas de mistificação do povo haitiano. Segundo Hurbon, ele manipulou uma herança ideológica sedimentada por um século, cujos temas circulavam na vida cotidiana, na literatura e nos discursos políticos. Esses temas são, entre outros, nação, classe e raça (HURBON, 1986, p. 94). Uma vez no poder, o *Papa Doc* se tornou um ditador antmulato, anticomunista e submisso ao governo estadunidense. Restringindo a autonomia de muitas instituições – forças armadas, igreja, escolas, partidos – e cerceando as liberdades individuais e de os opositores do regime.

Em 1964, Duvalier mudou a constituição e tornou a presidência vitalícia, para isso vinculou-se às oligarquias, a hierarquia eclesiástica, a tecnocracia estatal e a setores centrais da burguesia. Aliando-se aos Estados Unidos, retirou todas as taxas dos alimentos importados, fazendo com que o pequeno proprietário não conseguisse competir com os produtos dos Estados Unidos. Além da expropriação de milhares de camponeses, doou aos seus aliados as terras expropriadas, cerca de 120 mil hectares, uma parcela importante das áreas cultiváveis do país. Assim, grande parcela da população foi diretamente atingida pelo regime ditatorial de Duvalier.

Os que não perderam a vida diretamente pelas mãos dos *tontons macoutes*, perderam suas condições de subexistência.

Hurbon declara que esse regime representou um verdadeiro *genocídio haitiano*, pelas mãos de um aparato do governo que torturava e matava indiscriminadamente. Aproximadamente 30 mil pessoas foram assassinadas pelo regime e 15 mil desapareceram. Centenas de intelectuais deixaram o país exilando-se no Canadá, México e Cuba. Esse momento configura o segundo grande fluxo de migração haitiana. Nas palavras de Handerson

O segundo fluxo de migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano. No plano cultural, no Governo Élie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. Na década de 1950, a elite haitiana mandava seus filhos estudarem nos Estados Unidos e alguns dos agricultores que já haviam residido em Cuba ou na República Dominicana viam os Estados Unidos como uma nova possibilidade de emigrar. (HANDERSON, 2015, p. 70)

Esse fator, somado à violência do regime ditatorial colocou para fora do país milhares de haitianos e os Estados Unidos viu crescer vertiginosamente a imigração haitiana, tornando-se o principal destino. Mais de meio milhão de haitianos viviam nos Estados Unidos no início dos anos 1980, sendo 350.000 em Nova Iorque, que se tornou a segunda cidade com maior população haitiana, depois de *Port-au-Prince*. (cf. ICART, 1987). A migração para os Estados Unidos foi marcada pelo fenômeno chamado “*boat people*”³¹ que, apesar dos riscos, atraíram muitos haitianos como uma possibilidade de alcançar à Flórida, como também outras ilhas do Caribe. Segundo Handerson esse fenômeno “teve seu auge nesse segundo fluxo migratório de 1977 a 1981 quando 50.000 a 70.000 haitianos chegaram vivos às costas da Flórida, tendo morrido muitos nesse mesmo período em alto mar” (HANDERSON, 2015, p. 72).

Mas os Estados Unidos não era o único destino. Segundo Icart, esse período foi marcado pela diversidade de destinos e a coexistência de praticamente todos os tipos de migração (escolar, sazonal, permanente, de exílio, fugas de cérebros, legais e ilegais). (ICART, 1987). O Canadá atuou de forma seletiva de trabalhadores qualificados, inaugurando assim na década de 1960, a “fuga de cérebros” do Haiti. Entre 1969 e 1974 o Haiti ocupou o 10º lugar de imigração no Canadá, particularmente em Quebec. (PATRICE, 2017, p. 53). Uma série de acordos, iniciada em 1952, entre o governo haitiano e dominicano continuou levando inúmeros

³¹ Refugiados que fogem de seus países em barco (Dicionário Larousse). Normalmente essas embarcações são bastante precárias, causando diversos naufrágios e mortes.

braceros para atuar no corte de cana na República Dominicana. Nas Bahamas, além de uma imigração voluntária, também houve recrutamento para suprir a necessidade de mão de obra tanto na agricultura, como no turismo e construção civil. Outros destinos escolhidos foram a Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica, países francófonos do continente africano, particularmente, Senegal, Benin e República do Congo, além da França onde o número de haitianos cresceu significativamente nos anos 1980 (HANDERSON, 2015).

Papa Doc morreu em 1971, sendo substituído pelo seu filho Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*, também nomeado presidente vitalício que deu continuidade à ditadura Duvalier. Os abusos permaneceram aliados a um enriquecimento aberrante da família Duvalier facilitado por doações estadunidense, enquanto a fome se alastrava, com a crise econômica de 1977, que aumentou drasticamente o preço dos alimentos. Assim, *Baby Doc* levou o país a uma decadência maior que o seu pai. Novamente, a população camponesa foi a mais atingida e, grande parte das famílias não se recuperou dos estragos causados. Um exemplo claro foi quando *Baby Doc*, orientado por uma empresa estadunidense, ordenou a matança de 1,2 milhões de porcos sob a alegação de que os animais podiam estar infectados com uma peste. Em seguida, comprou 300 mil porcos dos Estados Unidos para repor os rebanhos mortos, mas esses não se adaptaram ao clima haitiano e a maioria morreu.

Mas foi também da população camponesa que surgiu a força da insurgência contra a ditadura. Inúmeros movimentos começaram a se organizar nos campos e a se levantarem contra o *Baby Doc* e sua política autoritária e corrupta. Mais uma vez, fortalecida pela crença do vodu e animada pelos seus cânticos que convidam à mobilização e à luta, esses movimentos camponeses demonstraram uma capacidade organizativa extraordinária, provando o oposto da ideia tão disseminada de um povo incapaz de se autogovernar. As tradicionais práticas dos *kombites* (mutirões) não se limitam apenas para a execução de tarefas coletivas, mas abrem espaço para as associações de moradores e para instrumentalizar as reivindicações por mudanças nos âmbitos políticos e sociais. Edouard recorda-se da importância da sua cidade de origem, Petit Goâve, na derrubada da ditadura e o quanto esse episódio da história haitiana ficou gravado na sua memória.

Em toda a história do Haiti movimentos de derrubadas de governos foram constantes. A insatisfação popular com um governo logo se transforma em multidões tomando às ruas e ali permanecendo até alcançarem o objetivo. Mas, os Duvalier foram longe. *Papa Doc* consolidou bem o seu regime sustentando-o em três vias: a intelectual (movimento negritude), a religiosa (vodu, sociedades secretas e cristandade) e a coerciva (*macoutismo*). Em 1986, *Baby Doc*, não conseguiu mais segurar os levantes populares e fugiu para França carregando uma fortuna em

dólares, desviada ao longo do seu governo. Após quase trinta anos de ditadura, o Haiti passou a ser administrado por governos provisórios que não conseguiu vencer as dificuldades políticas, econômicas e sociais do Estado, aprofundadas durante o período dos Duvalier. Em 1988, as eleições consagraram a vitória do candidato da situação, Leslie Manigat, que permaneceu no poder por poucos meses. Apesar do pouco tempo de governo, Edouard considera Manigat “o único presidente bom que o Haiti teve” e exalta o fato dele não ter aceitado fazer acordo com os Estados Unidos para voltar ao poder, como fez Aristides anos depois. Outros dois presidentes³² se sucederam no governo do Haiti, sendo derrubados por golpes, até que, em março de 1990, instalou-se um governo civil transitório, liderado pela juíza Ertha Pascal-Trouillot, a única mulher a governar o país, que convocou eleições para dezembro de 1990. O sufrágio, realizado com monitoramento internacional, deu a vitória a Jean-Bertrand Aristide.

³² Henry Namphy (20 de junho à 18 de setembro de 1988) e Prosper Avril (18 de setembro de 1988 à 10 de março de 1990) Fonte: <https://www.haiti-reference.com/pages/plan/histoire-et-societe/notables/chefs-detat/>

2.5. *Conhece Aristide? Bem educado, foi padre e é um criminoso*

Conhecido por andar descalço nas favelas pregando a união dos pobres e a organização popular como vontade de Deus, Aristide representava esperança. Ex-padre católico, adepto da Teologia da Libertação, desenvolveu-se nos movimentos sociais, defendendo as classes populares menos favorecidas e em torno dele agregou diversos grupos de esquerda. Nos primeiros meses de governo, Aristide buscou a conciliação entre os interesses da classe popular e da elite, antiga aliada da ditadura Duvalier. Não logrou sucesso e, em menos de nove meses de governo, sofreu um golpe de estado promovido por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país. Ameaçado de morte, Aristide fugiu para os Estados Unidos e foi recebido pelo Partido Democrata em plena campanha presidencial, sendo praticamente usado como “garoto propaganda” do partido opositor ao governo Bush que era apoiador da ditadura Duvalier.

O governo militar responsável pelo golpe nomeou o civil Marc Bazin, como Primeiro-Ministro. Enquanto isso, os Estados Unidos preparavam uma intervenção de forma a enfraquecer o governo militar, instrumentalizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que consistia em uma negociação amigável e, caso não houvesse êxito, estabeleceria embargo econômico e de colaboração técnica com o país.

Nos anos que se seguiram, o embargo se tornou total, mas longe de atingir a elite que sustentava o golpe, causou grandes danos à população trabalhadora.

Em primeiro lugar, as medidas, e em especial o embargo, não atingiram o alvo desejado, as lideranças militares e econômicas do Haiti. As elites delas se beneficiaram, recorrendo ao contrabando. A uma das grandes famílias haitianas, foram atribuídos altos lucros com a importação (embargada) de cimento. Aos líderes militares se responsabilizou pela comercialização, a preços extorsivos, de petróleo e outros produtos de consumo que continuaram a entrar no Haiti pela fronteira terrestre da República Dominicana praticamente até o fim da crise. (CÂMARA, 1998 Apud MARQUES, 2013, p. 70)

Além do fechamento de milhares de postos de emprego, o embargo causou o aumento no preço dos alimentos básicos (o arroz teve aumento de 137%) acarretou a diminuição de refeições diárias de muitas famílias haitianas. Os serviços de tratamento de água e de saúde foram reduzidos drasticamente, causando um completo desmantelamento da infraestrutura básica, já precária, em todo o país. A partir de 1993, os enfrentamentos cresceram

significativamente, tanto no plano político quanto no social, agravados por um quadro econômico cada vez mais desalentador. Os movimentos de esquerda, apoiadores de Aristide, foram desmantelados e muitas lideranças deixaram o país, causando um vácuo de alternativas políticas. Assim a deportação de Aristides marcou o terceiro fluxo migratório do Haiti. Handerson, citando Wooding e Moseley-Williams, afirma que nesse período mais de 100 mil haitianos deixaram o país. “Alguns dirigiram-se para os países vizinhos, cruzaram a fronteira da República Dominicana de ônibus, enquanto outros navegaram para Guantâmano, Cuba e os Estados Unidos” (HANDERSON, 2015, p. 73).

No Haiti, a precariedade forjada nesse período por todos os embargos e agravamentos da crise com a entrada de forças armadas da ONU, que abriu as portas à ajuda internacional, que fez do Haiti o grande negócio para ONGs e assim, ainda em 1993, com a justificativa de monitorar as violações aos direitos humanos denunciados pelo presidente deposto, foi criada a *International Civilian Mission in Haiti*, missão conjunta das Nações Unidas com a Organização dos Estados Americanos, que permaneceu no país até 1994, quando foram expulsos pelo governo provisório haitiano. Em resposta à expulsão, uma nova ocupação estadunidense, dessa vez militar, foi preparada, usando como justificativa a escalada de violência, de repressão e de abusos de direitos humanos. Com a falência das medidas políticas e diplomáticas da OEA e sem que os mecanismos multilaterais de pressão econômica e comercial se fizessem valer, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi acionado, e aplicado pela primeira vez no hemisfério o controverso capítulo VII da Carta das Nações Unidas, por meio da Resolução 940³³. No entanto, a intervenção militar resultou no fato inédito de o presidente deposto ser recolocado no poder com a participação da comunidade internacional.

Acompanhado de 20 mil soldados estadunidenses, Aristide voltou ao Haiti para terminar o seu mandato³⁴ três anos após o golpe que o depôs. Como afirma Edouard, “Aristides aceitou e seguiu os interesses dos Estados Unidos”. Mediante acordo selado entre ambos, os Estados Unidos ofereceu uma aposentadoria honrosa a toda cúpula militar do Haiti, e a promessa do fim das sanções econômicas. Aristide parece ter voltado com um projeto de governo bem elaborado e pronto para ser executado, sob a orientação direta do governo estadunidense. “Dos acordos da reconversão política de Aristide fazia parte a promessa de Bill Clinton de ajuda econômica à ilha para facilitar as duras políticas neoliberais a serem

³³ A resolução 940 trata da autorização para formação de uma força multinacional sob comando ou controle indefinido para restaurar o presidente legitimamente eleito e as autoridades do Governo do Haiti, além de prorrogação do mandato da Missão da ONU no Haiti.

³⁴ No Haiti o mandato de presidente tem a duração de 5 anos.

implementadas” (HANDERSON, 2010, p. 59). Aristide dissolveu o exército e iniciou uma série de medidas antipopulares, como um grande programa de privatização de empresas estatais, passando-as para grandes empresas estrangeiras, e a repressão cada vez mais violenta aos movimentos populares. No ano seguinte promoveu nova eleição, com a vitória de René Preval que deu seguimento a essa política neoliberal.

Em 2001, Aristide voltou à presidência, sob acusação de corrupção e fraude numa eleição conturbada. Sendo boicotada pela oposição, a eleição e vitória de Aristide foi cercada de contradições, inclusive em relação a proporção de adesão ao pleito. Segundo Dieng a “taxa de participação foi de 60% segundo o CEP [Conselho Eleitoral Provisório], de 30% segundo os observadores presentes, de 10% segundo os jornalistas e, por último, de 2% segundo os partidos de oposição que não participaram nas eleições” (DIENG, 2001 apud VASCONCELOS, 2010). Assim, Aristide inicia o mandato num ambiente de polarização política e violência, sendo ele mesmo e o seu partido, acusados de promover o armamento dos seus seguidores ampliando a força contra os seus opositores. Além da oposição política, representada principalmente pela Convergência Democrática³⁵, havia ainda um grupo formado pelos antigos membros do exército haitiano, dissolvido por Aristide em 1994, que ameaçava depor o presidente e impor um novo governo.

A escalada da violência não cessou e, em fevereiro de 2004 Aristide deixou o Haiti a bordo de um avião militar estadunidense rumo à África do Sul.

A saída de Aristides foi promovida pelos Estados Unidos por ação do General Collin Powell. Segundo Aristides, ocorria, naquele momento no Haiti, um golpe contra o Estado haitiano legitimado pelas forças internacionais. De acordo com Aristides, em entrevista concedida pelos meios de comunicação, ele foi forçado a subir em um avião e desde aquele momento se encontra na África do Sul.” (HANDERSON, 2010, p. 60)

Com a deposição ou renúncia de Aristide, o poder foi tomado por uma *Força Interina Multinacional* (MIF), formada por estadunidenses, franceses e canadenses, que levantaram a bandeira de “restauradores da democracia”. Mais tarde, em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a *Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti* (MINUSTAH), amparada no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A MINUSTAH foi instalada como “missão multidimensional e integrada”, com a missão de promover a paz e a

³⁵ Antiga Organização dos Povos em Luta (OPL) criada em 1995, por dissidentes do Partido Lavalas que elegeu Aristide.

estabilidade política e social no país, sendo comandada pelas Forças Armadas do Brasil e composta por diversos países, como Argentina, Chile, Nepal, Sri Lanka, Uruguai, entre outros.

A escolha do Brasil para comandar a MINUSTAH foi estratégica, pois partia da ideia de “nações irmãs”, o sentimento de irmandade de que fala Edouard, que se ajudavam, afastando a imagem imperialista que os Estados Unidos, sempre representaram no Haiti, pelas ocupações, e mesmo estando à frente de missões da ONU no momento anterior. Havia ainda a imensa simpatia do povo haitiano pelo Brasil, fundamentada pela paixão pelo o futebol³⁶, unanime nas narrativas dos nossos colaboradores, e pela ideia de que no Brasil existe a verdadeira democracia racial³⁷. Basta lembrarmos que o exército brasileiro chegou ao país seguido pela seleção de futebol, para um amistoso com o Haiti no chamado “Jogo da Paz”.

Desde o início de sua atuação, a MINUSTAH vem sendo acusada de diversos abusos, o que mostra as contradições das missões ditas de paz promovidas pela ONU. Os soldados brasileiros³⁸ revelam-se uma grande “decepção” para o povo haitiano. “Acreditávamos que os brasileiros seriam como irmãos, que iriam nos ajudar. Mas a verdade é que não se importam conosco. Eles não entendem a nossa língua e simplesmente atiram, matam por nada”, disse um dos colaboradores que pediu para não incluir no seu relato, pois tem medo de perseguição. Já Edouard acredita que os soldados brasileiros “ajudam”, em comparação a outros de outras nacionalidades, dando exemplo de casos de estupros. Embora haja divergência entre a nocividade das forças armadas no Haiti, parece ser unanime entre os haitianos, com quem conversei, a ideia de que a presença militar é desnecessária e que só serve aos interesses do governo que hoje não governa para o povo haitiano, mas apenas atende ao interesse internacional, responsável por essa força, como no relato de Edouard:

Não havia necessidade da presença da MINUSTAH. Os soldados brasileiros ainda ajudam e não falo isso porque estou na sua presença. Mas os chilenos, uruguaios fizeram muitas coisas ruins para os haitianos. Em Le Cays, uma cidade do sul, temos notícias de estupros de meninos e meninas. A questão é que não é bom para a ONU que exista paz. Se o Haiti fica em paz, não precisa da existência da MINUSTAH e os soldados ganham muito bem para estarem lá, então sabe o que eles fazem? Deixam armas nas favelas. Eles armam os bandidos e aí temos problemas e eles não podem ir embora.

³⁶ A maioria da população haitiana se autodeclara brasileira, por torcerem pela seleção do Brasil. A segunda maior torcida é a argentina.

³⁷ Ao conversarmos com diversos haitianos que não conhecem o Brasil, apresentam como sua principal referência, depois do futebol, a Bahia. Assim como, muitos que chegam ao Brasil, apresentam o desejo de conhecer a Bahia, onde claramente se reconhecem.

³⁸ Além de comandar a missão, a base brasileira é a capital, *Port-au-Prince* com grande efetivo.

No mesmo sentido, o colaborador Fedo Bacourt diz:

Desde 2004 tem uma força da ONU para estabelecer a paz no Haiti, mas a paz não se faz com tanque de guerra, paz não faz com arma, paz faz com um abraço, com um sorriso, com ajuda, com apoio social, apoio à saúde, educação, com tanque de guerra não tem paz. Quero agradecer à ONU por esse apoio, mas também quero dizer que o Haiti não precisa desse tipo de apoio, precisamos de escolas, faculdades, hospital, estradas, um lugar para que os jovens haitianos possam se divertir, é isso que precisamos, ao contrário de tanque de guerra. Os brasileiros que lideraram a Missão da ONU, mas o problema é que quando eles chegaram falavam só português, não falavam crioulo. Demorou muito a conversa. Para dizer a verdade eu não gostei, eu não procurei falar com ninguém, porque não queria que o Haiti fosse ocupado por outras forças. Eu sempre torci pela força armada do Haiti.

Fedo, que sente muito em ter que viver fora do seu país para buscar condições melhores de vida, traz em sua fala, além da reprovação do tipo de missão que se estabeleceu no Haiti, aponta para o desejo de uma força militar própria que possa garantir a segurança e a soberania do seu país. Ele destaca a ausência de comunicação, pela dificuldade da língua, como um problema para o diálogo. Mas também aponta um distanciamento voluntário, presente nas falas de outros colaboradores, que afirmam não terem tido nenhum tipo de contato com as tropas brasileiras no Haiti.

Por outro lado, a MINUSTAH é apresentada como um sucesso, e divulgada a imagem de que todos os haitianos concordam e agradecem a presença do efetivo militar. O cônsul brasileiro no Haiti, Vitor Hugo Irigaray, em entrevista à revista Carta Capital, em agosto de 2014³⁹, afirmou que todos os haitianos são a favor da MINUSTAH, se mostrou surpreso diante da negativa apresentada pela repórter e emitiu sua opinião dizendo que “o dia em que tirarem a missão, isso (Haiti) vai virar um caos. [...] Eu, pessoalmente, acredito que a presença da MINUSTAH não é apenas importante, como também necessária. Enquanto o país não encontrar seu verdadeiro sendeiro, o caminho da legalidade, da democracia, de um país democrático, não podemos sair”.

Outro colaborador, Yvener Guillaume diz que

³⁹ Entrevista concedida a Marsílea Gombata, publicado 08/08/2014 em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/201cno-dia-em-que-a-missao-da-onu-deixar-o-haiti-isso-aqui-vai-virar-o-caos201d-6529.html>

A Missão da ONU iniciada no ano de 2004 prometia estabelecer segurança, resolver tudo, fazer as eleições e pronto. Quando chegaram não foi isso, eles encontraram o interesse que estavam precisando e estão enrolando a gente. Tem várias organizações que estão pedindo para que eles saiam. Eles falam que vão sair, mas, por exemplo, é um contrato, o contrato vai vencer e antes de vencer eles já produzem uma inflação de insegurança que precisam continuar, “o país não está estável”. Você imagina, a missão da ONU diz que não estão conseguindo enfrentar os bandidos, deixa um furgão cheio de armas e fala que os bandidos querem expulsar eles. Os bandidos começam a pegar as armas e mais para frente você vai ver que eles precisam que essa situação continue. Oras, se você não tem como enfrentar os bandidos, porque os bandidos são mais fortes, não precisam ficar lá. Então é tudo isso, são coisas que até uma criança consegue definir qual a missão da ONU que está no Haiti. Eles estão buscando os interesses deles.

Embora, não tenha encontrado referências oficiais ou da imprensa, a fala de Yvener Guillaume encontra respaldo nos relatos de outros colaboradores, como Josaphat Desbas

Sempre três meses antes de terminar o contrato deles [MINUSTAH] com o país, começam a existir ondas de violência, sequestros, pessoas morrendo. Tem um político que já deu depoimentos contra a MINUSTAH, alegando ter provas. [...] Essa guerra civil que é falada é referente ao período de manifestações em que o presidente Aristide deu armas para um grupo. Morreu muita gente e por conta disso eu fui a favor da entrada da MINUSTAH em 2004. Mas em 2006, os soldados estão na praia com meninas. Os soldados, e não estou dizendo só os brasileiros, mas é que o Brasil é o chefe dessa missão no Haiti, estão estuprando meninas e meninos⁴⁰, e eu acho que isso nunca apareceu em um jornal brasileiro. Existe um filme chamado *We Must Kill the Bandits*⁴¹, que mostra que os soldados brasileiros chegam a uma favela e jogam granadas para dentro. Com que bandidos eles saem de lá? Crianças de três anos sem o braço, sem partes do corpo. Esses são os bandidos. Aqui os soldados são vistos como heróis, como alguém que está colocando a vida em perigo. Certo, tem soldados que colocam a vida em perigo, tem soldados que estão fazendo 200% do que deveriam fazer, mas o conjunto não faz nada de bom. Onde eu estava dando as aulas de Creole⁴², conheci um soldado que já

⁴⁰ Em todo o período de existência da MINUSTAH notícias de estupro contra meninas e meninos no Haiti foram comuns, embora a ONU admita os fatos e afirme investigar, não houve nenhuma forma de reparação e não se tem notícias de punições aos agressores. Algumas notícias estão disponíveis em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061130_haiti_dg.shtml acesso em 28 de novembro de 2017;

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinio/44927/os+abusos+sexuais+cometidos+por+agentes+da+minusta+h.shtml> acesso em 28 de novembro de 2017; <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751> acesso em 28 de novembro

⁴¹ Trata-se de um documentário dirigido pelo jornalista estadunidense Kevin Pina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=25Mf7Lv5Qo8> acesso em 25 de março de 2015.

⁴² Josaphat trabalhou em um projeto dando aulas de créole para alguns agentes da inteligência das forças armadas brasileiras no Pará.

foi para o Haiti seis vezes. Agora, se o Haiti é tão ruim como se diz, se é como a mídia diz que as pessoas comem terra, comem barro para matar a fome, porque esse alguém tem vontade de ir seis vezes para lá? Será que ele é tão humanista? Será que vai mudar alguma coisa? Eu não sei se você colocar uma câmera ele vai falar assim, mas para mim eles diziam que as coisas no Haiti eram cinco vezes mais baratas do que aqui. Enquanto um sargento ganha cerca de 3000 reais aqui, no Haiti ganha 4.000 dólares. E a mídia diz que eles estão ajudando, mas não. Se ele mata alguém, ninguém pode perguntar o porquê. Uma menina foi estuprada em 2006 e até hoje a única resposta que ela tem é de que a ONU está investigando.

A narrativa desses colaboradores se une a de outros que sempre relatam algum caso de abuso e violência ao falarem da MINUSTAH, percebendo na missão uma forma de ocupação, que não promove verdadeiramente um ambiente pacífico e colaborativo, como apresentado quando da sua instauração.

2.6. *Depois do terremoto ficou ainda mais difícil*

Toda a situação de vulnerabilidade que o Haiti vivia foi agravada pela tragédia que acometeu o país em 12 de janeiro de 2010. Um terremoto, de grau 7,3 na escala *Richter*, atingiu a região Oeste do país, tendo seu epicentro a alguns quilômetros da capital *Port-au-Prince*, matando cerca de 300.000 pessoas⁴³, deixando um grande número de desabrigados (cerca de 1,5 milhão de pessoas) e reduzindo a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental de um país extremamente centralizado. Foram 35 segundos de tremores intensos que sacudiu a área mais densamente povoada do Haiti. Nos dias seguintes alguns tremores voltaram a ocorrer, fazendo com que quase metade da população da região⁴⁴ fugisse para campos de refugiados que surgiram no interior e nos arredores.

Para termos uma ideia do tamanho da destruição causada pelo terremoto, calcula-se que 97.294 residências foram completamente destruídas e outras 188.383 irreversivelmente danificadas. Muitos edifícios da estrutura governamental e de serviços foram drasticamente atingidos tendo como única opção a demolição do que sobrou, como o Palácio Nacional, sede da Presidência e de uma série de órgãos do Poder Executivo, e de quase todos os ministérios, o Senado, a Prefeitura, o Fórum Judicial, a prisão, a catedral e todas as igrejas mais importantes, o Hospital Central e muitos outros postos de atendimento de saúde, os museus, os teatros e cinemas, as bibliotecas e livrarias, as estações de rádio e televisão, a companhia elétrica, a companhia telefônica e o que ainda restava da rede de abastecimento de água e, praticamente, toda a região comercial do centro da cidade, além das inúmeras instituições de ensino públicas e privadas⁴⁵. Outras cidades da região como *Pétionville*, *Jacmel*, *Léogâne*, *Petit-Goâve*, *Grand-Goâve*, *Gressier* e *Carrefour* foram duramente atingidas e sofreram danos irreparáveis em suas

⁴³ Não há um consenso sobre o número de mortos. A Presidência da República falava em “mais de 220.000”, mas, um ano depois do terremoto, o primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, anunciou um número 316 mil pessoas mortas, conforme publicado na página UOL notícias com o título “Um ano após terremoto Haiti aumenta estimativa de mortes para 316 mil”. Esse número é sempre uma estimativa, uma vez que muitos corpos não foram encontrados. Ainda hoje há um sentimento de revolta pela forma como os mortos foram tratados, muitos sendo enterrados em valas comuns sem nenhum esforço de identificação. Para um povo que mantém grande respeito aos mortos e cuidado nos rituais da morte (em algumas regiões do país os parentes mortos são enterrados na frente ou ao lado da casa e para eles são construídas belas catacumbas, pois acredita-se que não deixam de existir), isso soou como grande desrespeito a ancestralidade.

⁴⁴ Segundo dados do *Institut Haitien de Statistique Dinformatique* (IHSI) em 2009 a população da região Oeste, onde fica a capital *Port-Au-Prince*, era de 3.662,620. Quase 10% dessa população morreu no terremoto.

⁴⁵ Esses dados encontram-se no relatório “Da crise às ruínas: Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti” (2010)

estruturas. Além do mais, as instituições em todas as capitais departamentais do país paralisaram suas atividades, uma vez que tudo era centralizado na capital que agora estava em ruínas.

Muitos de nossos colaboradores preferem não falar sobre esse dia, mas Johane Placher faz um relato emocionante do que viveu e a fez deixar o Haiti:

No dia 12 de janeiro de 2010 estava finalizando o primeiro semestre, mas tinha uma prova para fazer. Eu estava na faculdade na hora do terremoto... Nossa! Foi muito trágico, muito trágico! Eu lembro que estava sentada na frente, perto da porta da sala. Tínhamos combinado de fazer um trabalho em grupo e ficamos na sala. A última coisa que eu lembro é de um amigo dizendo que ia entregar o trabalho e era para eu ir também. Ele saiu e na hora que eu levantei senti como se fosse uma chuva saindo debaixo da terra. Eu não sabia o que estava acontecendo, só percebi que tudo estava caindo. Eu vi o prédio tremendo e todo mundo correndo, eu entrei embaixo da mesa e o prédio veio abaixo. O prédio caiu para frente, e muita gente correu para a saída. Por isso muitos morreram ou perderam partes do corpo. Mas eu fiquei embaixo da mesa. Não sabia que era um terremoto. Também não tínhamos informação do que fazer em caso de terremoto, pois só tinha acontecido em 1.800. Mas o negócio aconteceu, começou tremendo, as luzes apagaram, eu abaixei e entrei embaixo da mesa. A professora que estava na sala correu e perdeu os braços, hoje em dia ela vive sem os braços. Fiquei embaixo dos escombros 4, 5, 7, 8, 9 horas. Não tinha resgate, não tinha nada. 9, 10, 11 horas, meia-noite, uma hora... Tinham outras pessoas lá. Eu ouvia gritos. Eu ouvia gente começando a delirar, falar um monte de coisa. Sabe quando a pessoa está morrendo? A pessoa está gritando, não quer morrer, sabe? Eu conseguia ver um espaço bem pequeno. Até hoje eu me pergunto como as pessoas conseguiram sair dali. Era um espaço tão pequenininho. Começamos a bater para sair porque estávamos vendo uma luz, mas era a pior coisa, porque podia desabar tudo. Depois de um tempo eu ouvi muita gente gritando, chamando pelos alunos. Eram as pessoas nos procurando. Eu ouvi a voz do meu irmão e do meu tio gritando o meu nome. No outro dia eles conseguiram me tirar de lá. Eu chorei quando saí. Lá embaixo eu não chorei, ao contrário das outras pessoas. Lembra do amigo que me chamou para entregar o trabalho? Ele passou a noite me chamando, eu podia ouvi-lo, pedindo para eu ajuda-lo. Acho que ele estava subindo as escadas e é o pior lugar para um terremoto pegar uma pessoa. Ele morreu ao meio dia do dia seguinte. A minha família pensava que eu estava no centro da cidade, mas o meu irmão sabia que eu estava na faculdade porque ele tinha me deixado lá. Então, ele foi me procurar lá. Ele gritava o meu nome, eu ouvi os gritos dele e falei: “Estou aqui, me ajuda”. Ele voltou para casa, era uma distância como daqui (Taboão da Serra) ao centro da cidade de São Paulo [cerca de 20km] e não tinha condições de ir de carro porque a cidade estava toda quebrada. Então ele saiu de casa, foi até a faculdade para ver se eu estava viva e voltou para buscar socorro para me ajudar e acalmar a minha mãe, porque ela quase ficou louca. Ele voltou com o meu tio e outras pessoas, trazendo ferramentas para me tirar lá debaixo. Não tinha bombeiros. O palácio

nacional, as escolas, delegacias, bombeiros, hospital, maternidades, tudo destruído, não sobrava nada. Ele conseguiu me tirar por volta das oito horas da manhã do segundo dia e foi ajudando outras pessoas também. Para eles chegarem até mim, tiveram que quebrar muito. Ele falou que teve que tirar um monte de coisa, fazer uma espécie de escada para descer e me ajudar a subir. Eu estava com o pé preso. Quando o meu irmão me pegou eu perguntei o que estava acontecendo e ele disse que era um terremoto. Eu não tinha noção do tamanho do terremoto, que o país estava acabado. Ele dizia: “Acabou. Não tem nada”. Quando eu saí da faculdade, nossa... Minha faculdade era num lugar chique no Haiti, tinha pessoas brancas e negras, sabe, essas coisas de raça... Eu vi esse povo, todo mundo junto, se você era rico ou pobre, todos andando em cima dos corpos. Eu vi umas 5.000 pessoas mortas juntas, muita gente. Para chegar em casa, tínhamos que passar por cima dos mortos. Imagina, mais de 200 mil pessoas morreram na cidade. [...] O tremor ainda não tinha parado. A cada cinco minutos a terra tremia e parecia o fim do mundo. Era, sei lá, não tinha como ter mais vida, era o fim do mundo e acabou! A minha casa só tinha caído o muro, mas não podíamos entrar. No rádio falava que não podíamos entrar nas casas, pois só depois de uma chuva seria possível ver as condições reais da casa. As que estivessem comprometidas, certamente cairiam depois de uma chuva. Não ficamos muito na capital, os mortos começaram a cheirar mal, não podíamos mais ficar ali. Fomos para o interior e só voltamos quando as coisas melhoraram.

O sofrimento que a recordação provoca surge nos olhos e nas vozes dos nossos colaboradores, ao serem perguntados sobre a tragédia. Alguns preferem o silêncio, outros dizem não ter condições de narrar o momento e o que se deu depois. Sabe-se que o terremoto abriu uma grande ferida e fez o país sangrar. O relato do Professor do Departamento de Antropologia Social da Unicamp, Omar Ribeiro Thomaz, que estava no Haiti durante o terremoto e ali permaneceu nos meses que se seguiram, nos parece importante para entendermos como as pessoas que ali estavam reagiram diante de uma catástrofe dessa dimensão e dialogar com a narrativa dos nossos colaboradores:

Num primeiro momento, a população gritou – a Deus, *Bondye*; a Jesus, *Gezi*; às pessoas, *me zanmi*; alguns entraram em transe, incorporando seus respectivos *loas*⁴⁶; o choro, os prantos e a correria foram intensas: uns fugiam de medo, outros já começavam a socorrer as vítimas, outros iam ao encontro dos seus ou davam início a uma marcha que não parecia ter destino definido. [...] O terremoto foi no fim da tarde, a noite se anunciava e as pessoas começaram a correr em direção aos seus; muitas vezes a tarefa era impossível: a destruição era enorme e a comunicação impossível naquele momento em que as ruas estavam intransitáveis e irreconhecíveis. Muitos trataram, assim,

⁴⁶ Espíritos do vodu, que intermediam as relações entre *Bondye* e os homens.

de permanecer ali onde o apoio da coletividade se anunciava e, em meio a mortos e feridos, começaram a surgir os primeiros conglomerados que deram origem, em menos de um dia, aos campos de refugiados. [...] Nestes conglomerados o grito e o choro foram sucedidos por cânticos coletivos, palmas e danças. E diante de cada novo tremor, os gritos cresciam e as palmas e as danças também. Nos dias que se sucederam não observamos o caos e muito menos a violência anunciada pela mídia: o que sim observamos foi uma organização tremenda, nos pequenos acampamentos improvisados em ruelas e naqueles imensos que se apropriaram das praças da capital. [...] Rapidamente as associações de moradores, as profissionais e as religiosas, os núcleos estudantis e as organizações locais deram início aos *kombits*, mutirões para preparo e distribuição de alimentação e, sobretudo, para a procura dos mortos e o socorro dos que estavam entre os escombros e feridos. Não houve espera da atuação da MINUSTAH ou das organizações internacionais presentes no país que, por outro lado, não vieram. Para nós, foi ficando evidente que a população haitiana estava abandonada. Tínhamos notícia de que a MINUSTAH trabalhava no que restara dos hotéis Cristoph e Montana, onde parte da elite da ONU vivia ou fazia reuniões e intermináveis seminários. Mas, na cidade, no centro, em *Bel Air*, e nos bairros mais atingidos, nada. Onde estava a ONU, *ki kote* MINUSTAH? - era a pergunta que nos fazíamos. Pouco a pouco percebemos que só nós fazíamos esta pergunta, pois a população não clamava pela MINUSTAH ou pelas organizações internacionais. Parecia haver uma clara consciência de que, diante das dificuldades de qualquer tipo, os brancos, *blan yo*⁴⁷, são os primeiros a desaparecer. (THOMAZ, 2011, p. 274)

Josaphat Desbras afirma que a primeira atitude dele e do pai, após o terremoto, foi colocar na mochila roupas, comida e água e sair para as ruas para auxiliar quem precisasse. Mas as imagens que rodaram o mundo nos dias que se seguiram ao terremoto, foram as que os *blancs* quiseram mostrar. O caos, a violência, a barbárie, as piores previsões e a incapacidade do povo haitiano de se reerguer foi o viés escolhido pela mídia internacional, que se dedicou a levar ao mundo as imagens do desastre como um grande agravante da “tragédia” que é uma nação negra, como também, o empenho do mundo “civilizado” em promover ajuda e solidariedade. De todos os lados surgiam promessas de ajuda. Governos, celebridades, Organizações não Governamentais (ONGs)⁴⁸, se apresentaram imediatamente oferecendo altas quantias em dinheiro e serviços para reerguer o Haiti. Logo governantes disputaram e assumiram o controle do país, da ajuda e das providências a serem tomadas. Nos pronunciamentos feitos em redes internacionais, normalmente, não eram os haitianos a falarem, mas estrangeiros com as suas

⁴⁷ O termo *blanc* ou *blan* no Haiti tem duplo significado: “branco” e “estrangeiro”.

⁴⁸ Antes do terremoto havia cerca de 4.000 ONGs internacionais presentes no Haiti, já em fevereiro de 2010 esse número subiu para 10.000, segundo o então Primeiro-Ministro haitiano, Jean-Max Bellerive, que na época acusava os financiadores dessas ONGs de permitirem que elas faziam o que queriam sem prestar contas ao governo. (cf. SEGUY, 2014, p. 27)

estratégias e planos em mãos. Não demorou muito a ficar evidente os interesses por trás das ajudas prometidas. Frantz Duval, importante jornalista haitiano, editorialista do jornal *Le Nouvelliste*⁴⁹, no dia 23 de fevereiro de 2010, pouco mais de um mês depois do terremoto, publicou um texto intitulado “Haiti, cada um faz seu pequeno mercado”, que demonstra o que ficaria evidente nos anos seguintes e no encaminhamento dado à reconstrução do país.

Os americanos falaram primeiro, logo nas primeiras horas depois do sismo. Os dominicanos, nossos vizinhos que compartilham a ilha com o Haiti, chegaram logo. Sem pompas. Fazem o seu melhor. E colhem pequenos benefícios que terão grandes impactos. A França e o Canadá, Cuba e a Venezuela também se apressaram. Em seguida, o resto do mundo. Cada um com sua pequena ideia para plantar sua bandeira, girar as câmeras e tirar fotos. As equipes de resgate fizeram um trabalho admirável. Os médicos também. Os militares, nunca saberemos a sua verdadeira função. Quanto à imprensa de catástrofe, teve sua conta de *scoops*. Enquanto os estertores dos agonizantes e o pranto dos familiares iam se misturando, a comunidade internacional acertava as suas contas. A França protesta contra o controle do aeroporto pelos americanos. O Brasil ameaça fazer as malas se os EUA ultrapassarem seus soldados da missão da ONU. O presidente Hugo Chávez e seus aliados denunciam o total controle americano sobre o país, sob o pretexto do desastre. Os americanos mobilizam homens, materiais, *stars* e milhões por uma operação às portas da Flórida. Na verdade, aqui, os haitianos não se preocupam nem um pouco de toda essa dança pouco diplomática em torno de seus cadáveres. Querem ajuda. Todas as ajudas. Em todas as áreas. Tem-se preocupado pouco dos esforços franceses para levar para fora mais crianças a adotar o mais rapidamente possível. Nada preocupado das ofertas sem disfarce do Canadá que esvaziam o país dos seus recursos humanos mais qualificados. Permanece-se cético diante das miragens que muitos países africanos fazem brilhar aos olhos dos amantes de aventura. Muito menos sensível às reservas da esquerda sul-americana acerca das segundas intenções de Obama. Até as crianças roubadas pelos americanos não têm causado escândalo. Todo o mundo é livre para vir nos ajudar e tentar de passagem tirar seus marrons de nossas ruínas. É uma prática habitual neste país mil vezes conquistado, pilhado, subjugado, contido, sitiado, assistido. Feridos, espancados, moribundos, somos incapazes de realizar qualquer batalha. Isso não quer dizer que não tenhamos visto, ouvido e entendido... (DUVAL, 2010 apud SEGUY, 2014, p. 21)

O terremoto parece ter alargado as portas de entrada do Haiti para todo tipo de negócio estrangeiro, ao mesmo tempo em que abriu enormes crateras onde se encontra a população mais pobre na difícil tarefa de sobreviver. É visível a exploração da tragédia revestida de solidariedade. A presença estrangeira, em certa medida, piorou a condição de vida do haitiano, pois os alugueis, os serviços e muitos produtos passaram a ser cobrados em dólar americano de forma que só os *blanc* e a elite, podem pagar. Construindo assim, um abismo entre a população local e os estrangeiros que ali se apresentam como os seus salvadores. É escandalosa a forma

⁴⁹ Fundado em 1898, *Le Nouvelliste* é o jornal diário mais antigo ainda em circulação no Haiti.

como vivem os estrangeiros, em sua maioria ligados às ONGs, em meio às necessidades básicas do haitiano comum. É como muito bem observou o brasileiro Ricardo Seitenfus, que em 2010. Ele era Representante Especial do Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti e assim se referiu ao problema do apoio: “a reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios”⁵⁰.

Assim, também, o haitiano, Rulx André Alcinéus⁵¹, diz que as ONGs estão preocupadas apenas em justificarem sua própria existência. Alcinéus narra o caso de uma ONG internacional com três ramificações diferentes no país definidas pelo lugar de origem (França, Espanha e Itália), as três realizavam o mesmo trabalho (limpeza de esgoto) na mesma região, cada dia uma ia até lá realizava o trabalho, erguia sua bandeira e fotografava, no dia seguinte a outra fazia o mesmo e depois a outra, e, em nenhum momento, se perguntavam ou perguntavam à população sobre a necessidade do serviço repetido. Na opinião dele, importante seria se as três ramificações da ONG se unissem e investissem o dinheiro em algo permanente, como melhoria das instalações da rede de esgoto. Ele afirma ainda, que acredita que, se as ONGs não criaram, pelo menos reforçaram um sentimento de individualismo, contrário à solidariedade que era vista logo após o terremoto e que era algo tão natural do povo haitiano.

Eu voltei e aceitei tantas funções porque acreditei que eu poderia reanimar, no meu nível, o Haiti que eu conhecia, esse Haiti solidário, o Haiti dos *kombits* (mutirões), que não existe mais. Não sei dizer até que ponto isso começa com a dinâmica que se instalou após o terremoto ou é fortalecido por ela⁵².

Além das ONGs, o cenário de tragédia também abriu ainda mais o caminho para o capital estrangeiro, parecendo ser a oportunidade ideal para colocar em prática planos econômicos que já vinham sendo desenvolvidos pelo governo estadunidense que, mais uma vez, deseja transformar o Haiti em seu “quintal”. Vito Phairus queixa-se da ação dos Estados Unidos no Haiti, segundo ele “os Estados Unidos que manda lá, faz o que quer, com os Estados Unidos a gente não vai para frente nunca”.

⁵⁰ Entrevista a Arnaud Robert publicada no jornal suíço, *Le temps*, em 20 de dezembro de 2010.

⁵¹ Religioso da Congregação do Espírito Santo, Rulx André Alcinéus viveu 7 anos no Brasil e retornou ao seu país após o terremoto, com o objetivo de colaborar na reconstrução. Foi superior da ordem religiosa a que pertence no Haiti e Diretor do Petit Séminaire et Collège Saint-Martial, importante instituição de ensino de *Port-au-Prince*, no período de 2013 à 2016.

⁵² Entrevista realizada em 19 de janeiro de 2016 em *Port-au-Prince*.

O estabelecimento de zonas francas em diversas regiões do Haiti, expulsando os camponeses que ainda possuíam terras e, conseqüentemente, tirando sua subsistência e estabelecendo relações de trabalho similares à escravidão, é denunciada pelo sociólogo haitiano Franck Seguy em sua tese de doutorado defendida na Unicamp em 2014⁵³. Ao analisar um relatório produzido em 2009 por Paul Collin, professor de Economia da Oxford, a mando do governo estadunidense, Seguy destaca três elementos do plano proposto por Collin para o Haiti:

[...] a produção de vestuário demanda pouco por parte do Estado [...] portanto é muito mais fácil e rápido construir as infraestruturas e os serviços necessários para a indústria criando apenas alguns polos de excelência em vez de tentar melhorar estas infraestruturas no conjunto do país”, tendo em vista que [...] “o elemento essencial é que os portos e aeroportos funcionem bem, já que a produção deve ser exportada e os fatores de produção importados”. (SEGUY, 2014, p. 84-85)

Levando em conta que esse relatório serviu de base para o plano de reconstrução do Haiti depois do terremoto, a comissão coordenada pelo ex-presidente Bill Clinton estava trabalhando em prol de uma economia internacional, usando como desculpa a solidariedade prestada às vítimas da “tragédia histórica” que é o Haiti a partir do olhar da civilização ocidental. E é sob esse olhar que o Haiti vem sendo desqualificado em suas características ideológicas, religiosas, sociais, econômicas e políticas, sempre que não se enquadra no padrão europeu.

⁵³ Sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes, Franck Seguy realiza uma intensa investigação sobre a atuação do que chama de “Internacional Comunitária” e denuncia os seus propósitos de recolonização do Haiti, aproveitando-se da situação de caos pós-terremoto de 2010 colocam em prática, na chamada reconstrução, projetos anteriores.

2.7. *Sabíamos que o Brasil recebia haitianos*

O cenário que se formou após o terremoto de 2010 criou dois movimentos. Em primeiro lugar, muitas pessoas se deslocaram para o interior do país. Segundo alguns colaboradores esse movimento era necessário, pois em *Port-au-Prince*, não era possível ficar. Josué Jean Daniel Etienne conta que “a cidade Porto Príncipe estava em alerta, então fui para o interior. Passei três meses lá esperando as coisas se acalmarem”. Em seguida Josué foi para a República Dominicana e, depois, veio para o Brasil, no segundo movimento que foi a saída de milhares de pessoas do país. Embora o terremoto não possa ser qualificado como único motivador, marca o início do quarto grande fluxo migratório haitiano, inserindo o Brasil como território dos possíveis destinos.

Mesmo nos anos que se seguiram ao terremoto, a promessa de reconstrução do país não aconteceu de forma eficiente, deixando de incluir grande parcela da população, que permaneceu à margem. As instalações de zonas francas para indústrias de vestuários estadunidenses, antes de criar oportunidades criaram situações de subempregos com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. As ruas de *Port-au-Prince* são tomadas por comércios informais, que disputam as calçadas com os transeuntes, vendendo toda espécie de produtos. Do sucesso da venda, em muitos casos, dependem a alimentação da família e a possibilidade das crianças frequentarem a escola que, em sua maioria, são privadas e confessionais.

Assim, a emigração se constitui como possibilidade de melhores condições de vida, busca de oportunidade de trabalho e estudos, como já é tão presente na história do Haiti. Como afirma Louis Charles: “por dificuldade, qualquer pessoa sempre quer, como projeto de sua vida, sair do seu país para procurar uma vida melhor”.

Para muitos desses haitianos e haitianas que deixaram o país, o Brasil tornou-se um destino possível e uma alternativa aos destinos clássicos na mobilidade haitiana (República Dominicana, Estados Unidos, França, Bahamas, Martinica, Guadalupe e a Guiana Francesa). Desde o ano de 2010, registra-se a chegada de haitianos ao Brasil, principalmente pela fronteira norte do país. O que, inicialmente pareciam casos isolados, foi se tornando um fluxo cada vez maior, tendo o seu ápice entre 2013 e 2014 e findando o ano de 2015 com cerca de 60.000 haitianos vivendo no Brasil⁵⁴.

⁵⁴ Segundo informações da embaixada brasileira no Haiti.

Embora, o Haiti tenha uma longa história de deslocamento, o Brasil não era um destino eleito pelos haitianos que necessitavam deixar o país. As relações entre os dois países só se intensificaram a partir de 2004, com a entrada das forças armadas brasileira liderando a atuando na MINUSTAH⁵⁵. Mas havia uma relação anterior, destacada por todos os nossos colaboradores: o futebol. Yvener Guillaume explica

[...] o Brasil é um país que sempre esteve dentro do coração dos haitianos. Nós somos fanáticos pela seleção brasileira. Pelo menos 70 ou 75 por cento dos haitianos torcem pela seleção do Brasil Os demais são pela Argentina. Então, no momento em que o Brasil está jogando é uma coisa maravilhosa, nem trabalho pode parar a gente, é uma festa. Na rua você passa e encontra gente bebendo, discutindo futebol. Eu não conhecia o Brasil, mas eu já sabia a sua história, é um país que estava dentro do coração.

As propagandas feitas do Brasil, em um momento em que o desenvolvimento econômico brasileiro aparecia bem cotado nas projeções internacionais, surtiu um efeito rápido na população haitiana, ansiosa por partir. Boatos de que no Brasil havia boas ofertas de emprego e que o visto era relativamente fácil se espalharam por todo o país, despertando interesse da população que não tinha mais para onde ir. Os responsáveis pela propaganda foram, principalmente, contrabandistas interessados nos altos lucros que podiam obter na operação de travessia até o Brasil; a construtora brasileira OAS, que atuou na construção de estradas no sul do país, e o batalhão brasileiro da MINUSTAH. Outro fato que é muito relevante foram as declarações da ex-presidenta Dilma Rousseff em sua visita ao Haiti em fevereiro de 2012, quando anunciou, em declaração à imprensa, após reunião com o então presidente do Haiti, Michel Martelly, que o Brasil estava aberto para receber os haitianos:

Reiterei que continuaremos cooperando para criar para os haitianos condições de vida melhores no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil⁵⁶.

⁵⁵ O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países ocorreu em 1928 com abertura de delegação em ambos os países. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o Haiti em agosto de 2004. (cf. Ministério das Relações Exteriores).

⁵⁶ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/02/estamos-abertos-receber-cidadaos-haitianos-diz-dilma-no-haiti.html>

Nos relatos dos colaboradores encontramos diversas motivações para viajarem para o Brasil. Geneviève diz “soube que era fácil conseguir visto para o Brasil e falei: ‘vou para lá’”. Rossert Mervelud e Louis Charles, assim como Edouard, foram motivados pelas notícias de incentivo do governo brasileiro. “Houve um momento que o governo brasileiro abriu as portas para os haitianos. Eu não me interessava, mas quando vi que muitos haitianos estavam entrando aqui, pensei: Ah, deixa eu ir lá ver, conhecer, se eu acho que é bom para mim eu fico” (Louis Charles). Josué Jean Daniel Etienne conta como foi convencido, pela pessoa que o agenciou (ou talvez possamos dizer, traficou), a sair da República Dominicana, onde estava cursando medicina, com destino ao Brasil:

Até lá eu não tinha esse negócio de Brasil na minha mente, eu nem sonhava, eu queria estudar para me formar. E ele falou: “O Brasil é muito bom, eu conheço alguém lá, que mora no Rio de Janeiro, e está muito bem. Tem outros meninos também que ajudei a viajar, eles estão bem, eles chegaram e já estão estudando.” E começou a me falar nomes de faculdades daqui. Embora ele estivesse mentindo, ele se informou para isso. Não tinha como não acreditar, tudo que ele estava falando eu ia investigar se era verdade.

Outra motivação, era a ideia de que no Brasil prevalecia a “democracia racial” e que aqui se encontrariam com irmãos, diferente do racismo sofrido por muitos na República Dominicana. Era isso que esperava Clarens Chery, que afirma que

Como tinha muitas pessoas que vieram para cá e como o Brasil também é uma terra de migração e tem uma grande população afro, porque aqui nós sabemos que temos nossos pais e nossa herança, vim para cá com um sonho e me acho com totalidade e integralidade legítima de viver nesse solo, de crescer nesse solo, de respeitar esse solo e de lutar pelos direitos dentro desse território.

Além disso, fala-se de empresas brasileiras realizando recrutamento de jovens no Haiti, para suprir a falta de mão de obra, principalmente na construção civil, e até mesmo em atuação de soldados brasileiros no aliciamento e colaboração na criação de uma rede de contrabandistas. Mas tudo isso ainda está no campo da especulação. O que sabemos é que milhares de haitianos cruzaram fronteiras e alcançaram as terras brasileiras sem saber o que iriam encontrar.

Rua de Porto Príncipe – Haiti, 2013. (Créditos da própria pesquisadora)

Feira Livre – Haiti, 2013 (Créditos da própria pesquisadora)

2.8. *Hoje o meu país está entregue.*

Edouard afirma que o Haiti está “entregue” e que hoje vivem uma situação bem parecida com a ditadura Duvalier. A fala de Edouard evidencia ainda mais os traços que é possível reconhecer no Haiti de hoje de uma colonização atualizada⁵⁷, sob o disfarce de ajuda solidária e de defesa da democracia. Como também fica evidente na fala de um agente da equipe técnica da MINUSTAH, responsável pelo treinamento dos soldados que atuam em todo o Haiti, de que não há necessidade de se aprender nada sobre o país e o seu povo, língua, cultura, história, que é melhor manter um distanciamento e fazer o trabalho. Quando sabemos que o projeto de reconstrução do país pós-terremoto foi discutido, escrito e gerido em inglês, enquanto os idiomas oficiais do Haiti são o francês e o *creóle*⁵⁸. E que, enquanto a população de *Port-au-Prince*, não desfruta sequer de energia elétrica por um dia inteiro⁵⁹, os funcionários da ONU e das ONGs vivem de forma confortável, destoando da realidade da maior parte da população, como relata Seguy

[...] ao mesmo tempo em que a vida do povo haitiano beira a desumanização quase total, o trem de vida dos cooperantes internacionais flerta com o mais indecente luxo. Leiamos o que as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman observaram em Porto Príncipe: A poucos quilômetros do centro da cidade, encontra-se a Base Logística ou Log Base, o central de negócios das Nações Unidas e seus esforços de reconstrução. Trata-se aqui de outro mundo. Dentro do imenso prédio encontram-se 'trailers' novos, carros de golfe e mais banheiros públicos novinhos de que em qualquer lugar no Haiti. (Log Base não está infetada de micróbios, ou de cólera!) Vasos de flores alinham-se nos corredores, e umectantes derramam gotas d'água refrescantes no terraço de um restaurante cujo cardápio oferece sushi, arroz jasmim, batatas alemãs, pão de queijo brasileiro, shawarmahalal e sorvete Haagen-Dazs. O dólar americano, e não a gurde haitiana, é a moeda básica aqui. [1 dólar = 53 gurdas] (SEGUY, 2015, p. 522-523).

⁵⁷ Ou Recolonização, tão bem fundamentado na tese de Franck Seguy já citada aqui.

⁵⁸ Essa e outras informações sobre a reconstrução do Haiti pós-terremoto pode ser obtida no documentário “Assistance Mortelle” (2013) do diretor haitiano Raoul Peck.

⁵⁹ O fornecimento de energia elétrica no Haiti é extremamente precário. Em algumas partes da capital e dos arredores, muitas vezes, tem fornecimento de energia elétrica durante duas horas diárias. Em outras, 12 horas. Assim, os que têm condições, adquirem geradores ou baterias alimentadas por luz solar.

A ideia de caos e violência e, acima de tudo, a crença na incapacidade de se autogovernarem, é totalmente presente no contexto atual haitiano. O mal parece estar personificado no povo, que precisa sempre ser controlado por um agente civilizador. Ou ainda, nas palavras de Hurbon,

A sociedade haitiana parece haver interiorizado a violência como seu modo de ser ou sua identidade. Com efeito, a cada crise, a cada encruzilhada de sua história, volta com mais força o fantasma da violência através do antigo slogan da ata de independência do Haiti: “Koupé tèt, bout Kay” (cortem a cabeças, queimem as casas). Isto não quer dizer, de modo algum, que os haitianos tenham por hábito fazer elogios à violência ou que tenham uma ligação particular com a mesma. (HURBON, 2002 apud SCARAMAL, 2006: 57)

É essa violência que estampa as notícias no mundo inteiro e que justifica a presença militar nesse momento, além das invasões sofridas ao longo de sua história nas tentativas de negar a soberania haitiana, sempre ameaçada. Depois de 13 anos de uma atuação cercada de controvérsias, a MINUSTAH deixou de existir⁶⁰, mas a presença da ONU permanecerá com a implementação de uma nova missão, a MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti. A mão dos representantes da civilização, ou do controle colonialista, em prol da democracia, permanece fundamentada na ideia de que numa “República negra” é impossível obter sucesso, ainda mais quando esse povo confia seus destinos a deuses pagãos⁶¹. O branco-cristão se apresenta mais uma vez como portador do “bem” e único capaz de levar à “salvação”. Enquanto o povo haitiano é apresentado como historicamente alheio às práticas democráticas, pois diante de governos democráticos, se mostraram inaptos para tal situação, como constatou Dieng, representante da ONU, que se diz convencido de que o Haiti padece de falta de cultura democrática (Apud VASCONCELOS, 2010, p.89).

Partindo dessa perspectiva, é importante refletir sobre o que o professor Rodrigo Montoya Rojas apresentou no curso *Diversidades, direitos humanos e desafios à democracia*

⁶⁰ Em 12 de abril de 2017 o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo fim da MINUSTAH de forma gradual, finalizando suas operações até 15 de outubro desse mesmo ano.

⁶¹ Por ocasião do terremoto, houveram diversas declarações que associavam a tragédia natural ao culto vodu. Dentre essas declarações, destacou-se a do cônsul do Haiti no Brasil, que em uma emissora de TV sem saber que estava sendo filmado afirmou: “Acho que de tanto mexer com macumba, eu não sei o que é aquilo. O Africano em si tem maldição...”. Também um pastor estadunidense deu diversas entrevistas em canais de TV afirmando que o terremoto que aconteceu no Haiti é consequência de um “pacto com o diabo” que a população do país fez para se tornar independente da França: “- Eles [haitianos] se reuniram e selaram um pacto com o demônio. Disseram a ele: “Serviremos a você se nos livrar dos franceses.” A história é verdadeira. E o demônio respondeu: “Está certo!”. Desde então, eles são vítimas de uma série de maldições.”

na América Latina⁶². A democracia é uma ideia e, como tal, é possível estar perto ou longe de sua realização. Na América Latina, há uma carência de espaço de aprendizagem e de vivências de democracia, portanto, não se aprende práticas democráticas. As principais instituições onde se dão o desenvolvimento humano - família, religião e sistema educacional - não apresentam estruturas democráticas. Como pode o Haiti desenvolver democracia nesses âmbitos esperando pelo mundo ocidental? Se o conceito de democracia, como bem apresentou o professor Montoya, está associado ao conceito de direitos, que se remete à justiça, como esperar que um povo a quem é negado o seu “ser-no-mundo”⁶³ alcance o que não faz parte da sua própria existência? Como afirma Seitenfus “uma das maiores dificuldades haitianas encontra-se em nós mesmos. Trata-se da profunda ignorância sobre o país caribenho. Há somente um sentimento de comisseração que não é bom conselheiro” (SEITENFUS, 2006, p.15). Mas há ainda a não aceitação do outro, a não ser como ser inferior e subjugado às ordens dos “donos do poder”. Tudo isso é bem expressivo na narrativa de Edouard e no seu desejo de apresentar o seu Haiti, não bastasse a sua fala, durante a entrevista, ele pegou o computador e fotos pessoais de lugares, de pessoas, para mostrar e “provar” que o Haiti é diferente do que se costuma apresentar.

Nesse sentido, um membro da MINUSTAH, que pediu para não ter o seu nome divulgado, afirma que uma nação que eliminou o branco não pode dar certo. “Tiraram o branco até da bandeira francesa para formarem a sua, como iriam governar sem os brancos, se as estruturas foram criadas por eles?”, indaga, ao mesmo tempo em que se diz admirado com a inteligência e o grau de cultura que encontrou nos haitianos, como se surpreendesse por não encontrar a inferioridade e ignorância absoluta que acreditava existir.

Por outro lado, não podemos imaginar uma passividade por parte do povo haitiano. Embora tenha havido um verdadeiro dismantelamento das organizações populares após o golpe contra Aristide e ao longo de toda a década de 1990, há grupos que reagem e atuam constantemente. A Igreja Católica, que já teve um protagonismo importante no campo da denúncia e profetismo no Haiti, hoje parece se calar publicamente em troca de privilégios⁶⁴. O atuante movimento feminista, também parece ter sofrido uma forte mutação, caminhando “da contestação para a negociação e diálogo”, evitando assim uma verdadeira oposição e a defesa de direitos, que marcou a trajetória do movimento. Assim uma parcela importante das lideranças da esquerda tornou-se uma espécie de “prestadora de serviço” dos organismos

⁶² Disciplina ministrada dentro do programa de pós-graduação Humanidades, Direitos E Outras Legitimidades-DIVERSITAS-FFLCH-USP, no período de março a junho de 2015.

⁶³ Expressão utilizada por Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal no livro *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*, devidamente citado.

⁶⁴ Exemplo de privilégios recebido, é que os bispos católicos usam carros oficiais.

internacionais, presentes no país, sendo financiadas e abrindo mão das lutas sociais. Enquanto que, uma parte da população permanece sempre disposta a sair às ruas quando convocada em defesa de seus direitos⁶⁵.

Em janeiro de 2016 assistimos de perto às manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas pedindo a anulação do processo eleitoral para presidência da República uma semana antes do sufrágio. Depois de um primeiro turno⁶⁶ conturbado em outubro de 2015, o segundo turno, marcado para o dia 27 de dezembro de 2015, foi adiado devido a fortes denúncias de fraude no processo que colocou em primeiro lugar, o candidato Jovenel Moïse, apoiado pelo então presidente Michel Martelly⁶⁷. Devido à pressão de diversos setores da sociedade, uma comissão foi montada para investigar as denúncias de fraudes, que confirmou irregularidades em várias sedes de votação. Mesmo assim, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) manteve a realização do segundo turno para o dia 24 de janeiro de 2016. O candidato da oposição, Jude Célestin, retirou a sua candidatura, negando-se a participar do que chamou de “farsa eleitoral” enquanto Moïses seguiu fazendo campanha. Uma série de manifestações passou a acontecer em todo o país, que não se limitava a ocupar as ruas. Casas de membros do conselho eleitoral e sedes de votação foram incendiadas, num crescente número de protestos violentos. No dia 22 de janeiro, o presidente do CEP, suspendeu as atividades eleitorais, por uma questão de segurança. Isso colocou o Haiti numa situação de insegurança política, uma vez que o mandato do presidente Michel Martelly chegou ao fim e ainda não havia um substituto eleito. Michel Martelly deixou o cargo em 07 de fevereiro de 2016, passando a faixa presidencial ao presidente do Senado. Foi eleito um presidente provisório e, somente em novembro de 2016 uma nova eleição colocou na presidência Jovenel Moïse.

Edouard analisa que o país vive muitos problemas e afirma que a vitória de Jovenel Moïses foi uma maneira de manter os mesmos no poder. Para ele, nada mudará e, acredita que o povo é manipulado e não age com consciência política. Assim como Edouard, outros colaboradores apresentam descrença numa melhoria situacional no Haiti e ver a migração como uma alternativa. Ao mesmo tempo em que esvazia o país de profissionais qualificados, como observa Rossert Mervelus, “muitas pessoas que têm formação, que é médico, que é professor,

⁶⁵ Conforme analisa o professor Franck Seguy em conversas realizadas em janeiro de 2016 na Faculté des Sciences Humaines - Université d'Etat d'Haiti

⁶⁶ 54 candidatos concorreram ao cargo de presidente.

⁶⁷ Chama a atenção o índice de abstenção nessa eleição. Apenas cerca de 18% do eleitorado votou para presidente no primeiro turno. O voto no Haiti não é obrigatório.

não consegue ficar no país, não consegue viver bem, e aí vai para outro país e quando chega lá não têm intenção de voltar. E se não voltar, o país vai ficando cada vez pior”.

Assim a migração, que está no cerne da existência social haitiana, configura-se como possibilidade de melhores condições de vida, mas também da realização dos sonhos individuais e coletivos, buscando em novas terras o que o próprio país não pode oferecer. Nesse contexto, o Brasil se inseriu e passou a constituir também espaço da reconstrução da vida individual, familiar e social.

Pinturas Naïf à venda nas ruas de Porto Príncipe – Haiti (Arquivo pessoal, 2016)

3. BRASIL

Josué Jean Daniel Etienne

Quando eu saí, o quarto onde eu estava desabou.

Eu nasci numa cidade do Haiti chamada Gonaïves, mas cresci numa outra cidade que chama Jean-Rabel, no departamento *Nord Ouest*. Nasci em Gonaïves porque a minha mãe precisou ir para lá devido à infraestrutura de saúde, de médicos para fazer o parto. Sou o primeiro filho e tenho uma irmã seis anos mais nova. Nasci em 09 de janeiro de 1990. Eu posso ter cara de velho, mas eu não sou tão!

Quando eu nasci, o meu pai era professor de escola primária e minha mãe era professora da escola infantil. Depois o meu pai fundou a própria escola e a minha mãe passou a trabalhar com ele. Infelizmente, não tive tempo de ir para essa escola porque quando ele fundou eu já estava no final dos meus estudos primários e tive que deixar Jean-Rabel para ir a Porto Príncipe. Naquela época, era assim: a criança fazia o primário no interior, depois os seus pais a matriculavam num colégio bom na capital. Então, com 11 anos fui para o *Petit Seminaire Collège St Martial*, um tradicional colégio de padres.

Quando cheguei em Porto Príncipe, fui morar com a minha tia e lá eu tinha outro primo que estava cursando medicina e morava sozinho. Meu tio falou com a minha mãe: “Ele não pode ficar na casa sozinho, manda Josué ir morar com ele, os dois juntos podem se virar melhor”. Depois de seis meses fui morar com ele. Nossos pais dividiram o aluguel e moramos juntos.

Eu só estudava, a escola começava às sete horas da manhã, mas tinha que estar seis e meia no pátio, porque às sete tinha que estar em fila. Tinha a cerimônia de missa, fazíamos as orações todas, hasteavam a bandeira, cantávamos o hino do Haiti, entrávamos na sala de aula e só saíamos da escola duas, três horas da tarde. Pegava uma caminhonete na rua que levava umas duas horas para chegar em casa. Chegando, umas cinco da tarde, tinha muitos trabalhos para fazer e lição para estudar. A escola era muito rígida, tinha muitas coisas para decorar e se no

dia seguinte você não estivesse preparado, mandavam recado para os pais e não podia entrar na aula. Eu não queria isso.

Terminei os estudos com 18 anos e queria ir para Cuba fazer Medicina. A minha família queria me mandar para lá, mas tinha uma prova para fazer. Tinha um programa do governo que dava oito bolsas para cada Estado – cada Departamento, como chamamos lá. Mas o meu Departamento tinha um problema de política. E o que aconteceu? Eu fui fazer a prova mas depois ficamos sabendo que as pessoas já tinham sido escolhidas para receberem as bolsas. Eu fiquei muito bravo e chateado.

Eu já tinha perdido um ano, estava com 19 anos, era 2009, então falei: “Meu pai, tudo bem, eu vou para República Dominicana, vou estudar lá, eu não quero estudar aqui”. Ele concordou e fui me preparando. Fui atrás das documentações, fiz tudo e em 2010 me programei para ir no mês de fevereiro, só que em janeiro aconteceu o terremoto.

Na hora do terremoto eu não estava em casa, estava na casa da minha tia, a irmã mais velha do meu pai. No exato momento eu estava dormindo, infelizmente, ou felizmente, porque eu não sou do tipo que tem um sono pesado, quando estou dormindo, qualquer coisa que se mexe eu acordo, mas naquele dia parece que eu caí num sono profundo. A casa estava destruída, tudo destruído e eu não sabia de nada porque estava dormindo. A minha tia estava tão desesperada, ela entrou no quarto, bateu no meu ombro, acordei e perguntei o que estava acontecendo. O pé dela estava sangrando muito. Ela falou: “Terremoto, terremoto!”.

Eu nunca tinha visto um terremoto na minha vida, fiquei surpreso, perdido. Ela me pegou e me puxou para fora. Quando saí, o quarto onde eu estava desabou. Foi Deus mesmo que me salvou, porque eu não tenho sono profundo, mas nesse dia caí num sono profundo. Pareceu o sono do Adão quando Deus fez Eva. Acredito que foi Deus que me salvou mesmo, eu acredito nisso!

Todos da família ficaram bem. A minha prima ficou presa nos escombros na universidade mas conseguimos tirá-la no dia seguinte. Na minha família mais próxima, primos, primas, felizmente, Deus cuidou de todos.

Depois do terremoto ficou só o alerta mesmo. O primo que morava comigo já estava formado em medicina e trabalhava com a Visão Mundial, que é a *World Vision*. Eles ficaram de mãos atadas porque tinham tantos pedidos que não conseguiam atender. Ele fazia tudo.

Inclusive, chegou um momento em que colocou o próprio dinheiro à disposição. Mas onde comprar? Não tinha onde comprar. Ele ficou muito chateado.

A cidade Porto Príncipe estava em alerta, então fui para o interior. Passei três meses lá esperando as coisas se acalmarem. Tinham muitas pessoas mortas nas ruas. O meu medo era chover, porque se chovesse, imagina 24 horas depois dessa chuva! Seria um mundo de *Walking Dead*, um monte de zumbi na rua. Então, fiquei em Jean-Rabel uns três meses e depois que as coisas se acalmaram um pouco voltei para Porto Príncipe e fui para a República Dominicana cursar medicina.

...eu não tinha esse negócio de Brasil na minha mente, eu nem sonhava...

Cheguei na República Dominicana em abril de 2010 e, como eu não falava muito bem espanhol, tive que fazer um curso. Fiz o curso de espanhol até agosto e depois a prova na UASD - Universidade Autônoma de Santo Domingo, dizem que é a mais antiga da América, e, graças a Deus, passei.

A UASD é uma universidade estadual, não pagava mensalidade. Eu não queria que os meus pais pagassem porque depois do terremoto a situação econômica do país ficou muito difícil, mesmo na minha cidade que não foi atingida. Aliás, aconteceu uma coisa meio cômica com meu pai: quando teve o terremoto o meu pai estava na casa dele, em Jean-Rabel, na parte de cima, conversando com as pessoas. A casa tremeu um pouco e ele gritou, inconscientemente: “Quem está batendo na casa?”. Ele não sabia o que estava acontecendo, mas Porto Príncipe, a capital, estava sendo destruída. Mas onde ele estava não aconteceu nada.

Eu fui para a República Dominicana e aluguei uma casa com dois amigos, cada um tinha que contribuir com 120 dólares por mês. Tinha que pagar água e luz, o custo estava bem, entre aspas, alto para nós. Embora, tínhamos amigos que estavam pagando bem mais caro. Quanto mais perto do centro da cidade você mora, mais caro paga. Tínhamos amigos que estavam pagando aluguel de 1.200 dólares por mês. Eu não posso reclamar se estava pagando 120. O mais difícil era para comprar os materiais e se locomover. Às vezes tinha que passar o dia todo na faculdade. Eu tinha aula que começava oito horas da manhã e terminava às dez horas da noite. E aí? Tinha que comer na rua e chegava em casa meia noite. Nesses dias gastava mais.

A casa que alugamos era de um americano, acho que de origem haitiana pois falava crioulo. Para mim, ele era um agente da CIA [*Central Intelligence Agency* – Agência Central de Inteligência] na República Dominicana. Ele nunca revelou isso para nós, mas do jeito que ele era, o funcionamento da mente dele, para mim ele era um agente da CIA porque qualquer coisa que você precisasse resolver na Embaixada Americana, ele entrava e fazia o que quisesse. Ele ligava para os embaixadores, os embaixadores frequentavam a casa dele. Até mesmo o embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil dormiu na casa dele uma vez que foi para a República Dominicana. Os caras iam lá, delegações importantes, americanos que chegavam na República Dominicana iam na casa dele. Para ir na casa dele eu não podia falar “eu vou”, tinha que ligar para ele e falar: “Tal dia eu vou”. Você não podia ligar e falar “amanhã eu vou”. Embora ele me falasse: “Ah, filho, pode vir, não tem esses negócios não, fica tranquilo”. Com toda essa influência eu falei: “Caramba, alguém que é importante nas relações internacionais sabe o que está falando”.

Ele me contou também que tinha uma concessionária de carros na República Dominicana. Um dia eu cheguei na casa dele e ele estava bem bravo, me falou que tinha perdido um milhão e duzentos mil dólares porque comprou uma frota de carros para ir para os Estados Unidos e o governo estava bloqueando, pedindo uma taxa tão alta que não tinha como. Ele falou: “Como que eu tiro alguma coisa, eu vou pagar uma taxa de 50%?”. Talvez ele estava tentando levar ilegalmente, pegaram e ele perdeu dinheiro.

Um dia estava em casa porque a universidade estava em greve conversávamos sobre isso e ele falou para mim: “Josué, você não gostaria de estudar em outro país?” Eu falei: “Por exemplo, onde?” Ele falou: “Brasil”. E eu falei: “Como que é o Brasil?” Até lá eu não tinha esse negócio de Brasil na minha mente, eu nem sonhava, eu queria estudar para me formar. E ele falou: “O Brasil é muito bom, eu conheço alguém lá, que mora no Rio de Janeiro e está muito bem. Tem outros meninos também que ajudei a viajar, eles estão bem, eles chegaram e já estão estudando”. E começou a me falar nomes de faculdades daqui. Embora ele estivesse mentindo, ele se informou para isso. Não tinha como não acreditar, tudo que ele estava falando eu ia investigar se era verdade. Então, eu aceitei e ele até se ofereceu para conversar com o meu pai e me ajudar.

Até aquele momento a única coisa que eu conhecia do Brasil era o futebol. Eu conhecia muito, era a festa do Brasil! E também na minha casa tinha televisão à cabo antes do terremoto, tinha o Tele Haiti, depois do terremoto destruiu tudo. Mas, às vezes, alguns canais mostravam coisas do Brasil, como as guerras nas favelas do Rio, mostrava a prostituição, que era o motivo

para muitos gringos virem para cá, não por gostar do Brasil, mas para conhecer a mulher brasileira. Era essa a ideia que eu tinha do Brasil. Depois li algumas coisas, li sobre a história e acabei conhecendo um pouco mais.

Depois que esse senhor me explicou como tudo funcionaria, entrei em contato com o meu pai e disse que eu queria ir para o Brasil. A universidade que eu estudava tinha convênio com a UNICAMP [Universidade Estadual de Campinas/SP], então pensei que eu pudesse trazer meus documentos e fazer uma integralização aqui. Ele falou: “Josué, você precisa comprar passagem até lá, custa 1.500 dólares”. Ele falou uma coisa que me pareceu um pouco bizarra: “Você precisa comprar de ida e volta. Se alguma coisa ruim acontecer, você volta”. Mas como eu já tinha conversado com meu pai, ele já tinha incentivado, o que eu ia falar para o meu pai? Que eu não vou mais ou foi um mal entendido? Fui conversar com ele para tentar entender e ele falou: “Não, tranquilo, você pode remarcar, qualquer dia você pode voltar”.

Dei o dinheiro para ele, que me trouxe as passagens e viajei. Não lembro bem se era outubro ou novembro de 2011. Outros quatro amigos, estudantes também, viajaram comigo no mesmo esquema. Tem dois que estão estudando na Universidade Adventista em São Paulo, um está em Rondonópolis e o outro em Brasília.

Foi como um filme...

Recebemos passagens para Guayaquil, Equador. Então, saímos da República Dominicana, fizemos conexão no Panamá e, de lá, pegamos outro avião para o Equador. No Equador eu deveria ligar para ele. Quando liguei ele falou: “Então Josué, deixa eu te falar uma coisa, uma coisa chata que aconteceu. Você não vai conseguir pegar o voo, você vai ter que ir de ônibus”. Aí a minha ficha começou a cair. Ele mandou dinheiro para nós e disse para pegarmos um ônibus até o Peru. Nesses países latino-americanos a gente não precisava de visto naquele momento, só no Brasil. Passamos o Peru, Lima, chegamos numa cidade vizinha do Brasil que chama Iñapari. Fizemos esse trajeto de ônibus foram mais ou menos três ou quatro dias viajando. Quando chegamos em Iñapari, a ficha caiu mesmo. Mas seguimos as orientações dele.

Chegando lá, liguei para ele e falei: “Estou em Iñapari, e agora?”. Ele falou que deveríamos esperar que alguém fosse buscar a gente para levar para o Brasil. Nesse momento

eu fiquei desesperado e discuti com ele. Mas eu pensava que ia dar certo, por causa da influência e dos contatos dele, acreditei que um carro ia buscar a gente e seria tranquilo. Onde eu fiquei, dava para ver a ponte que separava o Peru do Brasil. Tinham outras pessoas lá esperando também. Muitas vezes eu falei: “Vamos pegar a mochila e ir para lá”, mas ele tinha me falado que não podia, que tinha que esperar alguém vir buscar. Depois de uma semana, uma noite ele ligou: “Josué, alguém vai buscar vocês e cada um deve pagar 40 dólares para ele levar vocês para o Brasil”.

Eu estava esperando um carro e numa noite um caminhão chegou. Um caminhão fechado. Os caras do caminhão tinham uma lista e começaram a chamar os nomes, nós fomos os primeiros. Eles falaram: “Vocês vão entrar e não vão se mexer”, tipo coitado mesmo, como os que saem do México para os Estados Unidos. E eles insistiam: “Vocês não vão se mexer”. Eu pensei que tudo bem, era só para atravessar a ponte. Mas ele não foi em direção a ponte. Voltou e numa outra cidade começou a cortar pela floresta. Chegou um momento que o caminhão não podia ir mais, então parou e apareceram vários guardas peruanos. Eles contaram quantas pessoas tinham no caminhão, acho que éramos uns 50, abriram as mochilas de cada um e pegaram o que encontraram de valor, laptops, mas de mim eles não pegaram nada. Já tínhamos pagado 40 dólares para os caras do caminhão e agora os guardas pediram 20 dólares de cada um. Algumas pessoas não tinham mais dinheiro, então as que tinham, ajudavam. Eu ajudei duas pessoas, dei o dinheiro para eles poderem passar. Passaram. Foi como um filme. Tivemos que andar uns três quilômetros a pé, não era estrada, era mato que você ia cortando no meio da noite. Uma hora, duas horas da manhã. Eu estava carregando uma mochila nas costas e tinha uma bolsinha com meus documentos. Chegou num certo ponto em que a mochila estava ficando pesada, fiquei tão bravo, peguei a mochila, joguei no mato e falei: “Não, esse negócio eu não vou carregar mais”. Na frente tinha uma mulher com uma criança nos braços, ela não estava mais conseguindo carrega-la e falei: “Me dá a criança”. Coloquei-a nas minhas costas e comecei a andar. Foram mais ou menos uns três quilômetros caminhando.

Chegamos numa outra base. Soldados peruanos de novo, cobrando 20 dólares para passarmos. Antes de sair daquela cidade eu tinha 1.200 dólares no meu bolso, pagando aos guardas e ajudando as pessoas que não tinham, cheguei ao Brasil com 200 ou 300 dólares. As pessoas falavam: “A gente não tem...”. E eles: “*No és problema nuestro, tenes que pagar*”. Cada um que não tinha eu ia ajudando a passar.

Chegamos num ponto, ia marcar quatro horas da manhã, tinham três carros e nos mandaram subir. Lembro-me deles falando: “Sobe moreno!”. Dividiram-nos em grupos,

entramos nos carros e cada um foi para um lado. Por volta das sete horas da manhã chegamos numa outra cidade, ainda no território peruano e eles falaram: “Vocês vão ficar aqui esperando a movimentação”. Esperando a movimentação? Eu ouvi um barulho: “Corre, corre, corre!” (batendo palmas). Aí começamos a correr e alguém falou: “Esconde aqui, no mato, esconde no mato, alguém denunciou, nos denunciaram!”. A polícia estava chegando e eles nos diziam: “Vocês têm que se esconder!” Ficamos 30 minutos debaixo do mato esperando.

Eles chegaram com outro carro, nós subimos e pensei: “Agora a gente vai para o Brasil”. Rodamos por uns 15 minutos, paramos e havia mais guardas peruanos. Mas, dessa vez, nos deixaram passar porque não era mais problema deles, estávamos saindo do Peru.

Quando chegamos na parte brasileira, os guardas brasileiros pararam o carro e olharam para nós. Teve um Policial Federal que balançou a cabeça e disse algo que não entendi. Mas depois fiquei pensando que talvez ele tenha dito: “Vocês não sabem no que estão se metendo”. Deixaram o carro passar e chegamos numa praça: “Bem-vindo brasileiro!”. Era a cidade de Brasiléia, no Acre. Ali haviam muitos haitianos. Eu só queria tomar um banho, meus pés doíam. Perguntei aos que estavam ali onde poderia trocar dólar para poder comprar roupas. Eles me disseram que só no Peru mesmo. Para o Peru eu não ia voltar de jeito nenhum! Um haitiano que já estava ali há um tempo disse que iria lá para mim por 40 reais. Eles estavam dispostos a fazer tudo por dinheiro porque não tinham nada. Eu dei 100 dólares para ele e pedi para comprar algumas roupas. No Peru as coisas são bem baratas e ele trouxe bastante coisa.

Perguntei onde eles dormiam e quando vi, falei: “Não vou dormir nessas coisas, não vou dormir nessas coisas, de verdade, eu não vou dormir nessas coisas!”. Liguei para o meu pai e falei que eu precisava de dinheiro e ele falou: “Josué, você viajou com mais de 2.000 dólares no bolso, não se passou nem duas semanas, cadê o dinheiro?”. Expliquei o que tinha acontecido e ele ficou bravo, tentou encontrar o cara na República Dominicana, mas não conseguiu. O meu pai mandou dinheiro por uma casa de transferência. Três dias depois o dinheiro chegou, 500 dólares. Encontrei uma pousada que, se fechasse o mês, sairia 15 reais a diária. Outros que chegaram comigo alugaram quartos na mesma pousada. É aquele negócio, os haitianos que tem mais possibilidades econômicas estavam se saindo mais ou menos bem, porque eles não tinham que dormir num lugar onde todo mundo fazia o que queria, sem poder reclamar e não poder comprar um prato de comida quente, comprar o que quisesse comer. Essa era a única diferença entre nós que estávamos na pousada e o que estavam no abrigo. Os outros tratamentos eram a mesma coisa.

Eu nunca fui mendigo na minha vida. Nunca fui!

A Polícia Federal nos reunia no Corpo de Bombeiros porque não tinha mais espaço. Eles nos mandaram fazer o pedido de refúgio. Faziam uma fila grande, pegavam nossos documentos, tiravam nossas digitais, todas essas coisas. Depois tínhamos que marcar na Polícia Federal e faziam os outros procedimentos. Eu só consegui marcar para 20 dias depois, então tive que ficar lá esperando.

O que mais me chateava eram os caras da TV que toda hora iam gravar, como se fôssemos um grupo de mendigos que chegaram aqui. Eu nunca fui mendigo na minha vida. Nunca fui! Em menos de 15 dias eu passei de alguém que estava correndo atrás dos seus sonhos, que estava com os caminhos traçados, para ser mendigo, entre aspas. Isso me chateava muito! Por isso eu não saía muito, ficava dentro do quarto. Foi bem difícil. Até que eles responderam e me deram o documento, era um papel mesmo. Eu deveria ir para Rio Branco e lá tirar a carteira de trabalho. O CPF eu tirei em Brasília.

Algumas empresas iam para Brasília para contratar os imigrantes. Havia um cara, acho que se chamava Ramon, que agenciava e organizava as contratações. As empresas apresentavam as vagas, a gente se candidatava e ia fazer a entrevista. Era difícil para mim, porque eu não gostava do que era oferecido. Muitas vagas de pedreiro. E teve uma empresa de mina de ouro, quando eles estavam explicando o que a pessoa ia fazer, eu já tive medo. Eu não sou claustrofóbico mas tenho medo quando estou num espaço fechado.

Conheci uma mulher de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, que foi lá para contratar, o nome dela é Ilza, esposa do Claudionor. Ela chegou com sua equipe, contou que o marido era médico, que tinha um hospital e precisava de uma pessoa para trabalhar lá. Como eu estudava Medicina, me interessei. Fiz a entrevista, mas foi um pouco difícil porque começamos em inglês, mas ela não falava inglês e mudamos para o espanhol, eu ainda não sabia quase nada de português. Algumas empresas traziam haitianos como tradutores, mas aquela mulher não tinha ninguém para traduzir. Conversamos como foi possível. Depois fiquei aguardando a resposta. Logo ela mandou me chamar e disse para eu me preparar para ir para São José do Rio Preto. Fui para Rio Branco tirar a carteira de trabalho e de lá viajar. Pensei que ia de avião, mas lá em Rio Branco encontramos uma pessoa que ela deixou para coordenar a

viagem e nos deu passagens de ônibus. Além de mim, ela contratou mais cinco haitianos: Lídia, Maxi, Chelson, Bernarda e o Wilke.

Passamos dias sofrendo no ônibus, quatro, cinco dias sem tomar banho. Imagina, suando, ficou aquela coisa! A gente chegava num shopping, por exemplo, para comer e usava os banheiros, se lavava e jogava água, mas aquele negócio de tomar banho, não tinha.

Quando cheguei em São José do Rio Preto pensei que esse filme de horror ia acabar mas ela nos colocou em uma casa e disse que no dia seguinte iria orientar-nos para começar a trabalhar. O Wilke foi trabalhar na cozinha da casa dela, a Lídia também na casa como doméstica, Maxi e Chelson, foram para um restaurante muito famoso lá em São José do Rio Preto que fica perto da FAMESP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. A Bernarda ainda não tinham decidido o que davam para ela fazer. Eu fui mandado para o hospital, mas não para trabalhar com o marido médico como eu pensei, me mandaram acompanhar a mãe dela que estava doente, sentar lá e ficar com ela.

Trabalhávamos o dia todo e à noite voltávamos para casa. Wilke era ótimo cozinheiro e gostava de cozinhar. Ele passava o dia todo cozinhando e de noite fazia comida para nós. É um cara que eu tenho muito reconhecimento, porque se eu comi alguma coisa boa foi graças a ele.

Logo percebemos que era uma escravidão moderna, que não podia ser outra coisa. Saía de casa, ia para o hospital, passava o dia todo e depois voltava para casa. Não tinha controle de quanto tempo eu trabalhava e nem de quanto deveria ganhar. Ela dava 500 reais, prometia assinar a carteira, mas nunca o fazia. Passamos uns três meses assim. Mas não podíamos fazer nada, tínhamos medo. Ela deu uma festa e muitas pessoas poderosas estavam lá, inclusive o prefeito da cidade. Tínhamos medo porque se acontecesse alguma coisa, quem ia falar por nós? Éramos haitianos perdidos ali.

Chegou um momento em que ela teve um bate-boca com o Wilke. Ela falou que não queria mais se relacionar com haitianos e nos deu entre uma semana e 15 dias para deixar a casa. Não tínhamos para onde ir, não conhecíamos ninguém. Mas Wilke tinha feito um trabalho para uma mulher que me parecia ser rival da Ilza na cidade. Essa mulher era esposa do Caio, que é sogro do Maxwell, jogador do Paris Saint-Germain. Esse Caio é meio japonês, ele treinava todos os policiais da cidade de São José do Rio Preto. Wilke, desesperado, contou para essa mulher o que estávamos passando e ela nos ajudou. Eles nos ajudaram muito. O Caio até tentou procurar uma bolsa de estudos para mim mas precisava da certidão de nascimento e eu não estava com ela aqui naquele momento. Eu pedi para o meu pai mandar mas não deu tempo.

Esse casal conseguiu emprego para nós, arrumou uma casa que podíamos pagar, nos deu o caminho certo que a Ilza deveria ter nos dado.

Consegui um emprego com tomografias em uma empresa. Infelizmente, sem carteira assinada de novo, mas trabalhei lá durante três meses com horário certo, não era nada de escravidão. Foi aí que a minha vida, a minha independência no Brasil começou, a luz no fim do túnel pareceu estar mais perto.

... meu único problema era que as pessoas sentiam dó de mim.

Os meus primos, Johane e Indi, que também tinham vindo para o Brasil e moravam no Sul, mudaram para São Paulo. Parece que as coisas no Sul não estavam boas e o meu pai me pediu para eu ir morar com eles. Afinal, somos família e se um tem problema o outro pode ajudar. Então, eu vim para São Paulo e fui morar em Taboão da Serra. Eles moravam muito mal, muito mal mesmo! Pareceu que o pesadelo voltava e eu não sabia o que fazer. “Meu deus, o que acontece?!”.

Eu fui para igreja, sempre fui da igreja. Comecei a frequentar a Igreja Evangélica do Revivamento Bíblico, onde os meus primos já frequentavam. Eu me sentia bem lá, meu único problema era que as pessoas sentiam dó de mim. Não era por orgulho mas era uma coisa que estava sendo nova para mim. As pessoas me olhavam, nem me cumprimentavam e já perguntavam: “Você está precisando de alguma coisa, está tudo bem?” Era muito difícil. Eu saía com os jovens da igreja e na hora de pagar a conta diziam que eu não precisava pagar. Era muito difícil para mim aceitar isso.

Fiquei sabendo que a igreja tinha um Seminário, então fui falar com o pastor. Falei o quanto foi difícil correr atrás dos meus sonhos e não conseguir, que isso poderia ser Deus me mostrando outro caminho. O meu pai é pastor e ele queria que eu também fosse. Expliquei tudo isso e o pastor me contou que queriam estabelecer a nossa igreja no Haiti mas não tinham ninguém lá e há dois anos estavam orando por isso. Ele me disse: “Se você está aqui é Deus que te mandou, filho”. Ele foi muito bom para mim, foi como um pai aqui. Ele conseguiu vaga para mim e para o meu primo e fomos para o Seminário.

Passei um tempo interno no Seminário, em Ribeirão Pires. Todo final de semana eu saía para fazer escalas nas igrejas, segunda-feira voltava e ficava lá estudando. Depois de um tempo,

tinha que fazer estágio e na primeira parte desse estágio tinha que sair para servir uma igreja. O pastor quis que eu servisse na igreja dele, então eu voltei para Taboão da Serra. Conclui o estágio, voltei para o Seminário e me formei. Fui consagrado ao presbitério e agora no final do ano serei consagrado pastor introduzido.

Mas eu não queria viver dependente da igreja, queria fazer uma faculdade. Se eu tiver uma família, quero ter algo de bom para oferecer. Não é que sendo pastor eu não vou poder mas eu não quero ser aquele que vive às custas da igreja, incentivando os irmãos a ofertar para ter uma vida boa. Há dois anos procurei uma faculdade. Primeiramente, fui na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) mas não gostei. Depois conheci a Anhembí-Morumbi e comecei a estudar lá. Logo achei o nível de formação muito baixo. O professor ensinava fração. Eu queria ser engenheiro civil, não queria aprender fração. Fração é o básico, já tinha aprendido no colégio, mas o chocante é que muitos alunos não sabiam fração.

No primeiro ano eu fui o melhor aluno, não porque eu dei o meu máximo, mas porque estavam ensinando o que eu já tinha aprendido na escola. Foi como uma revisão que fiz durante um ano. Conversei com uma professora e ela me sugeriu ir para Faculdade São Judas. Eu fiz a prova da São Judas e senti a diferença. Consegui passar e estou estudando lá com uma bolsa de 60%.

Quando estava fazendo o meu primeiro estágio na igreja, eu trabalhava numa agência de viagem americana, a *Speedy*. Ganhava bem e dava para pagar as minhas coisas e a faculdade. Mas ao terminar esse estágio, por norma da igreja, eu precisava me dedicar exclusivamente, ou seja, fazer um estágio completo. Eles pediram para eu sair do emprego, então, agora eles bancam tudo e eu faço o estágio completo. Faço palestras, dou aulas, viajo pelo Brasil e também trabalho com duas diretorias, que são a DGEC (Direção Geral de Educação e Cultura) e a DGA (Direção Geral Administrativa). E dou aulas de inglês e francês também.

Agora está tudo bem. Eu vejo que o Brasil é um país que tem uma desigualdade muito grande, você encontra pessoas que têm cinco casas, cinco apartamentos de luxo e pessoas que não têm onde morar. Isso tem chamado a minha atenção, por isso na minha igreja desenvolvi um programa chamado Viva Sopão e toda sexta-feira à noite reunimos os jovens da igreja, fazemos sopão e levamos para o centro de São Paulo. Não sei se é a melhor maneira de retribuir o que o Brasil tem feito por mim, mas acredito que é uma das maneiras de poder ajudar. Essas pessoas que passam o dia sem comer você pode dar um copão de sopa, dar água, levar roupas,

não são roupas ruins, são roupas boas, dou sapato, tudo. Eles já sabem quando a gente chega e formam a fila para receber as coisas. Estou tentando ajudar, levando essa alegria.

Acho que no Brasil tem muitas possibilidades de crescimento e muitos jovens brasileiros não estão se beneficiando disso. Não é por causa do governo, eu acredito que é por causa da vontade deles mesmo. Porque eu pego o meu caso: vai fazer cinco anos que estou aqui e já fiz o Seminário, estou fazendo integralização em Teologia na Metodista à distância e quando eu terminar tenho a possibilidade de entrar num programa de Mestrado para educação. Estou fazendo faculdade de Engenharia Civil e sou monitor no meu curso. Eu tento me olhar no lugar deles, que nasceram aqui, e vejo muitos jovens que se formam, entram numa fábrica ou numa empresa, compram um carro e já querem casar ou só ir ao baile *funk*. Depois de dois ou três anos de casado, a mulher não presta mais, separa e procura outra. Eu vejo que tem muitas possibilidades mas poucas pessoas entendem essas possibilidades.

Eu tinha uma visão de que no Brasil tinha muita prostituição, era o cartão postal, e eu vejo que não é isso. Do mesmo jeito que tem mulher haitiana que não consegue ser fiel, que usa a prostituição como o negócio mais antigo que existe no mundo, também no Brasil você vai encontrar brasileiras que fazem isso.

O racismo foi a pior coisa que eu vivi aqui.

Percebi um Brasil no qual as pessoas têm um pouco de preconceito, também em relação à cor da pele. Passei por duas situações fortes que me marcaram muito. Quando eu estudava na Anhembí-Morumbi uma professora de Comunicação Aplicada à Engenharia fez uma declaração na sala de aula que me chateou muito, dizendo que o cheiro do negro é diferente do cheiro do branco. Ela falou que tinha uma empregada negra e que quando ela ia embora deixava o cheiro na casa e ela tinha que espirrar um spray para tirar o cheiro. Na nossa sala éramos somente dois negros, eu e uma menina que se chama Amanda. Mas Deus sabe o que faz.

A Amanda está estudando na FEI e eu estou na São Judas, estamos em faculdades melhores. Alguns colegas falaram para processarmos a professora, mas conversei com a Amanda e ela disse: “Josué, eu sou brasileira, isso vai ser uma bomba, vai sair na mídia e depois? Depois de uma semana ninguém lembra do que aconteceu”. Eu não sou brasileiro e também não quis processá-la. Acredito que ela vai encontrar alguém que quebre a cara dela e

que se lembre do que tem feito, e se não lembrar, acredito que um dia ela vai perceber que nesse mundo tem lugar para qualquer um: amarelo, branco, negro. Não é a cor da pele que faz as pessoas, é o que você é, é o que você quer ser na vida, são essas coisas que fazem as pessoas.

A outra vez foi quando fui pegar um ônibus e eu não tinha dinheiro trocado, só uma nota grande. Então, pedi ao motorista, caso não tivesse troco, se eu podia descer pela frente porque estava atrasado e tinham pessoas me esperando, eu ia dar aula de francês. O motorista perguntou para onde eu ia e falei que ia descer na praça do Campo Limpo. Ele perguntou se eu ia lá para fumar, mandou descer e me chamou de negro filho da puta. Eu só olhei para ele, de verdade, não falei nada e o ônibus foi embora.

São duas situações que eu vivi aqui que, eu não vou mentir para você, não foram fáceis. Eu tenho muitos amigos brancos, quase todos os meus amigos aqui são brancos. Não por eu escolher, mas talvez as situações tenham dirigido para isso. Esses amigos sempre me chamavam para sair, fazer alguma coisa, mas eu ficava pensando se eles eram iguais aos outros e ficavam me tratando assim por dó. Depois eu comecei a tirar essas coisas da minha mente, mas foi difícil, foi difícil.

O racismo foi a pior coisa que eu vivi aqui. Eu nunca vi isso antes, só em filmes. Alguém olhar na sua cara e por causa da cor da pele te tratar assim. Na República Dominicana tem racismo, mas o republicano conhece o haitiano e sabe que o haitiano que vai para lá vai estudar ou trabalhar. A ida dos haitianos para República Dominicana representa fonte de dinheiro para eles. Pelo menos as pessoas que eu conhecia nos tratavam bem, não tinham esse negócio de te tratar como negro. Eu sabia que dificuldades existem na vida e que eu teria que passar por elas um dia, mas negócio de cor de pele em si, olhar para você e falar que você é negro e por isso você não presta foi bem difícil para mim. É uma coisa que eu não gosto de falar porque me deixa um pouco...

Mas, tirando isso, eu vejo muita coisa positiva aqui. Eu gosto muito da hospitalidade de muitas pessoas, do jeito que eles me tratam. As oportunidades que eu vejo que tem aqui são coisas que me permitem sonhar. Poder estudar e saber que terei uma carreira profissional, porque acredito que o ser humano só precisa de um incentivo, só precisa estudar. No momento em que você pode estudar, você tem a chave do sucesso. Estudar o que você gosta, saber onde você pode chegar, nunca parar de sonhar. Eu nunca paro de sonhar mesmo.

Já o Haiti eu comparo com uma mãe que tem muitos filhos, essa mãe se prostituiu para criar os filhos, com o passar do tempo a mãe envelhece, não pode mais se prostituir e os filhos não se importam com ela.

O Haiti foi um dos melhores produtores de café e agora não é mais nada. Nós somos a primeira república negra independente no mundo. E agora, isso serve para quê?! Nós fomos chamados de “A pérola do Caribe” e agora eu posso dizer que é o “Lixeiro do Caribe”. Por que eu falo tudo isso? Porque eu vejo muitos jovens que têm muita capacidade, conheci muitos caras superinteligentes que tiveram um sonho como eu, mas não conseguiam realizar. Muitos sonhos sendo perdidos, muitas pessoas sendo levadas pela política, pela manipulação.

O que ainda temos de bom são os valores que os pais têm passado para os filhos: aprender a ajudar o outro, a não cruzar os braços, lidar com o que você quer da vida, embora você saiba que é difícil. E procurar na terra estrangeira um meio de realizar os seus sonhos, porque o jovem no Haiti sabe que se ele sai do país, terá mais possibilidades de conseguir subir na vida. E não é mentira. Não é porque ele não é patriota, mas é a realidade. Ele sabe que, no Haiti, ao se formar você não terá garantia de um bom emprego, pois se vier alguém de fora – o que nós chamamos de expatriados – talvez sem a mesma formação e muitas vezes não sendo um profissional melhor, será contratado com melhores condições que o haitiano. Principalmente, em empresas de fora do país. O expatriado recebe uma casa, um bom carro, direito a quatro viagens por ano e o coitado do haitiano, que estudou e é bom, não consegue entrar na empresa. Isso é muito difícil, isso chateia, porque ele está se matando na faculdade e não consegue entrar numa empresa boa. Então, o sonho é esperar ser recrutado para trabalhar no Canadá, como costuma acontecer com muitos haitianos, pois os canadenses sabem que somos bons e contratam muitos profissionais no Haiti.

O choque cultural é muito grande.

Os meus pais e minha irmã continuam lá. Meu pai ainda é pastor da mesma denominação que a minha, mas trabalhando no Haiti. O pastor da minha igreja já foi várias vezes lá e o meu pai vem todo ano para cá. Ele ainda tem a escola comunitária e tem uma igreja. A minha irmã está terminando o ensino médio esse ano e eu já estou preparando tudo para ela vir estudar aqui, porque já sei como é lá. Ela não terá que passar pelo o que passei.

É difícil para as moças haitianas aqui. Quando elas chegam, não têm escolha. Sabe o que elas têm que fazer? Juntar com um cara, não tem outra escolha. Isso que me dói muito. Se eu tivesse condição alugaria um espaço só para as moças. Elas chegam aqui e ficam perdidas, sem dinheiro. Eu não estou sendo machista, mas a sensibilidade da mulher, quando ela fica desesperada podemos ver isso na cara dela. E elas, às vezes, ficam perdidas aqui e muitos homens dizem que podem ficar com eles, podem dormir na casa deles, que vão ajudá-las. Ela pode dormir o primeiro dia, o segundo dia. O cara é inteligente, para não ser acusado de estuprador vai ganhando a confiança da moça. Compra comida para ela, dá o que ela precisa e por gratidão essa mulher oferece o seu corpo. Oferece uma semana, duas semanas e, embora ela não goste desse cara, ela não quer se prostituir, pular de mão em mão e acaba aceitando e ficando ali. Isso é muito difícil para elas. Infelizmente, não posso fazer nada.

Eu gostaria de ter mais contato com os haitianos que vivem aqui, mas as minhas atividades cotidianas não permitem isso. Onde eu moro, em Taboão da Serra, não conheço ninguém, só a Johane, que é a minha prima. Mas eu comecei a fazer contato com haitianos há uns três meses e vi as dificuldades. Conversei com o meu pastor e ele disse para eu ver o que era possível fazer que a igreja ajudaria. Pensei num projeto, porque esse negócio de associação, ONG, tem uma conotação forte de pessoas que querem fazer dinheiro. Já me convidaram para fazer essas coisas e eu não aceitei. Eu quero criar um projeto para fazer um trabalho de aculturação com esses haitianos. O choque cultural é muito grande. Para mim, que já tinha morado na República Dominicana, algumas coisas foram bem tranquilas. Ver um prédio de 20 andares, andar numa rua limpa sem ver uma mancha de lixo é mais tranquilo para mim.

Uma coisa que me assustou aqui foi o metrô de São Paulo. A primeira vez que eu peguei o metrô eram cinco horas da tarde. Entrei na estação Consolação para pegar a linha amarela na Paulista, sentido Butantã. Parecia um monte de máquinas andando, eu tentava parar as pessoas para perguntar e ninguém parava. E cada vez que eu tentava me encostar eu não conseguia, porque eu era levado. Fiquei chocado!

Outro choque para mim era falar bom dia e ninguém responder. São coisas básicas.

Por isso quero criar o projeto. No centro de São Paulo tem muitas igrejas que os haitianos frequentam. E fui conversar com alguns pastores para ver a disponibilidade de usar o espaço das igrejas para me encontrar com eles, trazer pessoas para compartilhar informações e eles poderem se adaptar melhor aqui. Até agora não tive resposta de nenhum. Tinha um espaço

que me alegrei para alugar, mas era muito caro, 15 mil reais por mês. Continuo procurando um local para começar o projeto, mas eu não estou conseguindo.

Visitei outros pontos de encontro de haitianos, como um restaurante na rua Lavapés, no Cambuci, mas lá não gostei das conversas. Eles só falam que o serviço do dia foi pesado, se vão curtir a balada, se vão beber. Eu não vou sair do Taboão até o centro, sentar lá para falar do trabalho que era pesado, o meu trabalho não é pesado. Não é esse tipo de coisa. O meu pai sempre me disse que os que se parecem se juntam. Eu tenho dois amigos haitianos no centro e mantenho contato com eles. O mundo de alguns não é o mundo que eu estava acostumado no Haiti. Não é preconceito, mas qual vai ser o papo? O que vai sair de produtividade? Porque o cara vai me chamar para sentar num boteco para beber e eu não vou, essa não é a minha praia. Não quer dizer que não posso sair, sentar num bar com amigos. A gente bebe alguma coisa, mas ir num boteco beber 51 não é a minha praia.

...vou ficar no Brasil e continuar correndo atrás dos meus sonhos.

Tenho muitos planos pessoais. Quero construir uma família e oferecer a eles o melhor. Ter uma carreira profissional e ajudar as pessoas no Haiti. Talvez não morar lá, pois se eu voltar vou ficar bravo, chateado, vendo como o país funciona e sabendo que deve funcionar de outro jeito. Dar para os meus filhos uma educação lá, sabendo que existem coisas melhores para eles, ou deixá-los no Haiti e viver fora? Não é assim. Você se casa ou junta com alguém na frente da sociedade e de Deus é para morar junto, para poder criar os filhos junto. Não vai deixar uma mãe ficar sozinha com os filhos, como está acontecendo muito no Haiti, muitas famílias são famílias monoparental. Não quero ter uma vida assim. Não penso em terminar a faculdade e voltar rapidamente para o Haiti porque eu sei que lá o sistema está podre e eu não vou poder fazer nada para mudar. Por outro lado, imagina se todos os haitianos competentes, que tem capacidade de mudar as coisas, de fazer bem as coisas, resolvem não voltar?

O meu pai quer que eu volte, mas minha mãe me deixou livre para fazer o que eu decidir. O respeito aos pais e aos mais velhos lá é muito grande: se você vai fazer uma coisa e os pais falam que não pode, você não faz. E não é só pelo o que os pais vão pensar de você, mas o que a sociedade vai pensar. As pessoas olham para as casas das outras pessoas e julgam pela forma como os pais são tratados. Mas penso que ficando no Brasil vou poder oferecer uma condição

melhor à minha irmã. Ela vai cursar uma boa faculdade, não vou colocar ela em qualquer uma aqui, para que ela possa ter um futuro melhor.

Não vou falar de preconceito, me achar inferior, mas vejo que no Brasil se você é negro, mas tem uma formação boa e é inteligente, chama a atenção da pessoa num outro sentido: “Esse cara tem um PhD, esse cara é doutor. Embora, não deixemos que ele seja diretor aqui em São Paulo, mas não tem uma empresa nossa na Bahia? Vamos mandar ele para lá!” Eu quero que você entenda o que eu estou falando. Você está numa situação que a possibilidade de você crescer é correr atrás, se matar mesmo. Eu quero que a minha irmã tenha uma vida boa.

Muitos haitianos que estão aqui em São Paulo não querem ficar. É um caminho para outro país. Guiana Francesa é o mais clássico, mas tem os Estados Unidos também. Aqui não é o fim, para muitos é passagem. Conheci três que já foram para os Estados Unidos, mas não sei se conseguiram. Eles fazem uma coisa ilegal, conseguem documentos de africanos para tentar entrar como refugiados.

Acho que vou ficar no Brasil e continuar correndo atrás dos meus sonhos.

Não tenho palavras para te agradecer, porque você está mostrando um outro Haiti para as pessoas. Todo mundo deveria agradecer a você. Acredito que Deus vai te abençoar muito. Não temos pessoas para falar por nós aqui no Brasil. O nosso embaixador não tem responsabilidade por nós, ele está aqui com tudo pago pelo nosso país e não faz nada. Imagina, na cidade que mais têm haitianos não existe um consulado! Então muito obrigado!

.....

Josué veio para o Brasil motivado pela possibilidade de melhores condições de estudos. Não estava migrando pela primeira vez, pois já havia saído do Haiti para a República Dominicana onde cursava medicina. A difícil situação econômica do Haiti pós-terremoto atingia também os que viviam fora e dependiam de demandas vindas do país. Embora estudasse numa universidade pública, Josué dependia financeiramente dos pais para se manter na capital dominicana.

Fui ao encontro de Josué para realizar uma primeira conversa, apresentar-lhe o projeto e convidá-lo a conceder a entrevista, marcando uma data posterior. Já nos conhecíamos através

de outras pessoas, mas sempre em encontros rápidos. Não foi necessária uma outra data, pois depois de 30 minutos de conversa ele já começou a contar sua história, sem que eu precisasse interferir ou fazer muitas perguntas. Foi um relato cheio de emoção, que mais parecia um desabafo. Josué fala com clareza, tranquilidade e riqueza de detalhes. Em alguns momentos foram necessárias pausas, pois as palavras saiam carregadas de sentimentos que a memória trazia.

Josué chegou ao Brasil em 2011, realizando um caminho que passaria a ser cada vez mais trilhado por haitianos em busca de uma vida melhor. O que parecia ser uma oportunidade, se transformou em pesadelo para ele, que não escolheu a via da migração irregular, mas foi conduzido por um esquema estruturado de contrabando de migrantes⁶⁸. O sofrimento vivido durante a viagem reflete os perigos e abusos constantemente relatados nessa rota transnacional, inaugurada pela migração haitiana para o Brasil.

Naquele momento o fluxo dessa migração, embora ainda se apresentasse como novidade e fosse pequeno se comparado aos anos seguintes, ganhava força e preocupava as autoridades nacionais que buscavam meios de conter, principalmente as vias irregulares que fugiam do controle institucional. As experiências narradas por Josué, revelam muito da problemática do fenômeno migratório, como trabalho precário, ausência de amparo legal adequado, inserção social, racismo, etc.

⁶⁸ Segundo o United Nations Office on Drugs and Crime – UNODG, o contrabando de migrantes é um crime que envolve a obtenção de benefícios ou material pela entrada ilegal de uma pessoa num Estado no qual essa pessoa não seja natural ou residente (cf. [HTTPS://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html](https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html)).

3.1. *Dei o dinheiro para ele, ele me trouxe as passagens e eu viajei...*

As primeiras notícias da chegada de haitianos ao Brasil, remete-nos à cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, localizada na tríplice fronteira do Centro-Oeste (Brasil, Paraguai e Bolívia). Entre fevereiro e março de 2010, diversos jornais do país noticiaram a detenção de grupos de haitianos indocumentados em Corumbá e arredores. No dia 19 de março de 2010, o jornal O Estado de S. Paulo, relatou a detenção de 22 haitianos em Corumbá, afirmando que a Polícia Federal suspeitava que estivessem sendo aliciados por traficantes de cocaína, o que foi negado nos depoimentos colhidos. A reportagem afirmava ainda que o grupo foi multado em 163 reais e que devia deixar o país em dois dias⁶⁹.

Nesse mesmo período, a Pastoral da Mobilidade Humana também apresentou registros de pequenos grupos de haitianos chegando a Tabatinga, Amazonas, na Tríplice Fronteira do norte (Brasil, Colômbia e Peru). Segundo estudos de HANDERSON (2015) e VIEIRA (2014), esses primeiros haitianos não tinham como destino final o Brasil, e sim a Guiana Francesa, como também apontou Josué, sendo o Brasil parte do caminho que os levariam ao Departamento Ultramarino Francês, provavelmente alcançando a cidade de *Saint Georges* a partir da travessia do Rio Oiapoque. Muitos desses, não conseguiram alcançar a Guiana Francesa e permaneceram no Brasil.

É comum, na fala dos nossos colaboradores, a impossibilidade de ficar no Haiti após o terremoto, como narrado no capítulo anterior. Era preciso sair para sobreviver. Num primeiro instante muitos atravessaram a fronteira mais próxima, a República Dominicana, e depois buscaram formas de saída para outros lugares⁷⁰. “Eu estava na República Dominicana, esperando documentação para tentar ir para os Estados Unidos e encontrei um amigo que falou: ‘Brasil é muito bom, vamos viajar para lá’, então eu vim”, relata Joel Aurilien, que chegou ao Brasil em 2013, partindo da República Dominicana, passando pelo Equador, Peru e entrando pelo Acre.

Como Josué e Joel, milhares de haitianos percorreram os mais de 3.000 quilômetros que separam o Haiti da região norte do Brasil. A viagem pode custar entre 3.000 e 5.000 dólares americanos, como fica claro na descrição de Josué, que pagou 1.500 dólares para o aliciador, ainda na República Dominicana, e gastou quase 2.000 dólares no percurso.

⁶⁹<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>

⁷⁰ Muitos de nossos interlocutores narram as dificuldades sofridas na República Dominicana, principalmente pela discriminação por serem haitianos.

O primeiro ponto do deslocamento costuma ser a República Dominicana, depois, Panamá⁷¹ e Equador, por via aérea, e Peru, por via terrestre – na rota que nos parece ser a mais comum pela quantidade de relatos obtidos pela mídia, em outros estudos e com os colaboradores dessa pesquisa.

Depois, por trajeto terrestre ou fluvial, chegam à fronteira do Brasil, em diferentes pontos. Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasília (AC) são os mais frequentes. Em alguns casos, em vez de percorrer o menor trajeto, à fronteira com a região Norte, alguns imigrantes, através da fronteira com a Bolívia, conseguem chegar pela região Centro-Oeste, entrando por Corumbá (MS), como já exemplificamos. As escolhas dependem das facilidades de transporte, possibilidade de entrar no território do Brasil e, em muitos casos, interesses de “coiotes” que atuam nestes trajetos.

Na tabela a seguir apresento o caminho realizado por cada um dos colaboradores nessa pesquisa, segundo os seus relatos:

Tabela 2: rotas realizadas pelos colaboradores

Nome	Local de Partida*	Data da viagem	Rota**
Clarens Chery	Haiti	2013	Viajou até Quito-Ecuador de avião e de lá seguiu de ônibus para Puerto Maldonado, Peru, chegando em Brasília-AC
Fedo Bacourt	República Dominicana	09/2013	Da República Dominicana viajou para o Equador, solicitou o visto para o Brasil e, com o documento em mãos, viajou para São Paulo.
Geneviève Cherubin	Haiti	07/2015	Viajou para o Equador, solicitou o visto para o Brasil, que demorou 06 meses para sair. Depois viajou para São Paulo de avião.
Jean Yvener Edouard	Haiti	03/2014	Solicitou o visto humanitário ainda no Haiti e viajou direto para São Paulo.

⁷¹ O Panamá se insere nessa rota como local de conexão aérea, pois praticamente todos os voos saídos do Haiti ou da República Dominicana fazem conexão na Cidade do Panamá

Joel Aurilien	República Dominicana	2013	Viajou para Quito-Ecuador e de lá para o Peru, Puerto Maldonado, chegando em Brasília-AC
Johanne Latoche Bernard	Haiti	04/2014	Solicitou o visto humanitário ainda no Haiti e viajou direto para São Paulo.
Johane Plancher	República Dominicana	2012	Conheceu um brasileiro na República Dominicana que conseguiu o visto, mediante pagamento. Viajou para Brasília.
Josaphat Desbas	Haiti	2011	Veio para o Brasil com visto de estudante após ser selecionado no programa Pró-Haiti, da Capes.
Josué Jean Daniel Eienne	República Dominicana	11/2011	Viajou de avião para Guayaquil-Ecuador, passando pelo Panamá. Do Ecuador viajou por terra até Iñapari-Peru, depois atravessou a fronteira com o Brasil, chegando à cidade Brasília-AC.
Louis Charles (Maestro)	República Dominicana	10/2013	Viajou para o Ecuador e de lá para o Peru, Puerto Maldonado, chegando em Brasília-AC.
Marie Rose-Laure Jeanty	República Dominicana	02/2013	Viajou para o Ecuador e de lá para o Peru até alcançar a fronteira com o Brasil, chegando em Brasília-AC.
Prosmano Ferdinand	Haiti	2014	Foi para República Dominicana e de lá para o Ecuador, onde pretendia solicitar o visto para o Brasil. Desistiu de esperar o visto e viajou para Lima-Peru e de lá para o Acre-Brasil.
Rossert Mervelus	Haiti	2013	Foi para República Dominicana e de lá para o Ecuador, onde pretendia ficar. Do Ecuador resolveu viajar para o Brasil. Viajou para o Peru e de lancha chegou a Tabatinga, Amazonas.
Vito Pharius	Haiti	2012	Foi para República Dominicana, onde “comprou” um visto para o Peru, e de lá foi para Lima. Viajou até a fronteira e chegou a Tabatinga-AM de lancha.
Yvener Guillaume	República Dominicana	10/2013	Viajou de avião da República Dominicana para São Paulo.

*País de moradia no momento da viagem para o Brasil.

** Conforme cada um relatou.

Como é possível observar, além da República Dominicana⁷², Equador e Peru são pontos importantes do trajeto até o Brasil. Os dois países não exigiam vistos de naturais do Haiti, facilitando o livre trânsito. Porém, em janeiro de 2012, atendendo as pressões do governo brasileiro na tentativa de coibir a ação de traficantes, o Peru fechou as fronteiras e decretou a obrigatoriedade do visto. Já o Equador, que na constituição aprovada em 2007 determinou que, a partir de 20 de junho de 2008, cidadãos de qualquer nacionalidade poderiam entrar e permanecer no país por até 90 dias sem a necessidade de visto, manteve-se como território livre para passagem, embora dificulte a legalização dos imigrantes que ali queiram permanecer.

O principal problema enfrentado pelos haitianos no Equador é a complicada e praticamente inacessível possibilidade de regularização da situação migratória. De acordo com o Serviço Jesuíta para Refugiados e Migrantes, por muito tempo inexistiu um consulado haitiano no país para lidar com a documentação exigida pelo governo. Desse modo, a documentação precisava ser provida a partir do Haiti, o que dificultava e encarecia todo e qualquer trâmite. Isso fez com que os haitianos ficassem reféns de uma circunstância de irregularidade, pois adentravam o país como turistas e não alteravam esta condição. (MAMED et al., 2016, p. 119-120)

Em janeiro de 2012, com a Resolução Normativa nº 97, que instituiu o visto humanitário aos naturais do Haiti, o governo brasileiro esperava conter a ação dos traficantes. Mas logo tal resolução se mostrou ineficaz, pois como Fernandes e Castro apontam, em finais de 2012, já não era mais possível, aos haitianos, realizar o agendamento de solicitação de vistos para 2013 (FERNANDES; CASTRO, 2014, p. 53-54), mantendo, e até ampliando, as vias irregulares por meio de contrabandistas. Assim, em 2013 uma nova Resolução, RN nº 102, retirou a limitação de 100 vistos/mês, permitindo também a concessão de vistos humanitários em Consulados brasileiros em outros países, como República Dominicana, Peru e Equador.

Em pouco tempo, o consulado na República Dominicana alegou falta de condições de atender essa demanda, pois logo houve superlotação em seu escritório. Já no Peru, não houve procura, uma vez que os haitianos necessitam de visto para entrar no país. Portanto, somente o consulado brasileiro em Quito manteve esse atendimento. Segundo estudos de Letícia Mamed (MAMED et al., 2016), em 2015, eram expedidos cerca de 200 vistos para haitianos no Equador, ao custo de 200 dólares cada, com processamento entre dois e quatro meses.

⁷² Muitos dos haitianos que vieram para o Brasil já residiam na República Dominicana, como é o caso de 07 entre os 15 entrevistados.

Mas para Geneviève, essa espera, no mesmo ano de 2015, foi maior, como ela conta: “...havia muita procura pelo visto brasileiro no Haiti e podia demorar mais de um ano. Como não precisamos de visto para entrar no Equador, fui para lá e solicitei o visto para o Brasil, que saiu em cinco ou seis meses”. Enquanto esperava, Geneviève trabalhou dando aulas de francês.

Fedo Bacourt, que fez o mesmo trajeto, mas logo após a liberação da emissão de visto no Equador, em 2013, viajou para o Brasil no prazo de dois meses. Outros preferiram não arriscar a longa espera e uma possível negação, pois a viagem como indocumentado parecia mais certa. Para alguns, não se tratava de escolha, pois ficar no Equador por tanto tempo significava um custo que não podiam arcar. Segundo Prosmanno, o custo era alto e a espera longa e incerta. Ele afirmou que,

Eu ia gastar 300 dólares para tirar o visto, mas demoraria muito para receber. Eu deveria esperar uns sete meses e, em alguns casos, podia chegar a 10 meses e até um ano. Eu consegui falar com uma moça que organizava viagens e ela falou: “Pode deixar que eu vou fazer uma coisa para você. Você vai para o Brasil e consegue trabalho, depois de seis meses você vai conseguir os 300 dólares para comprar o visto, se você quiser”. Eu falei: “Eu vou estar no país, e não vou precisar mais do visto”. Eu sabia que o trajeto até o Brasil não era difícil, todo mundo falava como chegar. Então, fiquei apenas dois dias no Equador e segui viagem. Paguei 500 dólares para uma pessoa que me levou de Quito, no Equador à Lima, no Peru.

Exceto os que viajaram portando o visto e, assim, realizaram uma viagem mais rápida, mais barata e segura, o Equador foi a porta de entrada para a América do Sul de todos os outros colaboradores. O ponto seguinte é o Peru, onde Prosmanno nos diz ser mais difícil por ter “muito ladrão”. Segundo os relatos colhidos, o território peruano corresponde ao trecho da viagem que mais apresenta perigos de violência, extorsão e medo. Embora não entre em detalhes, Clarens Chery relata o que sofreu na sua passagem do Equador ao Peru.

Eu ouvia que tinha muita dificuldade, que os coiotes estupravam as mulheres haitianas. Vivenciei isso também saindo do Equador para o Peru, tive bastante dificuldade, em cada estação tinha peruano que se disfarçava de polícia fazendo chantagem, pegava dinheiro das pessoas, aparelhos celulares, tudo. [...] Eu ouvi falar de muitas pessoas que morreram cruzando um rio que separa a fronteira do Peru com o Equador, lá em Piura, passando por Puerto Maldonado, Piura para Lima e de Lima para passar em Cuzco. Até ouvi falar que tem bastante haitianos que morreram saindo de Lima para subir Cuzco de ônibus. Tem um lugar em cima das montanhas que era muito, muito alto e de noite, na madrugada, faltava ar, imagina uma pessoa viajando por quinze, vinte dias, essa pessoa cansada, somente ficava nas paradas para escovar os

dentes, para comer algumas coisas, e tem que seguir. Ninguém sabe *adonde* íamos porque a gente está fugindo, ninguém sabe do que está fugindo, somente todos estão fugindo...

Clarens Chery não acredita que eram os próprios policiais peruanos que os chantageavam, mas diversos outros relatos trazem a presença dos agentes oficiais peruanos envolvidos no contrabando de migrantes. Após o Decreto Supremo nº 001-2012-RE, que determinou que a partir de 12 de janeiro de 2012 seria exigido de haitianos o visto de turismo no Peru⁷³, as redes de coiores se fortaleceram ainda mais e passaram a ter maior atuação, uma vez que o desafio não era mais apenas cruzar a fronteira com o Brasil, mas toda a passagem pelo território peruano. Prosmanno relata a sua experiência e a forma de atuação dos coiores.

Paguei 500 dólares para uma pessoa que me levou de Quito, no Equador, à Lima, no Peru. A viagem foi feita de ônibus e era muito tranquilo, não vi perigo como as pessoas contavam, era só controle normal. Por exemplo, as pessoas que eram responsáveis pela viagem, recebiam a gente quando chegávamos nos lugares, com comida e lugar para dormir. Chegando em Lima, eu deveria me virar e lá era mais difícil, porque tem muito ladrão. Uma passagem que custa 70 dólares, os caras vão comprar para os estrangeiros e dizem que é 200 dólares. É assim, tem gente que gasta muito para fazer esse trajeto. Como eu falo um pouco de espanhol, quando falaram, já entendi. Tem duas formas de atravessar a fronteira nesse trajeto: passar de manhã ou à noite. A pessoa que organiza a travessia pergunta qual horário você quer ir, se for de manhã você vai gastar mais, porque tem que pagar os policiais peruanos. Cada um pede 20 dólares. Se tiver cinco, você vai gastar 100 dólares, é assim. Encontrei um amigo em Lima e pegamos um ônibus até a fronteira com o Brasil. Tem que tomar cuidado nessa viagem, porque tem muito ladrão que faz falsos trajetos. Por exemplo, ele chega na fronteira, fala com as pessoas, pega o dinheiro e leva o dinheiro sem fazer nada. É por isso que as pessoas falam que é perigoso, e é verdade, tem ladrão que faz isso. Quando você não fala nada de espanhol é muito difícil, porque ele vai pegar o seu dinheiro, faz mal para você e não faz nada.

Nota-se que as redes de contrabandos de migrantes envolvem desde coiores, motoristas, policiais, até donos de hospedarias que servem de abrigo para uma noite ou pela espera do momento certo para cruzar a fronteira. Como ocorreu com Josué, que permaneceu uma semana em Iñapari – cidade peruana que faz fronteira com o Brasil – a espera da última etapa da viagem, que para ele não foi tão tranquila como narrou Prosmanno. Josué, além das extorsões, conta que

⁷³ Disponível em

<<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2012/8308>> acesso em 14 de julho de 2017

teve que caminhar na selva durante a madrugada passando por situações de medo e vulnerabilidade.

Analisando esses relatos, percebemos que muitos viajaram sem uma noção real do caminho que iriam trilhar e a soma em dinheiro necessária para chegar ao destino. Muitos se baseavam em boatos que circulavam sobre um trajeto simples e fácil. E muitos foram abandonados pelo caminho. Como os irmãos de Marie Rose-Laure, que pagaram um coioote para levá-los para a França e foram deixados no Equador, onde encontraram pessoas a caminho do Brasil e seguiram com elas, perdendo todo o investimento anterior. Josué fala de pessoas que não tinham mais dinheiro para pagar aos policiais peruanos e contaram com a solidariedade de outros integrantes do grupo. Mas nem todos tiveram a mesma sorte e, se não podiam contar com remessas de familiares, tinham dificuldades de seguir viagem e ficavam expostos a explorações diversas.

Letícia Mamed afirma que em Puerto Maldonado, no Peru, muitos haitianos buscam trabalhar por um tempo na cidade e região até conseguir meios para prosseguir a viagem e cita outros estudos que

[...] registram casos de haitianos atuando no mercado informal do país [Peru], no comércio, na construção civil, além da extração ilegal de madeira e da mineração de ouro recorrentes na região de Madre de Dios. No caso específico das mulheres, os registros são de meninas haitianas trabalhando em hotéis, bares e restaurantes associados à prostituição. (MAMED et al., 2016, p. 128)

Alguns dos colaboradores evitaram fornecer detalhes da viagem durante as entrevistas, deixando claro um certo receio. Mas, pelos relatos colhidos, foi possível concluir que se trata de uma viagem longa, de alto custo e percorrida sob pressão, medo e coação de uma rede que conta com diversos agentes, que colocam vidas em risco, principalmente daqueles que contam com menos recursos financeiros.

Os atravessadores estão baseados tanto no Haiti, quanto na República Dominicana, Equador e Peru. Em qualquer ponto da viagem é possível “contratar” os serviços, desde que se tenha a soma de dinheiro exigida. Vito Pharius, que apresentou um certo incômodo ao falar da viagem, se limitou a dizer: “Foi difícil esse caminho do Haiti ao Brasil, eu não sabia que passaria por tantas dificuldades... Eu não tinha ninguém, estava sozinho, desisti da minha vida, eu achava que ia morrer...”.

Embora tenham ocorrido variações nos caminhos, a fronteira norte se consolidou como principal ponto de entrada de imigrantes indocumentados no Brasil.

Trajetos percorridos nas rotas mais comum realizadas pelos migrantes haitiano com destino ao Brasil.

Fonte: imagem Google maps com edição da pesquisadora

Localização de Tabatinga (AM) na Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru)

Fonte: imagem Google maps com edição da pesquisadora

Localização de Brasileia (AC)

Fonte: imagem Google maps com edição da pesquisadora

3.2. Bem-vindo, brasileiro!

Bem-vindo, brasileiro! É assim que Josué expressa a sua chegada ao Brasil. Para ele, parecia ser o fim do pesadelo que se configurou a viagem da República Dominicana ao Brasil. Mas ao chegar em Brasília, se viu inserido numa situação totalmente inesperada e chocante para a sua realidade e experiência vivida até então. Em sua vida, Josué nunca tinha experimentado situação de miséria e sempre esteve cercado de conforto e proteção. Ele não consegue descrever o que viu em Brasília, se limita a repetir a reação que teve quando seus compatriotas mostraram onde dormiam: “Eu não vou dormir nessas coisas, eu não vou dormir nessas coisas, de verdade, eu não vou dormir nessas coisas!”.

Josué chegou a Brasília em novembro de 2011 e o lugar a que se refere é o Hotel Brasília, alugado pelo governo do Acre, quando não havia mais condições de manter os haitianos, que ali chegavam, no ginásio de esportes da cidade. Os últimos meses do ano de 2011, foi exatamente o período em que a presença haitiana se intensificou na pequena cidade acreana, findando o ano com cerca de 800 haitianos⁷⁴ se amontoando no espaço do pequeno hotel, localizado na Praça Hugo Poli, que logo passou a ser conhecida como a “Praça dos haitianos”.

Os pesquisadores Marília Pimentel e Geraldo Cotinguiba estiveram em Brasília em meados de janeiro de 2012 e relatam a situação encontrada:

A capacidade do hotel [Hotel Brasília] era para cerca de 80 pessoas, todavia encontramos cerca de 1.000 haitianos alojados no local. À noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar e, por isso, revezavam-se nos colchões e os demais pelos bancos de praça para dormirem, ou mesmo não dormiam à noite e esperavam para descansarem durante o dia. (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2016, p. 180).

Nessas condições eram alojados os que chegavam estafados e assustados da longa e difícil viagem, sem saber ao certo o que os esperavam. Josué é privilegiado nesse contexto, pois pode recorrer à família e ter condições financeiras de se acomodar de maneira mais digna, se hospedando em uma pousada com outros haitianos. Mas, como o seu próprio relato diz, muitos

⁷⁴ Ver: <<https://oglobo.globo.com/brasil/invasao-de-haitianos-em-brasileia-comecou-em-2010-3593903>> acesso em 11 de novembro de 2014

outros não tinham essa possibilidade. Chegavam ao Acre sem nada, pois até as roupas se perdiam pelo caminho. “Eles estavam dispostos a fazer tudo por dinheiro porque não tinham nada”, afirma Josué.

A narrativa de Clarens Chery, que cruzou a mesma fronteira em 2013, nos dá uma ideia mais precisa da situação crítica que se manteve na cidade de Brasiléia.

Eu cheguei na fronteira do Acre na madrugada, peguei o ônibus no mesmo tráfico dos coiotes, chegamos e fomos acolhidos pelos soldados brasileiros que nos pegaram e nos colocaram num campo de refúgio. Como o haitiano não cabia no estatuto de refugiado e sim por razões humanitárias, deveríamos esperar os documentos para poder circular livremente pelo território. No “campo” era uma situação bem crítica, faltava saneamento, tinha muitas pessoas, jovens, mulheres grávidas, mulheres haitianas que foram estupradas tanto por outros haitianos, quanto por coiotes, mulheres chorando, com medo, jovens que perderam tudo. [...] Eu me lembro quando cheguei lá em Brasiléia, a primeira coisa que eu fiz foi colocar a mão na boca vendo essa cena horrível, eu pensei rapidamente no século XIV, século XV, quando da vinda dos escravos para a América. Tinham pessoas, brasileiros da saúde que estavam fazendo exames básicos nos imigrantes, pegavam a digital para tirar o CPF e para fazer a carteira de trabalho. Eu tinha 21, quase 22 anos quando cheguei, em 2013. Eu fiquei menos de uma semana em Brasiléia, porque tive sorte. Alguns haitianos ficaram nessas condições por um mês, dois meses, três meses, até tiveram muitas mulheres e homens que pegaram infecção, porque não tinha água potável e nem saneamento básico. Lá tinha uma tenda grande com muitos colchões, esses colchões não eram limpos, ficavam em cima do pó da terra, era uma situação bem crítica. E a comida também era feita num lugar muito ruim, era uma comida que nenhum ser humano merece, era semicrúa, carne semicrúa, e colocavam numa marmita. Quando distribuía a comida era uma guerra, todo mundo pelejando para comer um pouco. Foi horrível, era igual o fim de uma guerra quando você é resgatado por humanitários. [...] Haitianos de várias regiões do Haiti e africanos⁷⁵ faziam um só coro, um canto que não sei se era de desespero, um canto de resiliência, um canto de tristeza, apesar de ser lindo, era muito triste! (Clarens Chery)

Uma verdadeira calamidade social. Era o que aparecia nas notícias nos meios de comunicação do país e, enquanto muitas pessoas viviam situação semelhante aos seus antepassados escravizados, como recorda Clarens Chery, os governos municipal, estadual e federal mantiveram-se num desacordo quanto as responsabilidades e ações necessárias diante do fato posto de uma imigração desordenada e inesperada.

⁷⁵ Migrantes de outras nacionalidades passaram a utilizar a mesma rota inaugurada pelos haitianos.

Em Tabatinga, no estado do Amazonas, a situação era semelhante. A presença haitiana nesse município que faz fronteira com a cidade colombiana de Letícia e fronteira aberta com a ilha peruana de Santa Rosa, teve o seu ápice entre meados de 2011 e início de 2012. Por ser uma cidade fronteiriça, embora esteja tão isolada dos principais centros urbanos nacionais⁷⁶, caracteriza-se por um fluxo contínuo de população que transita entre os três países. Mas a presença haitiana logo se destacou e tornou-se visível, fosse pela cor da pele, ou até mesmo pelo imaginário do Haiti⁷⁷, ou pela precariedade em que a maioria dos migrantes se encontrava.

Ocupação ociosa dos espaços públicos, forte presença nos serviços de assistência e na Polícia Federal, incorporação marginal nos subempregos informais. Não faltaram espaços onde a visibilidade apontou para as necessidades múltiplas de uma população inesperada. (VÉRAR; NOAL; FAINSTAT, 2014, p. 1011)

A situação precária na qual vive boa parte da população local de Tabatinga, tão recorrentes nas cidades interioranas brasileiras, principalmente em relação à saneamento básico, moradia digna e acesso aos serviços de saúde, atingia ainda mais essa nova população que não pertencia a esse local, não falava o idioma e se encontrava numa situação de invisibilidade política, uma vez que não eram reconhecidos em nenhuma categoria legal pelo Estado brasileiro, estando assim, fora do alcance das políticas públicas e assistenciais (VÉRAR; NOAL; FAINSTAT, 2014).

Coube à sociedade civil, especialmente a Igreja Católica, por meio das Pastorais da Mobilidade Humana e do Migrante, prestar algum auxílio aos recém-chegados, como também atuar como porta voz e mediadora nos debates a respeito da questão dos haitianos.

O padre Gonzalo Ignacio Franco, responsável pela Pastoral do Migrante da Diocese de Tabatinga, buscava todos os meios possíveis para prestar os auxílios imediatos, como abrigo e comida, para aqueles que não possuíam mais nenhum recurso. Handerson (2015) afirma que ao chegarem à fronteira amazônica, encontrar um lugar para se hospedar era prioridade para os haitianos e

Nessa situação, quem tinha um amigo ou parente na terra era privilegiado. Quem não possuía conhecidos nem dinheiro, morava atrás da casa do padre (*Dèyè kay pà a*), numa residência por ele alugada, paga com doações, através da Pastoral da Mobilidade Humana em Tabatinga. Aqueles com amigos,

⁷⁶ A cidade só é acessível por via aérea (voos diários de Manaus) ou vias fluviais (de barco são sete dias de viagens no sentido Manaus – Tabatinga e três dias no sentido Tabatinga – Manaus).

⁷⁷ Esse imaginário passa, principalmente, por ideias de violência, miséria e doenças.

familiares ou conhecidos da mesma cidade, eram recebidos por estes no “Porto dos haitianos”. Outros ainda procuravam um quarto para alugar ou dividir com os contrerrôneos. (HANDERSON, 2015, p. 105).

Isso ocorria pois, embora estivessem em território brasileiro, os haitianos permaneciam encurralados nas pequenas cidades fronteiriças até terem a possibilidade legal de adentrarem o país rumo às cidades maiores e com mais oferta de trabalho. Uma vez que chegavam a Tabatinga sem visto, os migrantes haitianos entravam como requerentes de asilo na Polícia Federal e enfrentavam uma longa espera, pois o órgão não contava com estrutura e pessoal para atender tamanha demanda⁷⁸. Podiam passar até três meses em uma angustiante espera pelo Protocolo, que era “um papel mesmo”, como afirma Josué, que passou pelo mesmo procedimento em Brasília.

Vitor Pharius, que chegou a Tabatinga após a criação do Visto Humanitário, relata que

[...] fui na Polícia Federal e me falaram que o Brasil não aceitava mais ninguém. Disse que eu teria que voltar para o Haiti e lá solicitar o visto. Mas fiquei por lá, sem documentos. Eu sabia de uma freira que já tinha ajudado minha irmã. Elas ajudavam, davam comida e lugar para dormir. Fiquei uns seis meses por lá, sem fazer contato com a minha família. Em 2013, com ajuda das irmãs, eu consegui tirar o CPF e o governo pagou passagem de barco para irmos para Manaus.

Assim, sem recursos próprios para sobreviver e enfrentando as barreiras do idioma e cultura, Vitor Pharius permaneceu em Tabatinga invisível perante a lei e contando com a caridade das “irmãs”, distante de tudo o que lhe era conhecido. E, como ele, muitos outros perambularam pelas ruas à espera de seguir viagem e encontrar o Brasil prometido pelos contrabandistas.

Nas entrevistas realizadas, notamos que para alguns essa experiência da chegada era algo marcante a ser relatado, enquanto outros omitiram por completo qualquer vivência nos alojamentos em Brasília ou Tabatinga, embora tenham passado por lá. Talvez por não considerarem relevante ou por não quererem relembrar uma situação considerada humilhante e humanamente indigna. Além de todas as privações materiais, ainda era preciso lidar com o

⁷⁸ Enquanto chegavam entre 100 e 150 migrantes por semana em Tabatinga, a Polícia Federal realizava apenas 24 entrevistas semanais (cf. VÉRAR; NOAL; FAINSTAT, 2014)

assédio da mídia, que construía um arcabouço de notícias superficiais e discriminatórias em torno dos haitianos, que pautou boa parte do tratamento recebido socialmente pelos imigrantes.

Na pequena cidade acreana de Brasília a situação precária se manteve até o ano de 2014. O alojamento mantido pelo governo para acolher os imigrantes possuiu diversos endereços, mas em nenhum momento ofereceu condições dignas, conforme os relatos.

No início de 2014, com capacidade para receber 400 pessoas, o alojamento abrigava cerca de 2.500, levando a cidade, mais uma vez, a um estado de calamidade social, já que os serviços básicos não davam conta de atender um aumento instantâneo de mais de 10% da população local.

Em maio de 2014, com a cheia do Rio Madeira, o abrigo foi fechado e o governo do Acre financiou as passagens dos imigrantes para diversas capitais, como Cuiabá, Porto Velho e São Paulo. Assim, todos os dias chegavam a São Paulo ônibus trazendo haitianos do Acre, sem um destino determinado na capital paulista. O fato gerou sérias discussões entre os governos paulista e acreano, revelando, segundo matéria publicada na época pela BBC Brasil, uma “crise migratória” em andamento⁷⁹. Não houve nenhuma forma de planejamento ou de acordo entre os governos e, novamente, coube às instituições civis amenizarem o sofrimento e a darem algum apoio aos imigrantes nesse segundo momento no território brasileiro.

Diante disso, é importante salientarmos o total despreparo governamental brasileiro no acolhimento aos imigrantes, ficando a cargo de organizações civis, principalmente religiosas, a função de acolher, orientar (jurídica, psico e socialmente) e inserir os recém-chegados. Pastoral do Migrante, Pastoral da Mobilidade Humana e Missão Paz são alguns exemplos de espaços onde imigrantes, não só haitianos, receberam ajudas emergenciais e encaminhamento para soluções de problemas sociais e legais, como também os primeiros passos para a inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

A “questão dos haitianos”, como a migração haitiana foi tratada por vários organismos no Brasil nos primeiros anos do fluxo migratório, alcançou uma grande repercussão na mídia brasileira e logo virou um “caso” a ser resolvido, ou ainda, nas palavras de Vieira “um problema a ser gerido” (VIEIRA, 2014).

A mídia e as redes sociais se referiam ao fluxo migratório como “Invasão haitiana”⁸⁰ e os acusavam de virem “roubar o emprego dos brasileiros”. Por outro lado, vimos nascer um processo de discussão da legislação migratória brasileira protagonizada pela sociedade civil e

⁷⁹ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf

⁸⁰ Exemplos de manchetes: Jornal O Globo em 01/01/2012 “Acre sofre invasão de imigrantes vindos do Haiti” e em 07/01/2012 “Invasão de haitianos em Brasília começou em 2010”.

governo, onde o cerne não era a “segurança nacional” e sim o respeito aos direitos humanos dos imigrantes.

Sem dúvida, a migração haitiana, inaugurou e ampliou a discussão da questão migratória no Brasil em diversos âmbitos, como também obrigou estados e prefeituras a criarem estruturas de acolhimento, embora ainda precárias.

*Passaporte de um dos colaboradores com carimbos dos países por onde passou
(Créditos da própria pesquisadora)*

Passaporte de um dos colaboradores com o Registro Permanente emitido pelo Ministério da Justiça.

(Créditos da própria pesquisadora)

3.3. Nos mandaram fazer o pedido de refúgio

O impacto causado pela chegada dos haitianos ao Brasil, a partir de 2010, não se limitou à falta de estrutura nas pequenas cidades de Brasília e Tabatinga. Um grande impasse jurídico se formou, diante da falta de instrumentos legais que pudessem lidar com a presença de imigrantes indocumentados e apresentando forte vulnerabilidade.

Como citado anteriormente, os primeiros haitianos a chegarem no Brasil foram multados e estipulado um prazo de dois dias para deixarem o país, como determinava a lei nacional. Mas o que se deu foi uma reviravolta, trazendo à tona a fragilidade e a necessidade de uma discussão e reformulação das leis nacionais que regulam a questão migratória.

O Estatuto do Estrangeiro brasileiro em vigor (Lei nº 6.815/80) trata a imigração como uma questão de segurança nacional, assim o estrangeiro indocumentado representa um perigo à ordem pública. Já o artigo 2º deixa claro a prioridade da lei: “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional”. O caráter seletivo também é exposto, uma vez que prioriza a mão de obra especializada, assim, no parágrafo único do artigo 16 consta que

a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Lei nº 6.815/80, Art. 16).

A seletividade já era característica de outros momentos da história da imigração brasileira. Os projetos de “branqueamento” da população desenvolvidos desde o final do século XIX estão bem dispostos em leis que visavam evitar a vinda de africanos e asiáticos (Decreto nº 528/1890 e a “Lei de Cotas” de 1934). Nesses projetos, ideias sobre raça, etnia e civilidade moldaram o controle e a seleção de imigrantes, visando a assimilação e a construção da nação com indivíduos desejáveis. Assim, os haitianos que aqui chegaram se depararam com uma lei precária e seletiva que não facilita a regularização do imigrante que já penetrou o território brasileiro, condenando muitas pessoas a viverem indocumentadas e expostas aos riscos e explorações, principalmente no campo do trabalho, e a exclusão dos serviços públicos básicos.

Como afirma Josué, os imigrantes haitianos que atravessaram as fronteiras e alcançaram o Brasil nos anos de 2010 e 2011, foram instruídos por organizações civis a encaminharam junto à Polícia Federal a solicitação de refúgio.

A Polícia Federal nos reunia no corpo de bombeiros porque não tinha mais espaço. Eles nos mandaram fazer o pedido de refúgio. Faziam uma fila grande, pegavam nossos documentos, tiravam nossas digitais, todas essas coisas. Depois tínhamos que marcar [a entrevista] na Polícia Federal e faziam os outros procedimentos.

Essa solicitação de refúgio se dava com base na Convenção de Genebra de 1951 que, elaborada no contexto pós Segunda Guerra Mundial, visou atender uma demanda específica daquele momento. O Brasil, como signatário de Genebra, manteve-se restrito aos limites geográficos e temporais determinados pela Convenção⁸¹ até 1989, quando aderiu à Declaração de Cartagena de 1984 e, pelo Decreto nº 98.602, abriu mão das limitações geográficas. Mas, somente em 1997, foi elaborada uma lei específica, (Lei nº 9.474/1997) que definiu a implementação do Estatuto do Refugiado e criou o Conselho Nacional de Refugiados (CONARE).

Em seu artigo 9º a Lei 9.474/1997 estabelece que “a autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado e preparar termo de declaração, que deverá conter as circunstâncias relativas à entrada no Brasil e as razões que o fizeram deixar o seu país de origem”. Portanto, cabia à Polícia Federal, situada nas fronteiras amazônica e acreana, ouvir individualmente as centenas de migrantes, mesmo que não possuísse estrutura e pessoal para tal. Assim, a estadia dos haitianos na fronteira se estendia por dois, três ou até quatro meses, no período mais crítico, conforme o agendamento para realização da entrevista, alargando ainda mais a situação precária que se estabeleceu nas cidades receptoras.

Após a realização da entrevista, a solicitação de refúgio seguia para análise do CONARE que avalia se há amparo legal para isso. Logo se verificou que a situação dos haitianos não se enquadrava na definição de refúgio, uma vez que o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/97) reconhece como refugiado o indivíduo que:

⁸¹ A Convenção de Genebra se aplica aos refugiados oriundos da Europa vitimados pelos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Art. 01)

Diante do não enquadramento e reconhecendo a situação de vulnerabilidade em que se encontravam os haitianos, o CONARE passou a encaminhar a documentação com os pedidos de refúgio ao CNIg (Conselho Nacional de Imigração) para buscarem uma solução. Esse encaminhamento se baseou na Resolução Normativa nº 27 de 25 de novembro de 1998 que estipula, no seu artigo 1º, que “serão submetidas ao Conselho Nacional de Imigração as situações especiais e os casos omissos, a partir de análise individual.”⁸²

A partir da abertura do processo de pedido de refúgio, o imigrante recebe um protocolo, inicialmente com validade de seis meses e renovável até a finalização do processo, que viabiliza a emissão de CPF (Cadastro de Pessoa Física) e de Carteira de Trabalho provisória, possibilitando o ingresso no mercado formal de trabalho.

“Esse papel [protocolo] é um papel em que colocam um carimbo, a sua foto e pronto. Muitas pessoas nem conhecem esse documento, aí dificulta a sua vida”, afirma Marie Rose-Laure, narrando suas dificuldades em ser reconhecida legalmente através do protocolo emitido pela Polícia Federal.

Como Laure, que não conseguiu realizar matrícula num curso, muitos portadores do protocolo não conseguiam abrir conta em banco (uma exigência que muitas empresas fazem aos funcionários contratados), ser atendidos nos serviços de saúde ou alugar um imóvel, pois o protocolo, embora documento oficial, é desconhecido dos prestadores de serviços, mesmo em instituições públicas. Não houve, por parte do Governo brasileiro, um esforço em proporcionar maior conhecimento referente a uma situação nova, mas real, de uma população que passava a ocupar lugar no território nacional e que era identificada legalmente por um documento diferente dos habituais.

⁸² Disponível em <

<http://portal.mj.gov.br/Estrangeiros/tmp/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%20do%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20n%C2%BA%2027.pdf>> acesso em 25 de julho de 2017.

A situação dos haitianos revelou as dificuldades e limitações das instâncias governamentais brasileiras em dar respostas claras e concretas aos deslocamentos cada vez mais comuns no contexto atual. Mas, também trouxe ao país uma delicada situação diplomática, uma vez que o Brasil estava à frente de uma importante missão no Haiti, que já durava alguns anos e precisava demonstrar eficiência.

No momento de definição do *status* dos migrantes haitianos, o Brasil apresentava sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. Um forte apelo fora dado à implicância do país na ajuda à regulamentação internacional dos direitos humanos, com o exemplo da participação decisiva do Brasil na coordenação da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Isto é, o Haiti, nesse sentido, apresentara-se como uma vitrine do *savoir-faire* (saber-fazer) brasileiro, e por isso denotava importância estratégica. (VÉRAR; NOAL; FAINSTAT, 2014, p. 1033)

Mas o que tínhamos era a ausência de uma legislação atualizada e específica que permitisse atender às demandas da imigração contemporânea, o que tornou dura a experiência de imigrantes no Brasil e países fronteiriços, revelando as inúmeras lacunas da política migratória sul-americana. Principalmente quando a imigração alcança um número relevante e foge do que está engessado em concepções migratórias ultrapassadas.

Enquanto os fatores ambientais podem contribuir no movimento através das fronteiras – como foi o caso dos haitianos que tiveram a situação do país amplamente piorada com o terremoto de 2010 – eles mesmos não podem ser considerados motivos para o reconhecimento da condição de refugiado à luz do direito internacional e da lei brasileira de refúgio. A difícil situação das vítimas de desastres naturais e a tendência de aumento desses episódios exigem dos organismos regularizadores uma atenção e proteção adequada, com enfoque nos direitos humanos, que garanta um tratamento específico sobre esses migrantes forçados.

Observa-se, no entanto, um grande descompasso entre a teoria dos direitos humanos e a capacidade e vontade da comunidade internacional de enfrentar uma demanda tão complexa. Diante do terremoto no Haiti, o que assistimos foram fronteiras se fechando cada vez mais (como no caso dos Estados Unidos), incentivo a uma migração seletiva, tirando do país mão de obra especializada (Canadá) e expulsão em massa dos imigrantes (República Dominicana).

O Brasil encaminhou uma solução mais amistosa, que foi e ainda é motivo de muitas críticas ao governo federal por tal ação. Diante do não enquadramento na condição de refugiado e levando-se em conta a peculiar situação do Haiti, seguiu-se o dispositivo do artigo 7º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e as obrigações gerais de *non-refoulement* contidas

nos demais tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, evitando assim a deportação em massa, como manda o Estatuto do Estrangeiro. Então, em janeiro de 2012 o governo brasileiro, por meio do CNIg promulgou a Resolução Normativa nº 97/2012, criando o visto humanitário para os indivíduos vindos do Haiti.

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, à nacionais do Haiti. O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, Resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no *caput* do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (Resolução Normativa 97 de 10 de janeiro de 2012)

Essa normativa foi fruto de discussões já iniciadas em 2010 no CNIg, quando criou-se o Grupo de Trabalho “Haiti”, com o objetivo de encontrar uma solução para o crescente fluxo migratório em curso. Pela primeira vez, o Brasil implantou mecanismos especiais para tratar casos de migrações, embora outras demandas tenham existido anteriormente, até mesmo casos similares de pedido de refúgio que não são reconhecidos e de indivíduos em situação vulnerável.

O “caso” dos haitianos inaugurou uma nova categoria de visto no Brasil. A Resolução Normativa nº 97 foi publicada específica e excepcionalmente para indivíduos nascidos no Haiti, fundamentada em razões humanitárias que se referiam, como escrito no seu texto, “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. Foi um pequeno avanço, pois, aos haitianos foi dada a possibilidade de conquistar vistos permanentes sem se enquadrar nas qualificações profissionais exigidas na legislação, regularizando assim a situação dos que já estavam no país e com o intuito de controlar a entrada de novos fluxos.

Porém, logo tal dispositivo se mostrou insuficiente. Como dito anteriormente, a limitação de 100 vistos por mês (1.200 por ano), estava longe de alcançar a demanda existente nesse fluxo migratório e evitar o contrabando de imigrantes. Em abril de 2013, através da Resolução Normativa nº 102, o CNIg retirou a limitação, mas a situação não mudou muito. Edouard conta que muitas pessoas passavam até seis meses tentando uma ligação para embaixada sem obter sucesso. Em agosto de 2014, o então cônsul brasileiro no Haiti, Vitor Hugo Irigaray, afirmava atender entre 40 e 50 pessoas por dia, e que “ainda assim a demanda reprimida é muito alta. Temos na base 1.500 pedidos por dia. Em dois meses chegamos a ter 120 mil”⁸³. Ao longo de 2014 e primeiros meses de 2015 a situação se agravou ainda mais. A embaixada e o consulado brasileiro no Haiti, localizados em uma movimentada rua de *Pétionville*, era ponto de reunião de uma multidão diariamente, em busca de atendimento, o que acabava em confusão e caos generalizado. “Inicialmente, chamávamos a polícia para conter a multidão, mas logo víamos que só piorava, porque se tornava cena de guerra”, é o que conta o atual embaixador brasileiro no Haiti, Fernando de Mello Vidal⁸⁴, “era preciso buscar uma solução eficaz, principalmente que inibisse as vias irregulares, mas não tínhamos condições materiais e humanas para atender à demanda que era bem maior do que os cerca de 600 vistos emitidos todos os meses”, continuou ele.

A solução encaminhada foi selar um convênio com a *International Organization for Migration* (IOM), criando o *Centre de réception des demandes de visas pour le Brésil em Haïti* (BVAC), que entrou em funcionamento em setembro de 2015. Em um lugar afastado e pouco movimentado, o BVAC⁸⁵ funciona com uma estrutura de acolhimento aos interessados em obter

⁸³ Entrevista concedida a Marsílea Gombata, publicado 08/08/2014 em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/201cno-dia-em-que-a-missao-da-onu-deixar-o-haiti-isso-aqui-vai-virar-o-caos201d-6529.html>

⁸⁴ Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2016 na embaixada brasileira no Haiti.

⁸⁵ Visitei o BVAC no dia 12 de janeiro de 2016, mediante agendamento realizado pelo embaixador, uma vez que não consegui contato direto. Fui recebida pela diretora, uma jovem haitiana. A estrutura é montada com contêineres e tudo parece bem ordenado. Os candidatos ficam em uma sala de espera ampla e bem ventilada. Mas do lado de

visto para o Brasil, realizando o trabalho pré-consular. Ali, os candidatos com suas entrevistas anteriormente agendadas, se apresentam com a documentação exigida e, de cada candidato, é montado um dossiê que, posteriormente, é enviado ao consulado para que seja analisado e encaminhado novamente ao BVAC, com a resposta da solicitação, onde o candidato retira o visto. Por outro lado, como nos informou o embaixador, a equipe no consulado foi ampliada, recebendo funcionários emprestados de Brasília e equipamentos que não estavam sendo utilizados na embaixada brasileira em Cuba. Desde o início do funcionamento do BVAC, o número de vistos emitidos mensalmente, saltou para 2.000. Esse procedimento elevou o custo do visto de 200 dólares para 260 dólares, sendo a diferença para manutenção do BVAC. Já no início de 2016, foi possível notar o impacto desse convênio na diminuição de imigrantes haitianos entrando pelas fronteiras. Na página da internet do G1, no dia 08 de janeiro de 2016, essa redução foi noticiada com a manchete “Número de Haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses”⁸⁶, que apresentava o aumento da emissão de vistos pela embaixada brasileira no Haiti, como fator responsável por essa redução.

Mas no Brasil, a “questão haitiana” exigia uma resposta de maior profundidade e alcance que só uma verdadeira reforma na política migratória nacional poderia fornecer. No ano de 2013, o então senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), atual Ministro das Relações Exteriores, encaminhou um Projeto de Lei (PLS 288/13) propondo uma reformulação das leis migratórias brasileiras. O texto inicial tramitou na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) e, ainda em 2013, o Ministério da Justiça, através da Portaria 2.162/2013, criou uma Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar uma proposta de Lei de Migração.

No ano seguinte, o Ministério da Justiça organizou a COMIGRAR (Conferência Nacional de Migrações e Refúgio), ampliando a discussão da nova lei para a sociedade civil. A COMIGRAR contou com o envolvimento, em todas as etapas, de migrantes, refugiados e representações diversas que atuam no cotidiano das questões migratórias no Brasil. A AIHB (Associação dos Imigrantes Haitianos no Brasil), por exemplo, organizou uma etapa preparatória da 1ª COMIGRAR e teve o seu então presidente participando como delegado na

fora, parece se reproduzir o caos anterior em frente à embaixada. A entrada do BVAC fica em uma estrada de terra, cercada de muros que abrigam diversos órgãos internacionais, a porta é estreita, vigiada por seguranças com armamento pesado, uma multidão se aglomera em torno dela tentando entrar. Foi bem difícil atravessar o aglomerado e chegar até a entrada.

⁸⁶ <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses.html>

etapa nacional, que teve como resultado “um novo Anteprojeto da Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil” (HANDERSON, 2015).

Em 2015, o PLS chegou à Câmara como PL (Projeto de Lei) 2.516/15 e, nesse momento, a participação da sociedade civil foi imprescindível. A formação de um grupo de trabalho⁸⁷, representante desse setor, foi essencial para garantir o diálogo e defender avanços de caráter humanitários e de acesso à direitos por parte dos migrantes.

Durante todo o processo de aprovação da Nova Lei de Migração, esse grupo bateu de porta em porta dos parlamentares, frequentou reuniões, estabeleceu diálogo com as diversas instituições que trabalham com migração no país e elaboraram uma nota técnica, a fim de garantir coesão no discurso e ampliar o alcance das informações. Após aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado, em 24 de maio de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17) com 20 vetos.

Apesar dos vetos, cabe destacar um grande avanço no arcabouço legal no trato das questões migratórias no Brasil que, segundo Letícia Carvalho, representante da Missão Paz no Grupo de Trabalho, só foi possível por três aspectos: em primeiro lugar, a presença dos imigrantes haitianos no Brasil apresentando suas demandas por condições dignas, trazendo assim, a urgência da revisão das leis em vigor; em segundo, a manutenção de um debate suprapartidário em todo o processo de aprovação da lei, uma vez que foi proposto por um representante da direita – mas também era uma pauta defendida pela esquerda, só sofrendo rejeições e ataques da extrema direita; e, por último, a presença da sociedade civil atuando conjunta e ativamente, pois o grupo menor formado por representante de instituições civis, além de manter-se acompanhando de perto tudo que se passava no Congresso Nacional, pulverizava as informações e movimentava ações por todo o país⁸⁸.

O maior avanço, sem dúvida, foi a superação do anacronismo do Estatuto do Estrangeiro, passando a respeitar os princípios da Constituição de 1988 e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Em linhas gerais, a nova Lei entende o migrante como sujeito de direitos (artigo 3 e 4), eliminando a discriminação e assegurando aos imigrantes os mesmos direitos humanos garantidos aos brasileiros (artigo 4), prevenindo a xenofobia, o

⁸⁷ O grupo de trabalho foi formado por representantes de seis instituições que têm um longo histórico de atuação junto aos imigrantes no país: Missão Paz, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania), Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade).

⁸⁸ Essas e outras informações sobre os bastidores da aprovação de Lei de Migração foi obtida em conversa pessoal com Letícia Carvalho, funcionária da Missão Paz e representante no Grupo de Trabalho, em 26 de julho de 2017, na Missão Paz em São Paulo.

racismo e outras formas de discriminação (artigo 3) e prevendo a formulação e o acesso à Políticas Públicas.

Entre os vetos, os que causaram maiores prejuízos foram a definição do termo migrante⁸⁹, considerado demasiadamente amplo ao incluir o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida; a livre circulação aos povos originários, alegando afronta à soberania nacional; e o veto integral ao artigo que concedia anistia aos migrantes em situação irregular que tivessem ingressado no território nacional até julho de 2016⁹⁰.

Além dos vetos, ainda um outro desafio se apresenta: a regulamentação da lei. São 32 pontos que precisam ser regulamentados e é preciso um acompanhamento cuidadoso para se evitar outros prejuízos. Como afirma Letícia Carvalho, “o que temos é uma lei muito enxuta para a quantidade de necessidades que os migrantes têm na prática, mas ela já é um começo e não dá para perder isso de vista”⁹¹.

É importante relatar todo esse processo legislativo percorrido até aqui, pois a imigração haitiana no Brasil teve verdadeiro protagonismo nas motivações de elaboração e aprovação de uma nova lei que, embora ainda não seja a ideal, representa um importante avanço e abre perspectivas e esperanças aos imigrantes que já vivem no Brasil e àqueles que desejarem viver.

Os haitianos que entraram no Brasil, principalmente a partir de 2012, vieram sentindo-se convidados e como tal reivindicaram direitos e dignidade. “O Brasil estava com as portas abertas para nós virmos trabalhar e melhorar de vida”, afirma Prosmano Ferdinand.

A ideia de um Brasil de portas abertas aos haitianos parece ter sido amplamente divulgada, como surge em diversos relatos dos colaboradores, fundamentada pelos discursos oficiais, fosse da ex-presidenta Dilma Rousseff em sua visita ao Haiti em 2012, ou do embaixador brasileiro no Haiti, Fernando Vital, que em 2015 estampou a primeira página do maior jornal do país com a manchete “*Le Brésil, bras ouverts, attend tous les Haïtiens*”⁹². Ou ainda pela ilusão plantada pelos contrabandistas das facilidades legais e oportunidades de trabalho e estudos no Brasil. Rossert Mervelus afirma: “a nossa entrada aqui no Brasil foi um acordo entre os dois países, eu não consegui entender qual foi esse acordo, porque quando

⁸⁹ Embora tenha tido a sua definição vetada, o termo migrante aparece 19 vezes ao longo do texto da lei.

⁹⁰ Considerando a Anistia essencial para corrigir os males da lei anterior, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que foi relator da Lei de Migração, apresentou projeto de uma lei de anistia.

⁹¹ Conversa pessoal realizada em 26 de julho de 2017, citada anteriormente.

⁹² Disponível em < <http://www.lenouvelliste.com/article/150801/le-bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-haitiens>>. Em conversa com o embaixador em janeiro de 2016, ele disse que foi mal interpretado quando a repostagem afirma que ele disse que todos os haitianos que queiram ir ao Brasil, serão bem-vindos e, por isso, no dia seguinte escreveu ao jornal esclarecendo a sua declaração, disponível em <http://www.lenouvelliste.com/article/151056/lambassadeur-du-bresil-en-haiti-ecrit-au-nouvelliste>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

chegamos aqui não tinha uma estrutura”. Se existiu o acordo citado por Rossert não foi algo formalizado, mas o sentimento que ele apresenta parece ser o de muitos que vieram estimulados pelo convite, mas não encontraram o banquete esperado.

Centre de Réception des
Demandes de Visas
pour le BRÉSIL

Centre de réception des demandes de visas pour le Brésil en Haïti (BVAC)

Liste des documents nécessaires pour les demandes de visa

➤ **Visa Permanent Spécial et Regroupement Familial (VIPER)**

- ☐ Passeport valable pour encore 6 (six) mois, au minimum, le jour du départ de l'intéressé, avec au moins deux pages blanches ;
- ☐ Une (1) photo format passeport récente (3x4cm) minimum, Fond blanc ;
- ☐ Extrait du casier judiciaire émis par la Direction Centrale de la Police Judiciaire d'Haïti- DCPJ (moins de trois mois), pour les majeurs ;
- ☐ Reçu du paiement des frais du visa sur le compte de l'Ambassade du Brésil (200,00 \$US) ;
- ☐ L'acte de naissance (photocopie).
- ☐ Reçu du paiement des frais du BVAC sur le compte de l'OIM (60,00 \$US).

✳ **En outre, pour le Regroupement Familial (VIPER) :**

- ☐ Extrait d'acte de mariage ou de naissance ou Acte de Concubinage (dûment légalisé par le Ministère des Affaires Étrangères), suivant qu'il s'agisse de regroupement familial au conjoint, à un ascendant ou un dépendant ;
- ☐ Copie de la Résidence brésilienne de la personne vivant au Brésil (RNE).

Pour les mineurs (moins de 18 ans), sont nécessaires aussi :

- ☐ Autorisation pour voyager au Brésil signée par les 2 parents s'ils sont au Brésil, authentifiée par un Notaire au Brésil et/ou légalisée auprès du Ministère des Affaires Étrangères, en Haïti;
- ☐ L'acte de Naissance ou extrait de l'Acte de Naissance (original légalisé et photocopie);
- ☐ Photocopies des pièces d'identité (passeport ou carte d'identité) des deux parents. En cas de divorce, photocopie du jugement conférant la garde.

Coordonnées bancaires

Ambassade du Brésil : SOGEBANK, 13 0210 552

OIM : SOGEBANK, 26 1602 798 9

<p style="text-align: center;">Heures d'ouverture</p> <p style="text-align: center;"><i>Du lundi au vendredi sauf les jours fériés</i></p> <p style="text-align: center;">Dépôt des demandes : 8:00 a.m. - 1:00 p.m.</p> <p style="text-align: center;">Informations et retrait des dossiers : 2:00 - 4:00 p.m.</p> <p style="text-align: center;">Pause-déjeuner : 1:00 - 2:00 p.m.</p>	<p style="text-align: center;">Contacts</p> <p>Téléphones : 2817 0320 ; 2817 5900 ; 2817-5901</p> <p>Email : bvachaiti@iom.int</p>
---	--

Adresse : IOM Rue E. Pierre, 11 (zone de l'Ambassade américaine), Tabarre 27 - Port-au-Prince

Formulário informativo distribuído pelo BVAC-OIM

3.4. Logo percebemos que era uma escravidão moderna

Josué se deparou com um Brasil diferente do que ele esperava encontrar. Os seus planos de estudos foram substituídos, de imediato, pela necessidade de trabalho. Até aquele momento em sua vida, Josué havia se dedicado exclusivamente aos estudos, tendo os seus pais garantido as condições materiais para isso. Mas agora, longe de casa e com a responsabilidade de ter migrado para um país mais distante e de forma irregular, precisava criar suas próprias condições de subsistência. Recorreu aos pais para manter uma situação mais confortável no período em que esteve em Brasília, portanto, não partilhava do desespero dos que estavam no abrigo em condições sub-humanas e com a urgência de enviar recursos para os que ficaram. Como era o caso de Edouard e Johanne Latouche, para quem o trabalho significava não apenas garantir a si mesmo, mas as duas filhas que ficaram no Haiti.

Embora, nas narrativas colhidas, as motivações da migração sejam diversas, o imperativo do trabalho mantém-se na centralidade da vida do migrante, até mesmo como forma de alcançar a condição almejada pelo deslocamento. “[...] saí do seu país para procurar uma vida melhor” (Louis Charles). “Eu só queria trabalhar [...] Eu precisava trabalhar” (Johanne Latouche).

Desde o início, a imigração haitiana no Brasil foi entendida como força de trabalho, como afirma Geraldo Cotinguiba, em seu trabalho sobre a imigração haitiana em Porto Velho, “era o encontro da necessidade do capital e de um grupo migrante em busca de trabalho com a expectativa de dias melhores” (COTINGUIBA, 2014, p. 112), de forma a reproduzir a lógica capitalista de acumulação, onde

Assim como o capital e a tecnologia, também a força de trabalho e a divisão do trabalho tecem o novo mapa do mundo. Mesclam-se raças, culturas e civilizações, nos movimentos migratórios que atravessam fronteiras geográficas e políticas, articulando nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos. Muitos são os que se desterritorializam buscando outros espaços e horizontes, reterritorializando-se aquém e além do fim do mundo. Agora o exército industrial de trabalhadores atinge dimensões mundiais, mesclando, sob novas modalidades, raças, idades, sexos, religiões, línguas, tradições, reivindicações, lutas, expectativas, ilusões. (IANNI, 2007, Apud COTINGUIBA, 2014, p. 113).

Dessa forma, empresas se encaminhavam aos lugares de acolhidas dos haitianos com propostas de empregos, muitas vezes se dizendo solidários, mas, no fundo, oferecendo salários baixos e péssimas condições de trabalho. Josué conta que não se interessava por muitas vagas de emprego que eram oferecidas em Brasília, principalmente na construção civil ou na mineração. Mas nem todos tinham a possibilidade de escolher, pois o emprego, além de atender as urgências materiais, significava a saída da clausura miserável imposta na chegada ao Brasil. Clarens Chery conta que em Brasília,

Quando chegava o caminhão de uma empresa, o povo ficava desesperado para ter emprego e poder sair daquele lugar. Muitos não tinham dinheiro, não tinham família e não sabiam para onde iriam. [...] quando as coisas iam fechar as pessoas se desmoralizavam, se colocavam de joelhos no chão pedindo favor para o governo, pedindo ajuda, o povo estava desesperado!

Quando contratados, seguiam viagem sem saber exatamente o que os esperava, mas certos de que a partir daquele momento começaria a vida no Brasil.

Segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Ministério do Trabalho através do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no período de 2011 a 2014, foram registrados 50.122 imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil⁹³, colocando os haitianos na primeira posição entre os imigrantes inseridos no mercado de trabalho brasileiro (TONHATI, CAVALCANTI et al, 2015). Mas isso nem sempre significava bons empregos e respeito às leis trabalhistas. A mão de obra haitiana, considerada barata e qualificada (MAMED; LIMA, 2016), despertou interesse do empresariado brasileiro, principalmente, em funções pouco atrativas aos trabalhadores nacionais.

Mamed e Lima, chamam a atenção para o fato de o governo ter disponibilizado a documentação necessária para a inserção laboral, mas não assegurar permanência e proteção definitiva aos migrantes (MAMED; LIMA, 2016). Desta forma, o discurso humanitário é questionado por essas circunstâncias que acabam favorecendo a uma demanda empresarial sedenta por mão de obra barata que não apresentasse os “vícios” dos trabalhadores brasileiros.

⁹³ Dados obtidos através de registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015.

Isso vai de encontro ao que relata Josaphat Desbas, ao falar de um grupo de haitianos que estava numa situação precária na cidade de Paulínia, interior de São Paulo:

O fato é que esses haitianos foram contratados pela empresa brasileira enquanto ainda estavam no Haiti. A empresa os convenceu a não esperar pelo visto, pois vai demorar, existe todo um processo para obtenção e diz a eles para entrar ilegalmente no país, que assim que eles entrarem, rapidamente o governo brasileiro providenciaria os documentos. Eles entraram no Brasil e vários deles já tem visto e carteira de trabalho antes mesmo de saber aonde vão dormir.

Assim,

Temos percebido que uma imagem dupla da categoria haitiano é construída em relação ao trabalho. Por um lado, os imigrantes são vistos como bons trabalhadores, não protestam e trabalham corretamente, não fumam, são evangélicos. Por outro, essa imagem de passividade abre margem para um mito que se criou em relação ao grupo como — coitadinhos, os pobres que não se sabe ao certo de onde vêm, devem aceitar qualquer trabalho que lhes seja oferecido, de acordo com a realidade trabalhista e salarial da maioria dos brasileiros. (COTINGUIBA, 2014, p. 130)

Josué se candidatou a uma vaga que lhe pareceu se aproximar dos seus estudos de medicina, mas como se percebe na narrativa dele, a dificuldade começou logo na entrevista por causa da língua. Mesmo assim, Josué foi contratado e partiu, junto com outros haitianos, para o interior de São Paulo. “Logo percebemos que era uma escravidão moderna, que não podia ser outra coisa”, diz ele ao narrar as condições de trabalho que encontraram, sendo colocados em uma casa, exercendo jornadas de trabalho sem nenhum controle e sem salário determinado e da não regularização da contratação.

Já Clarens Chery foi contratado, também em Brasília, por uma empresa do Rio Grande do Sul, que recrutou diversos haitianos. Após um treinamento para o trabalho na cidade de Criciúma, Santa Catarina, foram encaminhados para trabalhar na cidade de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul e ele relata as condições de trabalho.

Eu trabalhava das 6 da manhã e voltava para casa 9, 10 da noite. Lá a gente fazia tudo. Nos contrataram para trabalho de altura, mas também levantávamos ferros, fazíamos rosca, fazíamos muitos trabalhos pesados. [...] Nós morávamos numa pensão junto com alguns brasileiros nativos que

cuidavam da gente. Era igual escravidão mesmo, como uma senzala, os homens da casa grande que nos despertavam bem cedo para ir no compromisso, não tinha lazer, não tinha nada. O trabalho era de segunda à sexta, às vezes trabalhávamos até de sábado. No fim de semana todos ficavam em casa, alguns cuidavam de suas roupas, outros buscavam falar com as famílias. Era difícil, muitos homens chorando porque não podiam entrar em contato com a família, a gente perdeu contato com o mundo. O bairro onde morávamos era um bairro bem excluído. (Clarens Chery)

Ao narrar suas experiências, ambos fazem referência à escravidão para descreverem as condições de trabalho que lhes foram impostas. Em uma pesquisa simples nos meios de comunicação, é possível constatar, através das notícias, que centenas de haitianos passaram por situações semelhantes.

Em 2013, em apenas duas operações de fiscalização do Ministério do Trabalho, foram resgatados 121 migrantes haitianos em condições de trabalho análogas à escravidão⁹⁴. A vulnerabilidade causada pelas circunstâncias da imigração torna os haitianos “campo fértil” para a exploração desmedida de sua mão de obra. O desconhecimento das leis trabalhistas brasileiras, as dificuldades com a língua, a falta de amparo legal e o medo, colaboram para a permanência em situação degradante de trabalho. Josué diz que tinha medo, pois logo percebeu que estava no meio de pessoas com grande influência na cidade e justifica: “se acontecesse alguma coisa, quem ia falar por nós? Éramos haitianos perdidos ali”. Mas, com seus companheiros, tiveram a *expertise* de encontrar meios de saírem da situação que percebiam como escravidão. Já Clarens Chery, entendeu que o conhecimento da língua poderia ser o caminho para a liberdade.

No trabalho eu ficava perto dos brasileiros para aprender as palavras. Eu tinha um caderno que ia escrevendo tudo e comecei a aprender, tive essa sede. Eu pensava que a única coisa que podia me libertar daquela situação era o domínio da língua, o momento que eu soubesse a língua eu saberia me direcionar, saber onde estou, isso era o primordial.

⁹⁴ Ver < <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>> acesso em 20 de janeiro de 2016.

Com maior domínio da língua, conseguiu compreender o contrato de trabalho e se informou a respeito das leis, percebendo que as ameaças de deportação e a detenção de todos os seus documentos por parte da empresa, eram ilegais. Procurou a Polícia Federal e, instrumentalizado, afrontou seus empregadores e, depois de receber o pagamento devido, deixou o emprego.

Os dois casos demonstram que a passividade esperada dos haitianos não se efetivou. O imaginário de um quadro de pobreza extrema, sustentado pelo pouco conhecimento do perfil dos migrantes e das leis de migração, fazia acreditar que os haitianos estavam dispostos a qualquer trabalho, não importando o retorno e as condições oferecidas.

Na tentativa de proporcionar maiores informações e evitar situações de exploração, a partir de 2012, a Missão Paz passou a realizar mediação de trabalho com o público que atendia, preparando de um lado o imigrante e do outro o empresário, antes desses se encontrarem, como relata o Padre Paolo Parise:

O imigrante passa por uma palestra no seu idioma, geralmente inglês, francês e espanhol, onde ele recebe informações culturais, de postura e também trabalhistas. O empresário passa por uma sensibilização, esclarecemos que não toleramos trabalho informal e exploração⁹⁵.

E conta, alarmado, que a maioria do empresariado desistia de contratação, diante da exigência de respeito aos direitos dos trabalhadores. “[...] mais de 60% queriam explorar, não queriam registrar o trabalhador. Lembro ainda que [em 2014] de duas mil empresas apenas 816 contrataram, então o número é incrível de gente que caiu fora e que não quis contratar por aqui”. Nas palavras do Pe. Paolo se confirma a intenção inicial de obtenção de uma mão de obra barata que atendesse a demanda, principalmente da construção civil⁹⁶ no primeiro momento e, posteriormente nos serviços gerais e setores de hotelaria e restaurantes.

Como analisa Sayad, o trabalho “que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o ‘mercado de trabalho para imigrantes’ lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído” (SAYAD, 1998, p. 55). E “o imigrante, no geral, é um candidato aos empregos mais precários e degradantes na sua sociedade de acolhimento” (SEGUY, 2015, p. 524).

⁹⁵ Entrevista realizada em 28 de junho de 2016.

⁹⁶ No ano de 2013, 62% dos contratados por mediação da Missão Paz foi para a construção civil. Já em 2016, essa área não passava de 2%, ganhando mais força os ramos de restaurante e hotelaria.

Assim, muitos dos colaboradores se dizem insatisfeitos com os trabalhos que exercem ou exerceram nos primeiros anos no Brasil e, dentre os motivos, está o fato de não atuarem em suas profissões de formação - “não aceitam a formação que trazemos” (Prosmano Ferdinand), “não temos oportunidade de trabalhar na profissão que tínhamos no Haiti” (Louis Charles), “nós temos uma formação de nível superior e para conseguir um emprego você tem que ser ajudante de obra, ajudante de cozinha” (Rossert Mervelus). As dificuldades começam pela validação dos diplomas, por ser um processo burocrático e caro, significando um declínio na condição social e, principalmente, pelos baixos salários – “complicado pagar todas as contas e mandar dinheiro para tudo que as meninas precisavam [...] não sei nem como eu consegui sustentá-las lá” (Johanne Latouche), “o salário era bem pouco, 910 reais assinado na carteira, pagávamos 700 reais de aluguel, o meu primo e eu, resumindo, não dava para pagar todas as despesas” (Yvener Guillaume), “o que eu ganho hoje dá para viver porque eu não pago aluguel e não preciso mandar dinheiro para o Haiti” (Johane Plancher) – que os coloca, muitas vezes, numa condição material inferior a vivenciada na sociedade de origem e com poucas perspectivas de ascensão.

Ainda fundamentado por Sayad (1998), vemos que o imigrante existe enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e onde se precisa dele. “Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta a sua negação ou que o empurra para o não-ser” (SAYAD, 1998, p. 55). Assim, a crise política e econômica no Brasil logo fez muitos haitianos partirem em busca de novas oportunidades de trabalho. Johane Plancher foi demitida e, depois de um longo período procurando emprego, resolveu voltar para o Haiti, pois sua situação foi ficando insustentável. A falta de trabalho faz o imigrante também desaparecer (SAYAD, 1998). Prosmano partiu com a esposa para os Estados Unidos, via México, conseguindo alcançar o destino, depois de alguns meses, buscando a melhor oportunidade de entrada. Joel Aurilien tentou o mesmo trajeto, mas não teve a mesma sorte e foi preso quando tentava cruzar a fronteira do México com os Estados Unidos, permanecendo detido por quase um ano, foi extraditado para o Haiti.

Assim, o trabalho, ou a ausência dele, é o que dinamiza o processo migratório. O imigrante vai onde a sua existência se faz necessária, ou seja, onde o trabalho está disponível para ele. Percebemos isso, também, na dinâmica do deslocamento dos haitianos no território brasileiro. Vão onde está o trabalho. Johane Plancher, nos anos em que ficou no Brasil, morou inicialmente em Brasília, depois se mudou para uma pequena cidade no Rio Grande do Sul, onde havia uma oferta de emprego. Lá, “ouviu dizer” que em São Paulo encontraria trabalho,

“que no centro encontraríamos pessoas oferecendo emprego” (Johane Plancher) e, novamente, partiu, também motivada pela possibilidade de estudar, uma vez que estivesse numa cidade grande, e ampliar suas qualificações para o trabalho. Com isso as regiões que abrigam mais haitianos no país, estados do Sudeste (particularmente São Paulo) e Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em menor medida, Minas Gerais e Amazonas (TONHATI; CAVALCANTE, OLIVEIRA, 2016), são também onde há maior oferta de trabalho.

3.5. ...os que se parecem se juntam.

Desejados como força de trabalho pelo capital, o imigrante apresenta-se, ao mesmo tempo, como um incômodo social (SAYAD, 1998). Esse paradoxo da imigração logo se tornou perceptível em todo o arcabouço de notícias e opiniões em torno da imigração haitiana no Brasil. Ao analisar o tratamento dado pela mídia brasileira nos primeiros anos da presença haitiana no Brasil, Cogo e Silva afirmam que

O quadro de sentido mobilizado inicialmente para interpretar a imigração haitiana ao país - uma “fuga” do Haiti, da “miséria” e do “desastre” - é substituído por outro – o de “invasão haitiana” ao Brasil, que passa a gerar e respaldar discursos defendendo a necessidade de controle de ingresso dos haitianos. (COGO; SILVA, 2016)

Essa ideia de invasão ignorava, muitas vezes, que estávamos diante de centenas de pessoas necessitando de condições que assegurassem os elementos básicos de sua existência. Os “convidados” não encontraram a recepção esperada e o imediatismo do emprego, deixava para outro plano aspectos como os psicológicos e emocionais, de quem estava longe de casa e carregando, cada um, as suas questões pessoais, individuais, embora sendo vistos sempre como grupo. Como afirma Sayad,

É, sem dúvida nenhuma, a tendência a perceber os imigrantes como uma categoria homogênea que mais incita a querer, reunindo-os num mesmo hábitat, constituí-los como uma comunidade integrada, quando formam apenas, apesar de tudo, um amálgama de indivíduos separados, apesar do estatuto e da condição social que partilham, toda uma série de diferenças nos percursos particulares, na história social de cada movimento nacional de emigração, na posição dos indivíduos dentro dessa história etc. (SAYAD, 1998, p. 85)

O entorno da Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, onde funciona a Missão Paz, primeiro espaço a acolher e oferecer alguma estrutura emergencial, mas também de integração aos haitianos que chegavam à São Paulo, teve sua paisagem alterada com a presença dos novos moradores da cidade. Principalmente, nos anos de 2013 e ainda mais em 2014, quando a quantidade de imigrantes haitianos que chegavam procurando amparo na Missão Paz se intensificou consideravelmente e a sua presença se tornou evidente, não apenas no grande pátio da Igreja, mas pelas ruas do bairro.

Em pouco tempo, já foi possível encontrar pequenos estabelecimentos, como salão de cabeleireiro e restaurantes que além de oferecendo os serviços aos seus compatriotas também se tornaram pontos de encontro e comunicação⁹⁷, e um idioma completamente novo para os moradores locais, passou a ser ouvido constantemente nessa região.

Observando de fora, nos parece ver a efetivação da comunidade impossível, que Sayad (1998) analisa na realidade de alojamentos de imigrantes, vistos como categoria homogênea, como citado anteriormente. São haitianos! Mas, penetrando um pouco em seus universos, é possível perceber que estão marcados por diferenças desde a sua origem, que se reproduzem na sociedade de acolhimento. Josué relembra um ensinamento do seu pai – os que se parecem se juntam – para justificar o seu pouco interesse em frequentar os pontos de encontros dos haitianos em São Paulo.

Prosmano Ferdinand também diz que muitos haitianos “não têm em mente um desenvolvimento”, como ele, afirmando que os “que chegam, precisam de dinheiro para mandar para família, porque muitos têm mulher e filhos. Então não precisam de amigos, não precisam de relacionamentos, só trabalham, chegam em casa, dormem e depois voltam para trabalhar, nada mais”. Prosmano afirma ainda que muitos haitianos vivem solitários e os que conseguem manter algum relacionamento são os que estão fazendo faculdade, pois, segundo ele, esses “tem um nível educacional melhor e ficam junto com os outros para fazer uma coisa boa”. Percebe-se nessas narrativas o estabelecimento de um diferencial pautado nos interesses, mas também no tipo de trabalho exercido e no nível educacional.

Essa conduta se aproxima do verificado por Handerson (2015) em sua pesquisa de campo na Tríplice Fronteira norte e na cidade de Manaus, na qual ele destaca as distinções entre o grupo de haitianos presente nesses locais, através dos termos *kongo* e *vyewo*. Enquanto o primeiro remete aos recém-chegados, o segundo refere-se aos veteranos, por ordem de antiguidade no local. Essas são formas de expressar diferenças hierárquicas que, “de alguma maneira, reproduzem as desigualdades sociais do Haiti” (HANDERSON, 2015, p. 99), pois também são categorias utilizadas lá, de forma classificatória e hierárquica do ponto de vista sociocultural, que diferencia os provenientes do campo e da cidade, os que têm estudos dos que não têm, tendendo a produzir formas de marginalizações. (HANDERSON, 2015).

As distinções entre *kongo* e *vyewo* têm suas raízes no contexto histórico do Haiti. A história do país, desde a independência, está marcada pelo dualismo *vil* (cidade) e *andeyò* (campo), *nèg vil* (negro da cidade) e *nèg mòn* (negro do

⁹⁷ É comum nesses lugares avisos nas paredes com informações, como alguém indicando que irá viajar para o Haiti e aceita levar encomendas, mediante pagamento.

campo). Por isso, *kongo* e *vyewo* são termos intraduzíveis, eles expressam uma forma “tipicamente haitiana” de conceituar as relações de poder e de interdependência entre *vil* e *peyi andeyò* (literalmente seria país do campo, do interior). (HANDERSON, 2015, p. 103)

Assim, fica claro a heterogeneidade dos sujeitos da imigração haitiana, marcada pela sua origem e as suas formas de se relacionarem. Como Prosmanno diz, existem os imigrantes haitianos que estão aqui, exclusivamente, para o trabalho e os que estudam e podem se juntar a outros “para fazer uma coisa boa”. Para ele, os que estudam estão numa situação superior, como também vê a si mesmo.

A frase de Josué, “os que se parecem se juntam”, também revela uma ideia de agrupamento e rede. Em sua chegada ao Brasil, Josué logo se juntou àqueles que, como ele, tinham dinheiro para pagar a hospedagem no período de permanência no Acre. O seu segundo agrupamento foi forçado, sendo colocado numa casa por sua empregadora com outros haitianos que acabara de conhecer. E, por último, volta a agrupar-se com os seus, indo viver com os primos a pedido do seu pai. “[...] afinal somos família e se um tem problema o outro pode ajudar”, diz ele, demonstrando a importância dos laços familiares, também no processo migratório.

As redes de solidariedade vão além dos laços familiares e, também, se dão por outras aproximações, como a cidade de origem, por exemplo. Há alguns meses recebi a ligação de um conhecido haitiano que mora no Paraná, solicitando a minha ajuda para três rapazes haitianos que haviam chegado à São Paulo, vindos direto do Haiti, e estavam com problemas para chegar na cidade mineira de Rondonópolis, onde teriam acolhimento junto a parentes. Eles não se conheciam, mas eram da mesma cidade e saíram do Haiti com um contato de alguém que pudesse ampará-los.

Essas redes de solidariedade são notadas em diversos momentos na dinâmica da mobilidade. A primeira preocupação de onde se alojar, tornava-se mais amena quando o recém-chegado tinha algum conhecido ou parente que pudesse acolhê-lo, mesmo que em condições precárias. Geneviève conta que quando chegou ao Brasil ligou para um amigo que lhe deu o contato de outro haitiano que vivia aqui e ele a recebeu: “Ele morava em um pequeno quarto no centro com mais cinco homens. Eu fiquei um mês dormindo com eles, eu era a única mulher.” Ela afirma que seus “irmãos haitianos foram muito solidários” e a convivência com eles a fazem se sentir em casa.

Quando não havia essa opção e nem dinheiro para pagar acomodação, contava-se, principalmente, com a acolhida da sociedade civil. Em Tabatinga, muitos haitianos já chegavam

com a informação da existência da “Casa do Padre”, que era alugada com doações, através da Pastoral do Migrante (HANDERSON, 2015).

Já em São Paulo coube à Missão Paz acolher e oferecer as primeiras ferramentas de integração à cidade e à sociedade brasileira. Além da Casa do Migrante que, segundo o Padre Paolo, acolhe 110 pessoas por dia, a Missão Paz conta com o Centro Pastoral e mediação do imigrante, que oferece serviços, como: aula de língua portuguesa, ajuda com a regulamentação de documentos, encaminhamento para cursos e empregos, atendimento médico, psicológico e jurídico, entre outros.

A Missão Paz tornou-se também um lugar de encontro para os haitianos e uma referência como mediadora nas atuações culturais e luta por ampliação de direitos dos migrantes, tendo participação ativa na gestão de toda a problemática da chegada dos haitianos ao Brasil, como também na elaboração de políticas públicas e aprovação da lei de migração da cidade de São Paulo, em 2016.

Rossert Mervelus descreve o que esse espaço significa para ele, como local de encontro com o que lhe é familiar.

Eu gosto de ir no Centro, na Rua Glicério, principalmente lá na igreja [Missão Paz] porque lá encontro pessoas que conheço. Conversamos, descarregamos um pouco da vida, porque tantas coisas estão passando na cabeça e encontrar uma pessoa que você conhece é ótimo porque a gente conversa, conversa, conversa e aí você se sente um pouco mais feliz.

Além da partilha do cotidiano, na Missão Paz os haitianos se reúnem para comemorações importantes como a Festa da Bandeira Haitiana, a cada 18 de maio. Ou ainda, para encontrarem parceiros e ajuda em atividades culturais. “O Padre Paolo me ajudou, me deu um espaço e começamos a fazer os ensaios da banda”, conta Louis Charles, que em 2014 fundou a banda *Satelite Musique*, que toca música haitiana e anima muitos eventos culturais e, também, já se apresentou em bares da região central de São Paulo. “Nós acompanhamos três grupos de música, que nasceram aqui, depois se tornaram independentes. Três grupos de teatro que passaram um tempo aqui conhecendo os imigrantes haitianos e montaram peças. A peça que eu mais gostei foi ‘Cidade Vodú’⁹⁸... foi show, linda mesmo”, diz o Padre Paolo.

⁹⁸ Peça de teatro idealizada pela companhia de teatro Narradores, que aborda temas como: imigração haitiana, ocupação militar no Haiti, narrativas da revolução, entre outros. O elenco foi formado por alguns haitianos.

As atividades oferecidas, como aulas de português, palestras e encaminhamento a serviços educacionais, colaboram com a integração do haitiano à cidade, tão repleta de culturas e diferenças sociais que é São Paulo.

Entendendo integração como “processo não linear e de longo prazo, que abarca temporalidades e espacialidades distintas” (BORBA; MOREIRA, 2016, p. 455), sabemos que esse é apenas um pequeno passo, diante de um desafio tão amplo, complexo, diverso e dialético que é a integração de um novo grupo, sendo ele também diverso, numa nova sociedade que carrega tantas peculiaridades, contradições e diferenças.

Outro ponto de integração é a religião. Assim como Josué, a maioria dos entrevistados é evangélica e, além de frequentar as igrejas já existentes no Brasil, algumas instituições dirigidas por haitianos têm surgido, onde é possível vivenciar a fé na sua língua materna, afinal, a integração não “exige um distanciamento total e uma ruptura por completo de sua cultura original, diferindo, portanto, da perspectiva assimilacionista, a qual supõe aculturação” (BORBA; MOREIRA, 2016, p. 455). A religião teve um papel muito importante na integração de Josué à sociedade brasileira. Morando numa região que a presença haitiana ainda não é forte e, se sentindo distante da maioria dos seus compatriotas por seus ideais e condição de vida, Josué encontrou na igreja uma aproximação com o povo brasileiro, alcançando aí acolhimento e uma nova “família”⁹⁹. Josué se tornou pastor em outubro de 2017.

Josué percebe dificuldades na situação de vida dos seus conterrâneos no Brasil e tem o desejo de ajudá-los. Para ele, “o choque cultural é muito grande”, por isso pensa em criar um projeto de aculturação dos haitianos no Brasil, como forma de integrá-los. Fedo Bacourt acredita que a ajuda precisa ser mais efetiva na defesa dos direitos e no enfrentamento às dificuldades com a língua, documentação, profissão, moradia, etc. Por isso, fez parte da fundação da USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos, uma das associações existentes em São Paulo.

Eu sempre andava lá no Glicério e via a situação dos imigrantes haitianos. Eu ouvi deles de como foi ruim no Acre. Então eu, com outros amigos, decidi criar uma associação para acompanhar os imigrantes, especialmente os haitianos. Como eu posso dizer, correr atrás para aprender a língua portuguesa e poder falar com as entidades brasileiras.

⁹⁹ Josué mora num quarto na dependência da casa de uma senhora que conheceu na Igreja e que o acolheu, junto com os seus primos, que já não moram mais em São Paulo.

Assim como Fedo, outros haitianos tiveram iniciativa de se organizar em associações. Padre Paolo afirma que nota uma fragilidade na organização dos haitianos, pois apresentam dificuldade de criar um organismo único na cidade. Cada um quer criar sua própria associação em vez de fortalecer uma já existente. Isso enfraquece as ações. Padre Paolo adverte que esse “pode ser um elemento cultural que a gente não consegue interpretar, mas se apresentou como uma certa dificuldade para reivindicações, porque às vezes havia competição entre um grupo e outro e isso, com certeza, enfraqueceu as reivindicações”. Num sentido mais dos negócios, Prosmano Ferdinand, aponta como uma característica do povo haitiano não gostar de fazer as coisas em grupo. Ele diz:

Os haitianos não gostam de fazer negócios juntos, porque eles são únicos, um povo único que não acredita em fazer coisas em grupo. Se você chegar lá no meu país você vê que tem uma mercadoria aqui, outra mercadoria ali, pequenos mercados, por que não fazer um grande mercado? Porque não colocar o dinheiro junto para fazer? Não, eles não gostam. [...] Um ajuda o outro aqui, mas poucos fazem negócios juntos.

De qualquer forma, é perceptível que os haitianos vêm, em suas individualidades, se integrando, se ajustando e se adaptando à sociedade brasileira, trazendo elementos culturais e sociais. E, assim, se desenvolvendo dentro de um processo de deslocamento forçado, por vezes, transitório, descobrindo e atuando no ser haitiano no Brasil.

Festa da Bandeira Haitiana na Missão Paz – Maio/2015 – São Paulo
(Créditos da própria pesquisadora)

Festa da Bandeira Haitiana na Missão Paz – Maio/2015 – São Paulo
(Créditos da própria pesquisadora)

Tenda de comida haitiana no Fórum Social Mundial das Migrações – Julho/2016 – São Paulo
(Créditos da própria pesquisadora)

Seminário "Fronteiras em movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido - os Haitianos em São Paulo
– Promovido pelo Diversitas-FFLCH-USP - Junho/2016 – São Paulo
(Créditos da própria pesquisadora)

Joel Aurilien em cena do Espetáculo Teatral “Cidade Vodú” do Teatro de Narradores – Vila Itororó – São Paulo – Maio/2016

(Créditos da própria pesquisadora)

Apresentação de músicos haitianos em evento cultural – São Paulo-SP, maio/2015

(Créditos da própria pesquisadora)

Aulas de português com alunas haitianas no CEU Campo Limpo – São Paulo-SP, setembro/2017 (Arquivo pessoal)

4. SER HAITIANO NO BRASIL

Marie Rose-Laure Jeanty

Nós éramos em seis, agora somos cinco

É um prazer falar sobre a imigração haitiana para o Brasil e poder ajudar com as minhas experiências. Meu nome é Laure, tenho 25 anos, sou da região de Porto Príncipe, Haiti. Nasci num lugar chamado Delmas. Posso dizer que não tive muitas dificuldades na minha infância, porque os meus pais sempre trabalharam. No Haiti, os pais sempre trabalham para poder colocar seus filhos na escola, eles têm isso como costume, é uma coisa que eu acho bem diferente daqui.

A minha mãe sempre me dizia: “Filha, sempre corra atrás do que você quiser, do seu sonho. Seja você mesma, não finja ser outra pessoa, seja você”. Isso hoje está me ajudando muito. Isso me deu forças para ter uma personalidade forte também em relação à história do meu país.

Não foi uma infância tão gostosa, porém, aprendi muitas coisas com a minha família, principalmente com minha mãe, que é uma batalhadora. Eu gosto muito dela, ela é meu exemplo.

Depois do terremoto fui para a República Dominicana estudar Medicina. Perdi um irmão no terremoto, ele era padre. No Haiti, quando se é padre, há mais oportunidades e a sua família tem uma estabilidade econômica. Tudo que a minha mãe tinha, dava para ele seguir a vocação. Na tragédia, que destruiu uma parte do país, perdi esse irmão. Foi uma grande perda. Minha mãe não se conforma até hoje. Ele estava no seminário, dentro da catedral que ficava no centro da cidade de Porto Príncipe. Não encontramos o corpo dele. É muito triste. Eu sempre me pergunto: será que isso é verdade? Uma tragédia passou e levou uma pessoa tão querida para nós. Ele era o primeiro filho da família.

Nós éramos em seis, agora somos cinco. Eu sou a menina mais velha. Nós tínhamos o carinho dele, que gostava muito de mim e sempre apoiava no que eu queria fazer. Por exemplo,

um sonho que eu tenho até hoje é fazer *ballet* clássico, é um sonho que ele ia me ajudar a realizar. Mas é uma coisa que eu vou fazer, é difícil, mas vou fazer, faz parte dos meus planos. Tenho duas irmãs e um irmão que vieram para o Brasil em 2010, logo depois do terremoto, e me convidaram para vir também. Cheguei aqui em 2013.

Falar do terremoto... até hoje é algo muito difícil para mim... Não me conformo! É muito duro falar do que aconteceu.

Naquele dia eu estava na minha casa, tinha programado de sair com uma amiga às 16 horas. Gosto de assistir às novelas e sempre assistíamos em grupo porque sozinha não tem graça. De repente, senti uma coisa vibrando. Eu nunca tinha presenciado um terremoto, a sensação era que estava passando um trator. Porque eu pensei que era um trator? A minha mãe tem um apartamento e a gente morava no terceiro andar. Esse apartamento ficava bem na avenida e a prefeitura queria tirar alguns centímetros da casa. Tinham avisado para todo mundo que iam fazer isso, inclusive, medido a parte que iam tirar. Ninguém aceitou quebrar uma parte da sua casa, mas falaram que se os donos das casas não fizessem, eles mesmos iriam fazer. Então, pensei que invadiram a casa com o trator para tirar um pedaço da casa.

O tremor começou a ficar mais forte. Eu saí, todo mundo saiu. Tentei entrar de volta na minha casa mas, ao ver as coisas caindo, voltei. A minha intenção era entrar, subir e olhar lá de cima o que estava acontecendo, mas voltei correndo com medo das pedras caírem na minha cabeça. Mesmo assim, fracturei meu pé, mas foi bem leve – ao ver tantas pessoas com o pé quebrado, o meu não era nada. Só eu e o meu irmão estávamos próximos à nossa casa, ele estava jogando bola perto. Quando saí, não conseguia ver as pessoas de tanta poeira. Falei: “Mas o que é isso!” Eu não entendia. Vi umas meninas que moravam em frente da minha casa e perguntei: “O que está acontecendo?”. “É terremoto, Laure, é terremoto”. Eu falei: “Meu pai!” Achei que aquilo estava acontecendo no país inteiro. Aí veio a preocupação: “Onde que está minha mãe?”. Ela tinha saído para entregar uma coisa para uma amiga que ia viajar para Holanda e ia levar para o meu irmão que morava lá. Ela tinha pedido para o meu irmão que era padre com ela. Mas ele falou que não podia porque iria para o seminário.

Foi tudo muito rápido. A cada hora sentíamos novos tremores. O meu irmão caçula e eu ficamos juntos. Muita gente espalhada na rua, quase ninguém estava dentro de casa. Não me preocupei com o meu irmão mais velho porque imaginei que ele estava num lugar seguro. Ele era a última pessoa com quem eu deveria me preocupar. Depois de umas três horas a minha mãe chegou com minha irmã. O meu irmão mais velho era muito atencioso com a família e não

chegava para ver como a gente estava. Não tinha como ele não saber o que estava acontecendo e pensei que viria buscar a gente. Todo mundo estava procurando seus familiares. A minha mãe chegou e ele não chegou. Foi escurecendo e ele não chegou, não chegou. Isso não me preocupou, mas a minha mãe falava: “Onde está o meu filho!?”. A minha mãe ficou quase louca, com toda a razão.

Nunca acharam o corpo dele.

Tinha um abrigo que ficava longe de casa, acho que a uma hora andando a pé. Mesmo que tivesse carro, ninguém ia conseguir chegar. Fomos para esse abrigo. Peguei uma toalha e amarrei no pé, porque uma pedra furou a minha sandália. Nossa!!! Ao sair na rua onde eu morava, vi uma destruição total! Algumas partes da nossa casa caíram, mas eu só vi isso depois, a frente da casa ficou normal.

Quando cheguei numa esquina, tinha uma boate que caiu, não sobrou nada. Dizem que tinha gente lá dentro e todos morreram. Ver pessoas na rua, no chão, nossa, não dava para acreditar! Nunca tinha visto essas coisas nem em filme de terror. Vendo e presenciando aquilo tudo foi um choque!

Andamos, a minha mãe chorando, chorando. Por que o meu irmão não vinha buscar a gente? Ele se preocupava muito conosco. Ficamos imaginando o que tinha acontecido com ele. Chegamos no abrigo e ficamos um pouco. O telefone não funcionou por algumas horas, não tinha sinal. Pensei na minha amiga que ia encontrar comigo, mas graças a Deus ela conseguiu me mandar mensagem dizendo que estava bem. Agora era só esperar notícias do meu irmão. O meu irmão caçula e minhas irmãs foram até a igreja em busca de notícias dele. Não fui porque meu pé estava machucado, fiquei com minha mãe no abrigo.

Eles foram a pé porque só foi possível usar carro, se não me engano, no terceiro ou quarto dia depois do terremoto. Primeiro passaram na pensão onde ele ficava e as pessoas que estavam na rua disseram que ele não tinha voltado. Depois, foram até a igreja e viram que ela já não existia mais. Perguntaram para as pessoas que estava lá perto o que tinha acontecido, disseram que tinham mais ou menos 30 pessoas dentro do seminário, o carro estava na garagem e quando foi sair, vieram os tremores e afundou junto com tudo o que estava em volta. Essa é a versão que temos até hoje.

Nunca acharam o corpo dele. As pessoas falaram que veio ajuda, que alguns bombeiros chegaram de helicópteros para levar as pessoas que estavam em estado grave à hospitais fora do país. Tínhamos a esperança de que ele fosse uma dessas pessoas que foram levadas. O meu irmão que estava na Holanda voltou, viajou para Cuba e República Dominicana para ver se o encontrava, porque muitas pessoas foram levadas para esses dois lugares. A nossa luta é contínua.

Voltamos para nossa casa depois de alguns dias. Algumas paredes estavam caídas. Pessoas entraram e roubaram coisas. Mas a minha mãe não quis ficar mais em Porto Príncipe, ela voltou para sua terra natal, Sodo, no centro oeste. O meu pai ficava nessa casa em Sodo e a minha mãe ficava em Porto Príncipe. Sodo é um lugar bem simbólico para o vodu. Todo ano tem uma festa que começa dia 17 de junho e vai até o final do mês. É uma festa muito tradicional, as pessoas que são voduístas vão para lá. Temos uma casa com quintal e alugamos nesse período para as pessoas que não são dali. Muitos franceses, americanos e pessoas de outros países vão para Sodo participar da festa. Antigamente a minha mãe praticava o vodu.

Bom, minha mãe foi para Sodo. Algumas pessoas da nossa família diziam: “Tem que fazer uma ‘macumba’ para ver se ele está vivo”. A minha mãe não quis, porque ela se converteu para não mexer mais com essas coisas. Quem aceitou isso foi o meu pai, mas a minha mãe não. No ritual que fizeram disseram que ele estava vivo. Falsa esperança. Falaram para gente ir em tal lugar para procurá-lo, hospitais, mas até hoje não encontramos nem o corpo.

Foi a primeira vez, desde que nasci, que uma pessoa próxima morreu. É muito difícil de lidar, uma coisa que não aceito. Eu nunca tinha pensado que uma coisa dessas podia acontecer. Por tudo que já aconteceu no Haiti. Quando tem eleição, é sempre uma guerra e sempre agradeço a Deus porque cuida da nossa família. Pessoas são baleadas, mas nunca uma pessoa próxima a mim, morreu. Não tenho os meus avós maternos e paternos, quando eles morreram, eu não tinha nascido ainda. É muito difícil para mim lidar com essa condição, é muito complicado!

Não fui para Sodo, fiquei no abrigo. Até hoje gosto de ir para Sodo, mas ir e voltar, não morar. Então, eu fui ver a minha mãe e voltei para Porto Príncipe. Para minha mãe foi um momento de desespero mesmo, até hoje ela não se conforma.

Muitos corpos foram tirados dos escombros e enterrados em valas comuns. Aí fica difícil, porque enterraram sem identificação. Sem ver o corpo fica sempre a dúvida: será que ele morreu mesmo?

No abrigo ficamos minha irmã e eu. Íamos aos cultos na igreja. Eu frequento muito a Igreja Batista. Naquele momento, eu achava que a minha mãe precisava que a gente orasse por ela, porque ela não estava em condições.

Fiquei no abrigo, mas depois fui para *Thomassin*, para a casa de uma amiga, um lugar que fica próximo a Porto Príncipe também. É um lugar muito frio. Não voltei para minha casa, pois as paredes da parte de cima caíram, só ia de vez em quando para pegar algumas coisas. Nós alugávamos o térreo para uma *bollet*, uma lotérica; o segundo piso para outras pessoas e morávamos no terceiro. Fiquei uns quatro meses nesse vai e volta: abrigo, *Sodo* e *Thomassin*, não fiquei num lugar só.

Os dias em que fiquei no abrigo, dormia lá. Quando chovia, nossa! Mas faz parte da minha realidade, tenho que ter coragem de contar. Procuro não falar muito disso. Lembro que tinham tendas para as pessoas se abrigarem mas quando chovia, a água subia e a gente dormia sobre a água.

Vir para o Brasil não estava nos meus planos.

Depois do terremoto fui para a República Dominicana. No Haiti nada estava funcionando, demorou a tudo voltar ao normal. Chegando na República Dominicana fiz um curso de espanhol, perto da universidade. A universidade se chama UTESA - Universidade de Tecnológica de Santiago e era paga. Estudei num Campus do interior, essa universidade também tinha na capital, só que é bem perigoso, tem muito ladrão. E também tinha o filho de uma amiga da minha mãe que estava fazendo Enfermagem lá. Fui morar no apartamento com ele e mais uma prima dele. Depois eu saí e morei perto deles. Fiquei dois anos na República Dominicana, iniciei o curso de Medicina, mas não tive tempo de trancar a faculdade.

Vir para o Brasil não estava nos meus planos. Mas sempre tive um carinho pelos brasileiros, por causa do futebol. Nós assistíamos jogos de futebol lá no Haiti e muitos haitianos gostam dos brasileiros. Quando tem jogo, uma parte torce para o Brasil e a outra para Argentina. Fiquei conhecendo o Brasil pouco a pouco, pesquisando um pouco mais, mas não tinha uma relação diplomática antes de 2010. O Brasil entrou com suas tropas no Haiti em 2004, sabíamos que o Brasil estava no comando da MINUSTAH, mas mesmo assim o povo haitiano sempre gostou dos brasileiros.

Depois do terremoto veio essa questão de o governo brasileiro acolher alguns haitianos. Os meus irmãos vieram para o Brasil em novembro de 2010. Mas, naquele momento, eu me planejei para ir a outro lugar, porque eu queria estudar e achei que não teria possibilidade para isso aqui. Então, meus três irmãos vieram para cá e eu e o caçula ficamos no Haiti. Quando foi possível, fui para a República Dominicana.

Na verdade, não era para os meus irmãos virem para cá, eles pagaram um coioote para levá-los para a França, só que no caminho a pessoa os deixou no Equador. Lá encontraram algumas pessoas que estavam vindo para o Brasil e seguiram esse caminho. O dinheiro que eles deram para ir à França, perderam.

Quando, em 2013, meus irmãos que estavam aqui me convidaram para vir, eu falei: “Mas será que eu vou poder estudar?”. Eles falaram que sim. Mas só que eles não pegaram informações suficientes antes de eu vir para saber se eu ia poder continuar o curso ou não. Se eu soubesse que eu não ia conseguir estudar, eu não viria.

Cheguei aqui em fevereiro de 2013. Cheguei por terra, peguei um avião da República Dominicana até o Equador, fiquei uns dias lá e depois peguei o ônibus para o Brasil. Não me lembro quantos dias de viagem, mas me lembro que foi um pouco tensa, porque eu não era acostumada a passar tantos dias num ônibus, foi uma experiência nova para mim. Era para eu vir com o meu cunhado, mas deu alguma coisa errada com a passagem dele, então, tive que vir sozinha. Mas tinham outros haitianos, que eu não conhecia e que também estavam vindo para cá. Entrei pelo Acre. Passei alguns dias lá e depois vim para São Paulo. Para chegar, se não me engano, foram dois dias de ônibus. Desembarquei na Barra Funda e os meus irmãos vieram me buscar, eles moravam em Guaianazes.

O acolhimento do governo brasileiro foi logo depois do terremoto e vieram muitas pessoas. A maioria não conseguiu o visto porque custava muito caro e era difícil obter, já que só foi liberada uma pequena quantidade de vistos para os haitianos. Alguns conseguiam vir através de coiootes, então, entravam pelo Acre mesmo para poder chegar.

No Acre tinha um abrigo e lá algumas pessoas ajudavam os haitianos que estavam chegando, nos auxiliavam para tirar os documentos. Por exemplo, o protocolo, a carteira de trabalho e o CPF eu tirei lá. Antes o protocolo era válido por seis meses, agora é um ano. Tem que ficar indo na Polícia Federal e renovando esse protocolo até sair o RNE, que é o Registro Nacional dos Estrangeiros. É muito difícil para conseguir o RNE e é por isso que muitos

haitianos foram abusados. As pessoas estavam se aproveitando disso também, sem documentação fica difícil ter acesso a todas as coisas como cidadão.

O maior desafio para mim foi a língua. Só que como eu estudava na República Dominicana e falo espanhol, facilitou um pouquinho, mas tem palavras que são completamente diferentes.

O reencontro com os meus irmãos foi muito bom, ficamos três anos longe. Agora estou sentindo muita saudade da minha mãe, mas o reencontro com meus irmãos foi uma emoção muito grande, uma emoção bem forte mesmo.

‘...quando você está num caminho segue em frente, não volta para trás’

Quando cheguei, pensei que ia gostar muito daqui, porque eu estava me sentindo muito bem na República Dominicana. Não é porque eu estava tendo uma boa vida, mas porque eu estava estudando, qualquer lugar que eu estou estudando eu passo a amar. Existem dificuldades sim, mas tenho uma prioridade, mesmo que estivesse passando fome estava bom, porque o estudo é suficiente.

A primeira coisa que fiz foi procurar um curso de português, como fiz quando saí do Haiti para a República Dominicana, em que fui a um instituto estudar o espanhol. Passei seis meses aprendendo o espanhol perto da faculdade e depois fiz o vestibular, passei e entrei na faculdade. Eu pensei que aqui seria assim também. Cheguei determinada: fazer o curso para aprender a língua e depois entrar na faculdade. Pensei que seria como na República Dominicana, mas, infelizmente, foi bem diferente porque tive dificuldade de encontrar algum lugar que oferecesse o curso de português. Encontrei curso de francês, de inglês, de outras línguas, mas da língua portuguesa foi bem difícil. Tinha só na igreja, na Missão da Paz, que era um curso bem básico. Eu já falava algumas coisas e lá eles ensinavam coisas do tipo cumprimentos, não era o que eu estava precisando, eu precisava aprender os verbos, a base fundamental da gramática para prestar o vestibular ou o Enem.

Fiz o curso na Missão Paz mesmo, aprendi as coisas básicas e foi bom para aprender coisas diferentes que eu não sabia. Fiquei só alguns dias porque também não era um curso regular, eu queria fazer exame, ver nota, mas não tinha isso. Eu queria mais, mas eu não estava conseguindo encontrar e, quando achava, era muito caro. Agora muitas escolas estão

oferecendo curso de português para refugiados, se tivesse isso antes, nossa, teria sido muito bom para mim.

Depois, consegui um trabalho no Brás. Eu fiquei seis meses trabalhando lá. Na verdade, eu aceitei porque não queria passar muito tempo sem fazer nada, como não estava conseguindo fazer o curso, falei: “Então tá, vou trabalhar”. Trabalhava de ajudante numa loja, colocando etiquetas nas roupas. Enfim, era uma coisa bem prática. Até que eu gostava desse trabalho, mas não era isso que queria, eu não tinha vindo para isso. Aí, saí e em outubro voltei para o Haiti.

A minha mãe pegou no meu pé. Ela tinha mandado dinheiro para eu fazer faculdade aqui, só que usei esse dinheiro para tentar ir para outro lugar, mas não deu certo também. Ela falou: “Você não vai voltar pra cá, você sabe que não é bom você voltar porque vai ser muito difícil para você estudar”. Eu queria que ela estivesse de acordo de eu voltar para a República Dominicana, mas ela falou: “Você já saiu e também eu não vou ter condição, é melhor você voltar para o Brasil. Nunca volta para trás, quando você está num caminho segue em frente, não volta para trás”. Eu falei: “Então, ou eu fico no Brasil para estudar ou eu vou para outro lugar estudar, mas voltar para o Haiti ou para a República Dominicana eu não volto”. Porque eu sempre quis estudar Medicina num país que tem mais estrutura, pois toda vez que vejo as informações de um país bem estruturado, o curso é melhor. Então, voltei para cá, não era o que eu queria, mas minha mãe falou e eu voltei. Fiquei no Haiti dois meses e voltei em dezembro de 2013.

A volta foi de avião. Mas como eu ainda não tinha o RNE, só tinha o protocolo, não queriam me deixar entrar de volta quando cheguei no aeroporto de Guarulhos. Antes de viajar, fui na Polícia Federal para pegar uma declaração, só que eu tinha que pegar uma no CONARE também e eu não peguei.

Quando cheguei na imigração, apresentei a declaração da Polícia Federal e eles falaram: “Falta a declaração do CONARE”. Eu falei: “Mas eu não sabia”. Fiquei duas horas e meia esperando para me deixarem entrar. O responsável falou: “Moça, da próxima vez você não vai passar”. Eu falei: “Tudo bem, eu não sabia”. Falei que já tinha morado aqui, que não era a primeira vez que estava aqui, mas que eu não sabia que não podia viajar sem essa declaração. Então ele me deixou passar.

Eu tinha comprado a passagem de um voo saindo da República Dominicana, porque do Haiti para o Brasil estava muito caro. Lá também não queriam que eu passasse porque eu não tinha o visto, mas como eu tinha o crachá da universidade de quando eu estudei lá, me deixaram

seguir. Eu apresentei o crachá da universidade e o responsável do aeroporto veio falar comigo: “Ah, ela é estudante, deixa ela passar”. Quando vim pela primeira vez para o Brasil, me apresentei como refugiada. Hoje os haitianos não são mais atendidos como refugiados, somos imigrantes. Entramos com um pedido no Senado dizendo que os haitianos não queriam entrar como refugiado. Depois eles mudaram as coisas, liberaram muitos documentos de uma só vez, mas ainda tem 7.000 que o CONARE não publicou.

...fui trabalhar porque não dava para estudar

Quando voltei, vim com um objetivo, estava pensando com mais maturidade. A minha mãe tinha mandado 4.000 dólares para eu pagar a universidade, só que eu preferi trabalhar. Não tinha como estudar Medicina e trabalhar porque seria difícil conseguir um trabalho das 9 às 14hs. Aí falei: “Nossa, vai ser muito difícil, ou eu estudo ou eu trabalho”.

Sem o RNE eu não estava conseguindo fazer nada. Fui no SENAI para tentar fazer um curso, eu queria fazer administração e o meu irmão estava disposto a pagar para mim, porque ele sempre quis me ajudar. Nesse tempo o Brasil me fez perder muita coisa, muita coisa mesmo, porque os meus pais queriam me ajudar, mas a demora para conseguir o RNE foi difícil. Eu estava trabalhando e eles não iam me dar dinheiro, porque quando cheguei, eles estavam dispostos a me bancar, mas se eu estivesse estudando. O meu irmão que estava aqui falou: “Vai procurar algum lugar para você fazer alguma coisa, para não ficar sem fazer nada”. Eu estava ficando muito triste também, porque eu não tinha vindo para trabalhar. Fiz o cadastro pela internet no SENAI, só que quando cheguei lá e apresentei o documento, falaram: “Não! Você tem que ter o registro nacional, moça, a gente só aceita pessoas que tem o registro aqui, quando você tiver, pode voltar”.

Como falei, não era o meu plano vir para cá, eu não ia me perdoar se fosse a minha decisão. Sério! Puxa, vir pra cá se eu não estou conseguindo fazer o que eu precisava fazer?

Bom, fui trabalhar porque não dava para estudar. Arrumei um emprego no Shopping Iguatemi, de balconista num restaurante árabe. Acho que isso foi em maio de 2014. Não me lembro em qual mês, mas em 2015 fui na UNINOVE para fazer Enfermagem. Pensei: “como não está dando certo de fazer Medicina, vou tentar Enfermagem”. Fui lá e a mesma coisa, por causa do registro, não consegui. Esse papel [protocolo] é um papel que eles colocam um

carimbo, a sua foto e pronto. Muitas pessoas nem conhecem esse documento, aí dificulta a sua vida. Foi a pior coisa que podia ter me acontecido nesse momento. Foi uma coisa que era para desistir de todos os sonhos que eu tinha. Aquilo atrasou muito a minha vida, muito, muito! Mesmo se um dia eu for embora, nunca vou esquecer o que eu passei aqui. Pensei: “Então tá, aqui é para trabalhar mesmo, não tem jeito”. Mesmo assim, eu não queria ficar sem estudar nada. Eu fiz alguns cursos técnicos e também fiz informática. Fiz um curso de técnicas administrativas, um curso gratuito de 60 horas, lá na Santa Cecília.

Então, fiquei nessa luta até que encontrei os meninos planejando uma associação dos haitianos e me convidaram para participar. Eu gosto dessas atividades culturais, sociais, então, achei que era uma boa ideia e topei. Também essas dificuldades que eu passei, eu não queria que outras pessoas passassem o mesmo. Aí, falei: “Eu vou lutar para ajudar essas pessoas, já que eu falo um pouco a língua portuguesa, vou me dedicar à associação por enquanto”. Começamos a pensar, planejar e eu deixei o trabalho, porque trabalhava de domingo a domingo, era muito ruim.

...estou representando o meu país, falando um pouco da minha história...

No trabalho eu folgava durante a semana. Eu ficava muito doente nesse trabalho, não porque era pesado, mas porque eu não acostumava. Eu me sentia muito mal trabalhando, mesmo que eu tivesse folga durante a semana, essa folga parece que não valia nada para mim.

O meu sonho de estudar Medicina não desapareceu ainda, é uma coisa que eu vou lutar até que conseguir realizar. Mas fazer Medicina no Brasil vai ser muito difícil. Passei por tantas coisas aqui e penso: deram a possibilidade das pessoas entrarem aqui, muitos haitianos têm formação, deveria ter um programa especial para os imigrantes que querem fazer algum curso ou continuar o curso que estavam fazendo. Infelizmente não tem. Aqui você tem que se sujeitar a fazer algumas coisas que não são da sua área. Isso não é vida.

Muitas pessoas estão passando por coisas ruins, que não estavam acostumados. Mas a vida nos colocou aqui e estamos tentando. Era para eu ter desistido, mas não vou. Vou lutar até que eu consiga fazer esse curso, porque é o que quero.

Agora que tenho o RNE estou pensando muito se vou fazer Medicina aqui, porque é muito complicado para fazer esse curso. Teria que fazer o Enem, o curso é integral, é muito

complicado. Se eu tivesse o RNE antes, com certeza já estaria estudando, porque eu já tinha vindo com essa determinação e nada ia me atrapalhar. Mas agora tenho outros planos.

O diretor de um grupo de teatro foi na Missão Paz procurando imigrantes. Lá ele conheceu o Patrick, que é um cineasta haitiano, e pediu para ele indicar pessoas que queriam participar de um espetáculo chamado Cidade Vodou. Como eu conhecia o Patrick da Associação, ele perguntou se eu topava. Fui em algumas reuniões para conhecer o projeto e topei. Não sou atriz, mas era uma coisa que eu também gostaria de fazer, então, pensei: se está surgindo a oportunidade, tenho que aproveitar.

Tinha quase dez pessoas, fizemos um primeiro espetáculo no Itaú Cultural, como teste. Ele escolheu três pessoas para trabalhar e eu fui uma delas. Tive que aprender a atuar, mas aprendo muito rápido! Como é uma coisa que gosto, falei: “Puxa, eu não tô acreditando no que estou fazendo...”.

O processo foi de outubro de 2015 até início de 2016. Fizemos uma apresentação no Itaú Cultural, ficamos alguns dias de férias em dezembro e no final de janeiro retomamos o trabalho. Estreamos mesmo em março de 2016. Ajudamos na construção do texto, algumas partes são ficção e outras são baseadas nos depoimentos das pessoas. O espetáculo acontece na Vila Itororó, o que representa muita coisa, dá um sentimento. As ruínas da Vila me fazem lembrar do terremoto. Também falar um pouco da nossa história para as pessoas que não conhecem é o máximo. Participar disso não tem preço. Imagina uma coisa que você gosta.

É por isso que ainda estou aqui, porque tenho essas duas atividades, a da associação e o espetáculo, se não fosse isso eu já teria ido embora. É isso que ainda me faz pensar: “fica Laure, fica mais um pouco, talvez você consiga alguma coisa aqui”. Tem outras pessoas que estão me conhecendo e me fazendo convites para atuar em outras peças. É maravilhoso! É muito bom isso, não tem preço mesmo, porque estou representando o meu país, falando um pouco da minha história por meio da arte. É muito bacana!

Tem uma cena que eu faço que é com uma música da Xuxa. É uma cena muito forte que representa a presença da MINUSTAH no Haiti. Eu ouvia falar o que eles fizeram e o que estavam fazendo, mas não tive convivência com eles. Os haitianos mais carentes passaram por momentos muito difíceis com a presença da MINUSTAH, principalmente na *Cite Soleil*, que é uma favela conhecida no Haiti, onde tem muitos bandidos e é o lugar onde eles [MINUSTAH] ficam mais. Eu não frequentava esse lugar, porque é muito perigoso, como aqui que também tem lugares perigosos. Eu só assistia na TV e passava bem rápido. Mas incluindo essa parte na

peça eu posso dizer que me dá aquela sensação de que realmente vivi, mesmo que não seja eu, estou representando, me colocando no lugar daquelas crianças. Foi uma coisa que me deixou muito indignada porque mostrava aquela realidade.

...se você é negra, você não vale nada

São Paulo, eu posso dizer, que é uma cidade muito grande. Acho que a convivência das pessoas com os imigrantes é melhor do que em outros lugares porque é uma cidade já acostumada com os imigrantes. Os imigrantes sofrem menos aqui. Na República Dominicana, por exemplo, é outra coisa, porque lá quando você é estudante, é respeitado. Estou falando de convivência mesmo. Aqui não tem diferença, mesmo que seja estudante, se você é negra, você não vale nada. O racismo é muito grande aqui. Na República Dominicana tem isso também, só que eles têm razão de estar assim com a gente, porque tem uma questão histórica. Mas aqui não, aqui é bem diferente, a convivência com os imigrantes é mais ou menos harmoniosa, porque tem lugares que as pessoas não aceitam imigrantes de jeito nenhum.

Aqui em São Paulo tem muitos imigrantes, não só haitianos, então, as pessoas daqui acostumam, no dia-a-dia, a conviver. Mesmo porque, quase todo mundo que mora aqui é descendente de imigrantes, aí não tem muitos problemas como em outros lugares que não tem muitos imigrantes. Logo depois da saída da presidenta Dilma, haitianos foram agredidos em alguns lugares.

Agora, o que eu não gosto daqui é a temperatura, faz muito frio! A violência tem em todo o lugar, você não escapa. Mas acho que a temperatura daqui é doida! Nunca tinha passado tanto frio na minha vida! Por exemplo, hoje quando estava chegando, estava sentindo frio, quando coloquei a blusa deu calor.

No meu primeiro trabalho a relação com os colegas era muito boa, no segundo foi mais ou menos. No primeiro trabalho, até hoje eu sou grata a essas pessoas, porque lá elas reconheciam e davam valor ao meu trabalho e eu era bem respeitada. Todos os empregados tinham os mesmos direitos, não abusavam de mim por ser estrangeira. Mesmo que eu só tenha passado por dois empregos, sei de pessoas que estão sofrendo por serem maltratadas e é difícil. Toda vez que eu passo lá, parece que eu estou em casa. Fiquei pouco tempo, mas eles gostavam de mim. Quando saí ninguém acreditou, mas eu tinha que sair. Quando voltei do Haiti eles

pediram para eu voltar a trabalhar lá, porque eles gostavam muito do meu trabalho. Não é essa questão de cor, não é essa questão de gostar de você, não tinha isso, era o que você estava oferecendo a eles.

No segundo, como era um restaurante grande, era uma rede, as pessoas eram bem diferentes do outro emprego. Alguns que tinham muito tempo de trabalho tinham que ensinar aos que chegavam e eles se sentiam gerentes da empresa. Eles faziam o que queriam e quando bem entendiam. Era briga o tempo todo. Nossa! Dava dor de cabeça, eu não gostava. Eles faziam o que queriam. Por exemplo, se atrasava o pagamento, eles não trabalhavam. Não, não tá certo!

A empresa estava falindo e o dono veio falar com eles. Como sabiam que não seriam demitidos por causa da situação da empresa, aproveitavam. Eu não gostava de não fazer o meu trabalho.

Alguns colegas tinham interesse em saber do meu país, alguns não aceitavam imigrantes, tinha uns que falavam: “Vai para sua turma”. Sempre vai ter um ou outro que... Mas eu não brigava porque não era necessário, eu não ligava muito, falava comigo se quisesse. Essas pessoas gostavam muito de jogar um contra o outro. Nossa, nem quero falar!

No meu primeiro trabalho era diferente. Eu sou muito prestativa e, quando trabalho, o que tenho que fazer, eu faço. Eles gostavam disso. Eu amava trabalhar lá, amava! Até tinha alguns que falavam: “Pega ela como exemplo, quando ela tá trabalhando, não tá falando nada”.

É aqui que eu convivo com o racismo, mas é aqui também que eu procuro maneiras de lidar com isso

A minha mãe é evangélica e eu também. O vodu é muito forte na história do Haiti, eu não pratico, mas é uma coisa que procuro saber. Porque isso faz parte da minha história. Você não pode fugir disso, não pode colocar uma outra palavra no lugar do vodu, porque isso foi fundamental na história do Haiti. Quando você vê o Haiti, você já vê o vodu. Mas tem pessoas que usam para fazer mal.

Atualmente, moro no Centro, no Anhangabaú, com a minha irmã. O meu sobrinho mora com o pai dele. Não me arrependo de ter vindo para cá. A única coisa que não consegui foi

fazer a minha faculdade, só. Mas, fora isso, estou completando três anos aqui, já aprendi muita coisa e vivi muitas experiências que me fizeram crescer, ver o meu país de outra forma e gostar dele ainda mais. Porque talvez quando você está lá não sabe a importância. Eu não ligava para muita coisa do Haiti.

Essa questão do vodu, eu não gostava. Como eu sou evangélica, não podia participar e mexer com essas coisas, mas quando cheguei aqui, cresci muito. Por isso também que eu queria fazer Medicina, para poder ajudar um pouco lá no Haiti. Eu tenho um projeto de fundar um orfanato. Agora me dá mais vontade, porque eu sei que para o mundo inteiro o Haiti não tem muito valor. Mas muitos sabem o quanto o Haiti é valioso e esses estão explorando, manipulando e fingindo que não há valor.

Acho que tem algumas coisas aqui que me lembram o Haiti. Por exemplo, a comida, tem muita coisa que a gente vê aqui que tem lá, só que, óbvio, a gente faz diferente. Lá na Bahia também, mesmo que dizem que não tem nada a ver, mas tem muito a ver com a nossa cultura. São Paulo me lembra um pouco *Thomassin*, porque lá tem essa temperatura daqui, faz frio. Tem também uma igreja aqui, Internacional da Graça de Deus, que parece a que eu frequentava lá no Haiti.

Eu aprendi a dar valor e a gostar mais do meu país. Isso me faz lutar mais, porque eu sempre ouvia que no exterior o Haiti não é respeitado, e morando em outros países, sinto isso de uma forma real, ouvindo e convivendo com isso. Tenho mais vontade de ajudar o meu país, para ver se mudamos alguma coisa.

É por isso também que aceitei fazer parte dessa associação, porque seria uma oportunidade de concretizar esse sonho que tenho de poder ajudar, de poder mudar e melhorar a imagem do meu país. É por isso que não me arrependo de ter vindo para cá, porque, em relação a isso, cresci bastante. Foi bacana, mesmo que tenha um lado ruim, mas tento aproveitar as coisas boas que estão surgindo no meu caminho.

Sorte? Para mim sorte não existe! Você trabalha para conseguir alguma coisa e, de repente, uma pessoa vê você trabalhando e pode te chamar, mas, sem fazer nada, ninguém vai te chamar. A pessoa tem que saber que você sabe algo em relação àquilo para poder te chamar. Estou na associação e tudo que desenvolvo é uma coisa que já estava lá.

Não estou aqui por acaso. Ao mesmo tempo em que o Brasil me fez mal, o Brasil também me fez bem. É aqui que convivo com o racismo, mas é aqui também que procuro

maneiras de lidar com isso, de poder enfrentar, porque lá no Haiti eu não convivia com o racismo. Lá tem a questão de classe, mas não de cor. A pessoa estar olhando para você com nojo, é um choque! Mas estou aprendendo a lidar com isso. Posso dizer que aprendo nessa situação que estou agora. O Brasil me fez conhecer muitas coisas.

Eu quero voltar para o Haiti, sempre! Se eu tivesse estudando, já teria voltado. Como não consegui ainda vou ficando. Estudar é uma coisa que eu nunca vou desistir, nunca, nunca!

Concordo com a minha mãe: “não pode voltar para trás”. Ela sempre pega no pé para saber se estou estudando. Às vezes, fico sem ligar para ela porque não tenho nada para dizer. Eu amo a minha mãe! Por tantas coisas que ela já fez por mim, tento ver o que posso fazer. É uma pessoa que tento agradar, que quero agradar. Ela não tem vontade de vir para cá porque ela viaja muito para os Estados Unidos. O meu pai está no Haiti também, mas, como falei, ele fica na casa no interior e minha mãe em Porto Príncipe, com uma prima minha. De vez em quando, ele vai lá para vê-la. Se eu tivesse bem aqui, a teria trazido para passear, mas não para ficar.

Ser imigrante, para mim, é ser limitado. Você é limitado, você não tem direito. Como sou imigrante, não tenho espaço em todos os lugares. Então, a palavra que uso para definir o ser imigrante é: limitado. Eu sou limitada aqui, não consigo fazer tudo. Se no meu país tivesse muitas universidades, muitas coisas, eu ia fazer de tudo para entrar na faculdade, não ia ter uma burocracia tão dura. Não tenho a mesma oportunidade que os brasileiros. Estou falando isso pelas minhas experiências, porque tem lugares em que imigrantes têm muitas oportunidades, por exemplo, nos Estados Unidos, onde entrando com visto eles conseguem ter uma vida boa, conseguem estudar e trabalhar. Ruim é conseguir o visto. Minha mãe conseguiu esse visto por que ela tem idade mais avançada, porque concedem vistos para pessoas que eles sabem que não vão ficar. É bem difícil um jovem conseguir visto lá.

.....

Laure é jovem e cheia de vida, planos e sonhos. Quando a ouvimos falar nos eventos promovidos pela União Social dos Imigrantes Haitianos, não é possível imaginar toda a angústia que ela carrega. Ela demorou para aceitar conceder a entrevista, pois sempre tão a vontade para

falar do seu país e das dificuldades e lutas dos haitianos no Brasil, não sabia se conseguiria falar sobre a sua própria trajetória. Depois de um tempo de convivência, ela aceitou e o que tivemos foi um misto de angústia, resiliência e, também, de muita esperança. A entrevista aconteceu em dois momentos, pois falar sobre o terremoto trouxe uma carga emocional muito grande e tivemos que interromper e continuamos em outro dia.

Em seu relato, Laure não apresenta muitos acontecimentos anteriores ao terremoto. De uma família de seis filhos ela destaca a força da mãe e o empenho de seus pais em proporcionar uma boa educação aos filhos. A perda do irmão mais velho no terremoto desestruturou a família. Além da dor da perda, a angústia de não ter o corpo encontrado levou a uma busca incansável, à hospitais nos países vizinhos e até a recorrer aos “poderes mágicos” do vodu. Não poder viver os rituais da morte, tão importantes na cultura haitiana, causa uma angústia e uma descrença diante da perda, que não pode se converter em esperança.

O irmão mais velho era padre e a aposta de segurança para a família também. Segundo Laure, ser padre no Haiti significava uma estabilidade econômica para a família e sua mãe sempre ofereceu o que tinha para que o filho seguisse a sua vocação. Laure, também, esperava a realização de seus sonhos com ajuda do irmão, como fazer *Ballet* clássico. Portanto, a morte dele, além da perda de um ente amado, veio acompanhada de diversas perdas e incertezas.

A família já vivia a realidade da migração. Um dos irmãos de Laure vivia na Holanda e retornou ao Haiti após o terremoto. Mas logo, junto com outras duas irmãs, deixou novamente o país. Pretendiam ir para a França, mas enganados pelo coite que contrataram, lhes restou a alternativa de virem para o Brasil.

Laure só queria estudar e realizar o seu sonho de fazer medicina, iniciado na República Dominicana. Nem os perigos da viagem ou a situação desumana do abrigo no Acre foram tão frustrantes para ela, como o fato de não poder estudar ao chegar. Logo descobriu as dificuldades que o país que lhe deu a “possibilidade” de entrar, lhe oferecia.

Trabalhou, conquistou o visto de permanência, estudou o que foi possível, mas o seu “sonho de estudar Medicina não desapareceu ainda”. A angústia de não poder estudar a acompanha. Mesmo assim, reconhece todo o aprendizado que a sua experiência no Brasil lhe proporciona. Laure é uma das poucas mulheres que encontrei assumindo uma posição de liderança nas atividades culturais e sociais dos haitianos.

4.1. Filha, sempre corra atrás do que você quiser, dos seus sonhos

Embora estudos apontem uma preponderância masculina no fluxo migratório haitiano para o Brasil (COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015), a presença de mulheres é recorrente desde o primeiro grupo que se teve notícia ainda nos primeiros meses de 2010. Em menor número¹⁰⁰, as mulheres haitianas no Brasil ainda são objeto de poucos estudos e permanecem numa certa invisibilidade.

Desde o início da pesquisa, tinha o desejo de entrevistar mulheres, pois percebi a ausência de suas falas em muitos estudos. Se foi difícil a aproximação para entrevista com alguns haitianos, com as mulheres essa dificuldade foi ainda maior. Normalmente, elas pareciam mais desconfiadas e a aproximação se tornava mais difícil. Mesmo depois de algum vínculo estabelecido, muitas não queriam falar de sua trajetória ou não permitiam uma gravação e quando percebiam que eu estava anotando alguma coisa, pediam para não fazer, como foi o caso de Marie.

Conheci Marie em 2015, através da minha irmã que a encontrou em uma rua próximo à sua casa, na zona sul de São Paulo, buscando informações a respeito do posto de saúde. Conversei com ela sobre minha pesquisa e ela aceitou me receber em sua casa. Marie morava em dois cômodos nos fundos de outra casa, como é comum na periferia da cidade. Quase não tinha móveis, suas roupas estavam em uma mala e haviam algumas almofadas onde nos sentamos para conversar algumas vezes. Ela me recebeu com um sorriso um tanto desconfiado, mas logo quis saber sobre a minha experiência no Haiti, me perguntando sobre locais visitados, comidas, o que eu tinha gostado ou se eu iria voltar.

Marie me contou muitas coisas sobre o seu país, falou de história e política, mas não quis falar sobre sua trajetória. Dizia ter medo, pois estava se escondendo. De fato, ela estava sozinha numa região que não tínhamos notícias da presença de haitianos.

¹⁰⁰ No período de 2010 a 2014, foi registrada a entrada de 14.283 homens haitianos, enquanto que as mulheres haitianas somavam 4.425. Fonte: Sistema Nacional de Cadastro de Estrangeiros – Sincere, Polícia Federal - Ministério da Justiça. Projeto MT-Brasil/ICMPD/Gedep-PUC Minas/ Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq-Nepo/Unicamp)

Voltei uma segunda vez na casa de Marie e, de novo, ela só quis me falar sobre o Haiti sem contar nada sobre a sua experiência migratória. Contou que tinha dois filhos, um rapaz de 18 anos e uma moça de 16 anos, que tinham ficado no Haiti. Ela se alegrava em contar detalhes do seu país e de sua vida lá. Certa vez, me telefonou pedindo para que eu a visitasse e, quando cheguei, ela logo se justificou dizendo que gostava de conversar comigo porque eu a aproximava de novo do Haiti e isso a fazia se sentir segura. Era fato: quando ela começava a falar sobre o Haiti, sua expressão adquiria certa leveza.

Depois de algumas conversas, Marie contou um pouco mais de sua história, além de não me permitir gravar, não respondeu algumas perguntas. O medo era visível na sua voz e em seu rosto. Ela tinha 48 anos, morava em Porto Príncipe com o pai e os dois filhos, era auxiliar de enfermagem, mas também, “curava” as pessoas, uma espécie de curandeira, como contou. O marido a abandonou quando os filhos ainda eram pequenos. Seu pai é idoso e doente, então, ela era responsável por sustentar a família. Depois do terremoto não conseguiu mais trabalho, foi para a República Dominicana e, lá, decidiu vir para o Brasil. Mediante empréstimo, conseguiu o dinheiro necessário para contratar uma “agência” que a trouxe ao Brasil. “A viagem foi terrível” é o que se limita a dizer.

Chegou ao Brasil no início de 2014, entrando pelo Acre e de lá veio para São Paulo. Permaneceu no abrigo da Missão Paz por um tempo, depois foi morar com outros haitianos. Estava trabalhando num *Buffet*, mas a enganaram pagando menos dias do que o trabalhado. Foi aí que sofreu ameaça de morte por parte de outro haitiano e fugiu. Disse que estavam tramando para matá-la e o motivo era o empréstimo que tinha feito para a viagem. A pessoa que emprestou o dinheiro queria que ela vendesse a casa que tem no Haiti para pagar a dívida, mas ela disse que era a única coisa que tinha e que não podia deixar os filhos na rua.

Com a ajuda de uma pessoa que conheceu enquanto trabalhou no *Buffet*, conseguiu emprego numa empresa de limpeza, que atua em terminais de ônibus. Vivia muito angustiada e com medo. Se dizia sozinha e não podia confiar em ninguém. Não tendo com quem dividir o aluguel, gastava boa parte do salário e, assim, não sobrava para mandar para os filhos e não via perspectiva de trazê-los para morar com ela. Temia não voltar a vê-los, mas dizia que lutaria muito para tê-los com ela. Gastava somente o necessário para sobreviver, na tentativa de juntar dinheiro e conseguir trazer o filho mais velho e, com os dois trabalhando, trazer a outra filha e lhes proporcionar estudos. Todos os dias, saía em busca de outro trabalho que pudesse trazer alguma renda a mais.

O último contato que tive com Marie foi em maio de 2016, pois saiu da casa onde morava e seu telefone não funcionava mais.

A história de Marie permaneceu em meu pensamento. Não sei das violências que sofreu e mesmo se alcançou o seu objetivo. Mas ela é o retrato de muitas mulheres haitianas, que também apareceram nas entrevistas, embora por outras vozes. As diversas mães que, abandonadas, criaram os seus filhos sozinhas. “Meu pai me abandonou quando nasci, então minha mãe que faz tudo. Minha mãe é pai e mãe”. (Vitor Pharius); “Era só eu e minha mãe. Ela trabalhava muito, fazia comércio, comprava coisas nas outras cidades e vendia nas ruas, chama-se *madan sara*”. (Johanne Latouche).

As *madan sara*¹⁰¹ fazem parte do cenário cotidiano no Haiti, carregando em suas cabeças todos os tipos de mercadorias pelas ruas, tiram daí o sustento e a tentativa de oferecer condições de estudos aos seus filhos. Em minha estada no Haiti, pude observar esse protagonismo da mulher na economia informal que predomina no país. Tanto na capital, quanto nas regiões do interior, as ruas ou as feiras livres são tomadas por mulheres, que se equilibram carregando bacias e cestos na cabeça com seus produtos, ao mesmo tempo em que afagam seus filhos nos braços. Da mesma forma que dominam as ruas, as mulheres também dominam as cozinhas e, numa observação empírica, o espaço social me pareceu reservado aos homens¹⁰².

Para pensarmos essas mulheres migrantes, é preciso pensar primeiro o estágio pré-migratório, ou seja, as relações de gênero e papéis que exercem no país de origem (PERES, 2016). Pois, “é no domicílio em que são criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura socioeconômica e cultural” (PERES, 2016, p. 275).

Como Marie, muitas mulheres haitianas são as responsáveis pelo lar e pelo sustento da família e, também, cabe a elas o poder de decisão. Mas, ao mesmo tempo, numa sociedade sustentada pelo machismo e patriarcado, essas mulheres são percebidas em posição inferior. Assim como, no contexto dos estudos migratórios clássicos, em que as mulheres aparecem em condições de acompanhantes ou agentes da reunião familiar, entendendo-se que primeiros os

¹⁰¹ Comerciantes haitianas que transitam, vendendo e comprando, entre vários mercados em escala regional, nacional e internacional (cf. HANDERSON, 2015)

¹⁰² Isso é notável, também aqui no Brasil. Diversas vezes frequentei dois restaurantes haitianos em São Paulo, um na rua Lavapés e o outro em frente a Igreja Nossa Senhora da Paz. Em ambos, as mulheres estavam na cozinha ou servindo e os homens comendo, bebendo, assistindo ao futebol. Sempre que fui a esses locais, eu era a única mulher que se sentava à mesa, exceto quando alguma outra mulher me acompanhava.

homens migram e depois as mulheres os acompanham, estabelecendo uma invisibilidade da mulher como agente do projeto migratório (PERES, 2016). Vitor Pharius conta que a sua mãe construiu um projeto próprio de migração para os filhos e decidiu que quem deveria migrar primeiro era a filha mais velha.

De nossas quatro colaboradoras, apenas uma migrou acompanhada do marido. As outras três apresentavam projetos próprios e pessoais que as levaram ao deslocamento, apoiadas pela família. Ao contrário do que concluiu Mejía, a partir de pesquisa realizada com mulheres imigrantes haitianas no sul do Brasil, afirmando que

As expectativas com o projeto migratório diferem entre os gêneros. No caso dos homens, visa alcançar formação educacional, independência financeira e autonomia. Já da ótica feminina, busca fugir da pobreza, da falta de oportunidades, mas, sobretudo, oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais membros da família (MEJÍA, 2016, p.3).

Geneviève saiu do país, com o desejo de mudança que a ajudasse a superar a morte do pai. Já Laure e Johane Plancher, mostram que buscaram na migração oportunidade de crescimento pessoal, através dos estudos, ultrapassando assim a ideia da migração como um projeto apenas familiar, quando se refere às mulheres. Assim, constatamos que, embora as diferenças de gênero existam e precisem ser consideradas no âmbito dos estudos migratórios, as mulheres haitianas ocupam lugar semelhante quanto ao projeto migratório. Pois, assim como os homens, trata-se de um projeto que é ao mesmo tempo familiar e individual, diferenciando-se mais de acordo com as condições e papel desempenhado no local de origem do que propriamente ao gênero.

Sem pretender desenvolver aqui uma análise mais profunda da questão de gênero dentro do processo migratório, quero chamar atenção para algumas questões da presença das mulheres nesse fluxo, não como meras acompanhantes, mas agentes do projeto de migração.

Os perigos são maiores para as mulheres desde a viagem, pela vulnerabilidade sexual. Os casos de abusos relatados são constantes, tendo como agentes tanto os coiotes, como outros haitianos, como afirmou Clarens Chery. A presença da mulher num espaço dominado por homens a torna uma vítima em potencial. Como Geneviève relatou que foi acolhida e ficou hospedada em um quarto com diversos homens, outras mulheres viveram essa situação e nem sempre encontraram solidariedade ou souberam lidar com a situação. Johane Plancher conta

que quando chegou em São Paulo, se assustou com a possibilidade de dormir num quarto com os cinco homens que habitavam o local: “eu pensei: ‘Meu Deus, o que eu vou fazer com cinco homens nesse quartinho’”.

Josué apontou a preocupação com as dificuldades enfrentadas pelas moças que chegavam ao Brasil e não tinham um lugar de acolhimento e, que muitas vezes, para terem proteção e abrigo, acabavam vivendo relacionamentos, segundo ele, indesejados. Essa colocação de Josué faz sentido diante da história de uma haitiana que conheci quando visitei uma ocupação, em 2016, coordenada pelo Movimento dos Sem Teto do Centro – MSTC¹⁰³, no centro da cidade de São Paulo, onde moram muitos imigrantes e refugiados. Ela se identificou como Cris e estava grávida de uma menina. Conversamos por algum tempo e a convidei para ceder uma entrevista, ela negou dizendo que só havia tristeza e decepção para contar. Mesmo assim, relatou-me um pouco de sua história.

Cris chegou ao Brasil em 2014, deixando uma filha no Haiti com parentes, para quem precisava mandar dinheiro. Foi morar com outros haitianos, pois ficou um tempo sem emprego e, quando conseguiu trabalho, não ganhava o suficiente para pagar o aluguel sozinha. Não permaneceu por muito tempo nas vagas que ocupou, pois tinha que se submeter a horas de jornada desgastante, como no setor de limpeza e serviços.

Engravidou de um dos rapazes com quem morava, num período em que estava desempregada. Pouco tempo depois, o pai da criança (é assim que ela se refere a ele), ficou desempregado e foi para o sul em busca de trabalho e ela não teve mais notícias dele. Agora, sozinha e grávida, vive da solidariedade dos outros haitianos com quem partilha a moradia. Faz alguns bicos, quando aparece, pois, estando grávida, é mais difícil ter oportunidades. Todo dinheiro que consegue manda para a filha que está no Haiti – e ainda tem esperança de trazê-la ou de conseguir voltar para casa. “Às vezes penso que a minha vida acabou, não tenho saída. Sem trabalho não sou ninguém, não posso nem ir para frente e nem voltar para trás. Agora tenho que esperar”.

Cris espera o nascimento da filha, como espera também a possibilidade de trabalhar e seguir seu projeto inicial. Não parece ver muito futuro na relação com o pai da filha, tendo

¹⁰³ Acesso à moradia é um dos grandes problemas na cidade de São Paulo, devido os altos preços do aluguel, assim, muitos imigrantes e refugiados vivem nas ocupações do centro. Dentro do MSTC existe uma coordenação específica para os estrangeiros, que organiza e articula as lutas por permanência no local. A Missão Paz também atua, acompanhando a vida nas ocupações e mediando acordos e defesa em caso de pedido de reintegração de posse. O cotidiano das ocupações foi retratado no filme da diretora Elaine Caffé, “Era o Hotel Cambrigde”.

como principal preocupação ser ela mesma a provedora de sua família, embora perceba uma condição ruim de salário e de trabalho no Brasil.

Segundo Cotinguiba (2014), em seu estudo sobre a inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho em Porto Velho, as ofertas de trabalho são menos favoráveis para as mulheres e um dos fatores apontado por ele é a questão linguística, “pois majoritariamente falam apenas o crioulo e isso tem dificultado a inserção no mercado de trabalho” (COTINGUIBA & PIMENTEL, 2012, p. 103).

Uma vez que a educação no Haiti não é para todos e tem um custo elevado, as famílias investem mais na educação dos filhos homens. Esse não foi o caso de nenhuma de nossas colaboradoras que, além de terem tido acesso aos estudos no Haiti, já haviam morado em outros países de língua espanhola, República Dominicana e Equador, exceto Johanne Latouche que migrava pela primeira vez, facilitando o entendimento e o aprendizado do português.

Em geral as mulheres haitianas no Brasil trabalham nos serviços domésticos, setores de serviços gerais, em restaurantes e lanchonetes. Segundo Handerson, as mulheres haitianas também passam por dificuldades para reconhecimento de seus diplomas e acabam tendo como opção o trabalho doméstico (HANDERSON, 2015b). Para ele, há ainda um conteúdo racial, por serem mulheres negras, presente nas dificuldades e desafios enfrentados pelas imigrantes haitianas, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho brasileiro.

A instrumentalização da categoria racial deve ser levada em conta, para entender a lógica das relações sociais e de gênero no contexto do trabalho doméstico. Isso não é uma especificidade haitiana, há uma proliferação de mulheres negras brasileiras e de outras nacionalidades na divisão do trabalho, notadamente no setor do serviço doméstico. Isso pode estar associado, também a um tipo de discriminação racial, o fato de alguns serviços terem uma supervalorização de pessoas de determinadas características fenotípicas. O fato de ser negra e desenvolver serviços domésticos podem remeter a algumas características do processo colonial. Nesse sentido, o racismo na atualidade pode retomar ou reproduzir algumas características da escravidão. (HANDERSON, 2015b, p 160)

Assim, além de todos os desafios enfrentados pelo deslocamento, essas mulheres ainda têm que lidar com toda a carga por serem mulheres, negras e haitianas, imposta num sistema

embrenhado pela colonialidade¹⁰⁴ que “opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2010, p.73), tendo, para elas reservadas as piores condições de existência. Tornando o correr atrás dos sonhos mais penoso, como Laure tem experimentado.

Obra do haitiano Pierre Ronel, adquirida em Port-au-Prince em 2013

(Créditos da própria pesquisadora)

¹⁰⁴ Quijano define colonialidade como uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais, estão, além disso, localizadas em outra jurisdição territorial. (cf. QUIJANO, 2010)

4.2. O Haiti não é respeitado

O primeiro imigrante haitiano que entrevistamos foi Josaphat Desbas, indicado por um colega, que forneceu o seu endereço do *Facebook* e passamos a nos comunicar, inicialmente, pela rede social. Apresentei-me como estudante de mestrado, expliquei meu projeto e ele aceitou marcar um encontro para conversarmos pessoalmente. Só depois dessa conversa ele decidiria se aceitaria participar da entrevista.

Nosso encontro foi na Unicamp. Josaphat chegou com um *tablet* na mão e disse que gostaria que eu assistisse a um vídeo antes de iniciarmos a conversa. Tratava-se de uma reportagem, parte de uma série¹⁰⁵ sobre as dificuldades do Haiti, exibida por um noticiário da emissora EPTV Campinas, afiliada da Rede Globo. Já nos primeiros minutos, a matéria jornalística enfatizava a pobreza, a desordem e a violência, afirmando, entre outras coisas, ser impossível viver num lugar como o Haiti. Ao finalizar o vídeo, Josaphat me disse: “É isso que vocês pensam de nós. O que você quer que eu diga, se vocês não nos respeitam como seres humanos?”.

Esse tipo de reportagem, exibida em horário nobre por uma grande emissora, reforça o imaginário da sociedade brasileira sobre o Haiti, que se fundamenta, principalmente, em dois aspectos: o país mais pobre da América – essa é, praticamente, a descrição padrão para a mídia brasileira, estando presente em quase todas as reportagens sobre o Haiti e os haitianos, normalmente já nas primeiras frases; violência extrema – razão para a intervenção militar, apresentada como ‘salvadora’, que proporciona alguma condição de vida para a população.

Esse imaginário reflete diretamente na forma como os haitianos são tratados no Brasil. O pouco conhecimento a respeito desse país caribenho, que teve seu passado legado ao esquecimento, como destacado no primeiro capítulo, e a divulgação perpetuada da pobreza, da violência e de um estado de selvageria, tem pautado o ser haitiano no Brasil.

Eu não sei o que vocês sabem do Haiti, mas uma coisa eu tenho certeza: o que vocês sabem é 90% falso. [...] Em 2012, um jornalista de Campinas que eu não lembro o nome, mas no vídeo tem o nome dele, que foi para o Haiti e

¹⁰⁵ A série foi exibida em 6 episódios, mostrando as dificuldades da população do Haiti.

estava apresentando o trabalho dele. A mulher dele pergunta assim em certo trecho: ‘você que já andou muito pelo Brasil, em termos de comparação, existe algo que possamos comparar entre Brasil e Haiti?’ E a resposta dele foi: ‘olha em termos de comparação não, não existe’. No Brasil a pobreza era mostrada como um espaço de terra. No Haiti, ele usou imagens para retratar a pobreza de um período que eu ainda nem tinha nascido, sendo que ele produziu este vídeo em 2012. Eram imagens do período da ditadura. Eu tenho 26 anos, se eu pego imagens do Brasil 26 anos atrás será que vocês vão ter orgulho de dizer esse é o meu Brasil, comparativamente a hoje? Acredito que não. Nesse mesmo vídeo ele fala que os haitianos desaprenderam a sorrir e aprenderam a matar. Foi aí que eu pensei: esse cara deve ter filho, deve saber que milhões de pessoas vão ter acesso ao que ele está falando e ele não têm nem um pouco de respeito ao Brasil, nem um pouco de humano nele para falar uma coisa dessas. [...] O barro que as pessoas dizem que os haitianos comem para matar a fome, é na realidade uma coisa chamada *Té* que algumas poucas pessoas tem o costume de comer de vez em quando, mas não é exatamente terra. A tradução em português é terra, mas é algo que se assemelha a cor roxa. Eu nunca comi e não sei como se faz. É como no Pará que existem costumes regionais culinários que não são praticados em São Paulo por exemplo. Mas chega o jornalista e fala que as pessoas estão comendo terra, generalizando. (Josaphat)

Josaphat, que veio ao Brasil após ser contemplado com uma bolsa do programa Pro-Haiti¹⁰⁶ financiado pela CAPES para concluir o curso de engenharia eletrônica na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, não consegue compreender porque os brasileiros falam tanto do Haiti sem conhecê-lo.

Chegando em 2011, Josaphat teve que enfrentar a barreira da língua, tendo dificuldades em compreender as aulas e, até mesmo, as regras da bolsa que tinha recebido. Quando buscou esclarecimento, experimentou a discriminação que marcou muito sua experiência no Brasil. “[...] não sei por que vocês estão reclamando, vocês estão no Brasil, vão aprender uma nova língua e ainda tem o bandeirão¹⁰⁷ de graça”, foi o que ele e outros colegas haitianos ouviram de um funcionário quando buscaram informações sobre a duração da bolsa.

Esse imaginário de pobreza vem acompanhado da ideia de que qualquer coisa é melhor do que a pressuposta miséria anterior. E, isso, vai pautar muitas relações dos imigrantes

¹⁰⁶ Trata-se do Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti – Graduação, coordenado pela Capes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESu), do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e foi criado para auxiliar na reconstrução do Haiti, atuando no fortalecimento e na recomposição do Sistema de Educação Superior do país. O programa baseia-se na concessão de bolsas de estudos a estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe em instituições de ensino superior brasileiras (IES).

¹⁰⁷ Como é chamado o restaurante universitário.

haitianos no Brasil com a população local. O *status* de “coitado” atribuído ao haitiano, leva a crer que qualquer coisa lhe baste, qualquer trabalho lhe sirva, qualquer prato de comida mate sua fome. “Saímos do Haiti, mas não éramos muito pobres, tínhamos condições para viver”, diz Johanne Latouche que veio para o Brasil com o marido, deixando duas filhas no Haiti, sobre a forma como foi tratada ao buscar ajuda na tentativa de se estabilizar.

[...] Não tínhamos para onde ir e nem dinheiro, não sabia falar. É difícil alugar casa aqui, tinha que pagar dois meses adiantado e não tínhamos dinheiro. Então, falaram para o Edouard [marido de Johanne] que tinha uma igreja que as pessoas ajudavam e fomos lá. As pessoas ajudam, mas depois querem usar você. E você sabe, brasileiro ajuda, mas não com dinheiro. Arrumaram uma casa para gente que não tinha que fazer depósito antecipado, deram colchão e algumas coisinhas. Mas o que fez mal foi depois eles quererem nos colocar lá na frente na Igreja como se fôssemos os miseráveis que eles ajudaram, nos ridicularizando. Nossa! Isso foi muito ruim. Eu chorava tanto, pensando que eu tinha deixado a minha casa para vir passar por isso. Só pela nossa cara, eles sabiam que não estávamos gostando e vinham nos falar: “Quando vocês precisam, querem ajuda”. Sim, eu precisava e pedi, mas não precisava me colocar na frente das pessoas daquele jeito. Nós estávamos trabalhando, ainda estava complicado, mas era só uma situação temporária. Quando as coisas melhoraram, depois de mais ou menos um ano, alugamos outra casa, porque aquela que conseguiram para gente era muito pequena. O pessoal da igreja não gostou, parece que não queriam que a gente melhorasse. Mas eu pensei: agora que estamos bem, vamos fazer uma festa para agradecer essas pessoas e mostrar que estamos melhores. Quando fizemos isso, parece que foi pior. Eu não sei o que é. Não sei se é por ser negro ou por ser haitiano, mas parece que acham que nosso lugar é o lixo. (Johanne)

A fala de Johanne retrata bem a situação entendida e verificada em muitas ocasiões que vivenciamos durante a pesquisa: a moça que trabalha no RH de uma empresa e diz que não contrata mais haitianos, pois contratou um por ele insistir muito que precisava do emprego e logo depois pediu demissão porque conseguiu um emprego com salário melhor, enquadrando-o como “mal agradecido”, estende essa característica a todo o povo. Outro exemplo: a professora que contou que contratou a mãe de uma aluna haitiana para fazer faxina em sua casa “só para ajudá-la” e agora que ela conseguiu um emprego em um supermercado não quer continuar fazendo as faxinas no dia da sua folga, como ela lhe propôs¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Esses relatos foram feitos informalmente por pessoas de minha convivência.

Tanto o relato de Johanne, quanto o dessas outras pessoas demonstram uma insatisfação dos que dizem oferecer ajuda, quando a situação do ajudado melhora e ele não precisa mais da dita caridade, como se a independência do outro compromettesse seu próprio *status* de pessoa de bem. Ou como percebe Edouard: “Acreditam que se você veio do Haiti você viveu e vai viver na miséria”.

Por outro lado, para os haitianos, “o ato migratório é visto como um progresso social, isto é, um *status* no mundo social haitiano” (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p. 7), assim é perceptível a decepção que muitos sentem diante das condições precárias que passam a viver no local de acolhimento. Enfrentando uma condição social pior do que a vivida anterior, a migração se torna, para muitos, um processo de decadência (HANDERSON; JOSEPH, 2015), como experimentou Josué: “Em menos de 15 dias eu passei de alguém que estava correndo atrás dos seus sonhos, que estava com os caminhos traçados, para ser mendigo, entre aspas”.

No Haiti a mobilidade tem caráter constitutivo no universo social e nas trajetórias de vida das pessoas (HANDERSON, 2015), o sonho de partir, ou ser *diaspora* faz parte da expectativa de sucesso. De acordo com Handerson, o termo *diaspora*¹⁰⁹ “além de designar a comunidade haitiana transnacional, o sujeito coletivo”, serve também como um adjetivo para qualificar pessoas. Segundo o autor, “é comum os haitianos no Haiti usarem a palavra *diaspora* para chamar outro compatriota que parte, reside *aletranje*, envia remessas”, [...] caracterizando o “termo *diaspora* como categoria de autodesignação e de alteridade, permitindo diferenciar os que vivem *aletranje* em relação àqueles que ficam no Haiti” (HANDERSON, 2015, p. 352). Ainda, segundo Handerson,

As dimensões de tempo e espaço são cruciais para a compreensão dos sentidos sociais do termo *diaspora*. Além da pessoa precisar residir num espaço internacional para ser considerado diáspora, também deve permanecer por um longo período de tempo antes de voltar ao Haiti (HANDERSON, 2015, p. 352)

¹⁰⁹ Handerson afirma que *diaspora* é um termo polissêmico, sendo utilizada para designar os haitianos residentes no exterior e que voltam ao Haiti, mas também para qualificar objetos, dinheiros, casas e ações de quem mora no exterior (HANDERSON, 2015, p. 25). Portanto, mantive aqui a palavra no original francês, a fim de manter esse significado mais amplo.

Portanto, é preciso se constituir enquanto *diaspora* antes de voltar ao seu país. E ser *diaspora* significa alcançar uma melhoria na sua condição econômica. Isso fica evidente na fala de Vitor Pharius que diz “eu não poderei voltar para o Haiti, com os dois braços só, tenho que voltar com uma profissão, uma pessoa diferente de como eu era quando sai de lá. Tenho que voltar para o Haiti com notícias boas”.

A responsabilidade de migrar, no universo haitiano, passa pela obrigação de ter “sucesso pessoal e coletivo” (HANDERSON, 2015, p. 353) e mostrar isso na sua volta. Desse sucesso depende, em muitos casos, os que ficaram e aguardam as remessas¹¹⁰ para melhorar suas condições de vida, ou a oportunidade de também viajar dos parentes que ficaram para trás. Como o caso das duas filhas de Johanne e Edouard que ficaram no Haiti aguardando os pais terem condições de buscá-las.

Voltar sem conquistar algo, significa uma derrota, isso explica o fato de no Haiti terem pouco conhecimento das dificuldades reais enfrentadas no Brasil, mantendo uma certa atração pelo país. Yvener Guillaume diz que o seu primo “veio para cá antes e a história que ele contava era tudo perfeito, falava que o povo brasileiro era um povo acolhedor, simpático, essas coisas” e isso o fez decidir vir para o país. Nesse sentido, Josaphat explica de forma crítica, que

A situação desses grupos que estão chegando é, portanto, bem complexa. O fato é que tem haitianos que saem do Haiti e acham que tem um tipo de superioridade em relação aos outros que nunca andaram de avião, que nunca saíram do país. O cara pode estar aqui passando fome, que quando ele ligar para um amigo no Haiti ele vai falar que está vivendo muito bem aqui, digamos que para criar uma expectativa para o amigo. Isso faz com que vários haitianos que escutam isso venham para o Brasil ilegalmente. Vários deles pensam que tem trabalho de verdade, que não tem brasileiros para trabalhar, que é um país sem pobreza. Essas pessoas vendem a casa, tudo que tem e vêm para cá. Eu vi uma matéria que um brasileiro fez pelo Haiti dizendo que havia haitianos que estavam no Brasil há três meses e já tinham conseguido dinheiro para comprar uma casa. Eu não sei o que esse haitiano fez, mas ele juntou o dinheiro para comprar uma casa. Agora quem vê essa notícia pensa: “o cara foi ilegalmente para o Brasil e em três meses comprou uma casa, porque que eu não vou para lá também?”. (Josaphat)

Já Laure, diante das dificuldades encontradas, resolveu voltar depois de pouco tempo e, sua decisão, não foi aceita pela mãe. Deveria voltar ao Brasil e continuar lutando para alcançar

¹¹⁰ Boa parte da economia haitiana é mantida pelas remessas dos diásporas, representando 24% do PIB anual (cf. HANDERSON, 2015, p. 356)

seu objetivo. Dessa forma, embora exista o sentimento de decadência pela experiência vivida na sociedade de acolhimento, parece existir também a persistência de superá-la antes de voltar, mesmo que isso signifique migrar para outro país. Ou, melhor dizer, circular em outros territórios, pois segundo Handerson, “*diaspora* não migra, ele está em mobilidade nos territórios circulatorios”¹¹¹. (HANDERSON, 2015, p. 364)

Laure, se mostra decepcionada e acredita que perdeu muito em ter vindo para o Brasil. Mas é importante notar o quanto ela transforma sua frustração em potência para continuar abraçando as lutas e oportunidades de aprender e viver outras experiências. Ela destaca sua participação na associação e na companhia de teatro como uma forma de representar o seu país e contar sua história. Com isso, ganha mais consciência da sua condição de haitiana e da realidade do próprio país, ao olhá-lo de fora.

Assim como Josaphat, Laure tem o desejo de mostrar mais sobre o Haiti, descobrindo ela também o seu rosto verdadeiro. Rosto Verdadeiro do Haiti, foi o nome escolhido para um dos programas produzidos e veiculados por haitianos na *Web Rádio Jovens Haitianos Progressistas*¹¹², que tem como objetivo “mostrar que o Haiti é muito mais do que o fragmento apresentado pela mídia brasileira”, como diz Ryan James criador da rádio e produtor do programa.

Dessa forma, as articulações e organizações dos haitianos vão interferindo, mesmo que ainda com pequeno alcance, na maneira de serem percebidos. Mostram o seu rosto e exigem sua dignidade e seu direito de existir como pessoa. Edouard expressa claramente isso ao afirmar: “Eu tenho nome, tenho vida, tenho história, não sou o que as pessoas veem na televisão sobre o Haiti”, reivindicando o seu direito de ser numa terra em que experimenta o desprezo e o racismo cotidianamente.

¹¹¹ Handerson se utiliza da noção de territórios circulatorios cunhada por Alain Turrius, que define que “os territórios circulatorios compreendem as redes definidas pelas mobilidades de populações que possuem o seu status de saber-circular (Turrius, 2000 apud Handerson, 2015)

¹¹² <http://radiojhp.com/> sediada em Santo André, no ABC Paulista, além de promover a cultura haitiana, a rádio também traz notícias do Haiti e sobre imigração.

4.3. *O racismo é muito grande aqui!*

“Descobri que sou negro no Brasil”. Ouvi essa frase muitas vezes durante a pesquisa, indicando o quanto o racismo era percebido com estranheza e decepção. “O racismo com o qual se deparam no ‘país de todos’ que é o Brasil é, para dizer o mínimo, espantoso” (SEGUY, 2015, p. 522). Laure se diz chocada e, como ela, muitos dos nossos colaboradores têm uma história para contar sobre racismo sofrido desde a sua chegada. Não como casos isolados, mas como experiência vivida no cotidiano de ser negro no país.

Em fins de 2014, eu estava na Missão Paz e fui apresentada a Jean, um jovem haitiano que acabara de chegar ao Brasil, vindo da República Dominicana. Conversamos um pouco e Jean me contou que uma das razões que o fez vir para o Brasil é que no país dominicano o haitiano é muito discriminado e aqui ele sabia que não existia racismo. O mito da democracia racial, como um dos pilares que formaram a sociedade brasileira, embora já venha sendo descortinado há mais de meio século (FERNANDES, 1965), ainda permanece presente no imaginário nacional e, portanto, na imagem que se vende do país. Mas no cotidiano, o racismo se revela e está presente nas relações sociais e institucionais.

Segundo Ianni, a problemática racial, na história da sociedade brasileira desde a independência, representa uma perspectiva importante para a compreensão da formação do povo.

Todos os que se preocupam em compreender as peculiaridades da sociedade brasileira, em diferentes momentos da sua história, se defrontam com a problemática racial. Indianismo, europeísmo, arianismo, lusitanismo, democracia racial, negritude, indigenismo, entre outros, são temas que expressam as orientações de pesquisas e controvérsias sobre o significado das raças e mesclas de raças na formação nacional. De permeio a essas pesquisas e controvérsias, há muito racismo aberto ou velado. (IANNI, 1996, p. 115)

O racismo “à brasileira” persiste sem grandes alterações, disfarçado pelo politicamente correto e negado constantemente sob a égide da meritocracia, mas embrenhado nos mais diversos âmbitos da vida dos brasileiros que descendem dos africanos escravizados.

Quando os haitianos dizem que descobriram serem negros no Brasil, não significa que não tivessem consciência da cor de sua pele, mas desconheciam todo o arcabouço negativo de ser negro num “país irmão” (Edouard), onde imaginavam uma ancestralidade comum e, portanto, partilharem a mesma herança (Chery Clarens).

Em alguns casos vividos, a situação de racismo gerou dúvidas: “Não sei se é por ser negro ou por ser haitiano” (Johanne Latouche). Mas a verdade é que uma coisa passou a ser sinônimo da outra no Brasil. Como conclui Handerson em sua pesquisa realizada em Manaus, ao afirmar que ao chegar ao Brasil os haitianos sentem “o racismo por dois motivos, dentre outros: por serem haitianos (a questão nacional) e, também, pela tonalidade preta da pele (a questão racial)” (HANDERSON, 2015, p. 147). Em muitos momentos durante a pesquisa vivenciei isso. Qualquer negro, na maioria das vezes estrangeiro, era apontado como haitiano. Diversas pessoas do meu convívio, ao saberem do objeto da minha pesquisa, sempre indicavam lugares onde eu encontraria muitos haitianos vendendo coisas na rua, mas todas as vezes que fui verificar tratava-se de pessoas de outras nacionalidades, tendo em comum com os haitianos a cor da pele. Há ainda a expressão que temos ouvido com frequência: “é tão pretinho(a) que até parece haitiano(a)”.

Laure, ao reconhecer o racismo no Brasil – para ela não há dúvidas: “o racismo é muito grande aqui” – compara à experiência vivida na República Dominicana. A seu ver, na República Dominicana existe um racismo mais seletivo, pois sendo estudante pode conquistar respeito. Já no Brasil ela não percebe isso e afirma que aqui “se você é negra, você não vale nada”. Laure analisa que na República Dominicana o problema do preconceito contra os haitianos passa por uma questão histórica¹¹³, não encontrando o que possa motivar o racismo no Brasil, senão pelo fato simples e puro da cor da pele.

No entanto, a questão racial tem raízes mais profundas. Para Seguy, “essa maneira de tratar com um povo negro faz parte da essência da civilização moderna” (SEGUY, 2015, p. 529) e o racismo vivido pelos haitianos começa dentro do seu próprio território, pois Seguy afirma que,

Uma das principais características do racismo vigente no Haiti é que ele não precisa se expressar em formas individuais. [...] Ele reveste formas estruturais e se expressa nas políticas públicas cujas concepções não são desenhadas por

¹¹³ Os dois países têm uma história de relações conflituosas marcadas por disputas territoriais (o Haiti invadiu a República Dominicana unificando a ilha em dois momentos: 1801 – 1806; 1822 – 1844) e também culturais e raciais (cf. SCARAMAL, 2006)

haitianos. Quer voluntariamente quer não, essas políticas públicas implementadas no Haiti em formato de intervenções humanitárias carregam em si todos os germes que cedo ou tarde acabam pervertendo suas possíveis e tão escassas realizações. [...] o humanitário pode até ter parceiros locais, mas de modo algum tem ele iguais. Ele conceitua sozinho as necessidades dos outros. Ele assume sozinho a função autoral. Ele sabe o que vem fazer, o que tem de fazer. Em campo, ele não discute, ele recruta. [...] Realmente, o racismo vigente dentro do Haiti não proporciona um campo sequer onde o ator haitiano é tratado como sendo igual ao cooperante. (SEGUY, 2015, p. 523-524)

Assim,

No que diz respeito às relações étnico-raciais, o Haiti é marcado, sobretudo pela forma como os países que hoje se autodenominam seus amigos têm se utilizado do elemento do racismo para tratar com ele. E todas as políticas públicas, em todas as épocas, sempre tiveram alguma coisa a ver com o racismo. De sorte que podemos afirmar sem sombra de dúvida que essa invenção do mundo ocidental – o racismo – tem feito do Haiti o que ele é. (SEGUY, 2015, p. 531)

Isso resulta no complexo de inferioridade (HURBON, 1987) que marca o ser haitiano, conflitando com o orgulho do seu passado heroico e, portanto, de sua ancestralidade africana. Josué, que também sentiu na pele o racismo, o classifica como a sua pior experiência no Brasil. Ele reconhece que, na condição de negro vivendo no Brasil, a única forma de obter sucesso é batalhar muito e, mesmo assim, sabe que não ocupará os melhores lugares. Negando o sentimento de inferioridade, mas de forma realista ele reconhece o lugar que cabe ao negro nessa sociedade.

Como Josué, Josaphat também descreve situações de racismo vividas dentro da universidade: Dos colegas que insinuem que os negros não têm o mesmo conhecimento que os brancos; da dúvida constante se um negro pode mesmo ser aluno daquela universidade; até o professor que o responde de forma grosseira e o faz pensar que aquela “é a resposta mais apropriada para um negro”. Mas o próprio Josaphat se questiona se tudo foi só uma percepção dele ou o racismo sempre esteve presente em todos esses momentos em que ele se sentiu humilhado por ser negro. Percebe-se nos relatos dos entrevistados sobre o racismo que, embora tenham sido episódios que os marcaram de alguma forma, permanece a dúvida se realmente foi um ato racista ou se eles que entenderam assim. Mas é fácil concluir que isso é retrato da sutileza, característica do racismo à brasileira.

Afinal,

[...] como explicar tais posturas, beirando a xenofobia, num país no qual um dos seus pilares de orgulho consistia e ainda consiste em ostentar seu espírito de ser uma sociedade acolhedora, miscigenada e pluricultural? Nesse sentido, além da tonalidade da cor da pele preta de quase 100% dos haitianos aqui chegados, a nacionalidade haitiana estigmatizada, dentre outros fatores, por ser considerada do país mais pobre das Américas, são fatores que não permitem aos haitianos chegarem ao pé de igualdade em relação a outras populações migrantes, incluindo os vizinhos peruanos e bolivianos discriminados também no país, mas não por serem pretos. (HANDERSON, 2015, p. 150).

É importante notarmos como a presença haitiana aqui vem desvelar, mais uma vez, os mitos que ainda sustentam a autoimagem do Brasil como país acolhedor e passivo, onde os mais diferentes povos vivem em plena harmonia. A questão racial permanece na pauta do dia e torna mais evidente e necessário um enfrentamento real ao racismo, começando pelas instituições. Os novos negros que agora habitam as nossas cidades, reivindicam e questionam as bases que tornam alguns humanos mais humanos que outros (TROUILLOT, 1995).

Assim, Laure prefere não se colocar numa posição passiva. Convive com o racismo, buscando formas de enfrentamento e não de aceitação. Já Clarens Chery vai mais longe, acreditando que existirá uma sociedade de negros unidos em torno da causa de sua representatividade, pois, para ele, “qualquer negro que está aqui nas Américas nunca terá que esquecer que seus avós tiveram correntes nos pés e no pescoço, o negro que esquecer essa história é um negro sem consciência, é o negro que não sabe o que ele é” (Clarens Chery).

Grafite na Avenida 23 de Maio, na cidade de São Paulo

(Crédito: Denise Cogo)

4.4. *Ser imigrante para mim é ser limitado*

Sayad define imigrante como “essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito)” (SAYAD, 1998, p. 54), mas, o mesmo autor, destaca a constituição da imigração como um problema social e afirma que esse é o tema que rege as pesquisas sobre imigrante e a imigração, não existindo outro discurso se não o imposto, que “é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como de um problema social” (SAYAD, 1998, p. 56). Quando ouvimos as histórias de vida, é possível perceber o outro lado desse “problema social”. Como o imigrante se vê no conjunto da problemática da imigração e de ser um imigrante num país diferente do seu, que o entende como força de trabalho provisória e como um problema a ser gerido, estudado, resolvido?

O Brasil, “país da imigração”, sempre deixou evidente em sua legislação que esse acolhimento não é para todos. Embora, isso não estivesse impresso em primeiro plano, fez parte da política migratória brasileira, contrariando o discurso e o imaginário comum de que no Brasil há lugar para todos. Assim, a propaganda de “braços abertos” é entendida pelos haitianos de forma literal e, movidos por razões diversas, procuram aqui, mais do que trabalho, a realização de seus sonhos e tornar-se um *diaspora*.

Laure define imigrante como um ser limitado, destacando que essa definição parte da sua experiência vivida. Ela observa que nem todos os lugares há espaço para o imigrante e essa percepção de Laure está presente em outros relatos também. As limitações são percebidas, principalmente, nas barreiras que impedem acesso a determinados setores do mercado de trabalho e aos estudos.

No primeiro encontro que marquei com Prosmanno, após conhecê-lo na companhia de Geneviève, ele levou uma série de documentos para me mostrar. Tratava-se do histórico e do diploma e até o seu Trabalho de Conclusão da Graduação. Contou-me que trouxe toda a sua documentação, pois pretendia fazer o mestrado no Brasil. Mas, passados dois anos, não conseguiu ter acesso a nenhum caminho que o levasse à pós-graduação. Mesmo já tendo o RNE, a dificuldade com a língua, o auto custo e a burocracia do reconhecimento do diploma o impediam de ir adiante.

Tendo, inicialmente trabalhado por 10 meses numa fábrica de embalagens no município de Arujá, em São Paulo, mudou-se para a capital paulista acreditando conseguir um emprego melhor. Passou a trabalhar num hotel localizado num bairro nobre de São Paulo, como ajudante geral. Boa parte do salário ia para o pagamento do pequeno quarto que alugava, na rua Lavapés, no bairro Cambuci, mas, mesmo assim, guardava uma quantia para trazer a noiva que havia ficado no Haiti e já estava de viagem marcada para o Brasil.

Prosmo esperava alcançar um cargo melhor no hotel, pois diz que sempre é chamado para auxiliar os hóspedes por falar bem o inglês. Mas percebe também essa limitação, dizendo que no Brasil não importa o conhecimento que o imigrante traz, se ele não estudar aqui, não é reconhecido. Olhando para si mesmo, Prosmo percebe “o imigrante como uma pessoa que compra visto para mudar de vida e viver melhor num outro país [...] eu sou imigrante, tenho RNE e residência permanente”. Além dos limites impostos para os estudos e trabalho, Prosmo aponta como dificuldade de ser imigrante as críticas recebidas de brasileiros que acusam os estrangeiros de serem os causadores da crise. Ele afirma que falta reflexão nessas acusações superficiais.

Rosert e Fedo também apontam as portas fechadas para empregos melhores e em suas áreas de formação. Sentem-se diminuídos e percebem a falta de oportunidade de exercerem suas profissões, como um limite imposto pela sua condição de imigrante. “Eu sou professor, não ganhava muito, mas sentia orgulho”, diz Rosert, também se dizendo agradecido pela oportunidade que o Brasil oferece e falando do seu desejo: “Eu quero que eles abram essa porta para nós. Fora isso, muito obrigado! Não sei se essa porta vai ser aberta para mim um dia, mas eu quero conseguir um emprego no meu nível e fazer outra faculdade”. Já Johane Plancher diz que não pode reclamar, pois, para ela, para uma estrangeira, conquistou bastante coisa, reconhecendo, assim, também a limitação de ser imigrante.

Um aspecto que aparece em diversos relatos, como é possível perceber na narrativa de Laure também, é a comparação das condições do imigrante no Brasil com outros países. Normalmente, os considerados *Peyi blan*¹¹⁴, principalmente os Estados Unidos, que, segundo Laure, conseguindo o visto o imigrante tem grandes possibilidades de ter “uma vida boa”. Embora, muitos reconheçam que o Brasil ofereceu, em termos de documentação, o que nem

¹¹⁴ Segundo Handerson, *Peyi blan* (não possui palavra equivalente em português) é um país estrangeiro considerado como tendo um bom desenvolvimento socioeconômico. Onde, no imaginário haitiano, é um paraíso, onde há neve, faz frio, ganha muito dinheiro e há bem-estar social, diferentemente do Haiti. Geralmente são os chamados grandes países, não geograficamente, mas por sua condição econômica, como Estados Unidos, França e Canadá. (cf. HANDERSON, 2015)

um outro país ofereceu aos haitianos, o desejo do *Peyi blan* vive em alguns como uma forma de ascensão social e econômica.

Uma vez, eu estava em um restaurante haitiano acompanhada de uma pesquisadora francesa e um casal de amigos haitianos. Um rapaz se aproximou e nos ofereceu o seu cartão de visita, no qual se apresentava como professor de inglês e francês. Se interessou em saber quem éramos e, quando percebeu a presença da francesa, começou a conversar com ela, em francês, falando de seu desejo de ir à França, de como no Brasil era difícil trabalhar e estudar e que gostaria de ampliar sua formação de pedagogo. Ao perceber que eu compreendia o conteúdo da conversa, pediu para falar-lhe em particular.

Depois a pesquisadora francesa me disse que ele lhe falou das dificuldades enfrentadas no Brasil, trabalhando em um supermercado com salário baixo, dava aulas particulares de línguas para conseguir viver e mandar dinheiro para família. Queria ajuda para ir para a França, pois ele acreditava que lá haveria muito mais possibilidades do que no Brasil.

O fato dele não querer falar das condições do Brasil na minha presença me chamou a atenção e fez com que eu observasse esse aspecto nas narrativas dos meus colaboradores. Porém, o que me pareceu, é que algumas omissões estavam mais relacionadas ao receio de que eu fosse da mídia, pois as falas mudavam conforme as aproximações iam ocorrendo. Mas, percebemos que ele viu na pessoa oriunda de um *Peyi blan* a possibilidade de alcançá-lo e tornar a sua condição de imigrante mais bem sucedida.

Yvener Guillaume sente a ausência de uma lei de migração que ofereça algumas garantias e segurança ao imigrante e, define imigrante como,

uma gente que tem coragem, coragem de tudo, não somente de recomeçar uma vida nova, mas também de ser capaz de viver longe das suas origens. O ser humano, para mim, pode falar 10, 20 línguas, mas a língua normalmente que o coração fala é a língua materna. É igual com a cultura, você pode viver em qualquer país do mundo, o melhor país do mundo, seja de onde você vir, mas vai sentir muita falta do seu país. Por isso que eu sempre falo que o imigrante é uma pessoa que tem bastante coragem, para sofrer, para suportar qualquer tipo de vida.

Assim, Yvener aponta para o outro lado, para o emigrante, aquele que deixou a sua terra, sua cultura, sua língua, sua família. Uma pessoa de coragem, como ele diz. Esse é um aspecto

importante da imigração: os que ficaram para trás e que são o principal elo dos que partiram, com a sua origem. E, pensando na migração, como um projeto elaborado e concretizado pela família, o imigrante é, também, os anseios dos que ficaram. “*Chèche lavi miyò, lòt bò dlo, aletranje*¹¹⁵ é a busca de uma melhor condição de vida, um melhor salário para garantir à família, um melhor nível de educação, sobretudo, uma moradia digna que se concretiza através da construção de uma casa no Haiti.” (HANDERSON, 2015, p. 182).

Handerson destaca as lógicas das famílias no mundo social da mobilidade, nas articulações da “decisão de partir e a organização da viagem, no que tange aos recursos mobilizados, os sonhos, sobretudo, as obrigações e os deveres para com aqueles que ficaram, filhos, irmãos, pais, amigos, etc.” (HANDERSON, 2015, p. 182).

Nesse sentido, nos relatos, a presença da família que ficou no Haiti é constante, seja nas obrigações de enviar dinheiro e criar condições de trazê-los ou, ainda, na participação nas tomadas de decisões, como conta Rossert, que no Equador decidiu vir para o Brasil: “Liguei para minha família, conversei com a minha mãe e com o meu pai, expliquei que a situação não estava boa”. Ou ainda, na trajetória de Josué, que vem morar em São Paulo pela decisão de seu pai de que ele deve ficar junto aos primos que estavam na cidade. No que tange aos recursos para custear a viagem, em muitos casos, veio de parentes que vivem em outros países.

Assim, ser imigrante, entendido por Laure como ser limitado, envolve muitos aspectos da sociedade de acolhimento, mas também do meio social de onde partiu o migrante, uma vez que esse carrega consigo uma gama de expectativas e obrigações pessoais e coletivas. Além disso, é preciso respeitar as experiências pessoais que definem a satisfação ou insatisfação com a condição alcançada enquanto imigrante. Johanne Latouche já se diz vitoriosa na empreitada que representou a mobilidade para ela, após conseguir reunir a sua família. Já Josaphat, diz não ver a hora de poder ir embora, por tantas vezes se sentir humilhado por ser haitiano, negro e imigrante.

Um dia eu vou ser um grande engenheiro e eu sempre vou reconhecer que eu serei um grande engenheiro por um favor do Brasil, um favor da Unicamp. Eu nunca vou esquecer isso, e onde eu estiver eu vou falar isso, eu sou um engenheiro competente porque o Brasil me deu esse favor. Mas o Brasil está me tirando bastante também, está tirando a pessoa que eu sou, a pessoa que eu quero ser, pelas coisas que falam e mostram do Haiti.

¹¹⁵ Tentar uma vida melhor, além mar, no exterior.

A complexidade das mobilidades humanas, vistas para além das condições jurídicas e econômicas, envolve o universo particular de cada um, o seu mundo social, as suas motivações e sonhos, o sucesso pensado e alcançado, para si e, particularmente no universo haitiano, para a família que tem na *diaspora* o seu orgulho, força e sustentação tanto econômica, quanto moral, cultural e social (HANDERSON, 2015, p. 188).

Imagens em um muro no bairro do Glicério, região central de São Paulo

(Créditos: Roberta Barreto)

4.5. Eu quero voltar para o Haiti, sempre!

No horizonte vislumbrado por Laure está a sua volta para o Haiti. Não como voltou a primeira vez, mas formada e com condições de ajudar o país. Dentre os entrevistados, essa posição é comum, mas também aparecem dois outros projetos: permanecer no Brasil e partir para outro país que ofereça melhores condições.

Para Sayad, o fenômeno da imigração, dissimula a si mesmo a sua própria verdade. Pois é vista como provisória, ao mesmo tempo em que se desmente esse caráter de provisoriedade em detrimento da durabilidade da condição de imigrante. Assim, oscila entre o estado provisório que a define de direito e a durabilidade que a caracteriza de fato.

Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo. (SAYAD, 1998, p. 45-46)

Essa ilusão é imposta a todos: imigrante, sociedade que o recebe e a sociedade de onde provém. Assim, Sayad pensa a imigração como tolerável para o imigrante, que pensa a si mesmo num estado de provisoriedade; para as comunidades de origem, que pensam o emigrado como simples ausente e para a sociedade de acolhimento que nega a existência definitiva do imigrante. Mas a imigração, estando no cerne da sociedade haitiana, como dito anteriormente, desenvolveu mecanismos próprios e, embora dialogue com uma literatura mais ampla, apresenta características muito particulares.

As configurações das mobilidades haitianas num plano global, à cuja geografia, o Brasil se integrou com mais intensidade recentemente, permite criticar etnograficamente as teorias migratórias que sustentam a unilateralidade dos fluxos migratórios entre os “polos do sul” (países pobres) em direção aos “polos norte” (países ricos, desenvolvidos) ou as relações binárias instauradas, inicialmente, entre os países colonizados e os seus antigos colonizadores. Também ela coloca em xeque alguns critérios utilizados nos estudos clássicos como a ideia de a migração somente se

desenvolver, quando existirem laços históricos entre o país fornecedor e o receptor além do o conhecimento da língua do país de destino, ou alguma familiaridade com a cultura desse país. (HANDERSON, 2015, p. 89)

O território circulatório dos haitianos é amplo e apoiado por intensa rede migratória e, em tão pouco tempo, o Brasil distante geográfica e historicamente (pelo menos até 2004), já se consolida no circuito da mobilidade haitiana. Dessa forma, conforme indicam os registros da Missão Paz, a partir de 2016 a maior procura dos haitianos à instituição foi pela carta convite que possibilitava a reunião familiar. Diferentemente dos primeiros haitianos que aqui chegaram, os mais recentes já encontram uma rede de receptores mais consolidada. Como Johanne e Edouard, que acolheram em sua casa Christelle¹¹⁶, em 2016, ajudando-a a encontrar trabalho e ensinando as primeiras palavras da língua portuguesa.

Johanne e Edouard já não pensam em voltar para o Haiti. Chegaram ao Brasil em 2014 e, para Johanne, migrar foi como uma fuga. Viviam uma situação difícil depois do terremoto, dependendo de ajuda dos parentes que moram nos Estados Unidos. Mãe de duas filhas, Johanne nunca tinha saído do Haiti antes. “A minha sensação era que eu estava fugindo de uma coisa que eu não sabia o que era. Deixei as crianças com uma amiga, sem dinheiro. Fugi para o Brasil”. A angústia marcou os dois primeiros anos do casal no Brasil, tendo deixado as filhas com pessoas que não conheciam muito bem – a amiga não pode mais ficar com elas, então, a preocupação era constante e a emergência por trabalho ainda maior. Mesmo os dois trabalhando, o dinheiro que enviavam para o Haiti só era suficiente para a escola e as necessidades básicas das meninas, não conseguindo nem pagar pela confecção dos seus passaportes.

Não conseguíamos juntar dinheiro, não sei nem como eu consegui sustentá-las lá, só Deus sabe como foi possível. Às vezes conseguíamos guardar um pouquinho para fazer a documentação delas, mas a gente mandava dinheiro para o Haiti e nunca era suficiente, as pessoas sempre pediam mais, mandávamos para fazer a documentação e gastavam com outras coisas e não saíamos do lugar. (Johanne)

¹¹⁶ Na época da chegada de Christelle eu dava aulas de português para as duas filhas de Johanne. Christelle passou a frequentar as aulas mas logo teve que parar porque conseguiu emprego.

Em 2016, Johanne e Edouard receberam o visto permanente e não esperaram mais. Johanne pegou dinheiro emprestado e foi ao Haiti buscar as filhas. Contraíram uma grande dívida, mas, com a família reunida, se sentem vitoriosos no projeto migratório. Sonham com a construção de uma casa, não uma casa *diaspora* no Haiti, mas no Brasil onde pretendem ficar. “Eu gosto da minha terra, sinto falta de muita coisa, mas aqui eu me sinto muito bem. [...] Hoje só penso em voltar para o Haiti para passear. A nossa vida está arrumada aqui, já construímos muitas coisas”, diz Johanne, que com um largo sorriso conta dos seus planos de abrir um restaurante.

Já Fedo Barcourt, chegou ao Brasil solteiro, mas logo constituiu uma família. Casou-se com uma haitiana que conheceu aqui e hoje têm duas filhas, que nasceram brasileiras, como ele enfatiza. Mesmo se dizendo brasileiro, Fedo pensa em voltar para o Haiti para reconquistar o que perdeu, principalmente a profissão. Como professor, no Brasil trabalhou na construção civil e fracassou em todas as tentativas de atuar em sua área.

Fedo, como fundador e presidente da União Social dos Imigrantes Haitianos, está sempre presente nos eventos e lutas dos imigrantes em São Paulo, mobilizando outros de diferentes nacionalidades. Apesar da família, dos amigos e da atuação política que exerce com paixão, Fedo não se sente bem com sua condição migratória. Associa que ser professor é ser respeitado e sente falta desse respeito, que acredita ter perdido exercendo uma profissão que não é a sua e que tem um *status* inferior à sua formação. “Imagina, ter faculdade e trabalhar na construção civil, posso dizer que isso não é legal”.

Fedo continua por aqui, ainda não exerce a sua profissão, mas se agarra à luta por uma condição migratória mais inclusiva no Brasil, que ofereça a ele e aos outros imigrantes oportunidades melhores de existência.

Johane Plancher não pretendia voltar para o Haiti tão cedo, mas as circunstâncias a levaram de volta. Johane saiu do Haiti, primeiramente para República Dominicana e depois para o Brasil, com o objetivo de continuar os seus estudos interrompidos pelo terremoto. Mesmo a sua faculdade voltando a funcionar pouco tempo depois do cismo, embaixo de tendas, ela não conseguiu mais frequentar as aulas ao mesmo tempo em que os familiares procuravam naquele espaço os corpos soterrados dos colegas mortos. Foi para a República Dominicana onde ouviu falar de um Brasil cheio de oportunidades, “comprou” o visto e pouco tempo depois desembarcou em Brasília. Depois de passar por uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, chegou a São Paulo com o mesmo desejo de Laure: estudar. Tendo o visto, para ela foi mais

fácil pleitear uma vaga numa faculdade e concluir um curso superior, menos excludente que medicina.

No momento da entrevista, Johane tinha acabado a faculdade e já pensava em fazer uma pós-graduação, estava trabalhando, mas considerava o salário muito baixo e, algumas vezes, recebia ajuda da família no Haiti, que é comerciante¹¹⁷. Conheci a casa e a família da Johane em *Port-au-Prince* quando lá estive, em 2016. O seu irmão mais velho, Walglais Plancher¹¹⁸, mora com a mãe numa casa espaçosa e é dono de uma farmácia e um pequeno restaurante em *Petion Ville*. A mãe viaja para os Estados Unidos com frequência e faz compras de diversos artigos para vender no Haiti. Eles têm uma situação confortável e desejavam a volta de Johane, pois já concluiu a faculdade e pode trabalhar nos negócios da família. A perspectiva de Johane era continuar estudando, não mais no Brasil, mas nos Estados Unidos ou na Europa. Porém, em 2016 Johane foi demitida e, depois de meses sem conseguir ingressar novamente no mercado de trabalho brasileiro, atendeu ao pedido da família e regressou ao Haiti.

Essas três histórias mostram faces diferentes do mesmo fenômeno migratório. E onde moram os sonhos, as expectativas e os anseios diz muito sobre o sucesso e o fracasso, do ponto de vista individual. Mas, não podemos desconsiderar a família e a comunidade na qual o sujeito está inserido, as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que amparam e criam o arcabouço que definem o pano de fundo dos fluxos migratórios.

É importante reafirmarmos a dimensão da família na mobilidade haitiana. No Brasil, a concessão de visto tornou a reunião familiar possível num espaço de tempo curto, apesar do alto custo das passagens entre o Haiti e o Brasil. Mas trouxe junto a necessidade de políticas públicas, principalmente, no âmbito da educação, de forma a incluir verdadeiramente crianças advindas de uma cultura diferente, falando uma outra língua, num sistema educacional pouco instrumentalizado¹¹⁹ para tal acolhimento¹²⁰.

¹¹⁷ Quando estive no Haiti em janeiro de 2016 a família da Johane me pediu para trazer alguns presentes para ela, como perfume, celular e dinheiro.

¹¹⁸ Walglais me acompanhou em diversas atividades no meu trabalho de campo, me levando de um lugar para o outro.

¹¹⁹ Na rede municipal de ensino de São Paulo, existe uma portaria, PORTARIA 6837/14 – SME, que versa sobre o aluno estrangeiro, que garante a matrícula do aluno estrangeiro, independente da situação legal no país, sem qualquer discriminação (art. 29), que mesmo que o aluno não apresente a documentação de estudos anteriores, deverá seguir o critério da idade ideal e realizar avaliação classificatória (art. 30) e que caberá a Unidade Escolar oferecer o apoio complementar que o aluno necessitar. Embora a lei exista, a maioria das escolas não possuem capacidade material e humana para oferecer o apoio necessário.

¹²⁰ Trabalhando na rede de ensino pública municipal de São Paulo, constantemente escuto relatos de colegas referentes a dificuldade das crianças estrangeiras de se adaptarem, não só a língua, mas as estruturas educacionais brasileiras. As filhas de Johanne e Edouard foram matriculadas na escola em que eu trabalhava em 2016, a Leila

Entre os colaboradores, a maioria viajou acompanhada por algum parente (primo, irmão, cônjuge) ou esse se juntou a eles logo depois. Além do vínculo sanguíneo, há ainda o âmbito familiar da comunidade de origem, juntando os que são da mesma cidade ou região do país¹²¹, seja por um objetivo econômico de divisão das despesas, seja pela solidariedade.

Geneviève que chegou ao Brasil sozinha, afirma que hoje tem uma nova família junto ao grupo de haitianos que moram na rua Lavapés. “Lá eu me sinto em casa, me sinto no Haiti, pois tem a cultura, a comida, tem a minha gente!”, diz ela, que sonha em voltar para o Haiti e montar uma escola para crianças carentes.

Assim, com suas ambiguidades e particularidades, a migração haitiana para o Brasil tem se consolidado. Revestida de provisoriedades ou permanências, os sujeitos desse deslocamento são movidos por necessidades e urgências, mas também por sonhos individuais e coletivos, como se constata em cada história de vida registrada. A batalha por uma vida melhor se confronta diariamente com os desafios de serem haitianos, negros e imigrantes no Brasil.

Laure, atualmente, mora na Argentina e, tendo finalizado o processo classificatório prepara-se para iniciar o curso de Medicina na Universidade de Buenos Aires.

que foi para o 8º ano do Ensino Fundamental sentiu grande estranhamento na sala de aula, principalmente, com a indisciplina.

¹²¹ Handerson constata esse critério de moradia na sua pesquisa de campo em Manaus (cf. HANDERSON, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terremoto que atingiu o Haiti em 2010, colocou o país na pauta dos noticiários do mundo. As imagens de morte e destruição foram imensamente reproduzidas, acompanhadas de referências que indicavam ser esse o país mais pobre da América. E é assim que o Haiti passará a ser tratado pela mídia brasileira, também quando do início do fluxo migratório, ainda em 2010 e intensificado nos anos seguintes.

Historicamente, a migração faz parte da trajetória individual, familiar e social do povo haitiano, mas o Brasil não era um destino considerado até recentemente¹²², configurando assim uma novidade no território circulatório dos haitianos. Alguns fatores, já levantados por estudos consultados e confirmados na pesquisa, ajudam a compreender a escolha do Brasil como destino. A presença das tropas brasileiras no Haiti, embora tenha intensificado a relação entre os dois países e possibilitado acesso a elementos brasileiros, não foi principal indicativo para o início do fluxo migratório.

A facilidade para cruzar a fronteira e regularizar a situação migratória, principalmente após a Resolução Normativa 97/2012; a possibilidade de estudos; a expectativa de alcançar outros países mais desenvolvidos a partir do Brasil; e a imagem de terra de oportunidades de trabalho, da democracia racial e de acolhimento que o Brasil projeta no exterior, junto com a propaganda feita por empresas brasileiras no Haiti, se configuram entre os principais motivos. Na pesquisa, ficou evidente também, que muitos se sentiram convidados, usando como argumento as declarações da presidenta Dilma de um Brasil de braços abertos aos haitianos.

Apesar do convite feito, o que os haitianos encontraram foi um acolhimento precário e dependendo, basicamente, da sociedade civil, onde se destacou a atuação das instituições católicas por meio das Pastorais do Migrante e da Mobilidade Humana. E uma lei atrasada e em desacordo com a defesa dos direitos humanos e os acordos internacionais que o próprio Brasil é signatário. Os impasses legais culminaram na criação do visto humanitário, como uma alternativa que possibilitou a legalização da situação dos já migrados e a sua inserção no mercado de trabalho e buscou afetar a ação dos contrabandistas que atuavam na rota

¹²² A incidência de haitianos no Brasil até 2010 era bem pouco significativa. Segundo o Sistema de Cadastramento de Registro de Estrangeiro da Polícia Federal, entre 2000 e 2009 apenas 68 haitianos registraram entrada.

transnacional inaugurada por esse novo fluxo migratório. Além de não atingir a travessia de indocumentados, a Resolução Normativa nº 97/2012, restrita aos haitianos e definindo o terremoto como única causa da migração, não atendeu as necessidades desse contingente, revelando a urgência de uma revisão da legislação brasileira no que diz respeito ao imigrante. Assim, mesmo que não tenha inaugurado as discussões, a imigração haitiana no Brasil evidenciou a incapacidade das leis existentes de darem respostas ao contexto de deslocamentos contemporâneos e ampliou o debate, que culminou na aprovação de uma nova lei de migração¹²³ no Brasil.

Embora o imigrante seja entendido e percebido apenas como trabalhador (SAYAD, 1998) e que do trabalho depende as realizações esperadas na migração, os nossos colaboradores apresentam outras faces do projeto migratório, que, no contexto haitiano, é um projeto individual e familiar. Com base nos relatos dos nossos colaboradores, a continuidade dos estudos e a promoção de acesso à educação para os filhos, estão na base do que possa promover a melhoria nas condições de vida buscada no deslocamento. Mas o ato de migrar é também, uma forma de alcançar mudanças no *status* social e de representatividade perante os que ficaram e com os quais se mantem uma série de obrigações.

Assim, dentro do universo pesquisado, partindo dos relatos dos próprios agentes do fenômeno, algumas questões se destacam no desafio de reconstrução de espaços da vida individual, familiar e social dos haitianos que migraram para o Brasil. Carregando os seus sonhos, mas também das suas famílias, encontram na baixa remuneração uma barreira tanto para constituir um espaço próprio, quanto para a reunião familiar.

Mas, acima de tudo, a problemática racial e o imaginário constituído no Brasil de um Haiti como lugar não civilizado, caótico, miserável e violento e de um povo ignorante, selvagem e supersticioso, tornam a migração haitiana no Brasil mais penosa. Além dos casos de xenofobia e racismo diretos, ainda há as relações institucional que impendem uma série de desenvolvimento e inserção do migrante haitiano na sociedade brasileira.

Rulx André Alcinéus, afirma que, no Brasil, o Haiti não é identificado como um lugar geográfico, mas por ideias e de forma temática¹²⁴. Tendo morado no Brasil por 8 anos (2006 à 2013 e 2016 à 2017) e em diferentes regiões do país (Acre, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins

¹²³ A nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) entrou em vigor em 21 de novembro de 2017, ainda sem uma série de regulamentações.

¹²⁴ Apresentação realizada no I Seminário de “Reflexões sobre a valorização da Cultura Afro-brasileira” organizado pela UniCEU/UNESP, sobre “Os novos negros na cidade de São Paulo” em 09 de novembro de 2017.

e Rio Grande do Sul), ele divide essa identificação em três fases: até 2010 era identificado pela cor da pele e, imediatamente, associado à ideia de uma África difícil, tendo sempre que explicar que o Haiti não fica no continente africano; após o terremoto de 2010, o Haiti virou notícia, mas ainda não se sabe onde está localizado, apenas que é o país mais pobre da América; Com a intensificação da migração haitiana no Brasil, ele diz que

o Haiti foi de verdade localizado e parece que foi a realização da profecia do Caetano Veloso: o Haiti é aqui. O Haiti se deslocou para o Brasil, não pelo fato dos muitos haitianos que chegaram, mas porque agora qualquer pessoa da minha cor, estrangeiro, vendendo algum produto na esquina ou nas praças é haitiano.

Com essa análise Rulx André reflete o desconhecimento e a generalização que cercam o haitiano no Brasil e reflete, diretamente, na forma como ele é tratado. A ignorância e desinteresse em relação ao outro, acompanhado do racismo que está na base da sociedade brasileira, são percebidos pelos nossos colaboradores como as piores coisas vividas no Brasil, refletindo nas suas possibilidades de acesso aos estudos, à trabalhos bem remunerados e à direitos. Como também, uma experiência chocante do ponto de vista pessoal.

O Haiti, como primeiro país da América a abolir a escravidão e o primeiro latino americano a conquistar a independência política, ainda não figura os livros de história no Brasil. Assim, embora o haitiano tenha se tornado elemento comum na sociedade brasileira, ainda é visto com estranheza e como agente da desordem e da não civilidade.

Como fenômeno atual e em movimento, não é possível apresentar conclusões fechadas, mas abrir possibilidades de reflexão. E é na expectativa de contribuição que apresento essa dissertação que traz aspectos globais da migração haitiana para o Brasil, mas acima de tudo, os relatos das experiências vividas por aqueles que partilharam as suas histórias, sonhos e planos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Manual de Procedimentos e Critérios para Determinar a Condição de Refugiado.** ACNUR Brasil, 2004, p. 19. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=biblioteca/pdf/3391>. Acesso em: 15 de fev. de 2014.

AGÊNCIA BRASIL. **Concessão de vistos para haitianos no Brasil só atendeu 30% da cota.** Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/03/01/interna_brasil,291523/concessao-de-vistos-para-haitianos-no-brasil-so-atendeu-30-da-cota.shtml. Acesso em: 9 mar. 2014.

AGÊNCIA ESTADO. **Nova lei de imigração focada em direitos.** Portal O Estrangeiro, 17 mai. 2012. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2012/04/30/nova-lei-de-imigracao-focada-em-direitos/>. Acesso em: 28 fev. 2014.

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. Conselho Nacional de Imigração (CNIg): Políticas de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante ou Refugiado. In: **REFÚGIO, migrações e cidadania.** Caderno de Debates 4, Brasília: ACNUR; IMDH, 2009.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Fred. Acre é rota de entrada de haitianos no país. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 21 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/863927-acre-e-rota-de-entrada-de-haitianos-nopais.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ARAÚJO, Filipe. Drama na fronteira: Haitianos revivem no Acre a miséria de um País. **O Estado de S. Paulo.** São Paulo, 13 de abril de 2013. Disponível em: <http://estadao.br.msn.com/fotos/drama-na-fronteira>. Acesso em: 30 abr 2014.

ARRUDA, Itaan. Imigrantes do Haiti passam fome no Acre. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,imigrantes-do-haiti-passam--fome-no-acre,953616,0.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ASSISTANCE MORTELLE. Direção: Raoul Peck. Produção: Rémi Grellety, Hébert Beck e Raoul Peck. Velvert Film; Arte France; RTBF, 2013 (95min.).

BARATA, Iamê; CAROLINA, Ruana. **Haitianos entre refúgio e imigração**. Portal O Estrangeiro, 19 abr. 2012. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2012/04/19/refugioe-eimigracao-haitiana/>. Acesso em: 28 fev. 2014.

BARRETO, Luiz Paulo Teles. Discurso da delegação brasileira no Diálogo de alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento. In: **REFÚGIO, migrações e cidadania**. Caderno de Debates 2, Brasília: ACNUR; IMDH, 2007. p. 29-33.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC Brasil. Desde que entrou em vigor a concessão de vistos para haitianos, Brasil só atendeu 30% da cota. 01 de março de 2012. http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/03/01/interna_brasil,291523/concessao-de-vistos-para-haitianos-no-brasil-so-atendeu-30-da-cota.shtml. Acesso em: 9 mar. 2014.

BORBA, Janice Hadassa O. M.; MOREIRA, Julia B. Integração local de haitianos em Santo André: Interação entre Poder Público Municipal e Entidades Religiosas. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

BRAGA, Juliana. Governo limita expedição de vistos para haitianos entrarem no Brasil. **Correio Braziliense**. Brasília, 11 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica-brasileconomia/33,65,33,12/2012/01/11/interna_brasil,285905/governo-limita-expedicao-de-vistospara-haitianos-entrarem-no-brasil.shtml. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc. VI. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Suplemento - 16/7/1934, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Decreto nº 19.840 de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945. [[regulamentada pelos Decretos nºs 1.384, 1.516, 1.517 e 1.518, de 1995](#)]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 14 mai. 2014.

BRASIL. Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - 21/8/1980, p. 16533. [regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981 e pela Lei nº 6.964/1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL, Lei nº 9474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - 23/7/1997, p.15822. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 09 set. 2015.

BRASIL, Lei nº 13.445/17, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Seção 1 – 25/05/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 28 de jul. de 2017.

CAFFEU, Ana Paula e CUTTI, Dirceu. Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar. **Travessia – revista do Migrante**, Ano XXV, nº 70, janeiro – junho, p. 107 – 113.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em Nome da Democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994**. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre de Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

Campo Grande News. Grupo de haitianos tenta cruzar a fronteira por Corumbá, 25 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/grupo-dehaitianos-tenta-cruzar-fronteira-por-corumba-02-25-2010>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Campo Grande News. Grupo de oito haitianos é preso por entrada ilegal no país. Campo Grande, 17 de março de 2010. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/grupo-de-8-haitianos-e-preso-por-entradailegal-no-pais-03-17-2010>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Campo Grande News. Haitianos recebem prazo de três dias para deixar o país. Campo Grande, 18 de março de 2010. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/haitianos-recebem-prazo-de-tres-dias-paradeixar-brasil-03-18-2010>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CARPENTIER, Alejo. **O reino deste mundo**. Tradução: Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, Cleide. Invasão de haitianos em Brasília começou em 2010. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 de janeiro 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/invasao-dehaitianos-em-brasileia-comecou-em-2010-3593903>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CARVALHO, Cleide. Brasília pede ajuda para manter imigrantes que chegam em massa. **O Globo**. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/brasileia-pede-ajuda-para-manter-imigrantes-que-chegam-emmassa-3582751>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CASIMIR, Jean. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos In. **Revista Universitas: Relações Internacionais** v. 4, n. 2. Brasília: (2012). Tradução Renata de Melo Rosa. Disponível em <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/2071/1760>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal / Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Edusp, 2012.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. In. **Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, janeiro-abril, 2016.

COSTA, Gelmino A. 2012. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora! **Travessia – Revista do Migrante**, Ano XXV, nº 70, janeiro – junho, p. 91-97.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração Haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. In. **Travessia** (São Paulo), v. 70, p. 99-106, 2012.

_____, COTINGUIBA, Geraldo C.; COTINGUIBA, Marília L. Pimentel. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

FAVARETTO, Julia S. **Descolonizando saberes: história de bolivianos em São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FELLET, João; KAWAGUTIDA, Luis. Envio de haitianos a SP escancara crise migratória. **BBC Brasil**. 25 de abril de 2014. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140425_haitianos_entenda_jf. Acesso em: 30 abr. 2014.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. In. **La migración haitiana hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuaderno Migratorios, n.6. Buenos Aires: OIM, 2014. p. 51-66.

_____, Durval; FARIA, Andressa V. A Diáspora Haitiana no Brasil: Prospecto de entrada, características e perfil. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, FFLCH-USP: 1964.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Fontes históricas para o estudo da imigração**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

FIELDS, Barbara. Ideology and Race in American History, in: Kousser, J. Morgan e McPherson, James M., **Region, Race, and Reconstruction**. New York, Oxford University Press, 1982 (Tradução: Maíra Chinelatto Alves & Marília Bueno de Araújo Ariza. Mestres e Doutorandas em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). Julho de 2014).

FIGUEIREDO, Eurídice. **O Haiti: história, literatura e cultura**. in. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, Vol.VI, nº12. Jan-Jun 2006, p. 371-395.

FLECK, Isabel. Eduardo. Brasil concederá status de residente permanente a 44 mil haitianos. **Folha de São Paulo**. 17 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/1704865-brasil-concedera-permanencia-a-45-mil-haitianos-que-chegaram-desde-2010.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FULGÊNCIO, Caio. Número de haitianos que entram no Brasil pelo Acre cai 96% em 12 meses. **G1 Acre**. 08 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GALEANO, Eduardo. **Os pecados do Haiti**. 2010a. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-pecados-do-Haiti/6/15273>> Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Haití: La maldición blanca**. 2010b. Adital – Notícia de America Latina & Caribe. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=ES&cod=44521>. Acesso em: 15 jan. 2015.

GINZBURG, Jaime. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Revista Conexão Letras. Porto Alegre. Vol. 3, n. 3, p. 61-66, 2008.

GOMBATA, Marsílea. “No dia em que a missão da ONU deixar o Haiti, isso aqui vai virar o caos” - Em entrevista, côsul brasileiro fala em despreparo das instituições haitianas e afirma que a simpatia dos haitianos pelo Brasil cresceu com a missão. **Carta Capital**. 08 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/201cno-dia-em-que-a-missao-da-onu-deixar-o-haiti-isso-aqui-vai-virar-o-caos201d-6529.html>. Acesso em: 14 nov. 2014.

GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**. n 18 (50), p. 295-302, 2004.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HANDERSON, Joseph. **Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil: Identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

_____. **Diásporas. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Surinami e na Guiana Francesa.** 2015. 430f. Tese (Doutorado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. In: **Diasporas.** Revista Horizontes Antropológicos. UFRGS, Porto Alegre, n°43. Jan-jun 2015, p. 51-78.

_____, Joseph; JOSEPH, Rose-Myrlie. As Relações de Gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas,** Brasília, 2015. V.9 n.2.

HURBON, Laënc. **Compreendre Haïti. Essai sur l'Etat, la nation, la culture.** Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1986.

_____. **O Deus da resistência negra: o vodou haitiano.** São Paulo: Paulinas, 1987.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: editora brasiliense, 1996.

ICART, Jean-Calude. **Négriers d'eux mêmes – Essai sur les boat people haïtiens en Floride,** Les Editions du CIDIHCA. Quebec: 1987.

INSTITUT HAITIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. Population totale, population de 18 ans et plus, ménages et densités estimées em 2009. Disponível em http://www.ihsi.ht/produit_demo_soc.htm. Acesso em: 15 out. 2015.

IOKOI, Zilda M. **Imigrantes invisíveis: a História Oral como paradigma da luta contra o colonialismo cultural.** In. <http://diversitas.fflch.usp.br/files/imigrantes%20invisiveis.pdf>, 2008.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

LAFERRIÈRE, Dany. **País sem chapéu.** São Paulo: Editora 34, 2011.

MAMED, Letícia; LIMA, Eurenice O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Pelo Direito ao Grito: As lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por Reconhecimento, Independências e Democracia**. 2013. 146f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: uma história de instabilidade política. Cenário internacional**, v. 1 p. 1-15, São Paulo. 2009. <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>. Acesso em 26 fev. 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. Relato da experiência migratória de mulheres haitianas no sul do Brasil. **Simpósio 67: Discursos, relatos y memorias en torno del transnacionalismo, las migraciones y la etnicidad**: 2016. Disponível em: <http://www.ala.iaa.unam.mx/memorias/simposios/ponenciasok/67/67.%Relato%20da%20experiencia%20migrat%03%B3ria%20de%20mulheres%20haitianas.%20Margarita%20Rosa%20Gaviria%20Mej%C3%AD.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**, Seção 1- 13 jan 2012, p. 19.

MONTOYA, Rodrigo. A herança colonial, quinhentos anos depois. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. Vol. 1. n 01, jul-set, 1992. p. 15-31.

NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. **Da crise às ruínas: impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti**. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Programa Pró Haiti. Maio de 2010.

OLIVEIRA, João Naves. 22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 19/03/2010. Disponível em:

<http://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-abolivia,526305>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção de Genebra relativa ao estatuto dos refugiados de 28 de julho de 1951. Disponível em:

https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsII.aspx?&src=UNTSOnline&mtdsg_no=V~2&chapter=5&Temp=mtdsg2&lang=en. Acesso: 09 set. 2014.

PAIVA, Odair da Cruz. **História da (I)migração – Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

PATRICE, Jean René. **Migrantes Haitianos em São Paulo e Superexploração da Força de Trabalho**. 2017. 122f. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

PERES, Roberta G. Imigração e Gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADO, Maria Ligia. **A formação das nações latino-americanas**. Discutindo a História. Org. Jaime Pinsky. São Paulo: Atual editora, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In. MENEZES, Maria. P.; SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Epistemologia do Sul**. 2ªed. Coimbra: Almedina, 2010.

RAMOS, Érika Pires. **Refugiados Ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional**. 2011. 150f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2011.

ROBERT, Arnaud. “Haïti est la preuve de l’échec de l’aide internationale”. **Le temps**. 21 decembre 2010. Disponível em:

<http://www.alterpresse.org/spip.php?article10439#.VuEAL5wrLIV>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ROGERS, Domingues. De l'origine du préjugé de couleur en Haïti. In. **Outre-Mers**, tome 90, n° 340-341, 2e semestre, Première République Noire, p. 83-101.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In. MENEZES, Maria. P.; SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Epistemologia do Sul**. 2ªed. Coimbra: Almedina, 2010.

SARMIENTO, Luís Capelo. **O Brasil e a MINUSTAH: As motivações e as consequências de uma operação liderada pelo Brasil**. 106 f. Monografia em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos T. **Haiti: Fenomenologia da barbárie**. Goiânia: Câne Editorial, 2006.

SCOTT, Rebecca; HEBRARD, Jean. **Provas de Liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas: ed. da Unicamp, 2015.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2014. 399f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. Racismo e desumanização no Haiti. **Educere e Educare – Revista de Educação**. v. 10, n. 20, p. 521-536. jul-dez 2015.

SEITENFUS, Ricardo, **Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea**. 2006. Disponível em: [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia\(1\).pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/elementos-diplomacia(1).pdf). Acesso em: 07 jun. 2015.

_____. **Haiti: a soberania dos ditadores.** Porto Alegre: Sólivros, 1994.

SILVA, Sidney A. A Imigração Haitiana e os paradoxos do Visto Humanitário. In. BAENINGER, Rosana et al. (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

TELES, Teresa C. **Nzambi ikale ni enhe! História de vida de imigrantes em São Paulo.** 2013. 302f. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

THOMAZ, Diana. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Revista USP Primeiros Estudos.** São Paulo, Ano III, n. 4, p.131-143, mar., 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos.** n. 86, Março de 2010, p. 23-39.

_____. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. In: **Cadernos de Campo,** São Paulo, n.1, p. 273-284, 2011.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTE, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. Os Imigrantes Haitianos no Brasil: Formas de Entrada, Permanência e Registro. In. CAVALCANTE et al (Org.). **A Imigração Haitiana no Brasil: Características Sócio-demográficas e Laborais na Região Sul e no Distrito Federal.** OBMigra, Brasília, 2016.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTE, Leonardo; BOTECA, Tuila; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. Os Imigrantes Haitianos no Brasil: A Empregabilidade dos Haitianos no Mercado de Trabalho Brasileiro. In. CAVALCANTE et al (Org.). **A Imigração Haitiana no Brasil: Características Sócio-demográficas e Laborais na Região Sul e no Distrito Federal.** OBMigra, Brasília, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History.** Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1995.

UNITED NATIONS. Resolution 940, 31 July 1994. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/312/22/PDF/N9431222.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 set. 2014.

UOL Notícias Internacional. Um ano após terremoto, Haiti aumenta estimativa de mortes para 316 mil. São Paulo 12 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/01/12/um-ano-apos-terremoto-haiti-aumenta-estimativa-de-mortes-para-316-mil.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

VARGAS, Rodrigo. Haitianos ilegais flagrados em MS ficam em abrigos e são notificados a deixar o país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 de março de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/03/708992-haitianos-ilegais-flagrados-em-msficam-em-abrigos-e-sao-notificados-a-deixar-o-pais.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2014.

VASCONCELOS, Alex Donizete. **A MINUSTAH e a Alteridade: Representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010)**. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora; FAINSTAT, Tyler. Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 4, 2014.

VIEIRA, Rosa Cavalcanti Ribas. **Itinerâncias e Governo: A mobilidade haitiana no Brasil**. 2014. 172f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.